MONTEIRO LOBATO NAS PÁGINAS DO JORNAL

UM ESTUDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM *O ESTADO DE S. PAULO* (1913-1923)

THIAGO ALVES VALENTE

Monteiro Lobato
nas páginas do jornal

THIAGO ALVES VALENTE

MONTEIRO LOBATO NAS PÁGINAS DO JORNAL

UM ESTUDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM *O ESTADO DE S. PAULO* (1913-1923)

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

V25m

Valente, Thiago Alves

Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* (1913-1923) / Thiago Alves Leite. - São Paulo : Cultura Acadêmica, 2010.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-107-2

1. Lobato, Monteiro, 1882-1948 - Crítica e interpretação. 2. Lobato, Monteiro, 1882-1948 - Visão política e social. 3. *O Estado de S. Paulo* (Jornal). I. Título

11-0101. CDD: 869.98
CDU: 821.134.3(81)-8

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora afiliada:

Ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap) e à Biblioteca "Acácio José Santa Rosa", da Unesp de Assis; ao Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (Cedae), da Unicamp; ao Arquivo do Estado de São Paulo, pela disponibilidade do material pesquisado.

Aos professores Carlos Erivany Fantinati e Tânia Regina de Luca, pelas preciosas orientações na banca de qualificação; a Jézio Hernani Bomfim Gutierre e Marisa Philbert Lajolo, pela cuidadosa arguição na banca examinadora.

Ao professor João Luis C. T. Ceccantini, alvo cada vez maior de admiração pessoal e profissional.

“Aliás, ninguém desconfia mais do que lê nos jornais do que os próprios jornalistas, imaginando o que pode estar por trás de cada notícia.”
(Gilberto Dimenstein, Nos bastidores do poder)

Sumário

MLB 1.00062 P1

Associação Brasileira de Imprensa

RIO DE JANEIRO

Nº 243

CARTEIRA DE JORNALISTA

Nome J. B. Monteiro Lobato

Idade 38 annos

Naturalidade brasileira

Matricula n.

Assignatura do portador,

J. B. Monteiro Lobato

Impressão digital (pollegar direito)

Jornal em que trabalha "Revista do Brasil"

Esta carteira foi expedida em 6 de 2 de 1922 e é valida até 31 de Dezembro deste anno.

1.º Secretario

Vice Presidente

Introdução

A fase compreendida pelos historiadores como de consolidação ou profissionalização da imprensa, início da República até a década de 1930, corresponde a um período relevante da atuação do escritor Monteiro Lobato (1882-1948) como jornalista.

O intuito de se abordar os artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, periódico fundado em 1875 como baluarte das questões ideológicas republicanas, permite situar o início da produção de Lobato, em 1913. O limite de 1930 justifica-se pelo momento histórico, ou seja, a transição de um país rural para um Estado em franca urbanização com o advento da era Vargas.

Como veículo fugaz, o jornal apresenta-se como oportunidade para se rever uma faceta menos "literária" do escritor. A observação do conjunto de textos produzidos como artigos para *O Estado* entre os anos de 1913 e 1923 revela um escritor em fina sintonia com o veículo do qual participava e ajudava a construir, fosse na esfera dos ideais, fosse no círculo das atividades exercidas dentro do jornal. Lobato é, com efeito, um jornalista participando ativamente dos ideais políticos e sociais de um grupo cuja influência extrapolava a tão autoproclamada neutralidade do jornal. Havia um projeto de país em boa parte comum a escritor e jornal, ou melhor, entre o publicista atento e o periódico bem-sucedido. "Uma velha praga", "Urupês" ou o quase não lembrado "Entre duas

crises" são textos que, postos lado a lado e lidos na sequência e frequência que surgem em *O Estado*, compõem um mosaico esclarecedor da visão projetada por Lobato e por um grupo de intelectuais cuja ação pública, política, identifica-os como "grupo do *Estado*".

A intensidade com a qual essas relações se deram ou mesmo o que aproximou esses homens envolvidos com causas que julgavam caras ao desenvolvimento do Brasil reflete-se nas páginas de *O Estado*. Contudo, é preciso lembrar que para Lobato há um espaço legitimado no sistema literário e cultural brasileiro de modo geral, e *O Estado* é um capítulo em sua vida que merece atenção, entre tantos outros textos vividos e experimentados por essa personalidade marcante da primeira metade do século XX.

1
Monteiro Lobato e *O Estado*: convergências no tempo e espaço

> *"A roda que sempre freqüentara pertencia à oposição. Era um grupo pequeno, de elite, composto de intelectuais desejosos da reforma da cultura e dos costumes brasileiros, homens sobretudo de trato social apurado, moralmente íntegros."*
> *(Edgar Cavalheiro, Monteiro Lobato: vida e obra)*

Em 1875 editam-se em São Paulo e no Rio de Janeiro "dois jornais que vão atravessar o marco de um século de existência, sendo que um deles se incluirá entre os de maior prestígio no país e na América Latina. Trata-se de *A Província de S. Paulo*, na idade republicana *O Estado de São Paulo*" (Bahia, 1954, p.80). Como mercado, o Rio de Janeiro apresentava grande número de jornais diários, revistas, tipografias e editoras de livros, concentrando-se ali a atividade literária com destaque na poesia, no romance, no ensaio e na filosofia.

A Província de S. Paulo constituía um caso evidente da mobilização de proprietários rurais interessados na imprensa. Sinal de que, desde 1880, entrava-se num estágio empresarial, como nos países mais avançados:

> O desenvolvimento do jornalismo no período que abrange o fim da primeira e o começo da segunda fase absorve as profundas mudanças econômicas que vive o país na passagem do Império para a República. A economia assinala, então, duas transições: uma, para o trabalho assalariado e, outra, para um sistema industrial.
>
> Compreendem os editores de jornais e empresários gráficos que o âmbito restrito de um jornalismo mais literário e mais político já não atende às exigências da sociedade, de um país em transformação, ávido por incorporar os avanços das comunicações. Uns e outros partem na direção da melhor qualidade de seus produtos. (ibidem, p.108)

No curso da Primeira Guerra Mundial, a imprensa percebe e absorve as mudanças sociais, especialmente a relação dos povos com o sistema de comunicação de massa. O jornal menos literário e mais noticioso se faz com as notícias vindas de bonde, de trem e de navio, além do emprego de escritores e publicistas consagrados, cujos textos eram publicados em oficinas com linotipos a motor elétrico em substituição ao motor a gás. Não há como separar desenvolvimento técnico de produtividade intelectual:

> De um ponto de vista estritamente técnico, a grande transformação por que passa a imprensa brasileira na virada de século é o início do emprego dos métodos fotoquímicos de reprodução. E isto se dá, de fato, a partir de 1º de maio de 1900, quando começa a circular a Revista da Semana, de Álvaro de Teffé. Até então, os processos de reprodução mais comuns eram ou a litografia – que obrigava um Agostini, por exemplo, a desenhar "diretamente sobre pesadas pedras, às avessas, para que, na impressão, o resultado aparecesse natural" – ou a gravura em zinco ou cobre – onde o ilustrador deveria desenhar sobre papel gelatinado, "obedecendo ao tamanho exato que deveria ter o clichê, fosse ele de uma polegada". Métodos substituídos desde 1900 pelo fotozinco e pela fotogravura. (Süssekind, 1987, p.72)

A expansão territorial da imprensa seria inevitável, pois essa permitira criar uma base econômica mais sólida às empresas em crescente fortalecimento. Anunciava-se o corte do cordão umbilical com

o Estado, embora esse ainda fosse o grande patrocinador de boa parte do sucesso de muitos periódicos nacionais. Tal como a República, a imprensa haveria de "ser" alguma coisa para um público parco, irrisório, comparado a mercados amplos como o norte-americano.

A fase de consolidação indicava outros rumos em termos de visão de mundo das oligarquias. Ainda que orbitando ao redor dos detentores dos capitais, a imprensa vai se libertando à medida que o caráter empresarial firma-se em contraposição ao provinciano costume da encomenda de notícias. A fase de transição de uma imprensa panfletária para uma profissionalizada apresenta uma consciência dominante de que "a imprensa deve situar-se num plano de interesse público, de identificação com os sentimentos de valorização da ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e de conquistas sociais voltadas para o indivíduo" (Bahia, 1954, p.108). Mesmo com as encomendas das opiniões por parte do governo, sem dúvida o jornalismo vivia um momento próspero, inédito na história da imprensa brasileira (Luca & Martins, 2006, p.37-8):

> Essa fase próspera resultou da especial conjuntura vivida pelo país, definida pelo momento econômico de apogeu do café e diversificação das atividades produtivas; pela nova ordem política republicana, com programas de alfabetização e remodelação das cidades; pela agilidade introduzida pelos novos meios de comunicação; pelo aperfeiçoamento tipográfico e avanços na ilustração, enquanto as máquinas impressoras atingiam velocidades nunca vistas.
>
> A imprensa mais profissionalizada passou a figurar como segmento econômico polivalente, de influência na melhoria dos demais, visto que informações, propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam outros circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa – potencializavam consumo de toda ordem.

Não é difícil imaginar que "virar" jornalista passa a ser uma ambição de jovens da capital e do interior. Embora não dominando o meio, indivíduos advindos das oligarquias agrárias do interior transformam-se em empresários, o que abre portas para profissionais em busca de

alocação nas salas editoriais. Decretava-se o fim do jornal como empreendimento individual, como aventura isolada nas grandes cidades, sendo esse tipo de imprensa relegada ao interior, onde sobreviveria com menor ou maior folga ao longo do tempo.

A relação do público com o jornal não mais se dá simplesmente por adesão a este ou aquele grupo político. Mesmo quando perdedores nos embates com o governo, os jornais saem fortalecidos pela identificação popular com suas posições ideológicas, ainda que popular não significasse mais que uma camada letrada da cidade e dos leitores da oligarquia no interior paulista. É o contexto em que apareceria a marca de Monteiro Lobato, com a figura do Jeca Tatu (Bahia, 1954, p.178):

> Nesse período de quase quinze anos, contado a partir da primeira agência nacional, *A Eclética*, na década de 10, técnicas de *outdoor*, painéis de estrada, mala direta, *house organ*, promoções, se desenvolvem rapidamente com base em recentes processos de produção gráfica, geram empregos, formam novos especialistas.
>
> Esse surto de tecnologia da comunicação impressa coincide com o aparecimento do Jeca Tatu – o caboclo pobre, casado com mulher magra e feia, pai de crianças pálidas e tristes, vivendo no mato, numa casinha de sapé – de Monteiro Lobato, cuja história divulga as virtudes da Ankilostomina e do Biotônico Fontoura. O folheto (preparado por Lobato com o estímulo de Cândido Fontoura, ambos redatores de *O Estado de S. Paulo*) alcança em 1941 a marca de 10 milhões de exemplares.

Lobato na grande imprensa

Quando Lobato vem à luz no mundo da grande imprensa, essa já caminhara um trecho na conquista da solidez econômica e da liberdade política de opinião. Lobato está a caminho de sua profissionalização como colaborador de periódicos. Embora herdeiro, a partir de 1911, da Fazenda do Buquira, escrever para jornais corresponderia muitas vezes, conforme o escritor deixa registrado para a posteridade nas cartas aos amigos, ganhar dinheiro (Luca & Martins, 2006, p.40):

> Logo, o literato profissionalizou-se por meio do jornalismo, pois havia um fato real: pagava-se! Os jornais introduziram tabelas fixas para salários, contemplando com valores substanciosos nomes de expressão no panorama político e literário. Isso desencadeou muito questionamento e crítica. Intelectuais bem-sucedidos, que também atuavam com sucesso na propaganda, especialmente Coelho Neto e Olavo Bilac, tornaram-se alvos preferenciais dos ataques.

Nas próprias palavras de Lobato, percebem-se os indícios da passagem de uma escrita dos "escolhidos" para uma escrita mensurável em valor de troca, o que é observado na carta de 7 de junho de 1909, a Rangel, em *A barca de Gleyre* (Lobato, 1957, p.238-9):

> Nada sei de Ricardo. Estará no *Comércio de S. Paulo*? Suspeitei-o, encontrando por acaso um número desse jornal em que vinham os clássicos e nunca assaz republicados *Elefantes* do Lecomte de Lisle da sua tradução e também o meu *Gens ennuyeux*, que entra assim na quarta edição em jornal. A mim não convidou para colaborar. Donde recebi convite foi da *Tribuna* de Santos, jornal cor de rosa que o Valdomiro Silveira dirige, e já mandei como pano de amostra uma coisa cruel contra o Hermes. Prometem pagar a colaboração logo que concluam lá umas reformas. É preciso que a literatura renda ao menos para o papel, a tinta e os selos. A primeira coisa paga que escrevi foram artigos sobre o Paraná, coisa de oitiva. Renderam-me 10$000 cada, uma assinatura de *Reveu Philosophique* (33 francos), um Aristófanes completo e um belo canivete de madrepérola com saca-rolha. Não foi mau o negócio, e assim pilhemos tão alta remuneração para tudo quanto produzirmos.

Ainda em relação a Lobato, o ano de 1914 marca-se pela aparição reconhecida num jornal de grande porte como *O Estado*, porém, não o surgimento de um literato a profissionalizar-se, pois que sua formação já vinha de anos se dando em outras folhas. O que acontece a partir de 1914 é a intensificação de um processo de participação no meio jornalístico de maior calibre tanto em número de leitores quanto em finanças. A compra da *Revista do Brasil*, em 1918, surgiria como a possibilidade de dizer tudo o que gostaria e como quisesse (Azevedo et al., 2006, p.119):

> Nascida em setembro de 1915 como uma sociedade anônima formada por sessenta acionistas, na sua maioria intelectuais, políticos e jornalistas ligados ao grupo do *Estado*, a *Revista do Brasil* é lançada em janeiro do ano seguinte. "A vingança da peroba", no terceiro número, marcou a estréia de Lobato no periódico, onde colabora com contos, artigos e críticas de artes plásticas.
>
> Há algum tempo Lobato já se considerava um dos donos da *Revista*, conforme confessou, em tom de gracejo, ao amigo Rangel. Agora, com disponibilidade financeira, começava a pensar seriamente na hipótese.

Apesar dos conflitos entre o literato e o jornalista, Lobato não via os periódicos com ceticismo – mesmo porque considerar-se um dos donos é forte indício de uma presença de liderança no grupo, não de simples colaborador. Em 1918 efetiva a compra "através de escritura passada no 1º Tabelionato da capital, de Filinto Lopes", por cinco contos de réis negócio "incluindo móveis, o estoque de exemplares e o título, avaliados em torno de três contos –, além de um passivo que girava por volta dos dezessete contos" (ibidem, p.120).

O ano 1918 também marca o envolvimento de Lobato com o problema do saneamento básico brasileiro. Ao se posicionar em mais uma causa nacional, o jornal *O Estado de S. Paulo* demonstrava sua capacidade de mobilização e influência no cenário sociopolítico. A presença de Lobato, por sua vez, implicava algo semelhante. Viajando com a equipe de Artur Neiva, conferiu *in loco* o problema e sua pena era posta a favor da causa. "Antes de findar o ano de 1918, são os artigos reunidos em volume, por decisão da 'Sociedade Eugênica de São Paulo' e da 'Liga Pró-Saneamento do Brasil'" (Cavalheiro, 1955, p.235). Lobato efetivamente tornara-se "um nome" no jornalismo da primeira metade do século XX, um nome que, embora indique seu papel de jornalista, indica ainda um diferencial em relação à categoria profissional em franca ascendência.

Como várias vezes anunciara por cartas a Godofredo Rangel, o jornal havia propiciado a janela de que precisava para se transformar em escritor. Comandando a *Revista do Brasil*, está a um passo de editar a si mesmo, o que faz rapidamente nos anos de 1917 e 1918, respectivamente:

> Com a experiência bem-sucedida de duas primeiras publicações autofinanciadas – *O Saci-Pererê: resultado de um inquérito* e *Urupês* – Lobato desenvolve ali mesmo, paralelamente ao comando da *Revista do Brasil*, o embrião de uma seção editora. Dado o êxito junto ao público – a primeira edição de *Urupês*, de mil exemplares, esgotara-se em surpreendente velocidade, assim como as três posteriores, consumidas com igual rapidez –, ele repete a experiência com outros autores. E, na contramão das práticas editoriais, prioriza os novatos, lançando gente praticamente desconhecida. "Naquele tempo, para alguém editar um livro tinha que possuir um destas qualidades: ser rico, ter prestígio junto a um medalhão, ou ser filho de pai ilustre", explicaria mais tarde. (Azevedo et al., 2006, p.122-4):

A figura de Monteiro Lobato envolvido com causas defendidas abertamente nas páginas do *Estado* não se contrapõe a práticas empresariais mais vigorosas. O que se explica também em relação a *O Estado*. O jornal insurgia-se contra a tendência centralizadora da política brasileira desde sua fundação, dado que "em seu projeto político, fazia-se presente uma concepção de Estado que se fundava na teoria evolucionista, no princípio liberal de autonomia dos Estados e na experiência prática de alguns países, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte" (Capelato & Prado, 1980, p.26).

As relações com a imprensa americana se intensificaram nos anos 1920. As datas são importantes para se compreender tanto a atuação da imprensa brasileira no cenário internacional quanto o próprio contexto em que se inseria Lobato como ativo membro do grupo: "Do Primeiro Congresso Panamericano de Jornalistas, em maio de 1926 na cidade de Washington, participaram 14 representantes brasileiros" (Silva,[1] 1991, p.76). Entre eles, Gilberto Freyre, representando o *Diário de Pernambuco*. Herbet Moses de *O Globo* e Nestor Rangel Pestana de *O Estado de S. Paulo* fizeram-se presentes tanto por meio dos telegramas quanto por meio da aproximação que se dava de modo oficial entre os

---

1 É importante ressaltar que não há homogeneidade na abordagem sobre a relação da imprensa americana com a brasileira. Para esse autor, por exemplo, a influência se dá muito mais pela política imperialista americana que por outros mecanismos de apropriação, como sugerem Bahia (1954) e Sodré (1966).

países. No caso do congresso, o ponto principal era a ampla liberdade de imprensa. No quadro de internacionalização, Monteiro Lobato seria peça-chave para convencer o público jornalístico – produtores e leitores – dos benefícios dessa aproximação:

> Entre intelectuais que exerciam a profissão jornalística de forma intermitente, mas que ainda assim tinham grande ascendência sobre a categoria e sobre a opinião pública, a maioria continuava contrária à influência dos americanos. Entre estes, Alceu Amoroso Lima, Antonio Torres e Agripino Grieco. Mas um passaria a defendê-la com entusiasmo crescente: Monteiro Lobato, que em 1927 foi nomeado adido comercial do Brasil em Nova York, onde morou por quatro anos e meio. "Sinto-me encantado com a América. O país que eu sonhava. Eficiência. Galope. Futuro. Ninguém andando de costas." O poder de Lobato não deve ser medido apenas pela influencia que possa ter exercido sobre seus contemporâneos. É impossível contabilizar, mas não é desprezível, o que ele transmitiu ao longo das gerações seguintes de valores compatíveis com o modo de pensar americano a milhares de crianças que se tornariam jornalistas e responsáveis pelas redações dos mais importantes diários do país. (ibidem)

O entusiasmo de Lobato com a América estaria em consonância com sua visão de mercado para a literatura: "Monteiro Lobato foi o primeiro escritor brasileiro a conceber a literatura como mercadoria. Não teve o menor pudor de enviar uma carta aos donos dessas casas comerciais propondo: quer vender também uma coisa chamada livro?" (Costa, 2005, p.75). Evidentemente, porém, conceber a literatura como produto não justificaria tão simplesmente a aproximação do escritor com o jornal. São, pois, as questões ideológicas, concepções de mundo no contexto das quais o mercado é um dos fatores, que fazem de Lobato um "sapo" permanente da lagoa de *O Estado*. "Sapo de redação", título que, atribuído aos partidários das ideias do jornal, poderia ser um nome mais chistoso, suave, para a presença intensa de personalidades fortemente atadas às concepções de sociedade e política do periódico.

É justamente a conjunção de funções, característica do momento vivenciado pelo jornalismo no Brasil, que permite ao escritor paulista fazer de seus textos publicados em jornais livros em que os artigos vinham a

público organizados segundo critérios do próprio autor. Se isso tem a vantagem editorial e literária de registrar de modo mais pertinente a obra de um escritor, também contribui de modo relevante para se obscurecer o "jornalista" Monteiro Lobato. O apagamento do "escritor de jornal" se deu pelo próprio autor que, apesar dos reveses vivenciados na busca de dar ao país riqueza das mais diversas formas, legou à posteridade um conjunto de textos por ele selecionados como representativos de sua produção, muitos dos quais retirados das páginas de *O Estado* e reescritos pelo experiente autor e editor para suas obras "completas".

A presença de Lobato em *O Estado*

A fim de se compreender a dimensão das alterações posteriormente realizadas nos textos publicados em *O Estado* entre 1913 e 1923, o cotejo entre os artigos publicados em jornal e a versão das obras completas ainda em circulação pode elucidar alguns pontos a respeito da produção lobatiana para jornal.

O primeiro artigo publicado por Lobato em *O Estado de S. Paulo* aparece em 30 de outubro de 1913, com o título "Entre duas crises", à página 3 do jornal:

Quadro 1 – Artigos de Monteiro Lobato publicados em *O Estado de S. Paulo* (ano/página)

Título	Data	Número(s) da(s) página(s)
1. Entre duas crises	30.10.1913	3
2. Uma velha praga	12.11.1914	3
3. Urupês	23.12.1914	6
4. A caricatura no Brasil I	27.1.1915	4
5. A caricatura no Brasil II	28.1.1915	5
6. Como se formam lendas	16.2.1915	4 e 5
7. A hostefagia	11.4.1915	4
8. O "problema nacional"	26.5.1915	3 e 4
9. A propósito de Wasth Rodrigues	9.1.1916	5
10. A conquista do nitrogênio	15.1.1916	3
11. Pensionamento dos artistas	16.1.1916	3

12. Cidades mortas	29.2.1916	3 e 4
13. Os subprodutos do café	29.11.1916	3 e 4
14. O aproveitamento integral da laranja	13.12.1916	3
15. A estátua do patriarca	25.12.1916	10
16. A grande oficina-escola (I)	1.1.1917	4
17. A grande oficina-escola: a exposição anual (II)	5.1.1917	4
18. A criação do estilo (III)	6.1.1917	5
19. A questão do estilo	25.1.1917	3
20. O saci	5.2.1917	3
21. A questão do estilo	11.2.1917	3
22. O problema do trigo no Brasil	7.4.1917	2
23. Saneamento do Brasil: A ação de Oswaldo Cruz (I)	18.3.1918	3
24. Saneamento do Brasil: 20 milhões de opilados (II)	19.3.1918	4
25. Saneamento do Brasil: Três milhões de papudos e idiotas (III)	20.3.1918	3
26. Saneamento do Brasil: Doze milhões de impa-ludados (IV)	21.3.1918	4
27. Saneamento do Brasil: Diagnóstico (V)	22.3.1918	3
28. Saneamento do Brasil: Reflexos morais (VI)	23.3.1918	3 e 4
29. Problema do saneamento: Primeiro passo	5.4.1918	3
30. O saneamento: "Déficit" econômico, função do "déficit" de saúde	7.4.1918	3
31. O problema do saneamento: Um fato	12.4.1918	3
32. A fraude bromatológica	14.4.1918	3
33. Rondônia: Visão do futuro e visão do passado (I)	19.4.1918	3
34. Rondônia (II)	23.4.1918	3
35. O problema do saneamento: Início da ação (I)	12.5.1918	3
36. O problema do saneamento: Iguape (II)	15.5.1918	3
37. Saneamento e higiene: As novas possibilidades das zonas cálidas	3.6.1918	4
38. Exposição Georgina – Lucílio de Albuquerque	25.2.1919	3
39. A revolução do ensino	18.11.1920	4
40. Estradas	2.4.1921	3
41. O cinema científico	26.5.1921	3
42. Um grande artista	16.11.1921	4
43. O teatro brasileiro	14.10.1922	3
44. Oswaldo Teixeira (pintura)	18.5.1923	4
45. A futura essem do sertão	6.6.1923	3

É importante lembrar que as datas revelam a periodicidade relativa à presença de Lobato na edição matutina de *O Estado* – a "oficial". "Para-

nóia ou mistificação – a propósito da exposição Malfatti", por exemplo, aparece na edição vespertina do periódico, em 20 de dezembro de 1917, motivo pelo qual não se encontra registrado no Quadro 1.

Observa-se pela localização que os artigos situam-se entre as páginas 2 e 5, isto é, no "miolo" do jornal; nunca na primeira página – geralmente dedicada a relatos sobre problemas políticos de dimensão nacional ou internacional, nem passando da quinta, pois que as posteriores eram voltadas para os anúncios das demais publicações comerciais. Oscilando entre 12 e 16 páginas, o jornal mantinha a configuração básica por meio dessa divisão. As estreitas colunas, regularmente oito, eram preenchidas conforme a necessidade sem muito cuidado para com os olhos dos leitores. Por vezes, uma notícia iniciada no meio de uma coluna passava à outra, inserindo-se entre anúncios publicitários, apresentação certamente habitual para o leitor que tinha em *O Estado* um dos melhores jornais em circulação.

Em 1913, Lobato publicou apenas "Entre duas crises", artigo que não aparece em seus livros. "Uma velha praga" e "Urupês", de 1914, são publicados em *Urupês*, de 1918. Os artigos sobre caricatura, "A caricatura no Brasil I", "A caricatura no Brasil II"; "Como se formam lendas" e "A hostefagia", estão compilados em *Idéias de Jeca Tatu*, de 1919, com exceção de "O 'problema nacional'", embora do mesmo ano, dos demais, 1915, não publicado posteriormente em livro. De 1916, "A propósito de Wasth Rodrigues", "A conquista do nitrogênio", "Pensionamento dos artistas" e "A estátua do patriarca" são editados em *Idéias de Jeca Tatu* (1919); "Cidades mortas" compõe livro ao qual empresta seu título, *Cidades mortas*, também de 1919, e "Os subprodutos do café" e "O aproveitamento integral da laranja" não são publicados. Em 1917, os dois primeiros textos do ano abordam o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – "A grande oficina-escola (I)" e "A grande oficina-escola: a exposição anual (II)", artigos não publicados integralmente nas obras completas de Lobato, tal como "O problema do trigo no Brasil" também não ficaria registrado em coletâneas posteriores. É o terceiro texto da série, "A criação do estilo (III)" que aparece em *Idéias de Jeca Tatu* (1919), obra na qual também estão dois artigos intitulados "A questão do estilo", um de janeiro, outro de

fevereiro; e "O saci". Os artigos sobre saneamento básico, publicados em *O Estado* em 1918, são quase todos enfeixados em *O problema vital*, também de 1918: "A ação de Oswaldo Cruz", "20 milhões de opilados", "Três milhões de papudos e idiotas", "Doze milhões de impaludados", "Diagnósticos", "Reflexos morais", "Primeiro passo", "O saneamento: 'Déficit' econômico, função do 'déficit' de saúde", "Um fato", "A fraude bromatológica", "Início da ação", "Iguape" e "As novas possibilidades das zonas cálidas". Embora da mesma série de artigos, "Rondônia: visão do futuro e visão do passado (I)" e "Rondônia (II)" integram *Idéias de Jeca Tatu* (1919). De 1919, o artigo "Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque" viria a compor, postumamente, *Conferências, artigos e crônicas* (obras completas, 1959). Em 1920, aparece em novembro "A revolução do ensino", texto não publicado em livro. "O cinema científico" e "Um grande artista", de 1921, registram-se em *Idéias de Jeca Tatu* (1919), sendo "Estradas", do mesmo ano dos outros dois textos, não editado posteriormente. De 1922, "O teatro brasileiro" aparece em *Conferências, artigos e crônicas* (1959). Finalmente, encerrando o período anterior aos anos 1930, os artigos "Oswaldo Teixeira (pintura)" e "A futura essem do sertão", de 1923, também não estão publicados.

Como se nota, a produção dos artigos cresce de modo exponencial entre 1913 e 1918. Da presença única de "Entre duas crises" de 1913, tem-se em 1918 a ostensiva campanha sanitarista empreendida por *O Estado* na qual Lobato atuou de forma marcante – os quinze artigos publicados ao longo do ano permitiram enfeixá-los tanto no livro *O problema vital* quanto, como atestaria o próprio escritor, ver seus textos comentados e republicados nos mais diversos periódicos do país.

Pela comparação das datas dos artigos com as obras completas, nota-se que alguns textos foram posteriormente agregados aos livros da coletânea – os artigos de 1921 aparecem em *Idéias de Jeca Tatu* (1919) na edição atualmente[2] em circulação. O que não invalida a hipótese de ter sido primeiramente publicado em livro e posteriormente em

2 "Atualmente" – referências às obras completas de Monteiro Lobato, pela Editora Brasiliense, ainda em circulação (2010).

jornal, embora esse não fosse o caminho mais comum dos artigos de Lobato. Ao se refinar o Quadro, percebe-se que dos 44 textos, 11 não foram publicados em livro:

Quadro 2 – Artigos de Lobato não publicados em livro

Título	Data
1. Entre duas crises	30.10.1913
2. O "problema nacional"	26.5.1915
3. Os subprodutos do café	29.11.1916
4. O aproveitamento integral da laranja	13.12.1916
5. A grande oficina-escola (I)	1.1.1917
6. A grande oficina-escola: a exposição anual (II)	5.1.1917
7. O problema do trigo no Brasil	7.4.1917
8. A revolução do ensino	18.11.1920
9. Estradas	2.4.1921
10. Oswaldo Teixeira (pintura)	18.5.1923
11. A futura essem do sertão	6.6.1923

Do total do conjunto, destacam-se mais uma vez os textos de 1918, os quais foram integralmente aproveitados em publicações posteriores. Se isso se deve ao sucesso da campanha e do mercado editorial em que Lobato se encontrava, não se pode deixar de notar que os textos de *O problema vital*, livro do mesmo ano da série sobre saneamento e saúde estampada em *O Estado*, incorporou o calor da hora e veio a público como "resultado" do trabalho investigativo empreendido pelos intelectuais – especialmente Lobato – envolvidos na campanha sanitarista.

O problema de definir os temas: a tentativa de categorização sobre "o que escrevia Lobato" leva ao impasse da produção lobatiana como um todo em *O Estado*. "Uma velha praga" trata de sociedade? De economia? Ou de representação do homem brasileiro? O tema central é realmente a queimada, ou apenas o mote para expor as inumeráveis pragas do Brasil? Ou se quer apenas tratar de uma praga, o caboclo ignorante francamente oposto à imagem do homem festejado como ideal no país ideal?

A proposta de se definir do que tratam os textos de Lobato falha à medida que eles dialogam com temas recorrentes, reiterados ao longo de toda a produção, mesmo quando o autor se debruça sobre algo aparentemente tão ameno como a caricatura. O atraso brasileiro em

relação aos países desenvolvidos, a ausência de iniciativas para alçar o Brasil a um Estado de desenvolvimento requerido tanto por Lobato quanto por aqueles que compartilhavam desse ideário em *O Estado*, constituem o assunto que perpassa e permanece no conjunto.

Depreender o discurso sanitarista da série publicada em *O problema vital* (1918) é tarefa sem nenhuma dificuldade para o leitor de hoje, e possivelmente o fora ao leitor de 1918; mas um texto como "Os subprodutos do café" (29.11.1916) coloca em xeque qualquer categorização mais simplista: abordam-se questões econômicas por meio da ciência? Ou a ciência é abordada sobre uma visão econômica? Busca-se a valorização do saber científico? Ou é crítica implícita ao ensino de cunho bacharelesco no Brasil?

O mesmo se dá com "O teatro brasileiro" (14.10.1922) – entre a crítica ao modo de fazer teatro e a viabilidade econômica, o leitor depara com um texto otimista em relação ao teatro nacional. Otimismo que se dá pela via da projeção de uma arte para todos, a preço baixo, com qualidade e, sobretudo, visceralmente nacional. É Arte ou Economia? Sociedade ou Educação das massas? Tudo converge para um ponto: dar caminhos para um Brasil construído nos textos de Lobato e dos demais companheiros de *O Estado*.

Em outros termos, alguns assuntos podem ser vistos como temas geradores os quais Lobato toma para conduzir o leitor por outras perspectivas, ainda que se tenha à frente um texto ainda menos pretensioso como "O saci" (5.12.1917), o qual, no seu contexto, equivale nada menos a uma proposta brasileira para a arte brasileira – o intuito do escritor parece contar justamente com a "leveza" do tema para cooptar mentes a seu favor.

Quanto ao cotejo dos textos publicados em jornal e as edições das obras completas, há alterações de vocábulos e estruturas frasais em todo o conjunto de artigos transpostos aos livros. Porém, para o leitor atual seria muito arriscado afirmar, por exemplo, que este ou aquele vocábulo foi substituído por ser mais acessível ao leitor do jornal ou do livro da época. Além disso, são os cortes ou acréscimos de trechos que oferecem material mais rico para a observação da relação do escritor com o texto em circulação em *O Estado*.

Na sequência cronológica, o primeiro texto que merece atenção "Uma velha praga" (12.11.1914). Após comentar sobre a justiça para o responsável pelas queimadas – "é uma justiça sumária que não pune, entretanto, dado o nomadismo do paciente" – o artigo do jornal acrescenta: "nas leis do país não há penas, nem meios de colher nas malhas da justiça tais réus, e tolo será quem recorrer às autoridades: os escrivões redobrarão os prejuízos da queimada". Entendendo "autoridade" como os representantes da justiça, Lobato ataca uma instância fundamental para a constituição da sociedade democrática que defendia. Mas é ao final do texto, no ponto em que o artigo publicado em livro é encerrado, que se faz apelo ao poder público quanto à prática das queimadas. Lobato aponta o problema das inspetorias, demonstra ineficiência do Estado e da União para intervir, restando às câmaras municipais a única saída:

> Há uma postura adotada em quase todos os códigos municipais, prescrevendo, sob pena de multa, um aceiro de tais e tais dimensões em redor de todos os roçados destinados à queima. Como, entretanto, se não curou dos meios de lhe fiscalizar a execução, tão sábia providência dorme no cemitério da letra morta. É mister, é urgente tirá-la daí completando-a de modo a extrair dela todo o benefício de que é capaz. E isso se conseguirá facilmente. Um meio prático seria atribuir aos inspetores de quarteirão a tarefa de verificar se os aceiros obedecem às condições exigidas, proibindo-se terminantemente, sob fortes penas, o deitar fogo às roças sem a prévia inspeção dessa autoridade.
>
> Avultado como é o número de tais inspetores, ramúsculos terminais que são da árvore da Autoridade, o serviço se organizaria facilmente, com grande eficácia, sem despesas, sem barulho, sem burocracia.
>
> Só das Câmaras é lícito esperar alguma coisa neste sentido. A União cuida de casos políticos, e mesmo que voltasse a atenção para este problema, viria com uma dessas máquinas pesadas, complicadas, matracolejantes, caríssimas, como a Defesa da Borracha de papeluda memória, caranguejolas que só funcionam nos relatórios e nas folhas do Tesouro.
>
> O Estado...
>
> Só as Câmaras, só as Câmaras poderão providenciar eficazmente, só eles conhecem de perto as necessidades locais, só delas poderão sair a medida prática e simples capaz de acalmar o funestíssimo fogo de Agosto.
>
> A elas, pois, o brado de misericórdia da legião de prejudicados.

Deixando, pois, ao texto das obras completas a denúncia de tal prática prejudicial à qualidade do solo, no texto jornalístico Lobato fazia da conclusão apelo direto e irrefutável ao poder municipal. Já em "Urupês" (23.12.1914) as alterações são bem menores. No entanto, em meio aos comentários nada elogiosos ao caboclo, o escritor não contém uma espetada nos "figurões": "note-se o orgulhoso entono com que respeitáveis figurões batem no peito exaltando comovidos: sou raça de caboclo!".

Dos textos sobre caricatura, "A caricatura no Brasil – I" (27.1.1915) e "A caricatura no Brasil – II" (28.1.1915), é o segundo que sofreria modificação significativa. A segunda parte da matéria, no dia 28, tem a arte caricatural em terras nacionais como objeto de análise. O primeiro corte perceptível contribui para a diminuição do descritivismo – "não raro chicoteava uma flecha no galo da igreja matriz – porque já as havia com o galo de lata a cantar ventos na torre. Celerados, meirinhos, e preto d'Angola 'intra-muros': 'extra-muros' sertão, papagaios, jaguares e aimorés sanhudos: era isso o país" – os parágrafos recortados da sequência demonstram a agressividade alcançada por um texto cuja pretensão de colocar a sociedade brasileira caricaturalmente em letras de jornal não pode ser negada:

> Sobretudo depois que o Brasil se naturalizou cidadão francês.
>
> O riso nosso é uma careta muscular sem gênese na alma. Pelos cassinos, diante de cançonelistas francesas de "tutu" na cintura e duas rodelas de zarcão na cara, semelhantes a caquis, o brasileiro come-lhes as pernas com os olhos e careteia nas frascarices mais acentuadas sem entendê-las.
>
> E sai assobiando árias, muito ancho, na convicção de que riu, e que se divertiu.
>
> Nos "garden-paty" do Velódromo: parece que se reúnem ali para o saimento fúnebre da Alegria. Tais festas teriam melhor cenário no cemitério do Araçá, onde ao menos ririam as caveiras dentro das tumbas.
>
> Os rapazes recém-saídos do alfaiate só tem olhos para o vinco das calças; em vez de elegantes saem-no bezerros bem enfarpelados, mas com visíveis sintomas de tênia.
>
> As moças entre-examinam-se de esguelha; lembram terneiras de raça recobertas de gaze e sedas, mal aclimadas e corroídas do mesmo

> mal dos rapazes. Circulam, bocejam, e se vão, nos antes reluzentes, como sonâmbulas.
>
> O mal do país é esse, a bezerrice. Se algum químico decompuser o ar que se respira nos salões talvez encontre metido entre o oxigênio e o azoto algumas moléculas desse novo gás ambiente.
>
> Matéria de riso há as toneladas, para todos os paladares, para a chalaça offembachiana, para o sorriso do Eça, para o rinchavelho adiposo de Rabelais. Não obstante os nossos revisteiros e comediógrafos importam da velha Grécia os Telêmacos e Ulisses que lhes hão de divertir o público. Os nossos poetas são um chorar lágrimas como punhos sobre tais e tais ilusões perdidas – no fundo dos quais todo o mundo percebeu um amanuensado que falhou, quando não, a tábua da menina enfermiça dos fígados em cujos olhos de vitelinha clorótica se afogou o coração do tolo. Não há olhos para a feição do cômico indígena, nem verso, nem lápis que lh'a ironize.

A descrição é ácida e não discriminatória: a bezerrice é geral, em homens e mulheres. Também é retirado outro trecho de menor extensão, o que não diminui o tom caricatural do texto. Apontando a vontade dos leitores de serem retratados pela fotografia em páginas de jornais e revistas, o autor escreve que "com se multiplicarem tais grupos em tais revistas, pela reprodução fotogravada, a meia imortalidade conferida pelo azotato de prata se integrava em imortalidade inteiriça, tão sólida como a da Brasileira de Letras – e a folha apanha um bandão de assinantes". Para o leitor da época, expõe mais detalhadamente o problema da circulação de periódicos no Brasil, informação possivelmente julgada desnecessária para as obras completas:

> O óbice de maior calibre oposto ao periodicismo, entre nós, reside nos excessivos hiatos do povoamento. Entre um núcleo de população e outro, interpõe-se o deserto, qual muralha insuladora.
>
> Raro vinga uma folha transpor esse espaço pelo simples projetar-se na publicidade, como a bala, mirando o alvo da opinião pública; a distância encurva-lhe a trajetória, forçando-a a cair muito perto do ponto de partida; donde a necessidade de criar engenhosos meios de expansão.

Também é retirado o trecho no qual a metáfora da planta em crescimento explicava o sucesso dos caricaturistas citados no artigo:

> O apelo foi ouvido, e atendido.
>
> Todas as belas florações são assim, oriundas de uma semente fincada num monte de esterco. O aproveitamento industrial de todas as vaidadezinhas ingênuas e provincianas do país inteiro criou – é prodigioso! – a revista ilustrada de ampla divulgação. Não se lhes condenem o uso sistemático do catão, da insulsez, da ausência de arte e bom gosto; foram meios de criar indiretamente a atmosfera propícia ao desabrochar do desenho humorístico de boa liga.

É a metáfora do mata-pau que encerra o artigo de 1915, trecho que não aparece na publicação em livro, lembrando que à época das obras completas, entre 1946 e 1947, o contexto editorial do país era outro. Imagem recorrente nos artigos, o parasita vegetal serve, no caso, para explicitar a forma como grandes publicações podem se manter vivas ao longo dos anos, mesmo quando consideradas de segunda categoria, desprestígio corrente para a arte caricatural:

> Há pelos sertões uma parasita chamada mata-pau. As aves depõe-lhe as sementes no esgalho de uma perobeira. A semente germina, e cresce com preguiça, emitindo raízes em fios a prumo, que descem procurando a terra.
>
> Enquanto esses filamentos não n'a alcançam, a vida do mata-pau é uma mentira, é um viver de brisas, é um morrer agoniado pela dispnéia da seiva.
>
> Um dia, porém, alcançam as raizinhas débeis o solo e uma transfiguração estupenda assombra a mata. As radículas engrossam como calabrês, a clorose da folhagem vira pletora, a plantilha tolhiça de há pouco cresce aos pinotes, numa ânsia irrefreável de céu. As folhas incham de verdura. É que a boa seiva da terra lá sobe em jorros pela cordoalha e turge-lhe os tecidos de sucos vitais. Entra em luta com a perobeira, mata-a por estrangulação, como as jibóias, constringindo-a em cíngulos que se vão anelando pelo tronco da vítima. E a figueira mata-pau, estufada de orgulho, mostra à floresta espavorida, sobraçando-o ainda, o cadáver seco da perobeira.
>
> Isto não é retórica, é verdade e serve de símile à neo-caricatura indígena que, abandonando a esfera restrita das camadas que entrajam casimiras, vai meter raízes no suculento esterco que é o povo, único alfobre capaz de vitalizar a arte.

Em "Como se formam lendas" (16.2.1916), retira-se apenas uma estocada mais afiada nos tipógrafos mais sonolentos: "enriquecer assim a elocução humana de locuções de uso diário e tão belas como as onze mil virgens e as rosas de Malherbe, por meros cochilos de composição, assombra, deixando entrever de que prodígios tal raça de copista e tipógrafo seria capaz quando despertos". Quanto a "A hostefagia" (11.4.1915), os textos em livro mostram-se mais concisos, evitando-se reflexões desnecessárias ao andamento do texto, ou citações menos pertinentes ao leitor da época, como a que faz a Fulton, no momento em que cita Napoleão Bonaparte como exemplo de herói: "embora bem pesadas as credenciais o desprezado Fulton, seu contemporâneo, mais merecesse tal situação – se a humanidade fosse composta de filósofos"; ou reflexões interruptoras da linha de raciocínio principal do texto: "progredir: é conhecer, alcançar, 'ter consciência', de quanto a alma humana já nos tempos mais remotos sabia 'de instinto", isto é, inconscientemente. Ora, uma antropofagia consciente não destoa deste conceito". É importante notar que o trecho antecipa ao leitor sua tese, isto é, uma antropofagia bélica, o que é evitado na versão em livro, deixando para o consumidor da obra-livro a função de deduzir a ideia central do artigo.

Lobato, porém, certamente usou muitos de seus textos publicados nos periódicos como substrato para outros textos publicados em livros, prática que pode impedir a percepção sobre filiação entre as publicações. Essa correlação entre material de substrato e material re-elaborado pode ser percebida em "A propósito de Wasth Rodrigues" (9.1.1916) e "Pensionamento de artistas" (16.1.1916), os quais compõem dois outros textos de títulos diversos. O primeiro aparece em *Idéias de Jeca Tatu*, de 1919, como parte do texto "Estética oficial", embora o artigo "A paisagem brasileira: a propósito de Wasth Rodrigues" indique ao leitor uma correlação que, na verdade, se dá somente pelo tema, não pela reedição do texto. A outra parte de "Estética oficial" (texto do livro) é composta por "Pensionamento de artistas". No jornal, ao final deste artigo, encontram-se parágrafos posteriormente não publicados em livro, ainda que o conteúdo, como se afirmou, estivesse diluído em outros textos:

Bem poucas exceções bóiam à flor da regra geral. A espaços surde um Wasth Rodrigues sopesando copiosa ruma de estudos, denunciadores de uma operosidade assombrosa a serviço de um talento da melhor água.

Vê-se-lhe da exposição e do muito que não expôs, que é materialmente impossível produzir mais e progredir a passadas mais firmes.

É um que trabalhou por si e por uma dúzia de colegas esperdiçados num ócio sem dignidade por cafés onde bebericam absinto e alcouces onde praticam a "jardinagem perfumada" do xeique Nefzani.

Por mal seu o nosso público dinheiroso compra quadros unicamente por injunções do esnobismo, raro pela influição espontânea de um nativo senso estético. Adquire-os por virtude do nome bem colocado que se exibe a vermelhão num canto, embora o gatafunho célebre assine, às vezes, em tamanco.

Já vimos um figurão, de nome entre amadores, tomar de sobre a coluna uma estatueta de bronze, revirá-la de pernas para o ar, apontar com o beiço a assinatura – Charpentier, Ménusier ou Maçon – e exclamar entre babos de puro gozo apolíneo:

– Hein? que beleza, não? Mil francos e foi de graça.

A crítica, à sua conta, tem graves culpas no cartório. Entra-se de medo pânico quando lhe compete analisar a obra dum novo sem nome; fica-se medrosa em generalidades vagas, de um encomiástico frouxo, aplicáveis indistintamente a A. ou B. ou C.

Só tira da gaveta as bem adjetivadas análises d'arte com citações de Taine, quando recebe senha da crítica européia. Esta é a verdade, nus como quando saiu do poço.

O caso de Wasth Rodrigues é típico. Sua exposição foi recebida com parcimoniosa economia de juízos críticos; o público, na dúvida, incapaz de avaliar por si, vacila. E, no entanto, se não definem para Wasth todos os louvores de uma e todos os favores de outro, para quem se reservam tais mimos?

Este brilhante caso que é Wasth Rodrigues, como exceção que é, não salva da condenação o sistema paulista de fomento à arte.

Apesar de permanecer o elogio ao pintor nos textos em livro, é explícito o enaltecimento no texto do jornal. A menção ao "figurão" reaparece, e até mesmo o público é acusado de se portar dubiamente diante de obras que não mereceriam tal atitude. O despeito do escritor

em *O Estado* é evidente, encerrando a matéria com uma pergunta irônica, ausente na publicação em livro: "E a gente é rir-se também, pois havia de chorar?".

Ataques mais diretos, citando personalidades, também poderiam justificar um corte posterior no artigo. Em "A conquista do nitrogênio" (15.1.1916), mesmo em meio a considerações científicas, Lobato não perde de vista o interlocutor da oposição, afirmando o atraso brasileiro, pois que a repartição de agricultura dos Estados Unidos distribuía milhares de quilos de sementes inoculadas pela bactéria capaz de reter nitrogênio nas raízes das plantas, "diz-se que os resultados excederam à expectativa, apresentando as plantas esse viço enaltecido pelo sr. Teixeira de Freitas, na seção livre das folhas, sob o riso de incredulidade do sr. Cardoso de Almeida que, pelos modos, ainda está em Liebig". Para encerrar o artigo, um ataque em tom de pergunta retórica: "agora uma pergunta: a descoberta de Bottomley não será a mesma 'lei encantadora de inefáveis doçuras' que o ser. T. de Freitas conta em prosa cariciosa com mimos até aqui só empregados no verso para descantes à mulher amada?".

A alteração mais significativa em "Cidades mortas" (29.2.1916) é a ausência de um trecho reflexivo, ideia que é reiterada ao longo de todo o texto, possivelmente percebida como excessiva pelo escritor:

> A nossa gente não vinga prosperar senão onde uma vitalidade prodigiosa poreja do húmus negro da terra virgem como o fumegar quente de uma rês carneada de fresco.
>
> Em sendo mister lutar contra a avareza crescente do solo, refazer-lhe a fertilidade anemiada, criar fontes novas de riqueza, diversas das costumeiras, o homem fraqueja, coça a cabeça, e, se forte, emigra, se fraco, tomba em modorra para logo atolar na miséria.

"A criação do estilo" (6.1.1917) perde um trecho de pouca importância para o leitor do livro, não necessariamente contemporâneo do debate nas páginas de *O Estado*: "na casa Silveira Cintra, construção deste último, o pretório, o telhado, o frontão e inúmeros detalhes são inspirados pela arte colonial e dispostos com grande felicidade". Ou

porque a casa já não existisse, ou porque a referência estivesse muito datada, Lobato faz tão somente essa modificação mais relevante. O mesmo ocorre com "A questão do estilo" (25.1.1917). "O saci" (5.2.1917), por sua vez, apresenta modificação em razão do próprio contexto; em livro, fica o tema e sai a relação direta com o inquérito realizado na edição vespertina do periódico:

> Este inquérito pela massa preciosa de informações colhidas, fornecerá elemento para um livro curiosíssimo onde o Saci seja estudado rigorosamente à luz da ciência demonológica. Livro para o psicólogo e para o povo, duplamente interessante, pois. Este encontrará nele um reflexo da sua mentalidade, e divertir-se-á com os inúmeros casos narrados; aquele terá ali material para preciosas deduções. O inquérito continua aberto e breve será feito um concurso entre desenhistas e escultores, com prêmios às melhores representações do moleque demoníaco. Entrará ele, assim, definitivamente, para o seio da arte.

Para a edição em livro, Lobato acrescenta considerações mais literárias, apropriadas ao leitor que não pudera participar do inquérito pelo jornal: "E – dubitativos uns, céticos outros, afirmativos muitos – a conclusão de todos é a mesma: o Saci existe!..."; "– Como o Putois, de Anatole France?"; "Que importa? Existe. Deus e o Diabo ensinaram-lhe essa maneira subjetiva de existir...". "A questão do estilo" (11.2.1917) também não aparece com modificações quanto a reduções ou acréscimos em sua passagem para livro.

Em 1918, adentra-se ao conjunto de textos publicados posteriormente como *Problema vital*. O primeiro, abrindo a série, "A ação de Oswaldo Cruz" (18.3.1018) não apresenta modificações, bem como os demais textos não seriam modificados de modo mais marcante que a simples substituição de um ou outro vocábulo e a redistribuição de parágrafos. Em "Reflexos morais" (23.3.1918), porém, vê-se a retirada de um parágrafo em que o escritor faz referência direta a personalidade da época: "Se cotejamos o que éramos sob Pedro Segundo e o que somos sob Pereira Gomes, o sangue aflui-nos às faces – mas ficamos nisso. Reconhecemos que Pedro Segundo era a tampa, e que foi grande erro destamparmo-nos – mas onde a bela coragem de readaptar o uso da

tampa?". O uso do mundo biológico como representação das relações sociais também é mais restrito na versão em livro, considerando que a mesma relação já havia sido exposta em exemplo anterior: "Não é imoral o ato do tubarão humano que se guinda a um alto cargo político e ali se locupleta a si e à sua camarilha"; "Imoral é o subjugado que se deixa espoliar sem gesto de reação".

Comparação registrada em "Primeiro passo" (5.4.1918) também sofre restrição na revisão do escritor:

> Adaptados ao meio, eles copiam a tática dessa abelhinha preta muito nossa conhecida, que se enrodilha nos cabelos. Como elas, eles se alojam nos ocos dos jornaizinhos da roça, e nas rachaduras dos periódicos mais ou menos clandestinos das cidades grandes, onde fabricam o seu "mel de cachorro".

É nesse texto também que Lobato atacava diretamente o governo brasileiro por sua complacência com o estrangeiro, enquanto a população local padecia as amarguras das verminoses endêmicas e da alimentação precária. O trecho que não aparece na versão das obras completas é carregado de ironia e referência à contrastante realidade brasileira:

> Os povos fortes desprezam o estrangeiro. Em Roma "hospes" era "hostes". Para nós "hospes" é fetiche. Cada povo vive para si – nós queremos viver para inglês ver. Inda não nos capacitamos da verdade de Hobbes: o homem é o lobo do homem. Eles, o estrangeiro, coerentes com esse axioma sociológico, desprezam-nos – nós adotamo-los. Pagamos todos os insultos com língua meiga de cão batido – e tal atitude só dá em resultado aumentar-se o desprezo que eles nos votam. Viciamo-nos na sabujice a ponto de erigir como princípio a atitude acocorada e boquiaberta diante do atrevido dolicocéfalo melado. Esgotamo-nos em criar-lhes facilidades para que eles tenham cá um paraíso terreal e venham derrotar-nos dentro de nossa própria casa, enriquecer-se às rápidas, apossar-se de tudo, fazendo do pobre brasileiro um paria faminto e errante a gemer de lazeira num território que cada vez é menos seu. Os nossos governos vivem apostados em amimar quanto bípede louro, vermelho ou cor de coco, põe pé em nossos cais; dão-lhes o que eles pedem e o que não pedem; dão-lhes até

> justiça fácil e rápida – esse sonho inatingível do aborígine. Os congressos fazem leis protecionistas para prosperar as fábricas que eles se dignam armar por aqui. A vida encarece para a população inteira – que importa? Compensam-nos a honra de ver cogumelar do protecionismo novos condes. Milhões de brasileiros pagamos uma caixa de mau fósforo por cem réis, podendo tê-lo como outrora, e de primeira qualidade, a vintém, para que meia dúzia de dólicos espertos se repastem em milheiros de contos, e façam velas para a pátria com a "América feita".

"Cretinos!" – Lobato não economiza adjetivos que possam retratar a realidade local. Em "Déficit econômico, função do déficit da saúde" (7.4.1918) a eficiência do brasileiro é comparada detalhadamente para que o leitor não duvide do fracasso nacional, ainda que, em livro, não mais apareça:

> Alegarão os medrosos da verdade nua que a Argentina é uma terra privilegiada, senhora de ótima mesologia, terras planas fertilíssimas, nação beijada ao berço pelas fadas boas de Perrault. Será. Mas comparemo-nos com a Bolívia , onde o dissídio geográfico não é assim tão acentuado. O boliviano tem uma eficiência econômica muito maior que a do brasileiro. Mas a Bolívia é favorecida por isto ou por aquilo, reguingarão os Pangloss. Perfeitamente. Tomemos o Paraguai. Aqui sim, levamos uma pequenina vantagem. Ufanias!

A ironia também pode ter sido possivelmente diminuída em favor da fatura do conjunto, lembrando que, em livro, os artigos constituem capítulos, pelos quais muitas críticas se reiteram e se mostram por meio de diversos exemplos: "como primeiro passo nada mais digno da visão de lince dos estadistas frígios. Belisário que calcula a porcentagem dos opilados em 70% da população total do país, deve rejubilar-se com a munificência governamental". Mais uma vez, no jornal, Lobato faz da conclusão uma epígrafe apropriada à campanha pela saneamento – e, por que não, contra o bacharelismo reinante: "O 'animus photographandi' é uma precaução sugerida pelo instinto do pudor". Apesar dos cortes serem mais comuns, às vezes Lobato prefere acrescentar alguma consideração para que o leitor da obra

compreenda melhor os fatos, como é o caso de "A fraude bromatológica" (14.4.1918), que recebe esclarecimentos em *O problema vital*, de 1918 (Lobato, 1957, p.288-9): "cada falsificador tem à sua cauda uma corte de advogados administrativos, prepostos a inutilizar a ação dos poderes públicos, porque não há melhor negócio do que defender um falsificador. Gente que paga bem!". Acrescenta ainda na mesma versão em livro (ibidem, p.293): "agora, se um fiscal honesto apreende um produto falsificado e a Higiene Sanitária inicia o processo contra o homem, saltam logo em sua defesa os advogados da fama, que embrulham tudo, corrompem a justiça e acabam forçando o estado a pagar ao malandro gorda indenização".

Quanto aos artigos sobre Rondônia, "Rondônia – visão do futuro e visão do passado" (19.4.1918) e "Rondônia" (23.4.1918), ambos publicados sob o título sintético de "Rondônia" em *Idéias de Jeca Tatu*, de 1919, é em relação ao segundo texto que ocorrem alterações mais relevantes. No livro, é visível o entusiasmo do crítico com a obra *Rondônia*, de Roquette Pinto. Porém, na edição do jornal, Lobato se estende por mais três parágrafos nos quais focaliza a figura do autor-etnólogo, comentando inclusive a forma de escrever do cientista:

> O livro de Roquette Pinto é o mais interessante estudo publicado por um patrício sobre um tema que até aqui interessou muito mais aos estrangeiros do que a nós. Francamente, nós temos coisas muito mais sérias do que isto de ciência, esta maçada de raças autóctones e Gês e Nu-Aruaks. Temos, por exemplo, o estudo comparativo dos cem mil instantâneos fotográficos publicados pelas nossas revistas ilustradas onde se fixam as atitudes atuais, os sorrisos, os gestos, as passadas, as caretas do paredros Gês e dos estadistas Nus. Não nos sobra tempo para estudo dos outros, dos que trazem tanga. Apesar disso, nos momentinhos de folga que a Instantâneographin Comparada nos concede, é possível darmos nosso quarto de hora de atenção à obra deveras notável do emérito professor do Museu Nacional. Pela forma fragmentária de notas, pela amenidade da forma, pelo entregachamento de observações pitorescas relativas à paisagem, e aos incidentes da viagem, esse livro consagra um sábio e jeitoso processo de fazer ciência para Eloés. A ciência bem dosada nas "pink-pills" é ingerida sem que o percebamos. Arrastados pela parte

> anedótica vamos a boiar pela corrente do livro, com os olhos distraídos pelos quadros marginais e com o espírito alerta e alegre pelos "casos" e retratos, e observações psicológicas com que o autor entremeia e disfarça a aridez do estudo etnológico.
>
> O dr. Roquette Pinto é eminentemente compreensivo. Sabe fazer livros como os precisamos, livros que nos incutam ciência "malgénous".
>
> Se para finalizar dissermos do elemento sedutor que a sua simpatia pessoal sabe defluir no estilo, teremos feito o elogio completo da sua excelente Rondônia. E restará apenas estranhar o critério editorial do governo. Foi o governo o editor do livro, mas ao contrário de todos os outros editores, não o pôs à venda. Publicou-o para guardá-lo a sete chaves nos arquivos, donde os amigos filam alguns exemplares e o resto o caruncho comerá. Em matéria de publicidade é um critério perfeitamente Ge. Critério falso, mas, concorde-se, riquíssimo de cor local.

Se a delonga estava também a serviço da divulgação do livro – como mercadoria – os recortes de "Início da ação" (12.5.1918) estão relacionados, possivelmente, a questões políticas da época, compreendendo-se essa não só em relação aos poderes instituídos, mas às comunidades referidas ou identificadas:

> Se, por exemplo, algum "médico físico espontâneo" vai à Vila Americana, e lá, em comício na praça, convence ao prefeito de que é mister "metralhar o livro, bandeira de morte, de Belisário Pena – Saneamento do Brasil", e se esse prefeito desfaz pelo desleixo todo o serviço de terra realizado pela comissão sanitária, um enorme dispêndio de esforço e dinheiro estará irremediavelmente perdido. Entretanto, pela conservação rigorosa dessa obra, a Vila irá restituindo rapidamente aos cofres públicos, por meios indiretos, o que deles saiu para empatar-se lá.

Na sequência, o autor inicia comentário sobre o norte do país, concluindo o texto:

> O Brasil por lá desandou demais, desandou fora de toda a conta e medida.
>
> No Pará já aconteceu esta coisa inconcebível: os empregados do Museu Goeldi, esfaimados pelo calote oficial comeram um belo dia o famoso pirarucu, que era a maior curiosidade do museu. Outros apetites,

vendo aquilo, surgiram, e mais vorazes ainda, devoraram o resto. É fato virgem no mundo, o Museu Goeldi desapareceu da face da terra pela via digestiva das piranhas humanas. Ora, é lá possível crer em movimentos saneadores em zonas onde um fato como este é nada diante de outros bem mais sugestivos?

Excesso de informação ou referência imprópria à parcial ação rockfelliana – lembrando o elogio público que *O Estado* dedicaria à missão de Rockfeller contra a ancilostomose no Brasil, em 18 de março de 1918 – trecho mais extenso também é cortado em "Iguape" (15.5.1918), em sua edição como capítulo de *O problema vital*:

> Na de Iguape não se abrem privilégios dessa ordem poupando a vida a parasitos de tanta letalidade como o ancilóstomo, e além disso fere-se de frente com igual energia o Moloch malárico.
>
> Temos o vezo doentio de malsinar o nosso para realce do alheio. Fugindo a ele, arrastados pela evidência e premidos pela justiça, hemos de confessar que a ação de Iguape, sobre modelar reúne a maior economia à mais alta eficiência. Se houver procura de um paradigma para norteio de ações futuras é ali que hão de procurá-lo. O método Melchíades, consistente em não espaçar como é de praxe, a dose de timol e dá-la de uma só vez, em bloco, sem perigo de nenhuma conseqüência má, permite reduzir grandemente o trabalho e também encurtar a duração da refrega. Merece ampla divulgação.

A agressividade do texto também se mostra reduzida na versão em livro, retirando-se, por exemplo, trecho referente aos opositores à campanha sanitarista: "nem a campanha de rua da 'medicina físico-espontânea' nem o fincão maledicente dos que possuem a verminose localizada no cérebro". Fechando a série, "As novas possibilidades das zonas cálidas" (3.6.1918), publicado em *O problema vital* como "As grandes possibilidades dos países quentes" tem também sua referência ao gênero piteco minimizada, talvez uma suavização da imagem do homem selvagem primitivo: "lembrando um troglodita ressurrecto pelo atavismo, nas florestas da Sumatra, como lembrete vivo da nossa prosápia – 'memento homo quia simius est'".

Último texto submetido à comparação, "Um grande artista" (16.11.1921), publicado em edições posteriores de *Idéias de Jeca Tatu* – a primeira edição é de 1919, portanto, anterior ao artigo em jornal – traz uma conclusão posteriormente retirada para o livro, a qual demonstra como a adequação ao veículo é fato relevante para a escrita: "Vejamos agora como S. Paulo acolhe o maior pintor que a tem visitado. Vejamos se a Paulicéia se reabilita da ximenada em que escorregou". Evidentemente, a conclusão é um apelo ao público, uma busca de convencimento justificada somente num veículo diário e contemporâneo do leitor das páginas de *O Estado* de 1921.

Como se pode notar tanto pelos temas quanto pelo aproveitamento do material jornalístico para publicação em livro, Lobato divulga suas ideias numa cadeia de textos que, por todos os ângulos que se tente abordá-los, deixa ao leitor pistas de que o conjunto tem uma coerência interna no veículo em que está publicado. Se existe um *ethos* do enunciador (Fiorin, 2004, p.120), isto é, uma imagem do autor, essa imagem está imbricada na imagem do enunciador *O Estado*. Os valores, os temas, a freqüência de publicação, os elementos constitutivos do fazer jornalístico conformam uma *práxis* pela qual o Lobato jornalista pode receber outro título: publicista (Zilberman, 1985, p.13).

Longe da intenção de criar categorias para o enaltecimento do escritor, nomeá-lo como publicista é oportuno para se compreender como se dá a integração do escritor com *O Estado* e, ao mesmo tempo, como seu discurso tão próximo de outros intelectuais da roda do "velho órgão" pôde se destacar de um conjunto no qual as diferenças de conteúdo e forma não eram as mais radicais para que o leitor pudesse, com espanto, encontrar um novo jeito de escrever até ali inédito no periódico. O Lobato publicista possivelmente é o que tem mantido o Lobato jornalista estabelecido ao longo da história do sistema cultural brasileiro no século XX.

2
A formação de um publicista: Monteiro Lobato por Lobato

"Editar um veículo de comunicação e informação defensor da democracia, da livre iniciativa, idôneo, moderno e comprometido com o seu permanente aprimoramento."
("Missão", Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo, 1997)

Ser neto de visconde pode implicar muitas coisas. Entre elas, a possibilidade de ter acesso a um mundo de leitura muito distante da maioria das crianças brasileiras do final do século XIX, e isso numa grande biblioteca de um casarão da cidade: "Estantes enormes, cheias de grossos tomos. Ainda era cedo para entendê-los, mas o menino adorava folhear a 'Revista Ilustrada', de Ângelo Agostini, ou a 'Novo Mundo', de J. C. Rodrigues. Uma coleção do 'Journal des Voyages', foi, no entanto, o seu maior encanto" (Cavalheiro, 1995, p.23).

A importância que as revistas ganhavam no incipiente e magro mercado nacional aparece na preferência das leituras de Lobato. É muito provável que nelas o menino tenha se encontrado com textos literários, mas também com os mais diversos gêneros textuais nos quais a filosofia e a ciência certamente não estavam ausentes. O *Journal des*

Voyages, por exemplo, aparece em carta de 20 de janeiro de 1904, a Godofredo Rangel (*ABG*, 1957, I, p.50-1):[1]

> A biblioteca do meu avô é ótima, tremendamente histórica e científica. Imagina que nela existem o *Zan-Avesta*, o *Mahabarata* e as obras sobre o Egito de Champollion, Maspero e Breasted; e o Larousse grande; e o Cantú grande; e o Elyseé Reclus grande; e inúmeras preciosidades nacionais, como a coleção inteira da *Revista Ilustrada*, do Angelo Agostini, a do *Novo Mundo* de J. C. Rodrigues e mais coisas assim. Há uma coleção do *Journal des Voyages* que foi o meu encanto em menino. Cada vez que naquele tempo me pilhava na biblioteca do meu avô, abria um daqueles volumes e me deslumbrava.

Voltando os olhos para as origens, não se pode esquecer que a região de Taubaté encontrava-se em um momento de progresso econômico visível da cafeicultura paulista. Dentre os sinais de desenvolvimento, os jornais são indícios da circulação do dinheiro nas comunidades urbanas. Não se pode afirmar, porém, que Lobato tenha sido assíduo leitor dos jornais locais. Mas seu envolvimento com tabloides estudantis parece indicar que o neto do visconde conhecia bem a função do veículo, ideal para provocar furor entre os colegas, desancar a oposição, divulgar as próprias ideias. Antes de ser o produtor de seus jornais, Lobato já se iniciara numa prática de destrinçar os periódicos em busca do que mais lhe agradava, rudimentar processo de conhecer as entranhas do objeto de leitura que tinha nas mãos:

> Suas tendências iam todas para os livros, para as leituras. Arranjando um caderninho, gruda nele tudo quanto acha de mais interessante nos

---

1 Para evitar a repetição exaustiva dos títulos das obras, passa-se a referenciá-las pelas iniciais: *A barca de Gleyre* – ABG (I para o primeiro tomo; II para o segundo tomo); *A onda verde e o Presidente negro* – OV/PN; *América* – A; *Cartas escolhidas* – CE; *Cidades Mortas* – CM; *Conferências, artigos e crônicas* – CAC; *Idéias de Jeca Tatu* – IJM; *Mister Slang e o Brasil* – MSB; *Mundo da lua e miscelânea* – ML/M; *Na antevéspera* – NA; *Negrinha* – N; *O escândalo do petróleo e ferro* – OEPF; *Prefácios e entrevistas* – PE; *Problema vital* – PV; *Urupês* – U . Usa-se NR para "nota de rodapé".

> jornais e revistas que lhe chegam às mãos. "Últimas palavras de alguns homens ilustres", "Prelo histórico", "Lenda árabe", "As minas de carvão", "Circulação de trens", "Torpedeira rápida", "Episódio da vida de Napoleão, o Grande", "Os micróbios", "Os palmares", "Matança de reses" são os títulos de alguns desses recortes, que de mistura com simples anedotas, ora ilustradas por ele, ora por decalcomania, enchem o caderninho. (Cavalheiro, 1955, p.40)

"O Guarani" fora um jornalzinho estudantil gerado no Colégio Paulista, em que aos 14 anos o futuro escritor estrearia com um pequeno artigo com o pseudônimo de Josben. Pode-se deduzir que o tipo de produção empreendida pelo adolescente possivelmente não agradou a muitos paladares locais, ainda que todos juvenis, como o autor. E aí estava o temível "H2O" como prova:

> Não contente em colaborar nas folhas dos colegas e da terra, funda o próprio jornal, que intitula cabalisticamente de "H2O". Era um jornalzinho manuscrito, lido pelo próprio autor todos os sábados, no recreio, dentro de um quadrado de defesa. Acontecia que semanalmente o "H2O" bulia com um grupo, poupando os demais. Estes eram convidados a formar o "quadrado de defesa", contra os "ataques de cavalaria" dos "bulidos", os quais avançavam furiosos para empastelar o pasquineiro.
>
> Albino Camargo relembra que Lobato não perdoava os deslizes e os ridículos alheios. Sua pena, já nessa época, sabia causticar o adversário, conhecia o segredo de ferir a nota justa no aceso da polêmica. Era desabusado, e não perdoando a ninguém, enfrentava depois as "vítimas" com uma valentia não justificada pelo seu pequeno porte. Apesar disso, assegura Albino, jamais fugia às provocações, e na hora do rolo, agüentava a parada, embora não fosse dos mais fortes. Mas possuía muita coragem, e as ameaças não conseguiam fazer com que modificasse os conceitos e opiniões que ironicamente ia expendendo sobre os colegas nas páginas manuscritas do "H2O". (ibidem, p.52)

Pelo menos um traço do que os garotos concebiam como jornal é facilmente perceptível nas atitudes do jovem Lobato, ou seja, é a escrita por meio da qual se critica, ataca, polemiza. É Monteiro Lobato, já

experiente nas letras do mundo adulto, que relembra a inauguração de sua participação em "O Guarani" e a fórmula de "H2O" ao jornalista Silveira Peixoto (*PE*, 1961, p.169-71):

> – Quando começou a escrever?
>
> – Foi num jornalzinho do "Colégio Paulista", de Taubaté, onde nasci a 18 de abril de 1882. Mas foi no tal jornalzinho – "O Guarani" – que publiquei a minha primeira coisa. Apareceu sob o pseudônimo de "Josben"...
>
> [...]
>
> – E a tal primeiro coisa que escreveu e "O Guarani" publicou?
>
> – Era uma anedota de meia coluna. Eu tinha quatorze anos. Aos dezesseis anos meu jornal foi um periódico que se editava naquela mesma cidade. Não me lembro o nome, mas ainda conservo os recortes.
>
> Solícito, sai e volta com um livro enorme, em que estão colados inúmeros artigos.
>
> – Foi Purezinha quem produziu este livro, diz ele. Dona Maria da Pureza Monteiro Lobato. Colou tudo isto. Uma trabalheira danada.
>
> – Aqui estão as primeiras coisas: "Poemas da juventude", "Tilcara", "Guaxará"... Tudo fantasias rescendentes às primeiras leituras: José de Alencar, Coelho Neto, Catulle Mendes... E tudo assinado com pseudônimo. Eu usei um bando de pseudônimos: Helio Bruma, Antão de Magalhães, Lobatoyewsky, Rodando Cor de Rosa, Osvaldo, Guy d'Hã, Manoel de Sousa, Pascalon o engraçado, Yewsky, Enoch Vila Lobos, B. do Pinho, Oscarino, Yan Sada Yaco, She, Ed. Shelling, Olga de Lima, Nero Aguiar, Vieira Lion, F. H. Rangel, Marcos Twein, Bertoldo... Escrevi, depois, em várias folhas colegiais: numa "Pátria" do Instituto de Ciências e Letras, aqui em S. Paulo, no "H2S"?... (sic)
>
> – "H2S"?... (sic)
>
> – Era um jornalzinho manuscrito que mantive naquele colégio, e que eu mesmo lia em voz alta no recreio todos os sábados, dentro de um "quadrado de defesa"...
>
> – "Quadrado de defesa"...
>
> – Sim. Cada semana, o "H2S" (sic) bulia com um grupo e poupava os demais. Estes eram convidados a formar o "quadrado de defesa", contra os "ataques de cavalaria" dos "bulidos", os quais avançavam furiosos para empastelar o pasquineiro...

A participação de Lobato em jornais acadêmicos continuaria com sua entrada nas arcadas da Faculdade de Direito, de São Paulo. O espaço, porém, vai ganhando mais seriedade quando as palavras dos estudantes não ferem somente uns aos outros, antes respingando na conservadora sociedade paulistana. Em carta de 2 de janeiro de 1896 (*CE*, 1970), Lobato, ainda em curso preparatório na cidade de São Paulo, conta à mãe um embate com a polícia. Já em carta de 5 de fevereiro de 1908, narra novamente à mãe outro embate dos estudantes com a polícia, agora como estudante de direito, acusando os jornais de mentirem a respeito do caso. Lobato acompanha a repercussão desses fatos nas folhas paulistanas, numa evidente demonstração do quanto o jornal era importante, fosse para si mesmo, fosse como instrumento de luta ideológica (*CE*, 1970, p.30): "Os jornais se combinaram para mentir sobre o caso e soltar a boca nos estudantes mas eles que não duvidem muito que comem pau"; aquele que não se manifestasse também se mostraria conivente com a força policial, entendia Lobato: "O único jornal que não disse nada a respeito foi o 'Comércio', por isso vão fazer uma manifestação a ele".

Compromisso com a verdade. Imparcialidade. Não é isso que se encontra em *O Minarete*. Entre 1903 e 1907, os jovens do "Cenáculo", grupo de estudantes que compartilhavam o mesmo espaço na capital paulista – quando não moravam, compartilhavam "espiritualmente" dela – foi publicado um jornal que agitou Pindamonhangaba (SP). O periódico era dirigido por Benjamim Pinheiro, formado em direito e pretenso prefeito da localidade. Para alcançar seu objetivo, precisava de um jornal que derrubasse a situação: a proposta feita para o "Cenáculo" demonstra o quanto as políticas interioranas comungavam de certa ingenuidade na recém-criada máquina republicana, dando para um grupo de jovens estudantes a responsabilidade de redigir um veículo de comunicação que deu certo justamente pela irresponsabilidade de seus editores (*ABG*, 1957, 28-31 – I NR): "'Zé Bento: preciso de um artigo bastante severo, atacando a Câmara por causa duma racha na parede do teatro. E outro sobre o capim que há nas ruas. Ataque de rijo.' E eu atacava, mesmo sem conhecimento pessoal da extensão da racha nem da quantidade do capim nas ruas".

Conta Lobato sobre a escolha do título (*ABG*, 1957, p.28-31 – I NR): "Um jornal é um minarete de cujo topo o jornalista dá milho ás galinhas da assinatura e venda avulsa. Fica muito bem esse nome – e é nome que não está estragado. *Tribunas do povo*, por exemplo, existem centenas". Dentro de quatro anos, a situação vem abaixo... e Benjamim assume a prefeitura. Com a vitória política, o desaparecimento do jornaleco em que muita coisa simplesmente saía da literatura lida pelos rapazes do "Cenáculo", continua o escritor:

> Eu me divertia fazendo de longe o *Minarete* quase inteiro. Quantos números totalmente escritos por mim – o soneto, os contos, o "humorismo", as "variedades", o rodapé, o artigo de fundo! Isso me forçava a um grande sortimento de pseudônimos, para dar ao público a impressão de que o jornal dispunha de um exército de colaboradores: Lobatoyewisky, Yewsky, Pascalon o Engraçado, Ruy d'Hã, Helio Bruma, Enoch Vila-Lobos, Matinho Dias, B. do Pinho, Osvaldo, P., N., Yan Sada Yako, Mem Bugalho, She, Antão de Magalhães, Nero de Aguiar, Bertoldo, Marcos Twein, Olga de Lima, etc. etc. E todos lá do Cenáculo nele escrevíamos. Bruno de Cadiz publicava as saudosas crônicas do *Album do Minarete*. Raul de Freitas, as suas tão sentimentais *Recordações*. Candido apareceu nos primeiros números com a coluna *Fen dé Brut*, assinando Bompard. Rangel também publicava no *Minarete* muitos dos seus sonetos e as traduções de Rostand e Lecomte.

O caso a seguir é realmente elucidativo para se compreender a incipiente presença do jornal numa sociedade em que a palavra escrita valia por si mesma. Lobato estava de saída quando recebe um recado de Benjamim para redigir um artigo sobre iluminação pública. Passa o serviço a Candido, um dos redatores de *O Minarete*. Quando retorna, o artigo está pronto: Candido elaborara um texto sobre o lampião belga, usando para isso uma experiência fictícia na qual aparecem as personagens do *Tartarin de Tarascon* (1872), romance de Daudet (1840-1897). Desapontado, quer tirar satisfação com o amigo, que retruca: "Mande. Eles não percebem...". Relata Lobato que o texto não só foi publicado, mas também virou baluarte de argumentação para um vereador da oposição que ainda exigiu a transcrição do artigo nos anais da Câmara.

O que aconteceu com o artigo "Às escuras", criado por um estudante como exercício puramente imaginativo num quarto em São Paulo, ratifica a observação de que a palavra escrita tinha um valor de verdade acima de qualquer suspeita. Mais: se questionar o fato de ninguém ser leitor de *Tartarin de Tarascon*, clássico entre os jovens da época, pode revelar uma sociedade pouco afeita às leituras literárias – evidentemente, uma conclusão superficial sobre um tema tão amplo –, espanta ao leitor de hoje o fato de entre os membros da vereança ninguém ter tido a simples ideia de investigar a veracidade da informação, de saber, no mínimo, se o sucesso do lampião belga na cidade francesa de Beaucaire foi factualmente um sucesso. Venceu, portanto, o jornal pelo simples dizer.

A previsibilidade do periódico era grande, como afirma Lobato: "os artigos de encomenda – os 'pelouros' – eram os clássicos 'Melhoramentos Municipais', 'Cemitério Municipal', 'O Calçamento', 'Fechamento de Portas', 'Policiamento', 'Iluminação Pública'". Era ali que o aspirante a escritor também se lançava, aí sim autenticamente, ao fazer literário, isto é, num jornal inteiramente fora dos moldes do interior, com editores que escreviam para satisfação pessoal. O primeiro número havia sido inaugurado com o rodapé dos "Lambeferas", segundo Lobato (*ABG*, 1957, p.31 – I NR), "um romance absurdo, de capítulos curtinhos e esquizofrênicos".

Não só de minaretes alçou a voz o jovem Lobato. *O Combatente* é outro capítulo na vida agitada do pretenso escritor. Embora afirmasse a Rangel que o caso do *Minarete* era único, o escritor teve a seu dispor o periódico de Oscar Breves, que mantinha um jornaleco de "pegar anúncios". Sob a orientação de Ricardo, outro membro do "Cenáculo", o grupo tomou para si o periódico do Breves, e tanto fizeram que a publicação acabou encerrada por fechamento policial. Relata Lobato que, enquanto o jornalzinho de Pinda se limitava a desovar literatura ou combater impessoalmente a política local, em *O Combatente* levavam o tempo todo a "serrar" personalidades da mocidade elegante de São Paulo (*ABG*, 1957, p.32 – I NR).

Um jornal "mais sério", contudo, acenava com uma imprensa mais exigente, que dava seus passos no sentido da profissionalização.

O Povo pedia artigos com "insistência" ao jovem Monteiro Lobato. Ainda que não se saiba qual a periodicidade dessa "insistência", o termo indica a existência de um mercado mais ativo, menos caseiro, um mercado nascente de textos e imagens, no qual o escritor incipiente detectava a exigência do público em relação ao jornal. Concomitantemente, destacava-se a profissão de repórter, jornalista. Em suas cartas, Lobato e Rangel identificam pessoas conhecidas por ambos por essas funções: "Eu naquela época trabalhava como escrivão de subdelegacia no posto policial do Braz. Foi onde conheci o Ricardo, que um dia lá apareceu como repórter do 'Correio Paulistano'", conta Rangel (*ABG*, 1951, p.21 NR).

Um é repórter, outro é colaborador; é possível ter um jornalzinho de "pegar anúncios". A carta de 11 de julho de 1904 é o anúncio de que a molecagem de *O Minarete* e o humor de *O Combatente* estão perdendo o lugar na imprensa paulista para o capital representativo e de leitores mais atentos aos produtos impressos (*ABG*, 1957, p.64 – I) – "O caso do *Minarete* foi uma sorte grande nossa, Rangel. Não se repete. Não há dois Benjamins no mundo e nunca haverá outro diretor de jornal tão passivo como aquele. Eu era para ele um dogma. Era eu dizer e era ele executar".

Sobre isso, a extinção de *O Combatente* é símbolo de um fazer jornalístico cujas polêmicas ainda não se despegam do ataque pessoal, ao mesmo tempo em que um Estado autoritário também não se situou bem, ou mesmo não quer reconhecer, a função da imprensa. Em carta de 7 de novembro de 1904 (*ABG*, 1957, p.78-79 – I), Lobato anuncia o óbito do periódico:

> Saltando de Norte a Sul, direi que o Breves morreu – o Breves jornalista, porque o outro, da "burocracia biológica", esse vige e viça, sempre "apurado" e na concha. O Tito Franco deu de fazer n'*O Combatente* piadas contra o Chefe de Polícia, e o Chefe – diz o Ricardo – chamou o Breves para explicações e Breves as deu com desesperante prolixidade. Dizem que começou assim: "Senhor Doutor e conceituado Chefe do Policiamento Local, a mamãe..." e enveredou por aí, com a eterna mamãe puxando a fila. E o caso é que *O Combatente* morreu. Perdeste o único editor, meu

> caro Rangel. Onde outro que tome a sério o teu, o nosso preconizadíssimo talento? O Breves publicou o teu *De S. Paulo ao Guarujá* apenas por sugestão do Ricardo. O poeta abriu-se diante dele em exclamações sobre a tua genialidade. Ele sorria aquele célebre sorriso postal que era uma obra prima de incredulidade, e de medo do Ricardo te publicava. Agora, de medo do Chefe de Polícia nem sequer edita mais o jornaleco.

Quem estava moribundo, afinal, era o fazer jornalístico que Monteiro Lobato vivenciara entre a infância e a juventude. Dos jornais de viagens, ilustrados e cheios de relatos envolventes, para as páginas de jornais politiqueiros, o escritor percebe o meio editorial à medida que participa de sua própria constituição. O convite para escrever em jornais mais sérios, lembrando a frequência com a qual Lobato usava pseudônimos, não vem somente dos textos, mas da construção de uma personalidade jornalística num meio privilegiado por todas as conjunturas de uma sociedade em transformação. Monteiro Lobato, neto do visconde, usufrui como criança, adolescente e jovem não só da biblioteca do avô, mas também de uma vida estudantil profícua em literatura, artes, polêmicas, política em sentido amplo. Privilégio de quem tem o suporte financeiro de tradição familiar e poderá escolher entre a continuidade dos negócios da família e o investimento na carreira intelectual.

Sobre isso, é importante observar as contingências sociais com as quais o jovem Lobato deparou. Se é possível, num primeiro olhar, colocá-lo entre aqueles que, sofrendo o declínio do poder econômico das grandes lavouras busca no trabalho intelectual forma de legitimação de seu espaço social (Miceli, 2001), essa afirmação mostra-se insustentável quando se compara a trajetória do escritor com a de outros intelectuais, como Lima Barreto. Sem dúvida, Lobato não passa de proprietário de terras à categoria de "intelectual". Antes, é funcionário público bem colocado por intervenção do avô, quando, aí sim, assume a frente dos negócios da lavoura.

E mesmo aí, para quem manifestara tantas ideias de empreendimento, investir na *Revista do Brasil*, em 1918, não conota falta de expectativas do escritor. Contrariamente, esses elementos indicam

a possibilidade de se investir com certo grau de rentabilidade, o que garantia a Lobato, não a busca de oportunidade para evitar a decadência, mas o estabelecimento de outras relações econômicas e sociais por outros mecanismos. Era uma relação de continuidade, não de substituição.

Fazer jornal, ainda que em tom galhofeiro e desprendido de qualquer preocupação, torna-se um caminho possível para revelar, discutir, problematizar os fatos locais e os mais distantes. O escritor vai se modificando junto com seu contexto. Benjamim Pinheiro não teria segunda edição, nem o mercado brasileiro de periódicos, o qual não permitiria mais o surgimento de Benjamins e Breves, ainda que bem intencionados. Porém, essas experiências haviam sido pertinentes à formação do publicista Monteiro Lobato.

A mesma imprensa na qual Lobato se formou quando criança e adolescente vai, no entanto, afastar o bacharel aristocrata de suas páginas. As críticas que o escritor viria a desferir contra a sociedade de Taubaté, Areias e região mostram o quanto a leitura do jornal e da realidade que o circundava foi se alterando com a experiência obtida nos anos passados na capital, a qual era ponto de convergência dos modismos vindos da Europa, das conquistas científicas, dos exaltados estudantes das Arcadas.

O modelo de jornal antes vivenciado por Lobato em sua infância e adolescência no Vale do Paraíba estava vencido. Era preciso outra forma, outro jornal. Objeto que já existia, estava em trânsito, mas que não havia descido do trem nos vales paulistas.

Formado, portando o diploma característico de sua classe social, em Taubaté e Areias, continua a exercer o ofício de escritor, apesar de não se encontrar como autêntica "voz opinativa" num meio que desejava somente o beneplácito do neto do visconde, como escreve em carta de 24 de janeiro de 1905 a Rangel, na qual afirma estar transformado na "última palavra" da crítica local. A lucidez do escritor é marcante: "o povo olha-me com uma espécie de terror sagrado, tantas foram as coisas bonitas que, em estilo de atelier de Paris, eu disse na análise dos quadros de Georgina – chama-se Georgina. O meio de sermos admirados pelo povo é não sermos entendidos".

A crítica sobre os quadros de uma pretensa namorada é prática coesa com a visita dos outros artistas da terra, "geniosinhos municipais", os quais desejam o mesmo: "querem também que eu diga deles coisas incompreensíveis". As autoridades locais não titubeiam, elegem-no como a "única autoridade crítica da terra" e, para continuar agradando o consenso e exercendo sua fina ironia, declara ao amigo que acabara de preencher cinco tiras "com quanto argot musical" assimilara em São Paulo nas críticas do Camarate e do Barjona: "Saiu-me coisa tão boa que, relendo-a, eu mesmo não entendi nada. Imagine o sucesso que vai ser!" (*ABG*, 1957, p.90-1 – I).

Lobato, pois, não está sozinho em sua busca pelo jornal "decente" onde poderia se fazer publicar sem o exercício dos lava-pés que praticavam em Taubaté. Sua intensa correspondência com Rangel denuncia que os amigos de "Cenáculo" também continuavam o trabalho de abrir espaço no mundo da publicação periódica.

Quando um colega conseguia fazer-se publicar em jornal, merecia "parabéns". Lino, em carta de 15 de agosto de 1906, recebe congratulações e, pelas palavras de Lobato, nota-se a importância de ser "lido" no meio social (*CE*, 1970, p.50): "Meus parabéns pelo artigo do Heitor de Moraes. Começas então de vez, a entrar definitivamente na grande vitrina da sociedade, esse sonho de toda criatura humana, lá onde moram os Ruis, os Nabucos, os Lafaiates". E o entusiasmo de Lobato se estende para todo o grupo: "Já és discutido, comentado; já entre 600 rapazes tiram você e mais um só aqui da roça, o eco dos sucessos entusiasmou-me e reentro a admirar o grande Cenáculo convicto que dele sairá ainda muita coisa para o futuro".

Pela missiva de 10 de setembro, do mesmo ano (*ABG*, 1957, p.141 – I), Lobato levava notícias do mundo da imprensa ao interlocutor mineiro, nas quais os amigos estão envolvidos. Começando por Nogueira, conta que esse levara "barriga" como repórter do *Comércio*, demitindo-se, e: "Barriga em gíria de redação é engolir uma notícia falsa e fazê-la sair no jornal". Como bom narrador que é, resume a situação: sempre reclamando da falta de novidades, os amigos resolvem brincar com o companheiro. Arranjam um atestado médico falso em que constava o atropelamento e esmagamento do pé de determinada personalidade.

O Nogueira, então, na voz de Lobato, "cai e tece uma notícia linda, com pormenores naturalísticos à Zola, coisa absolutamente *d'après nature*, de quem viu, ouviu e cheirou o chulé do homem. Sai a notícia e há protestos. Agricio apresenta na redação o pé incólume". Para completar a trágica experiência do "ex-Cenáculo", continua Lobato, "os outros jornais 'piam' sobre a leviandade do *Comércio* e Nogueira, furioso, vai para a seção livre e desce a marreta em meio mundo, e cita o Ramaiana e os Vedas, e até um latim de Juvenal". Porém, segundo Lobato, o rapaz demite-se porque está de olho em outro emprego.

Há mais notícias para Rangel.

Breves continuava na ativa. Encontrara com o funcionário dos Correios e tivera o relato de tudo que acontecera com *O Combatente*, desde que saíra de São Paulo.

O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, estava desaparecendo nas grandes cidades. Não aguentando arcar com muitas dessas transformações, diversos periódicos iriam desaparecer sem chance de voltar a circular. Breves não estava errado; havia mil coisas para lidar, agora, mesmo num jornaleco de "pegar anúncios". As empresas jornalísticas iniciavam a consolidação de sua estrutura numa fase de inquietação política, ainda que menos intensa que a presenciada no século XIX.

De Taubaté, Lobato partiria para localidade ainda menor: Areias, para onde segue com Purezinha, com quem casara aos 28 dias de março de 1908. Promotor sem causa e sem trabalho, embora empregado, continua sua colaboração para os jornais. Escreve a Rangel em 2 de dezembro de 1908 que, para neutralizar o marasmo da cidade, tomara uma assinatura do *Weekly Times*, de Londres – "edição semanal em que vêm os melhores artigos do *The Times*, diário, o grande, o velho, o tremendo *Times* de Londres" (*ABG*, 1957, p.225-6 – I). Com os pés na grade da sacada, conta, injetava-se de inglês, tentando fugir às conversas sobre e das panelinhas políticas locais.

Lobato, como se vê, não é qualquer curioso por jornais. Para leitura, escolhe um modelo de publicação no meio editorial internacional, o *Times*. Como toda escolha, essa também não é gratuita: além de ser um dos melhores jornais, como se nota no julgamento do escritor, "o

grande, o velho, o tremendo *Times*", ler em inglês era contrariar a praxe de tudo se olhar pelo viés francês. Além disso, Lobato não poderia ter melhor manual para sua escrita que um dos jornais mais consolidados no mundo ocidental.

Neutralizar Areias recebendo por isso seria ainda melhor. Na carta de 7 de junho de 1909 (*ABG*, 1957, 238-239 – I), a Rangel, o escritor indaga se Ricardo estaria no *Comércio de S. Paulo*, pois suspeitara disso ao encontrar "Elefantes" de Lecomte de Lisle (1818-1894) traduzido no periódico e, também, seu próprio conto "Gens ennuyex". E comenta: "A mim não convidou para colaborar. Donde recebi convite foi da *Tribuna* de Santos, jornal côr de rosa que o Valdomiro Silveira dirige, e já mandei como pano de amostra uma coisa cruel contra o Hermes". A *Tribuna* prometia pagar a colaboração logo que concluíssem umas reformas.

Leitor do *Weekly Times*, logo faz da prática de seu inglês mais uma porta aberta para o jornalismo. Em carta de 1º de julho de 1909, comenta a Rangel que estava traduzindo notícias e enviando-as para *O Estado de S. Paulo*. Ora, para alguém que se preocupasse com uma literatura que desse algum dinheiro e para um jornal que entrava no sistema do trabalho assalariado e industrial, características da imprensa-empresa do século XX, não seria possível uma colaboração de um desconhecido tão fora do círculo editorial, que simplesmente decidisse fazer uma tradução e enviar para a empresa jornalística. Se Lobato assinara o *Times* para praticar a língua estrangeira, fazia do lazer um trabalho, e um trabalho em moldes modernos: fazia da informação de fora subsídios de leitura e publicação para *O Estado*. Por quais caminhos, pois, Lobato teria entrado no esquema de publicação dessas traduções? Nenhuma informação nem por parte dos biógrafos, nem por parte do próprio autor. O que não elimina o sinal de que o envolvimento do escritor não se dava apenas pela vontade de neutralizar a vidinha monótona do interior, mas por intenções vívidas de se fazer mostrado na vitrine jornalística.

Os vínculos ideológicos, pois, são possíveis somente se houver algum canal que permita o encontro de mentes afinadas com determinados ideais. A família ou a profissão; o grupo de estudantes ou as rodas de profissionais liberais; as correspondências entre familiares

ou as cartas comerciais entre representantes políticos. O meio pelo qual Lobato entrara como tradutor de *O Estado* não está explícito, entretanto, enuncia-se de todas essas formas.

Na mesma carta de 1º de julho de 1909, Lobato é taxativo com Rangel: "Quando encontro coisas muito interessantes, traduzo-as e mando-as para o *Estado* e eles me pagam 10$000". O que não evita o conflito entre uma tradição literária apartada do ganho material de uma prática de mensuração do trabalho intelectual: "Acho estranho isto de ganhar dinheiro qualquer com o que nos sai da cabeça. Vender pensamentos próprios ou alheios... Mas não tolero escrever por obrigação. Traduzo quando quero. Faço coisas para *A Tribuna* quando quero" (*ABG*, 1957, p.249 – I). Mais sutil ou agressivo do que o escritor imaginava, o mercado não colocaria escravos no eito, porém, a obrigação que dizia "não ter" contradiz, de imediato, a ação exercida junto ao jornal; a intrínseca e complexa relação entre autor, público, empresa e demais instâncias que tomam corpo no mundo editorial conduz o jornalista a obrigações que ultrapassam a conhecida e simples oposição de classes do sistema trabalhista em que patrão e empregado podem se confrontar em qualquer tempo. Fazer-se lido pelos jornais para divulgar a própria literatura é uma das amarras.

É importante notar, ainda, que em carta de 15 de agosto do mesmo ano, ao cunhado Heitor de Moraes, Lobato faz considerações a respeito de escrever para os jornais. Propõe-se a enviar modelos, numa evidente indicação de que dispõe de certo *know-how* sobre o assunto: "Falas em colaboração para a Tribuna, paga... Isso é grave e merece ponderação. Escrever é uma maçada, como bem sabes, depois de passada a época em que a gente escreve unicamente pelo prazer de ver-se impresso". Para quem afirma achar estranho ganhar dinheiro com aquilo que sai da cabeça, como comentaria com Rangel, o posicionamento diante da intenção do cunhado é firme: "Ora, eu já passei por essa experiência e hoje só concebo que se extravase pelo bico da pena tantos ideais sobre umas tantas tiras de papel quando alguma vantaginha resulta disso. E pensando assim, assim o faço". E, contrariando qualquer expectativa de um leitor mais lírico, propenso a contar com o engajamento puramente ideológico do escritor nos moldes do imaginário

romântico, Lobato declara sem cerimônias: "Por isso, se quiseres, te mandarei umas amostras de artigo, de vários gêneros, a ver se encontram cotação na bolsa jornalística daí. Se não, você nos devolverá, porque não é nenhuma honra a gente ver-se impresso de graça e lido a cem-réis por pessoa". A barganha não é somente com tradução, é com literatura – "Se o queres seriamente e se há possibilidade de alguma compensaçãozinha (que jeitinho, hein?) somente eu mandarei, para a Tribuna ver, um conto já escrito – Bocatorta e um artigo que posso escrever já – A Futura Guerra Anglo-Alemã"; os artigos podem ser encomendados, sem problema (*CE*, 1970, p.55-56):

> Querendo também qualquer outra contra o Hermes, arranja-se. Sobre agricultura, sobre a cultura do Sisal vulgo Pita, sobre vias férreas, sobre assuntos palpitantes nacionais ou estrangeiros, sobre estética, sobre a morte de Mr. Chanchard, sobre a decadência do ensino no Brasil e os seus remédios, sobre a mentira eleitoral também se forma coisa bem arranjada. Só não sai artigo jurídico... nem *diatribe* contra W. Luís.

Aquilo que era passatempo ganha foros de trabalho para o jovem Lobato. Em carta de 2 de setembro do mesmo ano, 1909, escreve sobre um pequeno negócio na *Tribuna*: cinco artigos por mês. Para quem se negara a escrever forçado, pairam alguns compromissos implícitos no pequeno negócio; primeiro, o que seria "pequeno" – uma vez que a média de artigos seria de um por semana, o que identifica um compromisso com a empresa; segundo, Lobato usa o termo "meu negócio" – identificação explícita da existência de uma contratualidade com a firma. E não se mostra preocupado em ser pego de jeito no "eito escravo": "Talvez também entre na *Gazeta de Notícias*, onde está agora o Sebastião Sampaio – você não o conhece – aquele da nossa corrida no Viaduto". Tudo indica que os negócios com o jornal estavam realmente dando mais que para os apetrechos de escrita, sendo o negócio mais importante, comenta com Rangel, "a compra, por um grupo, dum jornal de S. Paulo e eu iria para o comando literário. Se isso se realizar, meu Rangel, tu estás feito. Tens jornal e colaboração paga por tabela especial, mais alta que para os outros. Em fevereiro

ou março vou passar seis meses em S. Paulo, para cuidar disso e mais coisas" (*ABG*, 1957, p.267 – I).

A euforia que pode ser percebida na manifestação da carta de 4 de agosto do ano anterior, 1908 – "Espero 'Criaturas'. Temos jornal. Tito assumiu a redação da *Tribuna* de Santos, com 700 por mês. Promete 'pagar' a minha colaboração" (*ABG*, 1957, p.216 – I) – passara a planejamento de investimentos de bem mais alto calibre que simplesmente o despreocupado fazer de algumas traduções para *O Estado*.

O lucro advindo das negociações com *A Tribuna* parece animar Lobato, que comenta novamente em carta de 15 de setembro de 1909, a Rangel, os valores pagos pelo periódico: já fizera, até ali, 40$000. Com isso, segundo ele, dava para pagar dois meses de aluguel da casa. "Pagar a casa com artigos – que maravilha, hein?". E as propostas não paravam – os fundadores da *Fon-Fon*, semanário ilustrado, pediam colaboração para *Lua*. E Lobato pergunta ao amigo se deseja ser também publicado na revista, anunciando que, se Rangel permitir, faria do texto do mineiro uma experiência: "Posso meter lá o teu conto? Mas quero entrajá-lo por um figurino novo que lhe irá bem. Simples experiência. Como já não contavas mais com ele, tomo-o para uma experiência *in anima nobile*" (*ABG*, 1957, p.271 – I).

O fluxo lucrativo proveniente dos textos para jornal demonstra que ser colaborador podia ser entendido também como ser funcionário da empresa. As horas antes passadas na "boemização espiritual" são divididas com a esposa e a casa. Em fins de 1908, descobrira uma pequena fonte de renda, traduzir artigos para *O Estado*, recebendo 10 mil réis por colaboração; agora, as somas chegavam a 80 mil réis em dezembro de 1909 (Cavalheiro, 1951, p.142-3). Se com a colaboração na *Tribuna* dava para pagar aluguel, com *O Estado* daria para lances maiores.

Não se pode desprezar, porém, o papel dos jornais regionais para escritores como Monteiro Lobato. Entre 1910 e 1920 há uma visível evolução no conteúdo e na produção dos jornais e revistas. A notícia que chega de bonde, trem e navio, os repórteres enviados em missões de maior mobilidade e a ênfase mais na notícia que na literatura fazem do jornal uma arena em que novas técnicas e concepções de periódico se enfrentam. *A Tribuna*, de Santos, o *Correio do Povo*, em

Porto Alegre (RS), aparecem enquanto *Diário de Notícias*, da Bahia, e *Diário Popular*, de São Paulo, buscam consolidação. Mesmo localidades como Uberaba, em Minas Gerais, tem jornais como *Lavoura e Comércio*, com nítido direcionamento ao público que pretendiam. A expansão do jornalismo regional verificada pelos estudiosos do assunto nos principais centros do país aponta para a contraposição de práticas herdadas do período anterior, tais como o personalismo e a literariedade preponderante.

Nesse meio, Lobato demonstra estar imerso no mundo jornalístico em todos os seus aspectos. Nas cartas escritas em fins de 1909, permanecem os comentários ilustrativos da agitada vida dos jornais com suas mudanças de cargos e disputa por nomes da imprensa. Na carta do dia 14 de dezembro, enviada a Heitor (*CE*, 1970, p.57), Lobato pergunta se era fato ter ido Sebastião Sampaio para a redação da *Gazeta*. No início de 1910, em 22 de fevereiro, mesmo descontente com a própria produção, questiona Heitor: "Como vês tenho andado constante na 'Tribuna' – o que ainda não pude conseguir é prestar: o interior burrifica e escrever vai muito do hábito, que perdi com um interregno de vários anos. Não obstante a má qualidade do artigo, negócio é negócio: a T. paga ou não?" (ibidem, p.59).

Lobato certamente não estava tratando de sua escrita como um todo – afinal, publicava traduções, enviava colaborações, comunicava-se constantemente por cartas. O que "não presta", de acordo com sua lógica, é justamente sua produção jornalística, a qual, longe de desejar os modelos literários, almejava aperfeiçoar-se longe do interior, local de anulação da capacidade do bem escrever, segundo ele mesmo.

O leitor de jornais, no entanto, não estava morto – em carta de 7 de fevereiro de 1912 comenta a publicação de Lino em *O País*, chamando-o de "Felizardo!" e afirmando que "com passinhos de lã vais caminhando para a Academia, para reabilitar aquilo" (*ABG*, 1957, p.325 – I). Ou seja, efetivamente, Lobato não estava desligado do mundo editorial, antes, contradizendo sua abstinência literária, tinha informações suficientes sobre ele, continuando a dar conselhos ao amigo Rangel sobre os textos que lhe são enviados. Continua, ainda, a analisar a relação dos amigos com as *letras*, o que pode ser notado

no relato de uma visita que faz ao escritório de Ricardo Gonçalves, ex-Cenáculo, relatada em carta de 9 de maio de 1913 a Rangel. No relato, nota-se, desde o início, uma lamentação pelo que estaria acontecendo, começando por "se visses o Ricardo no escritório de advocacia que armou com o Luiz Maia e outros..." até a observação mais aguçada: "como única transigência admite, na estante que lhe fronteia a secretaria atochada de Lobões, Mafras, Bento Farias, Trigo Loureiro, Aveias e Coentros, bem em cima, em lugar pouco visível, uma coleção da *Kosmos*" (ibidem, p.342 – I). É o periódico *Kosmos*, portanto, que "salva" o amigo.

A consagração muitas vezes atribuída à "Velha praga", publicado com o título "Uma velha praga" em 12 de novembro de 1914, esconde uma trajetória pela qual o artigo, além de suas qualidades textuais, alcança repercussão.

Antes, porém, de encontrar Lobato com seu texto "Uma velha praga", é preciso observar o outro rebento nascido no século XIX, o lugar que o escritor conquistou, ou foi conquistado por ele – *O Estado de S. Paulo*, quando ainda era província.

Um jornal imparcial: republicano e cientificista

Segunda-feira, 4 de janeiro de 1875. Cinco colunas na primeira página se apresentam ao leitor encimadas por duas frases de pretensos esclarecimentos: "Colunas franqueadas aos escritos de utilidade pública" e "Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor". É o primeiro número de *A Província de São Paulo* que esclarece sucintamente: "Esta folha e seu estabelecimento tipográfico pertencem à uma sociedade em comandita com o capital de 50:000$000", sociedade da qual faziam parte fazendeiros, capitalistas e profissionais liberais, como se registrava: Capitão Bento Augusto d'Almeida Bicudo, fazendeiro, morador em Campinas; Antonio Pompeu de Camargo, fazendeiro, Campinas; Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, advogado, S. Paulo; Dr. João Francisco de Paula Souza, capitalista, S. Paulo; João Manoel de Almeida Barboza, fazendeiro, Campinas; Dr. Manoel

Ferraz de Campos Salles, advogado, Campinas; Dr. Raphael Paes de Barros, fazendeiro, S. Paulo; Major Diogo de Barros, capitalista, São Paulo; Dr. João Tobias de Aguiar e Castro, fazendeiro, Itu; Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, fazendeiro, Campinas; João Tebyriçà Piratininga, fazendeiro, Itu; José de Vasconcellos Almeida Prado, fazendeiro, Itu; José Pedrozo de Moraes Salles, capitalista, Campinas; Antonio Carlos de Salles, capitalista, Campinas; Francisco de Salles, fazendeiro, Campinas; Dr. Martinho Prado Júnior, fazendeiro, Patrocínio das Araras; Dr. José Alves de Cerqueira Cézar, advogado, Rio-Claro; Candido Valle, negociante, Rio Claro; Francisco Glycerio de Cerqueira Leite, advogado, Campinas; Francisco Rangel Pestana, advogado, S. Paulo; Américo de Campos, jornalista, São Paulo.

Dos 21 comanditários, dez são fazendeiros, sendo um com o título de "capitão"; quatro são capitalistas (empresários); sete são profissionais liberais – dentre os quais, apenas um é apresentado como jornalista.

Como se nota, para o jornal, tão importante quanto o nome dos comanditários era a função social e o local de origem. Para compreender isso, é preciso retroceder ainda dois anos: de acordo com a página oficial do "Grupo Estado",[2] grupo empresarial que detém, hoje, os direitos de *O Estado de S. Paulo*, a gênese do jornal está ligada diretamente à Convenção de Itu, de 1873, quando a maioria dos participantes da convenção concordou acerca da necessidade de se ter um órgão de imprensa na capital. Fato representativo era a preocupação dos convencionistas, tendo em vista que ter um jornal na capital era legitimar a voz do grupo em ponto estratégico do poder governista. Ainda esclarece o jornal que em outubro de 1874, após um trabalho de captação realizado por Américo Brasiliense e Manuel Ferraz de Campos Salles, constitui-se uma sociedade em comandita com 19 cotistas com o nome de Pestana, Campos & Cia, registrando que "este nome deve-se ao fato de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, escolhidos para redatores, terem as maiores cotas. A administração foi confiada a José Maria Lisboa".

---

2 *O Estado de S. Paulo*. Histórico Grupo Estado. Disponível em: http://www.estadao.com.br/historico/index.htm. Acesso em: jan. a set. 2009.

É Américo Brasiliense quem redige a ata de 18 de abril de 1873, na qual se encontra a preocupação dos republicanos de se manterem interligados com a imprensa, afinal "é de suma importância e grande alcance não se descuidarem os republicanos da imprensa, elemento essencial de propaganda das idéias e princípios, que são professados pelos cidadãos presentes".[3]

As ideias professadas, pois, enfeixam-se sob o epíteto de "republicanos".

Entre realizar propaganda política nas folhas já existentes, como alguns pensavam na convenção, e fundar um veículo adequado às ideias do grupo, é evidente que a segunda opção se efetivou em 1875.

Voltando-se à mesa da convenção de 1873, leem-se, após a subscrição do secretário, os nomes dos municípios com seus respectivos representantes: Itu, Jundiaí, Campinas, São Paulo, Amparo, Bragança, Mogi Mirim, Constituição (Piracicaba), Botucatu, Tietê, Porto Feliz, Capivari, Sorocaba, Indaiatuba, Belém de Jundiaí (Itatiba), Vila do Montemór, Jaú e Rio de Janeiro. A imprensa é "elemento de propaganda das idéias e princípios". O receptor dessa propaganda, porém, poderia ainda estar se configurando na sociedade brasileira. Se não fosse o contrário: mais que divulgar ideias, a imprensa poderia criar a ideia da própria necessidade de sua existência.

Saía o primeiro número de *A Província de S. Paulo,* no dia 4 de janeiro de 1875. Embora na página *on-line* do jornal registre-se que "mesmo sem assumir explicitamente seu propósito republicano, consta uma extensa declaração de princípios afinada com o republicanismo e com os pressupostos da cidadania", uma declaração como a que então era publicada tornava mais que explícito a vinculação do periódico à linha política dos fazendeiros do Estado de São Paulo.

A redação, a administração e as oficinas estavam instaladas num prédio da Rua do Palácio, número 14, esquina com a Rua do Comércio (hoje, atual Rua do Tesouro com a Rua Álvares Penteado), onde permaneceriam até abril de 1877. Pelos dados, observa-se que tudo se

3 Museu Paulista. Ata da Convenção de Itu. Disponível em: http://www.mp.usp.br/mr/ata_1873.doc. Acesso em: 24 jan. 2005.

organizara, a despeito da função política do jornal, como uma empresa de bases sólidas. Comanditários, diretoria, projeto editorial. Lançava-se no mercado um objeto de leitura para classes sociais que, no Brasil republicano, podiam ler.

Presume-se, assim, que o investimento do grupo de Itu, na verdade, grupo que representava o interesse de uma ex-aristocracia de todas as regiões produtoras de café, dentre elas o Vale do Paraíba, desejosa por assumir o topo da pirâmide política, tinha em vista um público que se formava nas cidades, público que poderia contribuir para a divulgação das ideias liberais.

Nomeados redatores, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, um advogado, outro jornalista, ambos de São Paulo, a folha nascente tem como seus progenitores ativistas políticos intensamente envolvidos com a vida pública. A neutralidade do jornal nascido em 1875, assim, vai se configurando, entre outras coisas, também como cautela diante do poder monárquico ainda vigente. Membros das instituições políticas em pleno funcionamento, os sócios mantinham-se como empresários, em primeiro lugar, num jornal que somente mudou de "província" para "estado" com a consumação final e inevitável do sistema político nos anos finais do século XIX.

Outro aspecto relevante da relação do grupo dos fundadores com o veículo impresso está no indício de que a informação jornalística desfrutava, então, de uma situação de importância tal que capitalistas e fazendeiros tomavam-no como elemento ideológico primoroso para a luta empreendida. Quando se observam os sobrenomes dos comanditários, bem como algumas relações familiares ali presentes, é fácil concluir que o negócio estava entre "amigos". Se não eram por afinidades pessoais, ao menos, por uma causa política comum.

Aliás, a história do fazendeiro que se torna editor não é algo tão distante ou inusitado para um representante dessa classe como Monteiro Lobato. Se isso não era a regra, não se pode conceber que os homens reunidos em Itu e, posteriormente, comanditários de *A Província* fossem interioranos completamente indiferentes ao papel da cultura na transformação social, mesmo que essa significasse a consolidação do seu poder. É um saber, pois, a favor de uma classe dominante, o

que marca como ingenuidade qualquer simplificação que atribua aos "caipiras" paulistas uma simples aventura ao iniciarem uma publicação em nada despretensiosa.

Diversificam-se os grupos humanos – e Monteiro Lobato deixa o leitor entrever isso em muitos de seus relatos nas cartas a Godofredo Rangel –, e muitas dessas figuras, asperamente criticadas pelos intelectuais da época, eram resultado direto do processo de ocupação e consolidação das terras virginais a oeste de São Paulo. O coronel, geralmente um comerciante endinheirado, levava junto com a profissão a conexão com as vidas "comuns" de toda a gente, as quais, evidentemente, lhe deviam, se não tudo, muita coisa para a sobrevivência cotidiana. Ou seja, "organizava as eleições, tratava com as autoridades da capital e, se necessário, eliminava os adversários com o mais notável desembaraço" (Monbeig, 1984, p.143).

Nas cidades estavam os grupos que iam tecendo uma classe média burguesa, o que contribuía significativamente para se criar a base de transformação requerida pelos oposicionistas ao imperador: é possível imaginar que os leitores de A Província passassem a compartilhar das ideias republicanas justamente por se identificarem com um ideário que evitava a panfletagem mais simplória e apresentava-se com a seriedade de quem sabe analisar uma causa, apontar os problemas e, o mais importante, apresentar soluções. A cidade era, portanto, condição indispensável para o surgimento da República, "a cidade fora o berço da cidadania moderna e, no Brasil, o Rio de Janeiro, maior centro urbano, apresentava as melhores condições de fornecer o caldo de cultura das liberdades civis, base necessária para o crescimento da participação política" (Carvalho, 1987, p.161).

A esse processo junta-se o imigrante, trazendo consigo outras bagagens de leituras políticas para a capital e o interior de São Paulo.

Mesmo que carentes das coisas mais básicas para a sobrevivência, muitos deles vinham sabendo ler – fossem italianos ou espanhois, soubessem apenas a própria língua, eles detinham o conhecimento da importância da informação escrita. E engrossavam as periferias da capital de modo a diversificar mais ainda os tipos humanos que, logo pela manhã, podiam recorrer às bancas de jornais para saber as notícias

do mundo, ainda que esse mundo telegrafado estivesse bem distante do seu. "Quando de 1893 a 1897 a cidade se povoa bruscamente de multidões italianas recém-chegadas, falando somente a própria língua, as colunas do 'Estado' refletem fielmente essa fase histórica da 'urbs' paulistana", para captar essa nova demanda, esclarece matéria comemorativa de 1914, publicada por ocasião dos 39 anos de existência do jornal, em 4 de janeiro. "Marjo Cataruzza, mal conhecendo o idioma nacional, escreve 'Os nossos telegramas' numa característica algaravia ítalo-brasileira. E, como curioso fruto da época, surgem até correspondentes da Itália reproduzidos em italiano", investimento para garantir o elemento forasteiro como leitor. E como critério de substituição do confuso correspondente não bastava dominar o vernáculo, "José Barbosa, hábil jornalista, substituto de Cataruzza, restabeleceu as regras do bom vernáculo naquela seção, cuja falta era sensível em nossa imprensa"; contudo, "tendo curta residência no país, carecia de um certo critério nacional no julgar as coisas estrangeiras, como intérprete do pensamento coletivo".

Tipos humanos também podem ser encontrados na descrição realizada por essa matéria, estampada na primeira página: "Theóphilo Dias, o mavioso poeta, que de seu tio Gonçalves Dias herdara o talento e a lira; Lúcio de Mendonça e Muniz de Souza, então estudantes de direito, mas já esperançosos escritores; Léo da Affonseca, com seu belo porte de mosqueteiro, de longo chapéu desabado", a descrição amena de figuras conhecidas, frequentadoras da redação nos primeiros anos do jornal, como colaboradores e redatores, conta entre elas os verdadeiros condutores do periódico: "Rangel Pestana, com os seus inseparáveis óculos de ouro, a falar pausada e serenamente em voz sonora e clara; Américo de Campos, com as suas esquisitices e o tradicional 'pala' ao ombro; o ainda 'moço' Lisboa, eternamente jovial...".

Distanciar-se explicitamente da face do poder: primeiro passo para legitimar a causa pela qual se inseriam no cenário jornalístico. Com efeito, os textos de *A Província de S.Paulo* se insurgiam contra a "oligarquia dominante", classe que sofreria dura oposição do jornal. É importante observar que essa "oligarquia dominante" – entenda-se, os fazendeiros monarquistas – não era identificada com os proprietários

de terras (cafeicultores), dos quais defendia interesses econômicos. As classes "produtoras", "laboriosas", "classe dos lavradores", mesmo que esse tivesse muitos alqueires de terras, era que tocava o Estado de São Paulo para a frente. Em resumo, os cafeicultores e demais representantes das classes liberais "não se lhes afigurava que esse setor da classe dominante paulista era não apenas o dominante sobre a sociedade, mas também o detentor do poder político" (Capelato & Prado, 1980, p.68).

Era justamente o ponto de vista dessa classe que projetava os caminhos econômicos que a política brasileira deveria seguir: o jornal criticava o caráter artificial das indústrias nacionais, compreendendo-se por "indústria artificial" toda organização que vivia parasitariamente dos direitos protecionistas e utilizava matérias-primas vindas de fora. Para *A Província*, essas indústrias impediam a concorrência, encarecendo o preço do produto e não estimulando a melhora de qualidade. Os representantes de *A Província* ou de *O Estado de S. Paulo* admitiam a interferência do Estado nos negócios do café, justificando a violação do jogo da livre concorrência em razão das necessidades enfrentadas por esse setor da economia, mas não a intervenção em outras negociações.

A política estava na gênese do jornal, como em todos os outros, mas de modo a evitar que se esquecesse do seu papel como baluarte da "livre circulação das ideias", fossem elas de qualquer matiz. Era a formação de um *ethos* do enunciador (Fiorin, 2004) que estava em jogo. Assim, de caráter eminentemente republicano, *A Província*, ainda que buscando a neutralidade como sinônimo de seriedade, estará envolvida, desde o início, com causas políticas, no que o termo tem de mais amplo: *politizar*, pois, o leitor, e lhe trazer o ponto de vista de uma imprensa pretensamente democrática e republicana. Em outros termos, o jornal reserva a si o direito acima do bem e do mal de observar e criticar os acontecimentos. Era uma folha "independente", uma vez que "estreitamente ligada a essa posição está a de que a atuação política do jornal é orientada por um 'sistema de princípios', sistema este que, segundo o jornal, possuía uma continuidade que remontaria aos primórdios da República" (Cardoso, 1982, p.48). Uma concepção

de sociedade na qual a política é a realização da razão, e essa só pode ser exercida por uma elite ilustrada. Urge, pois, criá-la.

Com a chegada da República, o novo nome: *O Estado de S. Paulo*, definitivamente.

Em que a alteração do título não pareça alterar o jornal, ao menos indica ao jovem leitor que se iniciara nas letras entre o XIX e o XX que tinha em mãos um objeto que tratava especificamente de um Estado de uma federação, de um órgão republicano. Se isso não acudia a um menino ou adolescente que pegasse a folha na virada do século, isso é ainda mais significativo: entre o nascimento em 1875 e a queda do regime em 1889, transcorre pouco mais de uma década que foi registrada na forma de notícias, artigos, declamações e manifestos nas páginas do periódico. O "sistema de princípios" norteava a pauta do jornal, pela qual assumiam-se posições sobre sufrágio universal, voto secreto, partidos políticos, justiça, república, ditadura, comunismo, fascismo, questão social, regionalismo etc.

"*O Estado de S. Paulo*, para preservar o seu perfil enquanto *órgão de imprensa*, não se apresentava como porta-voz direto do 'grupo do *Estado*', diferentemente do que faziam o *Diário Nacional* em relação ao PD e o *Correio Paulistano* em relação ao PRP", ou seja, "ele não traduzia diretamente a prática política do partido, mas reelaborava ideologicamente essa prática, na perspectiva da prática política do partido ideológico" (Cardoso, 1982, p.46). O conceito de jornalismo não descarta a ideia de mercado e viabilidade econômica, o que, assim posto, também quer dizer o mercado como instância apropriada pelo discurso político "neutro" do jornal.

No país em que a imprensa sempre titubeava, *O Estado* também não ficaria imune às crises financeiras constante dos jornais. Atravessar o século sem perder a função social como veículo de comunicação significava ter algo a mais do que simplesmente propagar as ideias republicanas, até mesmo porque, depois de 1900, essas já eram vencedoras. Retrocedendo ao número inaugural, a proposta de espaço democrático apresentada na primeira página do primeiro dia quer ser o ponto de convergência entre o ideal de uma empresa que deseja se sustentar como portadora das próprias opiniões e ser aceita pelas classes leitoras,

as quais, paradoxalmente, vão se diferenciando ao ponto de que, para continuarem consumindo o jornal, é preciso que ali se reconheçam. Era a democracia fazendo uso do mercado e vice-versa.

O engajamento em grandes causas públicas poderia ser, portanto, não mais somente o ponto de vista da elite fundadora sobre este ou aquele problema, mas característica peculiar a um tipo de imprensa que se desprendera aparentemente do cordão umbilical político-partidário e, para continuar a existir na República, deveria ser objeto de polêmica, debate e contradição. Ainda que aceitando o clã da família Mesquita, e por extensão todo *O Estado* como partido político, é justamente a diversificação das atividades da empresa, isto é, a busca de captar e cooptar o mercado para si, que permitirá a sobrevivência do jornal. "A posição de força relativa de que o chamado 'grupo do *Estado*' dispunha como baluarte do 'liberalismo' oligárquico é, portanto, indissociável de sua condição de empresários culturais" (Miceli, 2001, p.90).

Tornar-se empresa, permitindo o reaparelhamento gráfico e editorial, abria novas áreas de cobertura, além da política: os esportes, o carnaval, eventos populares; a tudo a fatura publicitária apontava seu dedo indicando as benesses da diversidade de pontos de vista, de assuntos, da sociedade a que se destinava. Isso não queria dizer desprender-se paulatinamente dos assuntos políticos, antes, mais ainda, frisar o "seu" ponto de vista, abrindo-se o veículo ao contraditório e para a manifestação das vozes de oposição. Era o mercado como democracia, a criar condições para o debate livre entre todas as vozes que quisessem se manifestar, desde que atendendo a parâmetros de "civilidade" estabelecidos nas páginas do jornal. Uma forma de estabelecimento de um *ethos* do enunciador que franqueia, inegavelmente, suas páginas àqueles cujo pensar em algum ponto tocava a forma reconhecida pelo jornal de se fazer política, notícia, oposição. Espaço de todos, para todos que saibam dele se utilizar.

As campanhas civilistas iniciadas em 1909 têm em *O Estado* forte aliado. Revolta da esquadra, rebelião de João Candido, revolta da Ilha das Cobras, estado de sítio; a movimentação política de um país que, em plena República nascente, enfrentava os tremores da alteração dos

regimes políticos. A figura de Hermes da Fonseca[4] (1855-1923) era hostilizada abertamente pelo jornal.

Prevalece, enfim, a relação entre defesa do regime republicano e liberdade de opinião como ideário divulgado aos leitores de *O Estado*, antes mesmo da campanha civilista: 4 de janeiro de 1889, por exemplo. Nessa edição, em primeira página o jornal comemora seus 14 anos afirmando que "sem preterir os grandes interesses sociais, sem lançar-se no estreito círculo das paixões pessoais, a *Província de São Paulo* viu crescer ao seu lado e avigorar-se o partido republicano". Um jornal que, até ali, negara-se a "armar a efeito com o fim de adquirir privilégios, obter favores, celebrar contratos e, quando menos, angariar para seus redatores a fama de *bons moços*", relaciona sua força ao seu posicionamento ético: "Não destruirá, porém, a sua força e será o que tem sido: um jornal livre, de opinião, convicto, independente, altivo até mesmo em frente dos seus parciais quando se julguem mais altos para forçá-la a se agachar diante do público que tem o direito de espreitá-la com severidade".

Diante de tal conduta, a política da redação só poderia ser "ponderada e justa", como demonstra a matéria do dia 4 de janeiro de 1889:

> Quanto ao seu programa, já tivemos ocasião de dizer que ele não foi alterado; é o mesmo.
>
> Podemos, pois, ainda hoje repetir:
>
> "A política da redação, a sua preferência por um partido a cujos intuitos serve dedicadamente, não tira ao jornal hoje, como não tirou em anos anteriores, a cordura e delicadeza com que sempre tratou a todos aqueles que se distinguem por seus méritos e serviços à causa comum, que é a de todos os partidos e de todas as nações, a da humanidade."

A fidelidade ao programa aparece frequentemente nas colunas do jornal. Retrocedendo mais um pouco, na edição comemorativa dos dez anos, em 4 de janeiro de 1885, matéria assinada por Rangel Pestana

4 Primeiro presidente da República Federativa do Brasil. Mandato: 1910 a 1914. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/gale.htm. Acesso em: 17 maio 2010.

iniciava-se com a assertiva de que entrava "em novo ano fortalecida pelo apoio do público, que tem tido na década decorrida tempo bastante para julgá-la quanto aos seus intuitos e bem avaliar a lealdade com que manteve o seu programa".

Às colunas de parabenização da edição de 1889 segue outra coerente ao "programa": um texto intitulado "Propaganda republicana", apresenta a "recepção que a cidade de Botucatu fez ao dr. Francisco Rangel Pestana, e qual foi a impressão que deixou nos botucatuenses a conferência por ele feita". A partir daí o texto cumpre seu propósito enunciado no segundo parágrafo: "Referirei, porém, primeiro as manifestações que o ilustre cidadão recebeu no trajeto da capital para a Vitória, estação por enquanto terminal da linha férrea Sorocabana". Lembrando que Rangel Pestana fora um dos fundadores de *A Província*, bem como um de seus principais redatores, percebe-se a intenção do jornal ao registrar a visita do político ao interior paulista. Finalmente, encerra-se a matéria com o sucesso da campanha republicana: "Convém aqui consignar-se também que o dr. Rangel Pestana mostrou-se penhorado pelos cumprimentos que recebeu de amigos e correligionários, em quase todas as estações, tanto na sua ida, como na sua volta".

Na edição de 4 de janeiro de 1914, o texto que ocupa quase toda a primeira página em homenagem aos 39 anos do jornal oferece a versão da própria folha sobre seu papel no advento da República: "A propaganda republicana, da qual a 'Província de São Paulo' foi poderosa mola impulsora, começava a inquietar o arguto imperador, que trocara o despotismo paterno pela manha corruptora". Para o leitor que não havia acompanhado os últimos suspiros do Império, a folha oferecia alguns lances, como a convocação dos liberais, "seriamente irritados desde 1868, por motivo da insólita despedida do conselheiro Zacarias de Góes". Gradualmente, a folha apresenta os momentos da história brasileira na conquista pela República; dramaticamente, vai levando o leitor a perceber como os elementos que conformam a mudança do regime e o posicionamento do jornal sempre estiveram do lado de quem mais detinha o mérito pela grandeza da pátria, o leitor.

Formava-se o ministério Sinimbu, "com o conselheiro Lafayette, signatário do manifesto republicano de 1870. Seu programa anunciava

largas reformas liberais, visando atrair os republicanos, que o soberano julgava tão convencidos e sinceros quanto o seu ministro". Ao jogo do imperador opõe-se tenazmente, como conta *A Província*, denunciando "essa engenhosa manobra maquiavélica, tão nos hábitos de D. Pedro II. E assim impediu a debandada do nascente partido republicano, onde havia elementos dispostos a aderir ao ministério, que, efetivamente, levou alguns trânsfugas".

Rangel Pestana é, na sequência, o assunto tratado pelo texto, o qual não economiza louvores aos atos de heroísmo do líder republicano. Aliás, *A Província* chama-o de "jornalista", não de político. "Em nossa pátria, raros jornalistas puderam competir com Rangel Pestana em habilitações para tratar cumulativamente de tão variados assuntos. Certo, não tinha nem a elegância principesca de Quintino Bocaiúva, nem a graça garretteana do Ferreira de Araújo"; seu estilo refletia a integridade do homem, "feito de imagens e parco de adjetivos, seu estilo era bem o homem: seco, frio, simples, conciso em demasia, talvez por atavismo, pois descendia de anglo-saxões". Não era um literato fora da realidade.

Em 15 de novembro de 1889 o tom do editorial, cujo título é "Para o mal", na primeira página, não é comemorativo: "A ditadura monarquista não é outra coisa senão o poder pessoal, reconhecido e proclamado pelos dois partidos constitucionais em oposição". Os ataques se sucedem de modo veemente, informando que poucos anos antes a ditadura era uma prerrogativa pessoal do imperador, atento ao desgaste de sua autoridade. Agora, aponta o jornal, havia uma grave enfermidade na sociedade, pois a ditadura se colocava simplesmente como produto da ambição dos partidários da dinastia, visando somente a garantia de interesses pessoais, sem intuito algum de altruísmo, com a única finalidade, enfim, de perpetrar o domínio da família de Bragança aliada à de Orléans.

Concluindo o texto, justifica-se o título: "A ditadura monarquista só tem servido para o mal e, quando tenta fazer o bem, a mira é o seu próprio interesse". Por fim:

> Ela só pode dar o despotismo, o atraso, a dúvida e o susto.
> Não prestou até hoje e não prestará para amanhã.

> A nação não tem conseguido elevar-se à altura da civilização dos nossos dias nem do movimento industrial que constitui hoje o sinal de vida dos povos. Nem os arremedos do parlamentarismo inglês, nem as cavilações do despotismo dos césares lhe há trazido glória, progresso e grandeza. E é isso que honra, enobrece e justifica uma ditadura local, benéfica e justa.

Informa o sítio oficial do grupo "Estado" que, no dia 16 de novembro de 1889, a primeira página publicada trazia apenas o título "Viva a República". Júlio Mesquita participaria, então, do governo estadual provisório, o que fora comentado pela edição comemorativa de 4 de janeiro de 1914, "a 16 de Novembro de 1889 a 'Província', iluminada pela vitória explode em entusiasmo. A primeira página traz simplesmente um gorro frígio com esta exclamação em letras garrafais – Viva a República!". Fato tão importante não ficaria restrito a São Paulo: "Depois, nas outras páginas, telegramas sobre o movimento revolucionário no Rio, a proclamação do governo provisório de S. Paulo e notícias sobre os acontecimentos do dia 15, que encerram a campanha política iniciada com o manifesto de 1870".

Diferente tratamento receberia o 4 de janeiro de 1890, quando o jornal completaria seus quinze anos de existência. Contando com menos de meia coluna na primeira página, a matéria traz a consciência da vitória pela causa em que o jornal se envolvera desde a fundação, bem como a necessidade de lutar por um governo mais justo à república; e isso demonstra fazer nas colunas da mesma página, nas quais se observa títulos como "Grande reforma" e "A constituinte". Informa que "Com o número de hoje completa *O Estado de S. Paulo* quinze anos de existência. Felizmente, podemos hoje volver com serenidade o olhar para os três lustros decorridos, sem que nenhuma sombra nos venha manchar a claridade da consciência", orgulho de um veículo de comunicação, como quer a matéria, sempre cumpridor de seus deveres de jornalistas e cidadãos com hombridade. "Agora os nossos deveres são maiores e mais sérios: vencedores na causa sagrada por que lutamos, não nos ofusca o esplendor da vitória nem nos macula o ódio ao vencido, pois era da Pátria e não nossa a causa que defendíamos". Mais uma vez procura se legitimar por meio do afastamento "pessoal"

da causa republicana, isto é, o jornal prestaria tão somente o serviço de comunicar o desejo da nação; anuncia também: "Continuaremos sempre no nosso posto, servindo com lealdade e dedicação os princípios porque hoje se governa o país, únicos que podem fomentar e dirigir a grande expansão do nosso progresso"; e para encerrar, deseja a todos os leitores "Saúde e Fraternidade".

Compreende-se, pois, que entre a fundação do periódico *A Província de S. Paulo* e o surgimento de *O Estado de S. Paulo*, a folha procura afastar-se da ideia de que estava a serviço de um partido ou grupo hegemônico, aproximar-se da classe burguesa e consolidar sua seriedade imparcial no meio jornalístico. Procura estabelecer uma voz legitimada por valores admitidos como pouco correntes no jornalismo, quais sejam, a imparcialidade, a veracidade, a opinião clara e precisa.

Cinco anos depois, no aniversário de 20 anos (4 de janeiro de 1895), o editorial, na página de abertura, não se furta à tarefa de rememorar para o leitor seu papel no cenário político brasileiro, especialmente quanto ao estabelecimento da República: "Folha de propaganda e de combate, rutila nas suas colunas a energia incansável de Rangel Pestana e Américo de Campos, seus egrégios fundadores, secundados por todos os bons espíritos que no tempo da monarquia combatiam as instituições políticas nacionais em nome da República sonhada". É interessante o adjetivo que adota para examinar a si mesma: "Folha conservadora depois da revolução de 15 de Novembro, estamos convencidos de que contribuiu com o seu conselho e o seu esforço para a reorganização política do país" – conservadora ou liberal, tem a firme convicção de ter contribuído "para a honestidade e seriedade da administração, sustentando sem dependências os governos honrados e patrióticos, combatendo com vivacidade os que se afastaram do caminho reto, levados por interesses ocasionais a mentir aos princípios das vigentes instituições da Nação".

O editor não é descuidado. Logo em seguida, lembra seus leitores de que o jornal é voltado para toda a sociedade, pois fora da esfera política "*O Estado de S. Paulo* tem procurado ser útil a todas as classes, às artes, às indústrias, à lavoura e ao comércio, pugnando por todos os interesses legítimos, desenvolvendo as suas seções, ampliando notavelmente o

seu noticiário, variando o mais possível a leitura que oferece", em suma, "seguindo ou aceitando todas as idéias novas, todas as correntes literárias ou artísticas que vem surgindo, todas as tendências, enfim, do espírito do seu tempo". Como bom jornal, abre-se a todo cidadão que lhe desejar os serviços.

Essa insistência em associar a causa republicana à causa popular – seja o que isso signifique para uma população de maioria analfabeta e completamente à margem das decisões políticas no entresséculos, é encontrada na página fundadora de 1875. Nela, o leitor é levado ao encontro dos problemas considerados relevantes para o povo paulista de acordo com um seleto grupo, como se anuncia na apresentação do jornal: "Criada pelo concurso de capitais fornecidos por agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas, está ela no caso de satisfazer às mais legítimas aspirações da rica e briosa província, cujo nome toma para seu título; e isto justifica o seu aparecimento". Como se depreende do texto, seriam as aspirações da província de São Paulo as próprias aspirações dos comanditários do jornal e, uma vez engajados na campanha republicana, os interesses do jornal transcende aos da província são interesses nacionais.

Na sequência, o jornal coloca-se polidamente no meio editorial, ao lado dos "respeitáveis órgãos de publicidade": "um lugar modesto, mas com bons desejos de ser útil à causa pública". Insiste-se, ainda, na neutralidade como característica: "Não sendo órgão de partido algum nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer d'eles" é o jornal que está em posição de escapar "às imposições do governo, às paixões partidárias e às seduções inerentes aos que aspiram ao poder e seus proventos", tendo na "independência o apanágio de sua força e a medula da severa moderação, sisudez, franqueza, lealdade e critério em que fundará o salutar prestígio a que destina-se a imprensa livre e consciente". Embora proclamada sua franqueza, o redator toma cuidado ao definir "imparcialidade", observação que parece salvaguardar a posição política do jornal: "sua imparcialidade não será, por isso mesmo, a imparcialidade do silêncio", por isso, consciente de si mesmo, a jornal "nos devidos termos da oportunidade e comedimento, e com a independência de uma opinião séria e convencida", realizaria

"análise da marcha e governação social, em todas as suas esferas, seja qual for o matiz político dominante".

A seguir, aponta-se o editorial como espaço de manifestação do posicionamento político do jornal, que "guardará nas colunas editoriais a harmonia de um pensamento político", qual seja:

> se não o do século e particularmente a tradução fiel das tendências bem pronunciadas da província de S. Paulo e mesmo d'esta nação, aonde todos se confessam entusiastas da democracia e louvam-lhe os intuitos pacíficos e civilizadores, versando muitas vezes a disputa palavrosa em saber quem melhor a compreende e pratica.

Pelo trecho, pode se concluir que as aspirações da ainda província de São Paulo estão projetadas sobre o território nacional, onde "todos" confessam entusiasmo pela democracia.

O texto da primeira página de 1875 registra, portanto, a posição política de seus redatores, afirmando que estamos numa época em que "até mesmo a palavra república já não assusta". Isso significa "na medida progressiva de suas forças auxiliar ao comércio, à lavoura, às artes, indústrias, ciências, e literatura, tratando os assuntos que lhes digam respeito, e abrindo espaço a todos os talentos e aptidões que em suas páginas queiram aparecer".

Deixando o século XIX, com suas agitações e mudanças de regime, encontra-se em 28 de outubro de 1913 o programa do Partido Republicano Liberal, dissidência do PRP. Informa-se ao leitor que constituíam o programa do PRL as ideias sustentadas na plataforma pelo candidato à presidência da República Rui Barbosa em 15 de janeiro de 1910. Ideias que haviam recebido, segundo o jornal, em 1º de março, a sagração nacional com o número de 300 mil votos, os quais eram expressão popular de apoio ao candidato civilista. Para que a população em geral tomasse conhecimento do teor desse programa, ele é exposto resumidamente na edição do dia 28 de outubro: "Adotando, como escritura dos seus compromissos com o país, esses princípios e encargos, o Partido Republicano Liberal aqui os articula nas suas estipulações capitais, para clareza da sua altitude, e se obriga, assim: a

sustentá-los na oposição, como a realizá-los no governo". Em seguida, enumeravam-se os itens de modo a esclarecer aos leitores o programa formulado por Rui Barbosa.

Ainda que esclarecido o posicionamento político, é importante lembrar que o jornal aponta, na primeira página de 1875, o problema da ausência de debate nas páginas dos diários nacionais, uma vez que:

> quem não pertence ao grupo a que cada uma pertence, em nenhuma delas aparece, nem mesmo como literato ou escritor de ciências; todos julgam-se comprometidos, responsáveis pelas opiniões políticas da redação, imprimindo em qualquer seção de tais folhas o cunho de sua individualidade literária ou científica.

A nova folha tinha por compromisso, pois, ser justa. E isso é um dever, dado que "o jornalismo é um sacerdócio, e tanto mais nobre e difícil quanto é certo que aqueles que o exercem devem muitas vezes esquecer sua individualidade, para se lembrarem constantemente de que representam uma força", força materializada em sociedade ou partido, "ou o que quer ela seja – sujeita a variar em sua intensidade e em suas manifestações".

Uma vez comentada a missão do jornal, cabe apresentar ao leitor a equipe com a qual a província de São Paulo contará para sua apresentação diária, uma equipe à altura do consumidor paulista: "Contando em diversos municípios importantes da província cavalheiros interessados na sua existência, e em quase todos amigos dedicados, muitos dos quais se comprometem a colaborar ativamente nos trabalhos da redação, esta folha esperar corresponder ao apoio que lhes for dispensado" – apoio para formular, vender, distribuir.

Não basta, com isso, apenas ter uma boa intenção, é preciso profissionalismo, com "escritores amestrados e talentosos, competentíssimos alguns para tratarem de assuntos referentes à agricultura e outros de interesse público, se incumbem de oferecer aos leitores do novo jornal os conselhos que a prática e as ciências consorciadas lhes tenham sugerido em benefício da vida nacional". Agricultura e interesse público, dois eixos sobre o qual o jornalismo de *O Estado*

se movimentaria, de acordo com o primeiro número. Para que uma empresa se sustente é preciso, pois, mais que a solidez de um investimento inicial – é preciso garantir a "confiança dos fornecedores dos capitais n'aqueles que os devem gerir".

Na segunda parte do artigo, denominada "A província de São Paulo", o jornal traz um texto a respeito da própria publicação. Se a missão já se fizera divulgada no primeiro bloco, agora ela é contextualizada em relação à vida nacional, afirmando que o papel do escritor é "fazer crítica justa e sensata das evoluções sociais, instituições e reformas aplicáveis à índole, educação, interesses e destinos de uma nação determinada". Apesar dos obstáculos dessa empreita, "julgam os espíritos retos e reflectivos ser tarefa dificílima, cujo desempenho depende de certa disposição de ânimo que nem sempre as paixões pessoais e políticas permitem de modo perdurável ao escritor".

É sem paixão pessoal e política, como se lê, que o escritor deveria analisar os problemas do país. Portanto, quando o escritor ou jornalista tem "a faculdade de achar-se na posição de mero observador dos acontecimentos, pode melhor acompanhar a marcha social, o fio emaranhado e muita vez escuso de sua evolução histórica, as fraquezas ou heroísmos do povo e do poder", além de perceber "os sintomas característicos das enfermidades políticas que mais desvelos e mais acurado exame solicitam, expondo com a verdade o que deve ser claro e demonstrando, e assim realizando a máxima patriótica de que", segundo parece crer o próprio jornal, "descobrir e diagnosticar o mal já é vencê-lo em metade".

Mais que neutralidade, o jornal apresenta-se como portador da cientificidade necessária para se abordar as questões nacionais, de modo a diagnosticar as doenças brasileiras e apontar remédios eficazes. "Esta é a posição que desejamos manter na imprensa", e, para não fugir aos parâmetros que estabelece para si mesmo em seu primeiro número, o jornal descreve um quadro de conturbação social. O estado de coisas é reconhecido "por aqueles mesmos que não são os mais entusiastas em procurar a felicidade e grandeza da pátria ao caminho da liberdade, e da democracia", concluindo que "de fato, não anuncia o ano de 1875 dias de paz e contentamento geral ao país".

No parágrafo seguinte, afirma-se que o Brasil está envolvido em agitações sociais de caráter reacionário, o que, de acordo com a voz do jornal, não é exagero: "Não há aqui declamação. Estudando-se com critério e sinceridade o presente estado do país, não há desconhecer os perigos e tropeços da carreira incerta, vacilante e tortuosa que levamos".

Devem-se abordar os problemas, reitera-se, com isenção de ânimo, uma vez que "as paixões se desencadeiam" aproveitando-se dos mais "repugnantes instintos que a cegueira e a ignorância costumam erguer"; diante disso, "verdadeiras dedicações à causa pública rareiam e a confiança nos homens quase que há desaparecido". Ao clima de agitação em que se confundem os verdadeiros homens dedicados à causa pública e os ignorantes, agitadores oportunistas, ou seja, uma plêiade de seres inferiores por isso colocados sempre de forma subestimada pelo jornal, acrescenta-se um cenário administrativo marcadamente negativo para o jornal: "Reúnam a isto os males já bem conhecidos e enraizados no passado, – o insofrível e maléfico unitarismo das instituições, a impotência ciumenta e falaz do poder centralizado"; acrescenta-se, fato que fere frontalmente os intentos republicanos do periódico, "o descalabro dos partidos políticos, reduzidos a entidades apenas nominais sem que possam representar o grande elemento da força popular no próprio regime estatuído e dado como vigente". Todo um quadro desfavorável aos cidadãos de bem, o que ocasiona "o abatimento do espírito público, o mal estar e a descrença criados por mil circunstâncias passadas e aumentadas por mil outras recentes e atuais, e digam-nos que na sociedade brasileira se pode chamar prosperidade, segurança, vigor, entusiasmo e virilidade?".

A oposição não se dará, assim, pelos partidos políticos. Antes, por ações individuais, as quais devem ter apoio da coletividade, "os atos com que a credulidade e o desespero de causa pretendem que se há de vencer a impetuosidade da onda invasora". O ideal liberalista: um país livre, democrático, em que a livre iniciativa pessoal deve se dar sob o olhar regulador da coletividade, caso contrário, haveria ditadores no comando. Mesmo um ditador enfraquecido pela própria amplitude ditatorial das atribuições que exercesse, suas atitudes eram "contrárias em regra ao desenvolvimento moral e liberal do país". O

imperador fora aquele que cedia pouco, "e incompleto, somente para não perder tudo".

O artigo insiste que "não são palavras sonoras, nem atos de expediente, nem medidas de ocasião, os meios que hão de salvar a pátria comum", o necessário é uma "política prática", mas não pautada pelos atos individuais da monarquia, mas em atos "inspirados por um ideal determinado, claro e concludente". Ao final do texto, o artigo continua a frisar a ausência de propostas políticas mais consistentes, "governo, partidos, e a mesma sociedade, no quanto pôde ser compreendida, vacilam, agitam-se no vácuo quando não dormem o sono da atonia, o que tudo revela ausência de convicções, de observação, de tirocínio, experiência e estudo de princípio". Conclui-se, por oposição, que a folha que se inaugurava era um órgão ativo, representativo das vozes do povo brasileiro, plena de propostas, sem tibieza.

Esse quadro é, portanto, o responsável pelo "mal estar e a marcha lenta e doentia das províncias", tese que "mais aturado estudo nos há de merecer em ulteriores escritos", isto é, o primeiro número do jornal expõe publicamente uma das causas com as quais se mostrará engajado. Para encerrar, o artigo registra que, apesar do estado em que andam os negócios das províncias, São Paulo ainda é superior às demais: "É digna do empenho, ela, que, apesar dos obstáculos, campeia entre as irmãs como o vivo e melhor exemplo de energia e civismo" – um enaltecimento registrado sem nenhum pudor na primeira página do jornal.

É, contudo, na matéria assinada por Rangel Pestana em comemoração aos dez anos do jornal, 4 de janeiro de 1885, também na primeira página, que a ênfase sobre o método científico se mostra mais intensa. "Com uma opinião política, determinada pela educação científica e sendo a República a sua aspiração, tem sabido colocar-se no ponto relativo do movimento social, fazendo a crítica dos acontecimentos com a tolerância que é condição de acerto na observação dessa ordem de fenômenos". Com efeito, "educação científica" e "fenômenos" são exemplos de um vocabulário das ciências naturais transpostos para a análise social. Após manifestar a lealdade ao programa inicial, o discurso desvela o ideário "iluminista" dos comandantes do jornal, pelo qual a racionalidade da ciência traz soluções aos problemas nacionais.

Explica-se o redator: "Na ordem econômica obedece a leis positivas e se esforça por torná-las conhecidas no exame dos problemas, cuja solução afeta a vida nacional", um método que, pela sua racionalidade, "discute para convencer ou critica para obter o melhor, respeita as pessoas dos adversários, ou os sustentadores de interesses que são contrariados por aquelas leis". A imparcialidade, então, advém justamente desse rigor, pois "com este objetivo pretende firmar-se ainda mais no terreno científico, abstraindo-se das paixões partidárias, dos ódios de raças, dos preconceitos de nacionalidade, de religião e escolas".

A evolução da civilização brasileira estaria no centro das atenções do jornal, que poderia contribuir para a evolução social, "reclamando para todos a liberdade a fim de poderem exercer a sua atividade e afirmarem que o homem vale sociologicamente pelo aperfeiçoamento integral de suas faculdades". Para isso era necessário um veículo de comunicação que abordasse questões econômicas e sociais, as quais, relacionadas à política, não deixariam de ocupar lugar importante nas colunas do jornal – "atuando sobre a sociedade para constituição de um partido, não escravizando-se, porém, às suas paixões, um jornal só pode exercer larga e benéfica influência política".

Rangel Pestana é quem também escrevera os dois artigos da primeira página do número inaugural. No segundo texto, "A Província de São Paulo", transparece de modo indelével sua formação científica e positivista, visível no domínio do jargão científico: "Discutir como filósofo os princípios fundamentais que devem entrar na organização, governo e progresso dos povos, é trabalho relativamente fácil e agradável", contudo, pondera, "fazer a crítica justa e sensata das evoluções sociais, instituições e reformas aplicáveis à índole, educação, interesses e destinos de uma nação determinada" sem se deixar manchar pelos interesses pessoais, aí estaria o mérito da nova folha. Para Rangel, o que o Brasil necessita é "de uma política prática, é certo, mas cujos atos sejam inspirados por um ideal determinado, claro e concludente". *O Estado* para uma política eficaz, forte e decisiva.

Se cada 4 de janeiro é motivo para um texto comemorativo, o aniversário de 1914 é festejado por um texto que merece dupla atenção: primeiro, porque é o ano em que Monteiro Lobato publica um

artigo considerado como o "revelador" do grande articulista, "Uma velha praga", e isso importa como elemento contextualizador para a produção do escritor; segundo, porque o texto retoma a história do jornal, então com 39 anos de existência (o que não é realizado no ano seguinte, ao completar quarenta), de modo mais relevante.

No domingo de 1914, a matéria "A história de um jornal", cujo subtítulo é "O 'Estado de S. Paulo' em 39 anos de existência", ocupa quatro das cinco colunas da primeira página do jornal, sendo a parte inferior da folha ocupada por grande anúncio da "A. H. Lundgren & Cia", "fazendas por atacado e roupas feitas". O texto divide-se em cinco seções: A fundação em 1875; Os primeiros anos; Uma década de lutas; Depois da República; Progressos atuais.

"A fundação de 1875" é uma introdução que, ao relembrar a cidade de São Paulo à época da fundação do periódico, compara o presente e o passado paulistano. Nessa comparação há momentos em que o redator alcança a eloquência de quem se lembra orgulhosamente de sua própria história; eloquência que se constroi apelando a imagens de tom emotivo ao leitor: "Cenas do passado! Costumes de outrora! Como nos parecem longínquos a nós outros que os vimos há trinta e cinco anos! Como se nos diluem na memória com o rápido perpassar de sete lustros!".

A correlação que estabelece entre a formação de uma burguesia local e a necessidade de um jornal que atendesse a esse público revela-se ao longo da descrição da cidade. Poeticamente, afirma que "a crisálida imóvel e disforme já se preparava para se transformar em linda borboleta, ágil e multicor. A pacata capital provinciana, finda a sua prolongada hibernação, ia levantar vigoroso surto como esplêndida metrópole moderna"; o cenário está em transformação: "dentro de seus limites penetrava vitoriosa a locomotiva, arrastando fragorosamente os trens carregados de café. Os fios telegráficos se distendiam pelos postes, trazendo e levando o pensamento humano, na sua ânsia de destruir e reconstruir". O desenvolvimento industrial chegara com os trilhos dos primeiros bondes cortando as pedras brutas do calçamento e ligando ao centro os arredores. "A luz do gás principiava a brilhar nos combustores, desalojando os lampiões de querosene e óleo. A cara do italiano

operoso e ativo apontava, a medo, na estrada de Santos, em busca de um lar hospitaleiro", era "a indústria, a riqueza, a atividade mercantil, o progresso sob todas as formas, que iam alargar, multiplicar, renovar o velho burgo do padre Anchieta...".

Obviamente, indaga-se em tom reflexivo, "era de admirar que a famosa capital dos bandeirantes quisesse também um jornal que fosse, a um tempo, forte propulsor e límpido espelho de sua futura grandeza?". As classes sociais que se consolidavam necessitavam de nova imprensa, já que a existente "não satisfazia aos espíritos progressistas e liberais". Mais uma vez, explica-se: "O 'Correio Paulistano', fundado em 1854, ressentia-se da falta de redatores capazes de discutir os problemas nacionais; limitava-se a publicar atos oficiais, notícias atrasadas e mofinas ao sabor da época", ou seja, nele não se discutiam democraticamente os problemas nacionais; "O 'Diário de S. Paulo', que aparecera em 1865, não passava igualmente, de simples divulgador de atos oficiais, como órgão do partido conservador, que o sustentou com subvenções do governo", caindo no mesmo caso do anterior. As outras folhas, segundo o artigo, "eram semanários sem maior valor, ou efêmeros periódicos de estudantes".

Divulgar atos oficiais corresponderia estar alinhado com o regime, ou melhor, com a monarquia. Mediante tais condições (ou jornais subsidiados pelo governo ou jornal sem maior representatividade), "um núcleo de distintos cidadãos pensou em criar na província um diário que perante a nação representasse condignamente uma região em vésperas de tornar-se a mais rica e próspera do Brasil. Nascida a idéia, não tardou em converter-se numa brilhante realidade". Em seguida, o texto retoma a relação dos comanditários já apresentados na primeira página de 1875. Acrescenta, porém, que Rangel Pestana e Américo de Campos, "escolhidos para redatores, entraram com maiores cotas e formaram a firma Pestana, Campos & Comp. A administração foi confiada ao sr. José Maria Lisboa, que deixara o 'Correio Paulistano'". Revela ainda que os artigos referentes ao programa e à política, do primeiro número, foram "ambos devidos à pena de Rangel Pestana". Em outros termos, surgira *A Província* sob os auspícios do grupo da Convenção de Itu, tutelado por comanditários envolvidos com a

República, dirigidos sob a batuta de Rangel Pestana, a personalidade centralizadora do jornal.

Reiterando o relato da página de 1914, o sítio oficial do grupo "Estado" mantém uma descrição muito próxima daquela apresentada por ocasião do aniversário de 39 anos do jornal, destacando que, apesar das inovações, São Paulo era ainda uma pequena cidade com pouco mais de trinta mil habitantes, na sua maioria tropeiros, funcionários públicos e estudantes de direito. "Na margem oeste do Anhangabaú ainda se caçavam perdizes e se pescavam bagres em uma lagoa próxima à Estação da Luz", contabilizava, em 1875, "mais dois jornais diários de algum porte: o 'Correio Paulistano', fundado em 1854; e o 'Diário de São Paulo', de 1865 – ambos extintos".

De toda essa viagem pelos aniversários de *O Estado de S. Paulo*, que já se sabe republicano, destaca-se, na edição de 1914, o modo de *ser* republicano do jornal: o modo positivista. Educar cientificamente e adotar o método positivista, conforme também se lê na primeira página de 1885, é um fio condutor para as matérias do jornal.

Aliás, desde a edição inaugural o jornal abria em suas páginas lugar para matérias de cunho científico, não ciência aplicada somente à política. É assim que se leem séries de artigos sobre infância, educação, saúde. Muitas delas bem específicas, como matérias sobre a gagueira, por exemplo. Personalidades do meio científico contemporâneo são chamadas para dar sua contribuição para a ilustração do povo brasileiro, versão nacional de uma ilustração tentada via jornal, já que a escolar falhava a olhos vistos.

Ao considerar o modelo político proposto pelo jornal, pode-se entender o ideal liberalista como concepção dos direitos naturais do homem, isto é, compreendiam-se questões de organização social como direitos herdados naturalmente pelos homens. Sem dúvida, a pretensão de instalar, no Brasil, uma República guiada pela ciência e pela razão. Promovendo a liberdade, a igualdade, a justiça, a segurança e o direito à propriedade, o governo faria seu papel de dar subsídio suficiente para todo indivíduo desempenhar o melhor possível as funções sociais almejadas.

A ideia de felicidade estaria na busca do bem para o maior número de indivíduos. A partir desses princípios, desdobra-se a ideia de

progresso presente já no primeiro editorial, em 1875. Citam Locke, recorrem às leis da evolução de Spencer e referenciam Comte no âmbito de um programa formador de elites. Nesse emaranhado de concepções muitas vezes discrepantes, elaborava-se um conceito moderno de progresso que era a tradução do sonho de perfeição na vida temporal, um desejo de regeneração da humanidade. Entende-se, nesse contexto, a preocupação de se marcarem nas páginas comemorativas o posicionamento ético da publicação, bem como a busca de esclarecer ao leitor mais desavisado que se tratava, sim, de um jornal republicano, porém, e por isso, aberto ao debate.

Como força inerente ao mundo guiado pelas conquistas dos mais aptos, pensamento vincado pelas leituras da obra de Spencer, acreditava-se num contínuo avanço para o bem comum. Mesmo o que pelos editores fosse caracterizado como desordem e ausência de progresso "seria transitório e que, uma vez superado, a evolução retomaria seu curso normal, caminhando no sentido da plena democratização do país, da realização os ideais liberais" (Capelato & Prado, 1980, p.96).

É em busca da ordem e do progresso que *A Província* se manifesta pela República. E é em busca desses mesmos elementos que se envolveria em campanhas sanitaristas, em questões econômicas, em debates políticos. A visão de sociedade desse lugar do qual o grupo de *O Estado* observava seu Estado, o Brasil e o mundo permite distinguir características desse modo de pensar. Concebendo a sociedade como uma organização de classes, o natural – as etapas naturais de acordo com a evolução, a organização lógica da natureza e do mais apto – era que no topo estivessem as classes intelectualizadas, capazes de guiar a nação.

Ao abordar o problema do café, por exemplo, percebe-se que o jornal se coloca num diálogo entre parceiros. O café é "nosso", isto é, dos paulistas: "Não há como contestar que, desde 1850, ao café devemos a maravilhosa prosperidade da terra paulista: fez a nossa fortuna e grandeza, deu-nos o primeiro lugar na federação brasileira". Ainda que esse artigo, datado de 24 de dezembro de 1914, apresente a dubiedade dos efeitos da cultura cafeeira para o Estado de São Paulo, é visível que recorre aos leitores como se todos usufruíssem da fortuna gerada pela mercadoria de exportação. A explicação econômica refere-se a todos

os paulistas, destacando-se a primeira pessoa: "dele procuramos tirar tudo: lucros agrícolas e mercantis, dividendos de companhias ferroviárias, rendas públicas, etc. Sobrecarregamo-lo de ônus e tributos de toda a espécie. Não houve exigência que ele não atendesse, luxo que não satisfizesse, loucura que não pagasse". O problema máximo dos paulistas seria, assim, baratear o café, sem sacrifício dos "nossos" legítimos interesses.

A fórmula comercial era vender barato para vender muito. Atento ao desenrolar da guerra, o articulista afirma que ela eliminará diversos concorrentes, cujas terras ocupadas e bombardeadas ficariam fora da competição. Seguem as análises deixando o leitor convencido de que o café tem solução, até mesmo com a diversificação da lavoura. No entanto, em momento algum o texto deixa entrever alguma questão social mais pertinente à época, nem adentra questionamentos mais complexos como o fortalecimento do mercado interno mediante aumento do poder de compra das classes menos favorecidas. O artigo fala em nome dos cafeicultores, aponta dados, sugere encaminhamentos; atitudes pensadas do patamar de quem produzia em grandes fazendas ou, ao menos, compartilhava das ideias dos proprietários do café.

As soluções apareciam constantemente anunciadas nas conquistas da ciência. Em matéria de 5 de janeiro de 1917, por exemplo, sob o título "O duelo entre a eletricidade e o vapor nas vias férreas", encimado pela chamada "Um problema de atualidade", o leitor encontra uma explicação detalhada sobre o problema do vapor como elemento motriz para as locomotivas. "No fim de um século de existência, a locomotiva a vapor atingiu, sem dúvida alguma, um alto grau de aperfeiçoamento, mas, para os engenheiros de estradas de ferro, atualmente, os problemas já não se podem resolver pelos antigos processos".

É possível notar, então, um caráter didático nessas matérias. Por vezes ocupando mais da metade de uma página do jornal, elas explicam o objeto de estudo, as preocupações que o envolvem, as soluções possíveis. Mais que convencer, é perceptível a preocupação em instruir o leitor sobre o caso, apresentar-lhe elementos do mundo da ciência ainda desconhecido. Em 11 de junho de 1918, para elucidação do procedimento comum em *O Estado*, Mario Pinto Serva

busca esclarecer ao leitor uma das causas da luta formidável travada no velho continente – o estiolamento, isto é, o enfraquecimento da energia francesa, "a estagnação e paralisação lenta e contínua do desenvolvimento da raça gaulesa, enquanto a Alemanha ganhava rápida e constantemente terreno e se assegurava uma superioridade absoluta como potência continental".

Serva afirma que não bastava à França ter literatura, história e artes admiráveis. Para garantir a um país posição entre potências era preciso medir-se a quantidade de homens que se pode pôr em armas. Para comprovar isso, o analista recorre às taxas de natalidade, demonstrando que o número de nascimentos na França vinha decrescendo ano a ano. Cita datas e números de nascimentos; dados anteriores e atualizados. Vê o celibato e o filho único como "defeitos" para o país, "outros defeitos, porém, são comuns a toda a raça latina", segue a enumeração: "a falta de iniciativa, a falta de energia, a burocracia, a falta de educação apropriada, tudo isso na França, como nos outros países latinos", características em oposição aos povos anglo-saxões, onde a maior parte dos homens se lançam no comércio, na indústria, em todas as carreiras ativas, abraçadas também pelas elites das inteligências, que entre nós se esterilizam em "bisantinismos literários". O abandono das carreiras produtivas levaria inevitavelmente ao parasitismo, mediante a proliferação de enorme quantidade de vícios. Como na França, o Brasil tinha como problema os vícios de organização psíquica, moral, social e política. "Os nossos piores inimigos são os inimigos internos. Ninguém pode calcular os prejuízos monetários e de toda espécie que anualmente nos causam os nossos inimigos internos, que são muito mais perigosos e que têm sido muito mais nefastos para o país que os nossos inimigos externos".

Em 29 de setembro do mesmo ano, uma matéria sobre educação física ensina ao leitor, em primeiro lugar, do que se trata essa atividade: "A educação física é uma obra de conjunto e de harmonia que abrange o corpo inteiro – carne e espírito – e vai dos mais importantes aos mais secundários músculos", não tendo ela o objetivo de "formar lutadores de feira nem monstros de salão. O seu objetivo é simplesmente conservar e aperfeiçoar o corpo". Para isso, é necessário

método adequado: "A prática tem mostrado que só há um meio de o conseguir: é pelo exercício quotidiano de ginástica educativa" – domar o instinto, exercitar o corpo, racionalizar o esforço. Ao contrário dos esportes, que sempre desenvolvem parcialmente o corpo, ou seja, uma parte mais que a outra, o "abc" da ginástica educativa é fundamental para a prática de qualquer esporte. É o que permite ao homem vencer todas as fadigas, eliminar e evitar as gorduras, adestrar-se para os exercícios físicos das modalidades. É a ginástica sueca a base desse procedimento responsável por desbastar, modelar e aperfeiçoar todo o corpo humano. O analfabetismo em matéria de educação física seria tão grave quanto o intelectual.

Caberia, assim, aos interessados em não ver seus corpos atrofiados, educarem-se adequadamente. Os esportes populares, por sua vez, marcadamente o futebol, não deveriam sequer ser cogitados como importantes para o físico. "Ora, não é com pontapés desordenados em bolas grandes, sobre o tapete macio da grama e sobre a carícia dos olhares das damas gentis, que se consegue realizar essa obra de beleza e de higiene". Não era, portanto, com grosseira prática dos que ignoram os métodos disciplinadores do corpo que se chegaria a melhorar as condições higiênicas do povo. Nem com os gostos populares; nem mesmo com o incentivo a um esporte que viria ser, possivelmente, inimaginável ao autor do texto, uma marca do Brasil no exterior.

O elitismo estaria, pois, ligado ao racismo, decorrência da aceitação dos postulados evolucionistas. A questão da educação física era, evidentemente, tão só uma concepção que sinalizava para propostas ainda mais salutares em termos de higiene. Mendigos e idosos abandonados deveriam contar com asilos, casas de proteção. Cuidar da parte doente seria evitar transmitir às novas gerações legados de miséria e doença. Enquanto os desvalidos e as raças inferiores estariam desprovidos de virtudes capazes de alavancar o progresso nacional, às elites intelectuais caberia o papel de levar o desenvolvimento adiante; isso significa que uma das causas fundamentais dos problemas políticos do Brasil estava na lacuna a ser ocupada por essa elite, consciente de seu dever natural de herdeira das melhores condições de sobrevivência, em suma, mentora do Brasil desenvolvido.

O Estado como uma grande empresa

Na aparente desordem da diagramação do jornal para o leitor de hoje, o periódico traria textos voltados não só para análises do presente, mas também para projetos do futuro. Em muitos, porém, boa parte da população contemporânea sequer poderia fazer parte como mão de obra excedente, dado o estágio de organização social em que se encontrava o país.

Essa preocupação é o motriz, por exemplo, da campanha desencadeada por *O Estado* a favor da criação de universidades, como alegava Júlio de Mesquita Filho. O indivíduo livre, saudável e bem instruído faria do Brasil a nação que merecia ser. Ou que deveria ser por ordem da evolução. Entretanto, para compreender a ideia de desenvolvimento que embasava propostas como a de criação dos cursos superiores voltados para a "mob", é importante voltar à primeira página de 4 de janeiro de 1914, mais especificamente na seção "Os primeiros anos", iniciada com a narrativa sobre a história comercial de *O Estado*, incluindo a pitoresca história da venda avulsa realizada por um jovem francês nas ruas da tímida capital:

> O vendedor era um francês meio "aluado", de nome Bernard, se bem nos recordamos. Montado num burro, maço de jornais debaixo do braço, ele tocava espaçadamente uma corneta e apregoava: "A Província de S. Paulo"! "A Província de S. Paulo"! Bem se imagina o trabalho que esse valente precursor dos jovens vendedores de hoje teria para vender algumas dezenas de folhas, da Luz à Liberdade, de Santa Efigênia ao Braz.

A cidade crescera, ainda que as elites intelectuais não encontrassem os leitores, em quantidade e qualidade, do jornal que almejavam. Era preciso fecundá-los e, para isso, o avançar do tempo mostrou que já não era mais possível um cavaleiro percorrer as ruas alardeando o produto jornalístico. Mesmo que cheio de empecilhos, os caminhos abriam-se para empreendedores nos moldes de Monteiro Lobato, dispostos a entrar para a vitrine da notícia, para fazer literatura, e fazer literatura para estar na vitrine que vende – o que seria também fazer jornal.

Ainda como *A Província*, é perceptível que adotar o ideário republicano também implicava uma prática de mercado em que o objeto escrito deveria ser visto como mais um produto. A ideia de colocar o francês "meio aluado" na rua incitou a reação popular: era um despautério aquela "mercantilização da imprensa". A mercantilização de *A Província*, na verdade, já se iniciara desde a inauguração da nova folha. E os outros jornais logo entraram no páreo, evidentemente, para ganhar e não deixar que aquele periódico abalasse suas respectivas vendagens. Bancas, pontos, disputa por pontos. A divisão do trabalho, a importação de máquinas, os atos empreendedores já faziam crer a um observador comum que o Brasil caminhava a passos rápidos em direção ao progresso. No entanto, os bastidores mostravam uma situação bem diferente: "nos primeiros anos, a empresa deu prejuízo, apresentando um déficit de 16:951$240; golpe maior seria, depois, a perda de 29:600$000, depositados na casa bancária de Mauá & Cia., com a falência desta" (Sodré, 1966, p.260). Como uma das empresas mais resistentes aos reveses da economia brasileira, *O Estado* tem merecido destaque num país cuja imprensa geralmente tinha morte precoce.

Na página *on-line* oficial de *O Estado de S. Paulo*, registra-se que a tiragem inicial fora de dois mil exemplares – é importante lembrar, grande tiragem para um público leitor reduzido à classe média urbana e aos cafeicultores paulistas – em meio a uma população nacional estimada em 31 milhões de pessoas. No início de 1888, *A Província* atingiria a marca de quatro mil assinantes. Em janeiro de 1890, seriam oito mil assinaturas; a partir de 1896 contam com dez mil assinantes. Com o sucesso editorial, a empresa investe em nova máquina, chegando a produção diária a 18 mil exemplares – e a vendagem ainda foi auxiliada pela importância que se dava à Campanha de Canudos, acarretando enorme procura pelo jornal que mantinha Euclides da Cunha (1866-1909) como correspondente.

Em 1902, assume Júlio Mesquita, redator desde 1885 e genro de José Alves de Cerqueira César, um dos fundadores. Tornar-se único proprietário era decorrência endêmica de um grupo que, dando o empuxo inicial ao negócio, dele receberia a grande vantagem de ver um jornal republicano vigorosamente reproduzido sem intervalos desde

janeiro de 1875. A edição comemorativa pelo 39º aniversário, em 1914, afirma que dos quatro mil exemplares de 1888, a parte de assinantes era de 3.210; porém, mais importante é frisar que do número de assinantes "talvez um terço não seja de republicanos", uma assertiva sugestiva do prestígio buscado pela *Província* como legítimo jornalismo que se coloca além de todas as circunstâncias para dar a verdade ao leitor. Informa, também, que "comemorando seu 13º aniversário, apresentou-se com o formato aumentado, reformou o material tipográfico e estendeu o serviço telegráfico, aliás muito resumido e só da 'Corte', no dizer da época", e para atender aos clientes, "prometeu ampliar as informações de ordem econômica, deficientes até com relação ao café, principal produto paulista".

Se as modificações estruturais indicam tanto possíveis problemas econômicos pelos quais passa *O Estado de S. Paulo* bem como possíveis necessidades dos leitores, é importante notar que a longevidade do periódico pode ser resultante do fato de, mesmo com mudança de diretorias e proprietários, o jornal não ter abandonado sua proposta editorial. Isso também aponta para a relação com o grupo que o gerencia: justamente por se propor a ser mais que simples porta-voz político, é que não perde seu caráter empresarial, uma vez que, alternando-se diferentes posições sobre o poder monárquico ou republicano, o hebdomadário permanece na ativa, na busca de atender ao público leitor.

As crises, entretanto, batiam às portas mesmo de negócios mais sólidos como *O Estado*. A liderança do experiente Rangel Pestana não ausentou a empresa dos perigos do desaparecimento precoce, "por volta de 1885, a 'Província' sofreu ainda uma gravíssima crise, em que esteve a pique de naufragar, devido a descabidas exigências de alguns comanditários". A matéria, nessa altura, não responde quais exigências foram essas, fato que a página *on-line* do grupo "Estado" também não esclarece. De qualquer modo, a crise foi a porta de entrada para o genro de Cerqueira César, jovem jornalista filho de portugueses, iniciado na redação de *O Estado* aos 23 anos e apresentado por Alberto Salles.

Que falem as questões empresariais mais uma vez na condução dos negócios, a entrada de Júlio Mesquita seria a ruptura com a dependência financeira do grupo oligárquico – que, lembre-se, não se reconhecia

como tal. Sobre isso, a página oficial de *O Estado* destaca que havia problemas de vendas causadas pelo antilusitanismo de Alberto Salles. Júlio, como filho de portugueses, consegue trazer novamente os clientes enfurecidos para a empresa.

"Com o oportuno e desinteressado auxílio do dr. Júlio de Mesquita, conseguiu-se negociar um acordo e impedir que o valoroso órgão republicano caísse às mãos de qualquer adversário de suas aspirações políticas", nesse ponto a matéria de 1914 não só trata da entrada de Júlio de Mesquita, mas também contraria sua própria colocação: o auxílio do jovem redator não é desinteressado (que o fosse financeiramente), antes diretamente ligado ao poder político, como a matéria demonstra ao apontar a preocupação de que o jornal caísse em mãos de adversários. Disso, pode-se perceber que, embora a lucratividade do periódico não fosse o principal objetivo, como veículo de informação e formação, *O Estado* não era um negócio para se deixar por qualquer crise.

A presença de Júlio de Mesquita e o reatar das relações com os comerciantes portugueses certamente fez a diferença para o jornal, cujas finanças, "apesar de tais contratempos, melhoravam, com a verificação de saldos". Apresentando nova descrição das receitas e despesas de 1886 e 1887, o artigo revela resultados positivos na balança comercial, ainda que tímidos.

Outras caras aparecem na redação: Gomes Cardim, Octavio Mendes, Manuel da Rocha, Hyppolito da Silva, Gabriel Prestes, além dos novos administradores, Manuel Oliva e Pedro Braga, os quais "de longa data, vinham servindo à folha em outras posições". Com a consolidação da empresa, mais fontes de informação, mais textos à disposição dos leitores; para administrar, pessoas leais à casa. Com a agitada vida política, e os consequentes desgostos com a República, as modificações ocorridas em 1888 seriam inevitáveis: "A 3 de novembro de 1888 Rangel Pestana participou ao público haver transferido a 'Província' a uma sociedade comanditária", sob a firma de Rangel Pestana & Companhia: "Conservo a direção da folha – dizia – e a gerência está confiada ao dr. Júlio de Mesquita, talentoso e conhecido escritor, que fará também parte da redação".

Com a vitória da República, Rangel Pestana e Júlio de Mesquita retiram seus nomes da primeira página "por um natural escrúpulo", que impediria a confusão entre o cargo político e a empresa em bom andamento.

Bom desempenho é o que a matéria de 1914 passa a narrar. Comentando a presença na redação de autores como Filinto de Almeida, Hyppolito da Silva (administrador), Lúcio de Mendonça, Raul Pompéia, Pereira Barretto e "outros escritores de valor", afirma-se: "Era início de franca prosperidade"; para comprovar, são enumeradas as transformações: "a empresa adquiriu uma máquina Marinoni por seis contos e um motor de seis cavalos para mover seus três prelos ao mesmo tempo. Alargou ainda suas instalações e comprou material para uma oficina de obras".

O veterano jornalista e político Rangel Pestana, contudo, "sentindo que o sopro gélido da realidade lhe apagava o facho deslumbrante do ideal que trazia aceso" cedeu a propriedade, no início de 1891, à Companhia Impressora Paulista, sob o comando do coronel Teixeira de Carvalho. Júlio de Mesquita permanecera como diretor político. Sem maiores explicações, a matéria informa a dissolução da Companhia Impressora e a propriedade de J. Filinto & Comp. Como sócio da firma, Júlio de Mesquita continua a redigir suas "Notas políticas", destacando-se como "brilhante polemista". Mais uma vez o texto traz nomes de colaboradores: Olavo Bilac, Coelho Netto, Euclides da Cunha, Santos Werneck, Paulo Egydio, Alberto Salles, L. Pereira Barretto.

Enfim, o sucesso do jornal se estabelece como indústria da informação: "De 1900 em diante, vai se assimilando a massa estrangeira, alarga-se a cultura popular, avigoram-se as indústrias, expande-se o comércio, avulta a riqueza da cidade e do Estado". Orgulha-se o periódico de sua história: "É a maré favorável: a nau construída em 1875 navega em plena prosperidade, as velas soltas ao vento, a proa cortando as vagas com rumo certo ao futuro". Dos comanditários de 1875, cujas origens estavam nas regiões cafeeiras de Araras, Campinas, Itu, Rio Claro, para um órgão de caráter industrial. Agora, de acordo com o artigo, os números de vulto são positivos – "em dezembro de 1907 a empresa proprietária do 'Estado' constitui-se em sociedade

anônima com o capital de 350 contos. Posteriormente foi este elevado a 3.000:000$000, dos quais 615:000$000 realizados"; os investimentos podem avançar: "armado de tais recursos fornecidos pela confiança pública, o jornal ampliou sua aparelhagem e organização. Comprou aperfeiçoado prelo rotativo, montou linotipos etc. estabeleceu agências no Rio, Santos, Curitiba, Belo Horizonte, Lisboa e Roma, por meio das quais recebe correspondências e telegramas". E as edições diárias passaram a média de "16 a 20 páginas, com ilustrações, e a tiragem média anda ao redor de 35.000 exemplares".

"Progressos atuais" é a última seção do artigo que coloca o diário entre os mais importantes entre aqueles publicados no Brasil, utilizando, para isso, critério comparativo: "Mesmo na Capital Federal, apenas dois com ele podem correr parelhas, mas não está longe o dia em que serão superados por este robusto organismo que nasceu e vicejou no coração da mais afortunada região brasileira", à liderança do jornal corresponderia a liderança de São Paulo.

O comentário sobre os negócios não poderia ser mais entusiasmado, uma vez que, por meio das publicações, vendas avulsas e assinaturas, a renda "expandiu-se de um modo maravilhoso". Registra-se então a última tabela de rendimentos do jornal, na qual se "demonstram eloqüentemente" dados que mostram a prosperidade financeira do periódico: "A renda líquida foi de 277:060$676 em 1909, enquanto que em 1912 chegou a 524:283$562" e "a mais forte renda, que anteriormente a isso se originava das assinaturas, é hoje fornecida pelas publicações, quem em 1912 renderam 991:738$640. A seguir, concorrem a venda avulsa, com 497:950$920, e as assinaturas com 449:457$020".

A solidez da empresa permite a inserção do capital em negociações mais modernas, de rentabilidade mais fluida; além disso, o jornal informa o leitor a respeito da dimensão do movimento de seus produtos, números que satisfazem à ambição de se tornar uma liderança na imprensa nacional: "Animada com esses lisonjeiros resultados, a Sociedade Anônima 'O Estado de S. Paulo' em abril de 1912 lançou na praça uma emissão de debêntures na importância de 3.000:000$000, a fim de efetuar melhoramentos de extraordinário alcance", quais sejam, "adquiriu um terreno à rua 25 de Março, onde construiu suas

novas oficinas, incorporou ao seu patrimônio oito prédios na rua da Boa Vista, e ladeira do Porto Geral, destinados a abrir espaço ao futuro edifício principal", além de investir nos equipamentos de produção, encomendando na Europa "esplêndida máquina Marinoni, linotipos, etc". A importação da máquina colocaria *O Estado* "entre os mais bem aparelhados jornais do Brasil. É uma das maravilhas do engenho humano, saídas da acreditada fábrica francesa". Explica ainda o artigo que "atualmente os prelos deste órgão de publicidade, na sua insaciável fome de papel, exigem 150.000 quilos de papel por mês. Para fabricá-los são necessários 600 ésteres de madeira de pinho da Rússia e Finlândia" consumo mensal correspondente "a 7.200 ésteres, ou sejam 36.000 pinheiros, por ano. Ora, como há 650 árvores, mais ou menos, num hectare das florestas russas, torna-se preciso o desflorestamento de cerca de 53 hectares por ano".

De acordo com o texto, *O Estado* passava a ter metas mais ambiciosas quanto à linha de produção: "situado num centro ferro-viário de primeira ordem, donde partem múltiplas fitas de aço a ligar extensa e futurosa zona do país, esta folha está destinada a alcançar, dentro de um decênio, uma tiragem de 100.000 exemplares e uma influência que nenhum outro diário nacional obterá". Essa é a aspiração, "o confortante desejo que estimula e fortalece a quantos labutam nesta casa, desde a redação à tipografia, com a consciência de que têm o dever de honrar os esforços de seus predecessores nos quatro decênios transcorridos".

Para finalizar, a assertiva comum aos artigos comemorativos do jornal, ou seja, "que o 'Estado de S. Paulo', fiel ao programa de 1875, seja sempre, na sociedade brasileira, um elemento de cultura e prosperidade, pregando e promovendo a liberdade, a paz, o trabalho e o progresso". Um jornal paulista para integrar a nação: "que, do alto da predestinada colina de Anchieta, ele voe diariamente em todas as direções, nas asas velozes das locomotivas, atravessando as montanhas de Minas, cortando as cochilas do Sul, vencendo os banhados e Mato Grosso", qual novo símbolo da nação, "nova bandeira da Civilização, a continuar a obra histórica dos Raposos, Anhangueras e Fernão Dias".

3
Monteiro Lobato, "jornalista"

> *"Saiu no Estado mais uma escorrência minha. Ainda é produto do Lobato francês em transição. O Lobato limpo com cacos de telha e potassa cáustica, desgafado da sarna gálica, esse ainda não veio a público porque o Estado não é o picadeiro conveniente."*
> *(A barca de Gleyre)*

Em 12 de novembro de 1914, viria a público o artigo "Uma velha praga", considerado um marco da produção de Lobato no meio jornalístico. Se o artigo alcançou maior repercussão do que os textos escritos até então, deduzir que o escritor tenha "entrado" para o jornalismo somente a partir do sucesso de 1914 não é somente desconsiderar toda sua vivência anterior com o veículo jornalístico, mas também esquecer a desenvoltura com que há tempos transitava no meio editorial.

Isso aparece, por exemplo, numa carta de 30 de abril de 1914, enviada a Rangel – isto é, antes mesmo da publicação de "Uma velha praga": "Quanto aos *Legionários*, se esse romance ainda não foi publicado a culpa é só tua, Rangel, que recorres a estranhos em vez de à prata da casa. Manda-me isso, que tenho elementos para fazer que

saia num dos diários de S. Paulo, *Estado, Correio, Comércio*" e insiste, "manda-mo que sairá, já, já, já. R. Manso é um lorpa (e parece-se comigo, dizes – que lástima!)" (*ABG*, 1957, p.351 – I).

Ter "elementos" para fazer circular um texto equivale, obviamente, a ter influência no meio jornalístico. Marcando o próprio espaço, também passa a assinar de modo mais reconhecível, o que comenta em carta de 7 de junho do mesmo ano, afirmando que "a propósito, escrevi um artigo no *Correio Paulistano*, a primeira coisa na vida que assinei com meu nome inteiro" (ibidem, p.360 – a I).

Sobre a publicação de "Uma velha praga", Lobato afirma a Rangel, em carta de 22 de novembro de 1914, que, junto com Purezinha, não viram nada que provocasse "o entusiasmo dos paulistas" (ibidem, p.366 – I). Vendo ou não algo de interessante em seu artigo, o que pode ser depreendido dos comentários do autor, é que houve uma circulação significativa do texto entre os meios jornalísticos da época. Isso fica mais evidente em carta de 16 de janeiro de 1915, abordando a publicação de "Urupês" que ocorrera em 23 de dezembro em *O Estado de S. Paulo*: "Conheces o Cornélio Pires? Contradiz-me num jornal de S. Paulo. É um dos D. Magriços do caboclo Menino-Jesus. Frágeis demais os argumentos; mais que isso – tolos. A *Velha Praga* não cessa a peregrinação". Enumera o escritor: "Já foi transcrita em sessenta jornais, conforme me informa o Sinesio Passos, redator dum jornal de Guaratinguetá. Acho muito, e se o consigno é para frisar a ignorância em que andamos nós mesmos: a menor revelação da verdade faz o público arregalar o olho" (ibidem, p.10 – II).

Considerando que dos sessenta jornais boa parte eram publicações pequenas, que transcreviam parte da matéria de periódicos maiores como *O Estado*, e que dentre os maiores possivelmente Lobato tivesse acesso à maioria, não é difícil compreender a marcha rápida de "Uma velha praga".

Em outra carta, já de 1915 (ibidem, p.19-21 – II), demonstra seu reconhecimento na capital: "Mas estive em S. Paulo três dias e todos me falaram da minha literatura com certo calor, achando que eu sou coisas. Ouvi os elogios de pé atrás, como sempre. Quem na cara não elogia? O que vale é cochicho ás costas", tipo de comentário que

também houve: “Pinheiro é amigo e me ficou atrás do quadro, como Apeles, para pegar o que de mim dizem pelas costas. Contou-me que na sala do Nestor, no *Estado*, houve uma seria discussão sobre aquele artigo *Urupês*”. Discutem o conteúdo e todos são unânimes ao aceitar o escritor de Taubaté como uma “revelação”. “Será Rangel, que com tão pequena amostra se possa chegar a esse veredicto? E disse mais o Pinheiro que cada um me atribuía uma filiação. Um provou que eu imitava o Eça. O Armando Prado, que eu imitava o Fialho”.

É evidente que o próprio escritor se esquece de sua trajetória ou adoça as coisas para o amigo: primeiro, porque não era um desconhecido – seria, no mínimo, espantoso que uma empresa como *O Estado* não estivesse captando quem escrevia o quê na imprensa; segundo, o primeiro artigo de Lobato em *O Estado* é de 30 de outubro de 1913, “Entre duas crises” – se não passara por análise mais apurada até ali, arrisque-se a dedução, é porque seu estilo havia há muito, fosse por traduções enviadas ao jornal, fosse por “escorrências” em concorrentes, adentrado as portas de *O Estado*. O que se via em “Uma velha praga” ou “Urupês” era uma abordagem mais original, cujo discurso chamava a atenção do público.

Continua: “A maioria, porém, achou que eu me revelava pessoal e sem filiações aparentes. E disso resultou que o *Estado* vai pagar-me os artigos a 25 mil réis, logo que a folha volte á normalização financeira e se refaça dum desfalque de 150 contos que lá deu o velho gerente – foi o que ouvi”. Não perde a oportunidade de comentar que “atualmente não pagam a ninguém, razão de terem desaparecido o Silvio de Almeida, o Feliciano, o João Grave e outros. Isso são mistérios dos bastidores da nossa ‘grande imprensa’”.

A conversa se estende e retoma o objetivo de se fazer lembrado na literatura por meio do jornal: “Dizes bem quanto à disseminação do nome por intermédio de outras folhas. Isto é como eleitorado. Escrevendo no *Estado*, consigo um corpo de 80 mil leitores, dada a circulação de 40 mil do jornal e atribuindo a média de 2 leitores para cada exemplar”. Para estender a amplitude de sua literatura, pensa também em introduzir-se num jornal carioca, haja vista que “ser lido por 200 mil pessoas é ir gravando o nome – e isso ajuda”. Ajudaria a

divulgar a literatura, a se tornar escritor reconhecido, a se profissionalizar. Com a divulgação, afirma, já tirara a prova de sua teoria do reconhecimento público, no atendimento realizado por um médico no Instituto Paulista, onde fora recebido de dois modos: "o primeiro, frio, indiferente, o modo de receber aos que na vida não passam de números – mas depois que dei o meu nome, a cara do homem clareou" e respondeu: "– Aquele que escreve uns belos artigos no *Estado*? E ao ter a confirmação tratou-me como *alguém*".

Reconhecimento de jornalista, não de literato: "Veja você como para o mundo tem peso um nome que assina artigos no jornal. A gente passa de servo da gleba à classe dos senhores. O 'senhor' é o homem armado, que pode desta ou daquela maneira tornar-se ofensivo". Se a desgraça na vida, afirmava Lobato, era ser inofensivo, igual às minhocas, o jornal lhes dava armas potentes para conquistar os prêmios do mundo da escrita. Por essa razão, repreende o amigo: "Por essas e outras, não concordo com o teu afastamento do jornal. Para quem pretende vir com livro, a exposição do nomezinho equivale aos bons anúncios das casas de comércio", acrescentando-se a vantagem financeira: "e em vez de pagarmos aos jornais pela publicação dos nossos anúncios, eles nos pagam – ou prometem pagar".

Quem mais anuncia, mais vende. Sentencia o escritor. E ele se diz o anúncio vivo de Rangel, anunciando novas oportunidades, quais sejam, participação com contos para a *Revista do Brasil* e no próprio *O Estado*, onde Pinheiro "também conta ver-te empoleirado no 'grande órgão'".

As contradições de Lobato, porém, não estavam apagadas diante do "grande órgão".

Nessa mesma carta de 1915, do dia 12 de fevereiro (ibidem, p.22-3 – II), na qual desabafa ao amigo criticando o grupo de *O Estado* por certa "gravidade conselheiral", Lobato definitivamente mostra-se num meio jornalístico em que as palavras devem levar em conta o leitor-consumidor: "Ando meio enjoado do *Estado*, daquela gravidade conselheiral. Eles se têm como o umbigo do universo; num necrológio ou notícia qualquer, pesam numa balança de farmácia o adjetivo a dar ao sujeito – 'distinto', 'notável', 'conceituado'" – e continua com sua

avaliação metafórica "– e há neles a convicção de que se não deram ao sujeito o adjetivo matematicamente certo, Sirius pisca lá em cima e pode nascer uma lêndea na Cabeleira de Berenice".

Sentencia-se, agora, para o amigo: "Não sirvo para jornal. Meu campo é o livro, o panfleto – ou um jornal meu cá como o entendo. Também tenho escrito diabruras para *O Povo*, jornalzinho de Caçapava no qual sou livre como o era no *Minarete*. Sou lá o Mem Bugalho". Mas *O Povo* não multiplica leitores como o enjoado periódico de Júlio Mesquita. Envia o último número daquele para que Rangel veja como seria um jornal somente deles, que não prendesse o estilo, porque "esse tom é o meu tom natural, normal – qualquer outro será forçado. E o diabo queira escrever forçado! É o mesmo que andar arcado. Nada emperra mais a pena, e tolhe tanto o correntio da frase, como sentirmos sobre os ombros alguém a espiar-nos". E *O Estado* era implacável nisso, para o escritor: "a 'feição' do *Estado* é um Censor que me espia sobre o ombro quando para ele escrevo. A Opinião Pública é outro Censor. A dos amigos, idem. As conveniências... Como vivemos amarrados, Rangel!...". E sonha mais um pouco: "que belo jornal ou revista não faríamos nós, do nosso grupinho, acrescido do Plínio Barreto, do Heitor de Morais e mais uns tantos rebeldes sem medo de chegar fogo aos espinhos!". O Lobato todo literaturas se debate com o jornalista, e este com o futuro empreendedor da *Revista do Brasil*. Enfrentamento que não convence, pois, em pouco tempo, estaria como dono da mais nova revista do cenário paulista, manifestando vivo interesse em fazer o negócio avançar.

Em carta de 30 de março do mesmo ano conta que não tinha voltado a *O Estado* por estar enfadado do "tom casacal", até dos outros jornais menores fugiria por não suportarem o seu tom, pois, dizia ele: "Está me ganhando um azedume que só terá esgotos em jornal próprio. Acabo montando um, ou uma revista na qual só eu mande e desmande" (ibidem, p.24 – II). A revista está a caminho; porém, o que o escritor ainda não chegou a comentar é que o público também é um "censor" cativante, como no caso narrado na carta de 3 de junho (ibidem, p.32-3 – II):

> A razão de estar a escrever n'*O Povo* com uma assiduidade de que nunca me julguei capaz (três colunas e pico por semana), é bem curiosa.

> *O Povo* imprime 200 exemplares; quer dizer que tem 100 leitores. Entre esses 100 leitores há um velhinho de 70 anos, que não me conhece, nem é meu conhecido. É só para ele que escrevo.
>
> Foi magistrado e há muitos anos que não sai de casa, ali a esperar a morte como o tio Maheu do *Germinal*. Um genro desse velhinho me disse um dia:
>
> – Sabe quem não pode mais passar sem *O Povo*? O meu sogro. Quando recebe o jornal, vai logo em procura de artigo seu; e se não encontra, fica jururu. Lê tudo quanto é seu, e nos chama para apreciar certos pedacinhos.
>
> Isto me calou, Rangel, e nunca mais deixei de mandar coisas para *O Povo* e sempre no gênero que o velhinho gosta. Às vezes não estou disposto e resolvo falhar – mas me vem o remorso de decepcionar o velhinho e escrevo. Desanco o Hermes – é o de que ele gosta. Sinto mais prazer nisso do que na vaidade dos 100 mil leitores do *Estado*, e a verdadeira razão de nada mais meu aparecer no *Estado* é que *tenho* de escrever para *O Povo*. Não é um solilóquio no ermo, como dizes, mas diálogo com uma sombra.

Na mesma carta (ibidem, p.37-8 – II), Lobato escreve que "não se conteve" e enviou um artigo para o *Estadinho*, nome da versão vespertina de *O Estado*, uma "outra 'obra prima' que pelo jeito vai longe, sabe qual é? Aquele meu artigo 'Velha praga', que continua a ser transcrito pelo país afora, precedido de elogios como esses do recorte incluso (e não precisas devolver porque está tolo)". Embora perdido nas páginas do tempo, o recorte pode ser lido por meio da descrição do próprio Lobato: "O homem só diz asneiras, e a mais curiosa é a que vai grifada e na qual tens parte, como pai do adjetivo. Diz o couve tronchuda que eu chamo aos políticos 'matracolejantes caríssimos!' Como conseguiu ele jungir na mesma canga essas palavras?".

Não poupa crítica à área de atuação comum ao crítico e ao crítico criticado: "O jornalismo entre nós é perpetrado pela ralé da incompetência. Isso explica a apoteose que andam a fazer do Alberto Torres, cuja genialidade não passa de simples desvario". Conta que, depois de ler os livros, não se pudera conter e enviara dois artigos para o *Estadinho*. Contudo, esquece de dizer que escrevera outro – ou seria o mesmo? – intitulado "O problema nacional", publicado em 26 de maio,

na edição matutina, em que também demonstrava "a insubsistência das idéias desse homem de miolo atrapalhado, que querem equiparar a Euclides da Cunha e já anda com maiúsculas no rótulo: Alberto Torres o Grande Pensador Nacional".

Um colaborador que escreve assiduamente três colunas e "pico" por semana para *O Povo* e que tem liberdade de não se "conter" e enviar para um jornal de grande porte um texto aparentemente originário do calor da hora não convence com a ideia de amadorismo com que se acusava diante do público e, especialmente, de Rangel: "Corre a lenda – endossada pelo próprio autor – de que a divulgação do artigo 'Velha Praga' fora da seção de queixas e reclamações do jornal, estimulou o fazendeiro a reincidir", isto é, a escrever novamente para o jornal, "e que reincidindo se transformara, sem querer, nisso que os noticiários gravemente chamam um 'homem de letras'" (Cavalheiro, 1955, p.161-2).

Em entrevista concedida a Silveira Peixoto, Lobato afirma ter publicado o primeiro artigo assinado com o próprio nome, "Uma visita a Guiomar Novais", no *Correio Paulistano* em 1913. Quando estudante de direito, assinara uma conferência "Outrora e hoje", um artigo "A força das idéias", e o conto "Gens Ennuyex". Quando em Areias colaborara em *A Tribuna* de Santos, com certa regularidade, e nesse jornal, entre artigos sobre o momento político ("Hermismo", "Azoteida" etc.) encaixara o conto "Bocatorta". Usando pseudônimos, a lista fica bem maior, ou seja, quando Lobato envia "Uma velha praga" ao *O Estado de S. Paulo*, ele já era um "homem de letras".

Sobre isso, é importante lembrar o artigo de outubro de 1913, "Entre duas crises". Nele, o autor demonstrara sua preocupação com os prenúncios de uma crise financeira em São Paulo, abalando o fluxo de produção e dinheiro do Estado. Ao dar o contexto da crise de 1913, Lobato chamava a atenção do leitor para a necessidade de se evitarem as imprudências que poderiam levar a outra crise econômica em 1914.

Como se vê, a estreia de Monteiro Lobato em *O Estado* se dá com um texto sobre economia, não com literatura. Muitos dos motes que marcariam seus textos posteriores ali já se revelavam ao público: a corajosa crítica ao poder público; o nacionalismo fundamentado no

desenvolvimento econômico; o combate a "uma não resistência passiva de budista" diante dos problemas regionais e nacionais. Da mesma forma que usa o expediente narrativo para mostrar a tragédia ao leitor – "Tatea-se às cegas. Pânico. O crédito retrai-se violentamente como um corpo elástico muito esticado de súbito distendido. Quem ontem garantia dez e valia cem passa, sem transição, a valer cinco", também aponta os acertos até então concretizados nos assuntos políticos e econômicos, quais sejam, os bancos de crédito rural e os armazéns gerais. Apresenta o problema e indica a solução, alertando os leitores para a necessidade de se precaver contra a reincidência da crise. O Lobato publicista já nascera; o jornalista "M.L." é que estava a caminho.

Enfim, a *Revista do Brasil* surgia como a possibilidade de dizer tudo o que gostaria e como quisesse. Embora cansado do "tom" de *O Estado*, Lobato aconselha o amigo em carta de 21 de setembro de 1915 (ibidem, p.48-9 – II): "A *Revista do Brasil* aparece em janeiro e pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo que brota do *Estado*, empresa sólida e rizomática. Razão para aderirmos". Fala mais alto o homem de negócios, que vê em *O Estado* a confiabilidade de uma empresa séria. Em carta de 23 de outubro (ibidem, p.57 – II), torna a aconselhar o amigo: "Há no *Pirralho* uma enquête sobre o Fradique Mendes do Eça. Queres falar? Convidaram-me a mim e me pediram o retrato, e vou fazer que também te convidem. Boa ocasião para, deixando de lado o Fradique, darmos uma amostra do nosso pano". Tudo, pois, é oportunidade para mostrar o trabalho literário: "Atende ao *Pirralho*, Rangel. É preciso um pouco de comercialização". Se não lhe faltavam veículos para publicar o que quisesse, é justamente porque iniciara sua caminhada aproveitando os espaços que se abriam sem maiores reservas, até plantar-se em círculos cujas decisões ressoavam pelo país.

A compra da *Revista do Brasil* efetiva-se em 1918, empresa nascida sob a proteção de *O Estado*. A imprensa paulista vivia um momento de progresso, ao gosto dos empreendedores do desenvolvimento nacional. Plínio Barreto lançara *Revista dos Tribunais*, quinzenário, em 2 de fevereiro de 1912; Gelásio Pimenta, *A Cigarra*, em 6 de março de 1914, revista ilustrada; em 1915, circulava, sob direção de Benedito de Andrade, *O Parafuso*. A *Revista do Brasil*, primeiro pensado

como *Cultura*, vem no rastro dessas publicações. É nela que Lobato, apropriando-se das experiências anteriores e ousando em táticas modernas de edição e vendagem, rompe com a tradição editorial de produzir para poucos, seletos leitores.

Percebe-se, no entanto, que não é de repente que Lobato se percebe dirigindo a *Revista*, tal como não fora simplesmente um "acaso" que o fizera articulista de *O Estado*. Vendera a fazenda em 1917. Participava mais ativamente do grupo de *O Estado* desde 1914. E, especialmente, desde o início encontrara seu espaço na revista, aconselhando Rangel, em carta de 20 de janeiro de 1916 (ibidem, p.64 – II), a enviar trabalhos, isto é, a "tocar para a frente": "Já viste a *Revista do Brasil*? É caso de tomares uma assinatura. Nasceu de boa estirpe, está bem aleitada pelo *Estado*, é a única nesse gênero em todo o país – e é n*ossa*". Não se deve, em caso algum, perder oportunidades, ainda que o literato tenha que fazer concessões, "Para o diabo o estilo, pois – e toca para a frente. A frente agora é a *Revista do Brasil*...".

Em carta de 2 de fevereiro (ibidem, p.67-8 – II), Lobato aponta para um aspecto típico do processo de capitalização do objeto de leitura, ou seja, o investimento em diferentes frentes de edição, o que equivale a orientar a produção para este ou aquele público. Nessa carta, o escritor adjetiva *O Estado* como "cauteloso", achando-o uma empresa curiosa, uma vez que não permite que se faça em nenhum de seus jornais críticas mais violentas, além de não centralizar os produtos que então criava, "a *Revista do Brasil* é um galho do *Estado* que acabará autônomo. Talvez aconteça o mesmo com o *Estadinho*, o galho travesso e garoto do *Estadão*. E o mesmo com *O Queixoso*, a revista onde agora me expando".

O conflito interior permanece na correspondência com Rangel, pelo menos, até a compra da revista. Em carta de 15 de abril de 1916 (ibidem, p.78 – II), contrapõe-se não só a *O Estado*, mas a todos os jornais que sufocam as tentativas da literatura, aos repórteres analfabetos, à língua engalicada, aos escritores não merecedores de tal nomeação. "Um 'nome novo' consegue nos jornais amigos um 'lançamento' igual ao do Tropon ou do Gelol. Parece que o mesmo homem que lança um Gelol lança um novo gênio – e o público 'passa' os dois, a panacéia e o gênio", resume: "balcão e camaradagem – eis a nossa imprensa. Há um

'cafajestismo' que invade tudo – já invadiu o governo e vai invadindo toda a intelectualidade".

Em 1918 a situação é outra. Como editor e proprietário da *Revista do Brasil*, manifesta em carta de 8 de julho (ibidem, p.173-4 – II) que mantivera colaboração em *O Estado*, até mesmo contribuindo com a campanha sanitarista lançada pelo jornal: "Os *Urupês* vão se vendendo melhor do que esperei, e neste andar tenho de vir com a segunda edição dentro de três ou quatro semanas". E se abre ao amigo: "Os meus negócios hoje cifram-se nuns dinheiros a juros (que infâmia pôr dinheiro a juros! Devia ser proibido por lei) e a *Revista do Brasil*, onde estou desenvolvendo furiosamente a propaganda. Espero dobrar-lhe a tiragem ainda este ano". E parabeniza o amigo pela prosperidade, embora o leitor não fique sabendo sobre o que exatamente tratam, enfatizando que "é o que serve, como diz o galego. A alta do papel impede-me de lucros maiores na *Revista* e nos livros; mesmo assim, cada milheiro deixa líquido um conto e tanto... quando não encalha. A mim me favoreceu muito aquela campanha pró-saneamento que fiz pelo *Estado*", unindo o ideal ao comercial, "popularizou a marca 'Monteiro Lobato'". E convida: "eu penso que chegou a hora de publicar na *Revista* todos os teus contos do *Minarete*".

As campanhas devem ser lembradas em relação ao periódico paulista como atitude coerente de um veículo que, apesar de buscar a imagem de neutralidade, mantinha-se – segundo as próprias palavras do jornal – a serviço da nação e do Estado de São Paulo. Em 1910, por exemplo, o jornal se empenhara na campanha civilista apoiando Rui Barbosa em contraposição à candidatura de Hermes da Fonseca. Agora, iniciava-se outra batalha, essa vinculada diretamente ao ideário cientificista do grupo de *O Estado*. O sanitarismo era bandeira em torno da qual se reuniam cientistas como Miguel Pereira, Osvaldo Cruz, Belisário Pena, Carlos Chagas, Álvaro Osório de Almeida, Artur Neiva, e muitos dos intelectuais do círculo de *O Estado*. Para quem já aparecera com o Jeca, tomar a frente de uma campanha para restabelecer a saúde do homem do campo, se não era atitude esperada e previsível, ao menos era um acerto de contas para quem, antes, apontara o problema. Agora, viriam as propostas como solução.

Lobato em campanha

A campanha sanitarista iniciada no litoral avançava pelo interior. Lobato acompanha uma das expedições, indo parar em Iguape. Ali pôde avaliar certamente com mais detalhes os problemas que destacara com tanto empenho em "Uma velha praga" e "Urupês". Se a tristeza mediante tanta decadência o motiva, possivelmente, como jornalista que então se fizera, percebe o quanto deveria se empenhar na série sobre higiene e saneamento. Da mesma forma como seria reconhecido por criar o Jeca e participar da campanha para salvá-lo, poderia também, com sua omissão, ter se colocado à margem de ações fundamentais para a constituição do sistema público de saúde brasileiro. Lobato não perdeu, portanto, a oportunidade.

O envolvimento de *O Estado* na campanha sanitarista confirma, mais uma vez, a existência de um mercado editorial em que a palavra de um veículo jornalístico tem peso junto à opinião pública. Isso ocorrera, por exemplo, em 1915, quando Júlio de Mesquita firmara sua posição contrária ante as atitudes do Estado alemão, em plena guerra mundial. Ao se envolver em mais uma causa nacional, o jornal demonstrava sua capacidade de mobilização e influência no cenário sociopolítico. A presença de Lobato, por sua vez, implica algo semelhante. Viajando com a equipe de Artur Neiva, confere *in loco* o problema e sua pena é posta a favor da causa. Antes de findar o ano de 1918, são os artigos reunidos em volume, por decisão da "Sociedade Eugênica de São Paulo" e da "Liga Pró-Saneamento do Brasil", outro reconhecimento pelo trabalho jornalístico empreendido em favor da sociedade brasileira.

Reconhecimento e oportunidade é o que Rui Barbosa acaba oferecendo a Lobato na conferência realizada em 20 de março de 1919, citando longo trecho de *Urupês* logo na abertura. Seria absurdo, pois, supor que Rui Barbosa tivesse servido simplesmente de "garoto propaganda" do livro. Mas não é absurdo perceber que a afinação dos discursos se dá justamente em franca coerência política entre a plataforma do político e as posições marcadas pelos textos de *O Estado*:

> Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos *Urupês,* de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça que, 'entre as formadoras da nossa nacionalidade', se perpetua, "a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso?[1]

Ser chamado de "admirável escritor" por Rui Barbosa fora vento propulsor para as velas do navegante Lobato nas letras nacionais. Para o público, o escritor paulista era "um nome". Jornalista que não se dava ao eito do vínculo empregatício; empreendedor que justamente no momento em que adquiria a *Revista do Brasil* mostrava-se com toda força no seu papel de publicista no transcorrer da campanha sanitarista.

Jornal e jornalista estavam, pois, em sintonia. Ambos comercializavam o produto da leitura, ambos colaboravam com as causas que defendiam publicamente. Disso, chega-se à conclusão de que Lobato efetivamente tornara-se *um nome* no jornalismo da primeira metade do século XX, *um nome* registrado nas páginas de outro *nome* entre as empresas editoriais brasileiras. Em carta[2] enviada por Benedicto de Paula Bueno, de 23 de março de 1918, Mogi Guaçu, verifica-se a presença do nome "Monteiro Lobato" fora dos limites da capital: "Não tenho a fortuna de conhecê-lo, mas percebo-o, adivinho-o através dos excelentes artigos que vêm publicados no *Estado*. Os escritos, parece-me, salvo melhor juízo, assim como o espelho está para a figura – refletem a individualidade". E continua: "Os seus artigos, principalmente o de hoje, são o bisturi da razão evoluída, a rasgar a pústula da nação. Drenos rasgados pela coragem moral, por onde hão de escoar as impurezas deste imenso lodaçal". Na sequência, saúda o escritor como um "obreiro do Bem".

Nos jornais se faz a carreira e a divulgação dos escritores, como atestam as palavras de Afonso Celso, em carta[3] de 23 de julho de

---

1 Rui Barbosa, A questão social e política no Brasil. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=105. Acesso em: 28 maio 2009.

2 Cedae – Doc. 3.2.00208.

3 Cedae – Doc. 3.2.00252.

1920, Rio de Janeiro, escrevendo que "profundamente me sensibilizou o magnífico artigo, publicado por V. Ex. no *Correio da Manhã* de hoje, sobre o livro de minha filha". A filha também não se esquece de agradecer Lobato – carta[4] enviada por Maria Eugenia Celso em 29 de agosto de 1921, na qual se percebe que fizera agradecimento público ao escritor paulista, registra: "não tinha que agradecer o comentário. Que vantagem teria a gente em pertencer à redação de um jornal se não se pudesse dizer de vez em quando o que se pensa?...".

As intrigas da juventude, quando os colegas trabalhavam como repórteres nos jornais da capital, agora vão tomando seriedade ao ponto de se tornarem questões jurídicas. Carta[5] enviada do Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1922, por João Ribeiro, exemplifica bem a cena jornalística do momento: "Desejo, porém, que em vez do artigo – Inimigos literários – figure no livro o original que enviara do último artigo que escrevi no Jornal e que foi vetado por um certo doutor Santana (?) que não conheço mas determinou com tal veto a minha saída daquela folha". Tratava-se, assim, de "uma miserável intriga desse malévolo sujeito que talvez servindo de testa de ferro de outros, deu o artigo como imoral", e acrescenta a vítima: "Mas, havia lá dentro na folha uma conspiração para eliminar-me e que deu o resultado esperado. Não me submeti ao veto e mandei ás favas o novo Santo Ofício. Até hoje não sei se foi moralidade, política ou economia o móvel da intriga. Mas, pouco importa".

Ser um nome no jornalismo quer dizer também dar o veredicto sobre as causas mais diversas, julgar o governo, a sociedade, o mundo editorial. Em outra carta,[6] essa de 1926, de Bastos Barreto, de 5 de abril, São Paulo, denuncia-se certa "falta de ética" no meio jornalístico, o que, na verdade, correspondia ao crescimento de uma prática de mercado em que os melhores repórteres eram requisitados pelas maiores empresas: "Apesar de pobre, prezo mais uma amizade que o dinheiro. Provas?", narra-se o caso: "Há tempos o 'Diário da Noite' fez-me uma vantajosa proposta para que eu deixasse a 'Folha' e fosse para aquele vespertino.

---

4 Cedae – Doc. 3.2.00262.
5 Cedae – Doc. 3.2.00275.
6 Cedae – Doc. 3.2.00344.

Naquele tempo eu ganhava 200#000 na Folha. Iria ganhar 600#000 no 'Diário'. Recusei, por amizade ao Olival". O remetente não cede às investidas dos concorrentes: "Depois o 'S. Paulo Jornal' fez-me idêntica proposta. Recusei também. É que, no fundo, sou brasileiro da gema. Creio que não tenho nas veias nem meia gota de sangue estrangeiro. Sou Juca Pato, por fora, mas por dentro inda sou um Jeca". E sente-se, pelo tom da carta, a proximidade com que se vê do amigo de *O Estado*:

> Somos, Lobato. Somos Jecas... graças a Deus. Nós blasonamos de yankeesmo – eu, principalmente – mas no fundo somos uns sentimentais, incapazes de trair um amigo para fazer fortuna. Foi isso que o fez "cair", Lobato. Mas o sr. "caiu de pé" enquanto os outros "sobram" agachados. Admiro-o, por isso.

Alguns leitores, como Eunice Caldas, em carta[7] de 19 de fevereiro de 1922, acreditam que Lobato ainda esteja pouco divulgado – enaltecendo *Problema vital* (publicado em 1918) escreve que os artigos "estão pouco conhecidos ainda. A sua pena tem estado um pouco descansada, me parece. Escreva, escreva muito, porque o Brasil precisa de escritores que saibam dizer as coisas de um modo claro e positivo, pois os leitores, não são, infelizmente, muito fáceis de se levar" e termina dando "calorosos parabéns". A imagem do jornalista e a do editor na década de 1920 alcançara as mais diversas regiões, incluindo os jornalistas do interior, como se vê em carta[8] de Rubens do Amaral, de Jaú, com data de 10 de abril de 1924: "A febre que V. propagou, como autor e como editor, não me deixou imune. Aqui, nos vagares que me deixa os trabalhos do jornal, – e são muito mais os vagares do que os trabalhos, – fabriquei uma espécie de romance paulista – 'Terra roxa'". Lá vinha, pois, pedido de proteção para entrada no meio literário.

Da Olegário Ribeiro, Lobato & Cia nasceriam a Sociedade Editora Olegário Pinheiro, e de Lobato com Octalles Marcondes, a Monteiro Lobato & Cia. Em 1924, esta se transformava em Companhia Gráfico-

---

7 Cedae – Doc. 3.2.00272.

8 Cedae – Doc. 3.2.00332.

Editora Monteiro Lobato, em razão de uma necessária abertura de capital com objetivo de superar a situação de instabilidade econômica que abalava as empresas nacionais. Contudo, em 1925, abatida pela falta de infraestrutura brasileira, entre outros problemas da complicada relação entre uma empresa editorial de práticas modernas e um país de moeda instável, dela sairia a Cia. Editora Nacional.

A intensa experiência de Lobato como editor acabou impedindo-o de se dedicar como gostaria à literatura, segundo o que ele mesmo escreveu. Duvide-se disso, porém. Nos anos em que dirigiu os negócios editoriais, continuou a publicar suas obras e, ainda que não tivessem sido escritas naquele momento, a contribuição jornalística desmente o "vazio" que atribui a si mesmo. Conta, em carta de 23 de março de 1920 (ibidem, p.215 – II), enviada a Rangel, que está colaborando com o *Correio da Manhã* e tem convite de *O Jornal*, "cinqüenta mil réis o artigo. Vou custear com as unhas a sucursal da *Revista* aberta no Rio, isto é, com esses artigos. Ontem escrevi dois: as porcas lá da fazenda eram mais felizes: pariam seis, sete leitões de cada vez. Está me renascendo a facilidade antiga, amodorrada por falta de treino". Mesmo na direção de uma editora, Lobato não abandona sua colaboração jornalística, antes prevê a utilização dos lucros advindos da atividade para custear negócios no Rio de Janeiro.

Lobato, no entanto, vive num imenso tartarugal. Sua ida aos Estados Unidos seria marcante tanto como experiência de vida pessoal quanto profissional. No entanto, ventos *yankees* sopravam em direção ao sul, e em seus periódicos, bem antes da década de 1930. Mais uma vez entre Lobato e *O Estado* uma sintonia de pontos de vista se faz presente, mesmo quando o assunto é a relação com o primo rico, Tio Sam.

Ao encontro do *American life*

Em 1926, um ano antes de partir como adido comercial para os Estados Unidos, Lobato não estava mais no comando de uma grande editora. Em carta de 16 de outubro de 1925, ao cunhado Heitor (*CE*, 1970, p.94), demonstra a desilusão do autor em relação ao Estado

de São Paulo; demonstração na qual se percebe a importância do veículo escrito como representação de mundo ao afirmar que não mudou o endereço de recebimento de *O Estado*, pois "que maravilha não ler o 'Estado', não envenenar-se a gente todas as manhãs com a gravibundez desse espelho fiel da burrice paulista!". Outra carta, essa de 24 de março de 1926, traz um posicionamento diante da prática jornalística que não iria se confirmar: "Jornalismo me interessa muito pouco. Ando a escrever porque estou vadio. Logo que a casa esteja a funcionar aqui, largo. Escrevi uma dúzia de artigos e já estou farto" (ibidem, p.97).

O círculo de relações sociais dentro e fora do mundo editorial já o havia projetado como intelectual e escritor. Plínio Salgado, em carta[9] de 5 de outubro de 1926, manifesta ao prezado amigo a "satisfação pelo seu artigo da *A Manhã*"; Pedro de Toledo, do Rio de Janeiro, escreve em carta[10] de 7 de janeiro de 1927: "Aproveita a oportunidade para felicitá-lo pela última série de artigos, publicados em *O JornaI*"; Afrânio do Amaral, em carta[11] de 23 de agosto de 1927, traz forte indício da circulação de notícias sobre personalidades como Monteiro Lobato, o que, evidentemente, comprova que o escritor era, neste momento, uma *personalidade* pública:

> Acabo de ler nos jornais da terra sua nomeação para adido comercial junto à nossa embaixada neste país e, pois, lhe faço em Washington. Daí os votos e boas vindas que já lhe envio, com um abraço muito amigo.
>
> Companheiro, um dia, de palestra na velha sala de redação do "Estado"; depois afastados um do outro – você, preocupado com interesses comerciais e eu, empolgado por pretensões clínicas, eis que o destino, o por demais explorado destino, nos aproxima novamente, pondo-lhe na representação comercial do nosso país e a mim na científica, junto a esta terra infantil de Tio Sam.

---

9 Cedae – Doc. 3.2.00352.
10 Cedae – Doc. 3.2.00354.
11 Cedae – Doc. 3.2.00359.

Personalidade que os jornais continuam buscando para colaboração, como se percebe em cartas[12] de Rubem Braga de 1936, respectivamente 3 de fevereiro e 16 de março:

> Monteiro Lobato –
>
> Há o seguinte:
>
> Vai aparecer aqui, no Rio, antes do dia 15 deste – é quase certo ser a 11 – um novo diário, o "Jornal da Manhã". Eu sou um dos organizadores. O jornal vai se apresentar liberal e nacionalista. Liberal no sentido de atacar o integralismo e outros fascismos. Nacionalista no sentido de brigar com todos os grupos financeiros estrangeiros que exploram o Brasil. [...].
>
> Orientação é essa. E o tom do jornal será moderado, como o momento obriga.
>
> Além disso, pedimos sua ajuda para o jornal. Um artigo qualquer, sobre o assunto que você entender melhor. Literatura, crítica, literatura infantil, economia ou o que você quiser. Um artigo. De graça.
>
> Acho que você fará isso, e com gentileza e rapidez.

A carta indica que Lobato não se manifestara a respeito e o outro escritor insiste:

> Monteiro Lobato
>
> Escrevi uma carta e você não respondeu. Então vai outra. Na primeira carta eu punha o Jornal da Manhã à sua disposição para qualquer coisa referente a petróleo – ou mesmo não referente a petróleo. Pedia também alguma colaboração.

Rubem Braga pedira, então, que Lobato enviasse uma entrevista sobre o petróleo. Entrevista longa, a mais viva possível. Bem atrativa aos leitores ávidos por discutir o assunto nas rodas dos bares, no Triângulo, nos bastidores dos jornais.

12 Cedae – Doc. 3.2.00381 e 3.2.00383.

Quando Washington Luís assume a presidência da república, sucedendo Bernardes, Lobato encontra-se no círculo da presidência, embora não se manifestasse sobre nenhum partido. Nem era necessário, afinal, era alguém muito afinado com o grupo de *O Estado* que estava no poder. Enfim, em 1927 recebe o convite.

Ao aceitá-lo, iria embarcar não só para um trabalho político de interesse nacional, como Lobato acreditava. Embora a prática demonstrasse que os adidos faziam mais parte das relações pró-forma da administração brasileira que ativos funcionários públicos em busca de captação de recursos, ele iria ver, apalpar, sentir a vida americana tal como desejava. As comparações com o modelo brasileiro seriam decorrência natural dessa experiência.

No ano em que sai do Brasil, publica *Mr. Slang e o Brasil* (Lobato, 1957, p.5), livro que começa com uma advertência do autor: "As opiniões de Mister Slang tiveram a sorte de interessar o nosso público, ao surgirem em Janeiro estampadas n' 'O Jornal'. Por quê? Pelo tom fleumático e sereno de que nunca se arreda o corado súdito de S. M. Britânica? Pela sua independência mental?". Lobato afirma não ter a resposta: "Ignoro-o e não vale a pena esclarecer este ponto sem mínima possibilidade de influência no movimento de rotação da terra. Interessou e basta".

A identidade nacional é um dos temas preferidos nas palestras de Mr. Slang e seu interlocutor brasileiro. Abordando características dos povos, o inglês ressalta a vantagem de se ter ideias próprias em oposição à comodidade brasileira, isto é, a prática de simplesmente absorver ideias estrangeiras. Os jornais, pois, colaboram para isso à medida que são prolixos e obscuros. Os jornais do Rio nunca esclareceriam uma questão. Estudam-na sempre sem esclarecer nada ao leitor – o objetivo deles, para Mr. Slang, seria baralhar mesmo. "Só o embaralhamento renderá qualquer coisa. Jornal no Brasil é sinônimo de máquina de desenrolar linha. Lê-los é ver desenrolar linha. O bom senso manda fazer o contrário: tê-la em carretéis, numerados conforme a grossura do fio e bem arrumadinhos nas prateleiras". Fora dessa situação, ou seja, "dos carretéis, linha deixa de ser linha. Passa a maçaroca, só útil como esfregão" (*MSB*, 1957, p.10).

A primeira crítica está lançada: os jornais brasileiros não são objetivos, antes, de acordo com a visão da personagem, perpetuam o não entendimento dos fatos. Tentando evitar a desmoralização de sua imprensa, o personagem brasileiro corre em favor de sua pátria, porém os argumentos são facilmente rebatidos – ao questionar o inglês afirmando que as finanças, por exemplo, constituem assunto complexo, difícil de compreender, recebe a resposta de que assim é por ler e estudar nos jornais. É só pensar por si mesmo e o problema se acaba.

Tal como o próprio Lobato, Mr. Slang coleciona recortes. No capítulo intitulado "Do parasitismo camuflado" (ibidem, p.74-5) o inglês apresenta:

> – Os jornais brasileiros são muito curiosos, disse Mr. Slang. Nunca sabem o que dizem, mas refletem como espelho a vida desta terra – para quem sabe lê-los. O meu sistema não é colecionar artigos. Recorto dos artigos o que me interessa: quatro, dez, vinte linhas. Um artigo não passa de enchimento ou farofa para por em relevo uma idéia ou fato. Deito fora o farelo e guardo o fato ou a idéia. Hoje, por exemplo, estou a colar um fato bastante significativo, embora bem comum por aqui. Encontrei-o no relatório do meu amigo Renato Jardim, o novo diretor da instrução municipal: uma escola que existe e não existe.

Um artigo tem até 20 linhas interessantes. A concisão do modelo americano está na fala da personagem. Para uma imprensa habituada a grandes matérias, nas quais muitas vezes para se chegar ao fato o autor não economiza os recursos retóricos, tudo o que não é a opinião clara e concisa vira "farofa".

Farofa das mais difíceis de engolir, como demonstra em carta a Alarico Silveira, em 28 de maio de 1929 (*CE* 1970, p.157), enviada de Nova York: "Ando assombrado com o que se passa em relação à recém-chegada Miss Brasil", o assombro era motivado, segundo o autor da missiva, pela constatação de que a imprensa brasileira estaria enganando seus leitores. "Tenho acompanhado o que se passa aqui e o que é telegrafado para aí, e confesso que nunca em tempo algum jamais houve mistificação mais bem engendrada". A mistificação era sobre uma pretensa modelo brasileira que, apresentada na City Hall, local

público, é fotografada para os jornais: "Pronto. Está obtido o material de prova que vai permitir a arquitetação dum formidável telegrama sobre a estrondosa recepção que a menina teve do governador da cidade. Depois, Zigfield".

A encenação se tornaria ainda mais aviltadora: "Vai a menina para um camarote e em dado momento um ator, a pedido de Barnum (pedidos feitos sempre em nome do Brasil), aponta para ela e diz ao público que é Miss Brasil. O homem do holofote gratifica-a com dois segundos de luz". Lobato é taxativo, "o público olha e desaponta. *She must have nerve* é comentário. Não há *uma palma*. O espetáculo prossegue. Pronto" – tudo vira material para fazer os brasileiros acreditarem que a Miss Brasil fora glorificada por Florenz Zigfield.[13] Sem dúvida, Lobato ataca a relação do leitor com seu objeto de leitura no âmbito da confiabilidade da notícia. Mexe com os valores morais da imprensa brasileira. Na sequência, deixa explícita sua consternação:

> A coisa vai nesses termos por aí além e a tantas chega do Rio um telegrama como o que o "Times" publicou ontem: "o povo do Rio prepara grande manifestação ao embaixador americano para agradecer as excepcionais homenagens que New York prestou à Miss Bergamini, embaixadora do *good will* que fez mais pelo seu país que todos os embaixadores brasileiros aqui acreditados (Nabuco inclusive).
>
> Isso é enorme. É de deixar a gente de cara no chão. Não houve nada. New York não homenageou ninguém. New York é *too big* e *too busy* para distrair-se com tais bobagens. Desde que aqui estou só vi New York prestar atenção numa coisa: o vôo de Lindberg. Só. Além disso o tal concurso de Galveston é uma coisinha regional que a gente só sabe pelos jornais do Brasil. Arranjos da Câmara do Comércio de lá para atrair gente das redondezas.

Ao final da carta, Lobato afirma que esse tipo de imprensa faz mais mal que bem, pois "entre os seus males verifico agora mais este, de conformar deste modo a alma e o cérebro dos que na mocidade passaram por ela".

---

13 Produtor teatral norte-americano. Dados disponíveis em: http://www.nytimes.com/learning/general/onthisday/bday/0321.html. Acesso em: 27 set. 2009.

As notícias sobre a Miss Brasil devem realmente ter incomodado Lobato: em carta de 20 de junho de 1929, a Rangel (*ABG*, 1957, p.316 – II), comenta novamente o fato que presenciara nos Estados Unidos, demonstrando a leviandade com que um dos articulistas tratavam o público brasileiro: "A verdade é esta. Miss Brasil, coitadinha, passou absolutamente desapercebida aqui – nem podia ser de outro modo, imensa como é New York e indiferente a tudo que não seja Lindbergh, Dempsey e Baby Ruth. O tal concurso de beleza de Galveston *ninguém* aqui sabe que existe", e não sabe "porque nenhum jornal trata do assunto – é coisinha local, municipal, lá de Galveston, que também ninguém sabe onde é. É *somewhere*. Foi com dificuldade que consegui saber o resultado desse concurso, onde a pobre menina foi desclassificada, não obtendo nenhum dos onze lugares".

O fato, portanto, era esse. No mais, as coisas se resumiam a "Cônsul Sampaio e repórteres vindos daí. Mas pelos jornais hás de ter visto como esse nada foi transformado em tremenda glorificação da beleza indígena. Manipulação pura!" Sentira arrepios, escreve, em ver estampada em *O Estado*, "com toda a sua velha gravidade, consagrar páginas inteiras de telegramas e comentários a uma *coisa inexistente* e que aqui manipulam numa sala contígua á minha. E que fazer?". Como, pois, poderia alguém desmascarar o que ele chamava de "cínica mistificação"? Indignado, procurara um dos autores: "'Isso é uma infâmia, Fulano. Não se abusa assim da boa fé de todo um povo.' Sabe o que me respondeu? 'Ninguém lá percebe nada, Lobato. Aquilo é um povo de sarambés'".

Mr. Slang, no capítulo "Os ladrões", mostra conhecer o "jornal amarelo", isto é, um jornal cuja voz fora comprada pelo poder público. Com medo dos "jornais amarelos", Lobato, não mais por meio de um personagem, escrevera a Heitor em carta de 17 de novembro de 1928 (*CE*, 1970, p.140), enviada de Nova York, sobre o processo de implantação da empresa de produção de ferro no Brasil, destacando que ele e Bulcão não queriam deixar nenhuma informação para a imprensa brasileira. No máximo notícias vagabundas, de modo que, quando os jornais dessem por si, a usina já estivesse funcionando num ritmo que ninguém poderia impedir seu desenvolvimento por meio de sabotagem da opinião pública.

Mr. Slang conhece o Brasil por estar vivendo nele. Volta, então, como personagem de *América* (1932). A impassibilidade de Mr. Slang novamente terá nos jornais um dos objetos favoritos para o diálogo com o interlocutor brasileiro. E isso se dá, em primeiro lugar, pelo ataque à idealização da nação (*A*, 1957, p.78-9):

> – A idéia que o brasileiro faz de si próprio é muito interessante, continuou Mr. Slang. Julga o seu país a maravilha das maravilhas mas com um único defeito: não ser conhecido no estrangeiro. A idéia simplista que o brasileiro faz do mundo deve ser esta: grande arquibancada de circo de cavalinhos com John Bull, Tio Sam, Michel, Mariana, o Urso Eslavo e mais países sentados nas fileiras da frente, para "gozar" o único que tem a honra de ocupar o centro do picadeiro. Ali o Brasil, sozinho, único, terra onde Deus nasceu, mostra as suas ufanias – o Amazonas, os oito milhões de quilômetros quadrados, o Pão de Açúcar, o Café, o Babaçu, Santos Dumont, o padre que inventou a máquina de escrever, vários descobridores do moto-contínuo e da quadratura do círculo. Dessa atitude decorre o estribilho dos jornais ao darem notícia de qualquer coisa feia acontecida em tal paraíso: "Que não dirá o estrangeiro?"

O jornal é, portanto, um espelho da sociedade. No caso brasileiro, o melhor da cultura ficaria restrita a uma pequena parcela, ilustrada. O interlocutor brasileiro mostra-se envergonhado ao confessar que sua admiração maior pela América é justamente o crime renovado e alçado a proporções inacreditáveis. Isso, diz o inglês, não era nada original. Os jornais davam notícias sobre os casos. A rede de comunicação se mantinha pelo vigoroso consumo de bens culturais: teatros e cinemas ganham dinheiro com a estilização engenhosa do gângster. Este faz parte da vida real por meio dos jornais. Os jornais, cinemas e teatros usam a mesma informação, com finalidades diferentes que se completam para o consumidor da notícia e da ficção.

A culpa do que se lê, portanto, não é da imprensa, mas das visões de mundo que compõem as notícias provenientes do tipo de sociedade aqui construída. O interlocutor brasileiro, simplista, quer jogar sobre as mídias as mazelas sociais, como se fossem culpadas pelos crimes que ocorriam no Brasil. Mr. Slang rebate: "– Engano. Literatura, jornais e

cinemas não passam de espelhos. Refletem. Satisfazem uma solicitação do povo" (*A*, 1957, p.100).

O determinismo jornalístico explica o grande número de periódicos na América. A riqueza permite o crescimento industrial e, consequentemente, urbano, o que corresponde a mais consumidores e mais notícias em trânsito, sejam elas de qualquer tipo, como expõe Mr. Slang: "Leia os jornais chamados 'tablóides', que se tiram aos milhões e representam melhor, ou refletem melhor o espírito da América do que os grandes e sérios, ao tipo de 'New York Times'. Veja como andam inçados de notícias de casamentos e divórcios e que importância dão a tais casos". Isso se explica pelo público leitor, ou seja, uma imprensa "puramente feminina".

"Os colaboradores, os repórteres, os 'featuristas' – tudo feminino; em conseqüência, os pontos de vista que os tablóides defendem são sempre os da mulher. A tal ponto vai a coisa, que elas estão virando tabu – sagradas! Lembram-me o português no Rio de Janeiro". E a comparação segue, apontando que a imprensa é livre, menos no caso dos portugueses. "Jornal que se atrevesse a dizer o que pensa dos portugueses, recebia logo a réplica do balcão – retiravam-lhe os anúncios, sangue sem o qual nenhum jornal vive. Na América o Português se chama Mulher" – lembrança que remete ao caso de Júlio Mesquita, quando de sua entrada para *O Estado*, aplacando a contrariedade da comunidade portuguesa em São Paulo. "E para comprovar o que dizia, Mr. Slang tomou vários daqueles tablóides. Correu os olhos por eles" (ibidem, p.199-200).

Como se percebe, na América há faixas de públicos, os quais, apesar do preconceito (ou constatação de mercado?) – "Na América o Português se chama Mulher" –, correspondem a uma movimentação milionária. A eficiência dos jornais "sérios" está presente nas descrições do narrador. De modo implícito, nota-se que são jornais confiáveis, não colocados em dúvida quanto à fidelidade da notícia como no caso das publicações brasileiras. Ao ler uma matéria do *Times*, Mr. Slang comenta o fato partindo das informações dadas pelo periódico. Não se desconfia da veracidade de um veículo como esse. O interlocutor brasileiro, assim, deveria pegar o jornal e tirar suas conclusões, isto

é, não se deixaria inocular pelas opiniões do jornal, deste somente recebendo a notícia e não a reflexão pronta.

Sem inglês ou americano como interlocutor, *Na antevéspera* (1933) abre-se com uma "nota dos editores", na qual se afirma constarem do volume textos do tempo da presidência Bernardes e Washington Luis, isto é, um período anterior a *Mr. Slang* e *América*.

"Bacillos virgula" é o sétimo artigo do livro, mas o primeiro que trata especificamente de jornalismo. Nele, Lobato contrasta o jornalismo da Argentina com o do Brasil. No primeiro caso, "dão-se a luxos nababescos", pois lá eles "têm pesos, dos sonantes"; no segundo caso, "temos o peso da permanente míquia que em tudo se reflete e no jornalismo tanto quanto no resto, senão mais" (*NA*, 1957, p.61). Caracteriza, então, a imprensa americana pela reportagem "sensacional", somente possível por meio de capital representativo. No Brasil, a situação é de reportagem do pobre, ou seja, visitas ao que está perto, entrevistas com personalidades que aparecem pelas terras brasílicas, "troco miúdo. Libras de alumínio amarelo".

Para exemplificar a prosperidade argentina, cita uma reportagem de Adolfo Agorio sobre a Rússia, "Bajo la mirada de Lênin", texto que permitiria ao povo da Argentina ter opinião própria sobre o que acontecia com os russos. Era uma reportagem de seis colunas, um estudo que apareceu em trinta edições consecutivas. Graças a isso, afirmava Lobato, a Argentina tinha sua visão pessoal da Rússia, "enquanto nós aqui pensamos dela o que o suspeitíssimo francês quer que pensemos. Paris nos manda, com os figurinos, visões da Rússia ad-usum basbaquismo antártico. Falsas, pois. Visões tendenciosas" (ibidem, p.62). É evidente que o conceito de "opinião própria" apresenta-se de modo diverso entre o inglês da Tijuca e os pampas argentinos. No primeiro, entende-se opinião pessoal como aquela aferida da leitura dos jornais, os quais devem ser objetivos, trazer apenas a informação, quando muito, sua opinião expressa em editorial conciso; na segunda, o jornal apresenta longo estudo, formando a opinião pública. É possível deduzir, dessa aparente contradição, que Lobato pensa "opinião própria" em dois âmbitos, embora não explícitos nos textos: a relação do leitor com o jornal, pelo qual é informado e pode refletir sobre o mundo; a

relação do jornal com o mundo, o qual nele deve ser objeto de reflexão autêntica, sem voltar-se a fórmulas estrangeiras, como a francesa.

O Brasil estaria se mantendo em estado de ignorância. Para comprovar a ideia, Lobato cita o caso do navio russo que fora proibido de atracar em portos brasileiros, indo para a Argentina: "não infeccionou coisa nenhuma; só serviu para abrir o apetite àqueles povos e lhes inocular o desejo de ter a sua visão pessoal da difamada Rússia" (ibidem, p.63). "Não infeccionou" refere-se à presença do comunismo em terras nacionais. Fazer comércio com comunistas não significava, para Lobato, aceitar esta ou aquela doutrina política. Afirma em seu texto, ao final, que as ideias são "ondas hertzianas", e "cada cérebro vale por emissor e receptor, sem antenas visíveis mas de infinita potencialidade" (ibidem, p.64), por isso os coronéis, mesmo impedindo a imprensa de crescer como ela poderia, não conseguiriam impedir a entrada de novas ideias.

O artigo de Lobato teve repercussão. Apesar de não constar a data, a nota de rodapé aponta que fora publicado por *A manhã*. Escreve o autor: "Após a publicação deste artigo sobre a Rússia recebi uma intimação da polícia para comparecer perante um delegado auxiliar. Fiz o testamento e fui. Dei com um moço fino, muito longe do truculento Javert que esperava encontrar no posto". Contando que iria editar o livro de Adolfo Agorio, a polícia via-se na contingência de advertir o escritor que o não fizesse, porque recebera ordem de cima para apreender tal livro, caso aparecesse. Irônico, continua: "Admirei intimamente a perfeição de nossa espionagem policial, pois de fato me ocorrera a idéia de pedir ao autor permissão para traduzir e publicar esse livro realmente precioso, o único de quantos sei capaz de dar ao nosso público uma noção exata do que se passa na Rússia".

Afinal, seria papel dos editores lançar livros sérios, não tendenciosos, merecedores de fé. Se Agorio era um alto funcionário do governo argentino, e seu livro lá saíra sem problemas, "não só num jornal de larguíssima tiragem, como em edição de dezenas de milhares, sem que as instituições se subvertessem, pareceu-me o naturalmente indicado para ser divulgado aqui". Enfim, "a polícia, cumprindo ordem de cima, pensou de maneira diversa, e como editor bem policiado resignei-me a não prestar ao meu país esse bom serviço" (ibidem, p.65).

Em meio às crises políticas e econômicas da primeira metade do século XX, a imprensa teria que construir seu posicionamento, fosse tornando-se "amarela", fosse endurecendo sua postura ideológica. Em outro texto, "O pátio dos milagres", Lobato novamente atribui ao jornal a função de índice de desenvolvimento, registrando que há nações tão ordenadas, como a Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Suíça, que impediriam a permanência de correspondentes de agências internacionais como Havas, United e Associated Press. Apesar de seu questionamento ser de cunho mais reflexivo, e irônico, pois afirma que crimes, revoluções, guerras e sítios não existiam naquelas terras, mas abundavam em países como França, Itália e Brasil; ao citar as instituições responsáveis pela distribuição de notícias no mundo, Lobato mostra o quanto os primeiros decênios do século XX avançaram em termos de organização jornalística, permitindo que grupos empresariais tomassem corpo em organizações, senão multinacionais, ao menos internacionais de vulto.

Em "Amigos do Brasil", outro artigo do livro, é um jornalista que exemplifica o descaso do mercado editorial no que se refere ao intercâmbio cultural com outros povos: "*Se alguma coisa valesse alguma coisa nesta terra:* eis a frase com que um jornalista traduz tal estado d'alma. Frase horrível, reflexo do desespero, do desânimo e, no entanto, lógica, sempre que um povo perde a sua liberdade e tomba no boçalismo da escravidão" (ibidem, p.165).

Entre os últimos textos do livro, "O 'saco de carvão'" apresenta a relação de Lobato com o grupo de *O Estado*. Nele o escritor retoma sua trajetória como colaborador para os jornais, afirmando que seu primeiro artigo fora publicado no *Correio Paulistano* em 1913, sobre Guiomar Novais, "recém-chegada de seu precoce triunfo no Conservatório de Paris". Explica, em seguida, que passou logo para *O Estado*, que ficou sendo o seu jornal: "Mas me passei logo para 'O Estado', que ficou desde então sendo o meu jornal. Creio que a principal razão de mudança estava na feição oposicionista do velho órgão". Destaca, depois, que sempre foi colaborador "free lancer", daqueles "que só aparecem quando querem ou têm algo a dizer". No entanto, as relações com grupo estreitam-se, como escreve: "E naquele tempo me tornei 'sapo' da redação, na boa

companhia dos dois grandes Lopes: Filinto, o incomparável humorista, verdadeira encarnação de Mark Twain, e Maneco Lopes, espécie de bomba atômica barbada". Como "sapo" de redação, a influência editorial é marcante, conforme o escritor relata (ibidem, p.281-2):

> Sapo de redação quer dizer o sujeito, amigo da casa, que lá comparece todas as noites, e fila o café, e faz daquilo o seu clube. Os sapos comentam as notícias do dia, dão palpites, tosam nos adversários e metem a ronca[14] no próprio jornal. Por quê? Por amor à casa, pura e pia revolta pela não introdução de melhoramentos que a eles parecem indispensáveis.

Como se nota, os "sapos" funcionavam como um grupo de críticos sobre o próprio jornal, uma função de *ombudsman* incipiente, legada muito mais à proximidade pessoal que a exigências profissionais.

Nestor Rangel, relata Lobato, representava a ordem e o conservadorismo do jornal. Mesmo o filho do proprietário do negócio, Julinho Mesquita, via-se impedido de realizar alterações profundas de modo repentino, "e se nós, tomados de revolta, pulávamos com a alegação de que os donos do jornal eram eles e não Nestor, um simples contratado, a invariável resposta vinha sempre a mesma: 'Sim, nós somos os donos, mas Nestor é o secretário'" (ibidem, p.282-3). A revolta dos "sapos", segundo o relato de Lobato, esbarrava não no homem Nestor, mas na figura do secretário Nestor, isto é, representante legítimo da organização e seriedade no compromisso de publicação de um veículo configurado de acordo com certas características reconhecíveis pelos leitores. E o grupo reconhece o importante papel do secretário, podando os exageros do próprio Julinho – "Julinho, naquela época o 'Capitão', vivia numa permanente crise de entusiasmo, extravasada em furiosos debates sobre a coisa pública. Muitas vezes errado (na nossa opinião) mas sempre sincero, firme e violento"; para ponderar, havia Nestor: "Gostávamos daquilo, da sua 'ferocidade' patriótica, já que para equilíbrio tínhamos o Nestor" (ibidem, p.283).

---

14 "Ronca s.f. [...] 3. fig. B infrm. descompostura, reprimenda." (Houaiss & Villar, 2001, p.2473).

Nestor, no leme, era a prudência e a experiência a serviço do jornal. Um modo de dirigir que também explicava o sucesso, o prestígio junto à opinião pública. "Comuníssimo, e freqüentíssimo, na capital e no interior, a frase: 'Vamos ver o que 'O Estado' diz'" (ibidem, p.284).

Na sequência, Lobato esclarece que o jornal dava sua opinião pela primeira nota das "Notas e informações". Nestor volta à baila: "Ah, o cuidado do Nestor na escolha dos adjetivos! Para que o jornal atribuísse a alguém a qualidade de 'distinto' ou 'notável' era preciso muita coisa, sobretudo que o sujeito o fosse realmente. As palavras nestorianas só saíam depois de meticulosamente pesadas em balança de alta precisão" (ibidem, p.284).

O próximo relato é mais pitoresco, e indica como a relação dos "sapos" não era tão livre como afirma Lobato no início do texto. Durante uma epidemia de gripe espanhola na capital, são eles que assumem o controle do jornal. Isso ocorrera em 1918, um incidente em meio à epidemia de gripe espanhola no Estado de São Paulo. As notícias abundam sobre as pessoas que "caíam" com a gripe, e, obviamente, sobre os lances para conter a doença. Caem Júlio Mesquita, o filho, Chiquinho. Até que o secretário, comando geral de *O Estado*, também adoece. Tarde da noite, aparece Plínio Barreto que substitui Nestor, mas também fica doente. Depois Pinheiro Júnior, a mesma situação. Assim, todo o "estado maior" do jornal estava, em pouco tempo, fora de combate. No dia em que chega, à noite, e só depara com Filinto Lopes, que apresenta a empresa sem comando, compreende que tem um problema pela frente. Diante da situação, Lobato assume o leme para que o jornal pudesse sair no dia seguinte.

A história da gripe que assolou *O Estado* revela a existência de uma estrutura empresarial organizada. Quando um redator fica doente, há outros para substituí-lo; a equipe é grande, formada por distintos setores na empresa. Há, nesse momento, a possibilidade de fazer carreira numa empresa jornalística, como se vê na continuação do relato: "Para reforço da 'Vala Comum' mobilizei vários elementos de fora, como Léo Vaz e Alarico Caiuby, que por esse tempo trabalhavam comigo na 'Revista do Brasil' – e como desfecho de semelhante mobilização Léo Vaz entrou definitivamente para o corpo de redatores d'"O Estado"". O que deu

resultado positivo para o amigo: "e fez carreira. Quando Nestor faleceu, foi quem o substituiu como secretário do jornal; mais tarde alçou-se ao posto supremo: diretor, em substituição de Plínio Barreto. Hoje Léo Vaz tira o chapéu na rua sempre que ouve a palavra 'gripe'" (ibidem, p.286).

A partir daí, Lobato comenta um "incidentezinho que tem sua comicidade". À frente do jornal, lança provocações ao *Correio Paulistano*, de alinhamento político oposto a *O Estado*. Como resultado, "durou uns dias o pega dos dois jornais, muito a sério do lado do 'Correio', sempre a ver naquilo o 'dedo do Júlio'; e da minha parte com piscadelas do olho esquerdo para seu Filinto" (ibidem, p.287). Passada a vulnerabilidade do jornal aos desmandos lobatianos, o diretor interino é absolvido por Nestor.

Nota-se, pois, mais uma vez que o *freelancer* Lobato não corresponde efetivamente ao que se poderia conceber como um mero vendedor de reportagens "quentes" – o clima do "velho órgão" era de identificação de todos com a alma do jornal, "que sem ordem de ninguém, dois meros filantes de café assumem o comando do maior jornal do Brasil e dirigem-no autocraticamente por mais de uma quinzena". Mais comprovação de confiança: "E finda a 'ocupação', os donos e gerentes de nada se queixam, antes agradecem a lembrança e perdoam, sorrindo, aquela intrusão inédita nos anais da imprensa. Porque nunca, jamais, em país nenhum do mundo, ocorreu uma coisa semelhante..." (ibidem, p.288). Guardadas as devidas proporções do narrador entusiasta – que via nisso um ineditismo mundial – é de se concluir que os "sapos" não eram representantes de tão agraciada gratuidade como quer ressaltar o escritor. A identificação era fato, dado os laços ideológicos, políticos e, sem dúvida, empresariais que uniam os debatedores de redação.

Finalizando o texto, Lobato justifica o título – "O 'saco de carvão'". Segundo ele, era uma referência ao período em que o jornal que se achava, dentro da redação, o centro da "Via Láctea", tendo em sua história, no entanto, um momento de escuridão, ou seja, o confisco realizado em março de 1940, pelo Estado Novo de Vargas – "E a gente paulista viveu três anos com um peso no coração. O confisco d'"O Estado' não era ofensa dessas que saram. Abriu em nossas almas uma úlcera fagedênica"; o governo amordaçava, assim, feroz adversário: "Já

não podíamos protestar contra a pilhagem de S. Paulo nem sequer por meio da eloqüente mudez de um jornal...” (ibidem, p.289).

No conjunto de artigos intitulados “Opiniões”, o primeiro tem como tema central o jornalismo, “Psicologia do jornal” (*MS*, 1957, p.128): “O jornal é uma casa de pasto, com quitutes de idéias e arranjo de pratos diários com o tempero ao sabor dum paladar que não muda”. Qualquer alteração poderia ser prejudicial ao negócio, pois “agremiam-se lentamente em torno da folha que melhor lhes vai com o diapasão, afazem-se à sua mesmice, e a ela identificam-se”. Ciente dos diferentes públicos e dos diferentes jornais exigidos por eles, Lobato exemplifica citando um jornal especializado em “asneiras” que, um dia, resolveu mudar – “pois o público percebeu, deu-se como lesado, murmurou, e passando da murmuração à boicotagem indicou no termômetro da caixa o grau de sua desaprovação” (ibidem, p.129) – fato que obrigou o jornal a restabelecer o que fora alterado. Afirma Lobato que, para conquistar o público os jornais jogavam com dois elementos: tempo e constância de atitude. Nestor Rangel estaria certo, assim, em manter *O Estado* “fechadíssimo”, pois arriscar-se em mudar todos os dias fosse o que escrevia, fosse como escrevia, podia desorientar os leitores.

“Resignação” é o título de outro artigo iniciado com o comentário sobre uma matéria de um jornalista cuja preocupação fora estudar o porquê das folhas brasileiras não alcançarem a tiragem de jornais como *La Nacion* e *La Prensa*, acima de 200 milheiros. Para o jornalista, era fraca a porcentagem de anúncios que se revelavam nas folhas nacionais em comparação com as platinas. Lobato acrescenta que as publicações não eram suficientemente pagas pelos anúncios, não porque os comerciantes não quisessem anunciar, mas porque havia poucos comerciantes. Escreve também que os jornais do governo, por exemplo, entoavam louvores ao pagante, mesmo que esse realizasse atos administrativos inconsequentes.

Tratando da economia paulista, Lobato toma novamente o jornal como indício do desenvolvimento do mercado. O comércio pouco anunciaria porque a força aquisitiva do público era fraca demais para responder à sugestão do anúncio. O anúncio não pagaria, expressão dos comerciantes, porque não se venderia o suficiente. E, sem anúncios,

ficariam os paulistas sem jornais. Fora um ou outro, segundo Lobato, a imprensa brasileira operaria prodígios para viver, e viver com extrema dificuldade, embora procurasse por todos os meios promover o sucesso do anúncio. A pequena parte do comércio investidor pediria tiragem; a grande tiragem exigiria, por sua vez, público pagante. Fechava-se o círculo, pois o público não podia pagar porque era pobre. Não um círculo, mas uma espiral é preferida por Lobato: o público era pobre porque trabalhava, mas não podia enriquecer, porque era eternamente vitimado pelas oscilações monetárias; a moeda sofreria essas crises periódicas porque os governos seriam bem falantes, mas incompetentes, visto como sequer conseguiam fixar a moeda, alicerce financeiro da nação.

Na sequência, o artigo "O quarto poder", escrito em 1923, de acordo com a nota de rodapé, é um ataque direto ao financiamento governamental que acaba antecipando o que ocorreria no governo Vargas. Lobato busca atingir a imprensa subsidiada pelo poder público, afirmando que o governo paulista achava imprescindível fortificar aquilo que denominava de "quarto poder", oficializando a imprensa carioca. Enxerga, então, o ato governamental como uma poda à capitalização das empresas, na verdade, uma cooptação do mercado editorial de jornais, não uma injeção de empreendimento. Construído com argumentação irônica, como se estivesse ao lado do governo, o texto é assim encerrado (ibidem, p.214):

> Afirmemos de cabeça erguida a nossa evolução, em que pese aos rançosos moralistas e a esses remanescentes grotescos duma moral morta: os jornais de oposição. Opor-se à prosperidade, à comodidade, às delícias do oficialismo, à aposentadoria, à fecunda irrigação com as águas do Pactolo, somente por amor do povo, ralé ignóbil indigna do menor sacrifício, é coisa que depõe contra a sanidade mental dos díscolos. Hospício com eles! E, orgulhosa, eliminando o amarelo da gama das suas cores, penetre a imprensa, com desassombro, na fase áurea de sua existência, legalmente transfeita em o Quarto Poder do Estado – com rubrica nos livros do Tesouro e libertada para sempre da aviltante focinhação na gamela suja da odiosa Verba Secreta. Amém.

"Citamos esta insinuação da folha carioca simplesmente para robustecer nossa tese relativa à oficialização da imprensa, exposta nesta

coluna há uma semana" (ibidem, p.215), a mesma tese vem novamente a público no texto "Honni soi", cujo mote é a informação de uma folha carioca segundo a qual houvera um emagrecimento do estoque de café adquirido pelo governo paulista.

Também em tom irônico acentuado, Lobato procura explicar o sumiço do café citando leis científicas, como a radiação, auxílio teórico que permitiria elucidar, sem culpar o governo, o desaparecimento das sacas no Porto de Santos. O autor parodia os jornais comprados pelo governo. E, para concluir seu raciocínio, apresenta um exemplo do benefício de se suprimir a imprensa não oficializada. No caso de um político flagrado roubando num jogo de pôquer, os jornais não deveriam se pronunciar sobre isso, pois "um fato desta ordem, no caso da imprensa oficializada, não seria apresentado ao público por forma nenhuma, em respeito à posição oficial do cleptômano", afinal, "se o fosse, provocaria um abalo formidável no país e fora, enxovalhando coisas que valem mais que o homem" (ibidem, 219).

Era preciso, portanto, acabar com o regime misto, composto de "órgãos oficializados e órgãos rebeldes", impondo-se a legalizada. Todos reclamariam, incluindo o povo, cansado das tragédias e demais mazelas expostas diariamente pelos outros órgãos. Seria o modo mais rápido de entrar o Brasil num período áureo, sem problemas. Ou seja, alterando-se as notícias dos jornais.

Em 1918, porém, Lobato havia escrito uma série de artigos posteriormente enfeixados em *Problema vital*. Abordando, assim, questões relativas à saúde pública, o escritor não se furta de criticar os jornais pelo silêncio, fosse ele comprado, fosse ele indigente, como se lê em "Primeiro passo" (5 de abril de 1918): "Fora da escola, sem hábito de observação pessoal porque o brasileiro é amigo de ingerir idéias feitas, assadas no jornal, como quem ingere bolinhos de frigideira – continua a consolidar-se o pittismo[15] inoculado, por meio de conferências, discursos, poliantéias", um modo brasileiro de "queimar fogos de Bengala".

15 Referência a Rocha Pitta – "Vem de longe o vezo ditirâmbico dos mistagogos que oficiam no altar de Pangloss a eterna missinha do Rocha Pitta, corcinhada pelas gozosas ufanias celzianas".

Aos jornais caberia grande responsabilidade porque "transcrevem com as mais gordas entrelinhas da caixa quanta bajoujice amável nos impingem estrangeiros itinerantes (em troca de secretas gorjetas espirradas do Tesouro). Estampam, gloriosos, em telegramas, as maravilhas que por encomenda dizem de nós", opiniões de total desconhecimento da realidade brasileira. "O público, desconhecedor dos bastidores da publicidade e da gorda indústria que é lá fora deprimir o Brasil para provocar o suborno, e depois do suborno guindá-los aos cornos da lua, presta fé ingênua a indecorosa adjetivação e impa". A ilusão funesta perpetua-se, afirma Lobato. "O primeiro passo, pois, para o saneamento do Brasil, consiste em matar esta ilusão, desprezar a opinião do suborno externo e a mentira pia interna, não mais soprar gaitinhas patrióticas, não ser otimista nem pessimista – pólos do mesmo erro – e, sim, pura, sincera e exclusivamente, verdadeiros". Ou seja: "Ver o que é, como é" (*PV*, 1957, p.268-9).

Abordar grandes causas pelos jornais seria um modo de lutar também pelo carvão e, depois, pelo petróleo. Lobato voltaria dos Estados Unidos imbuído firmemente do propósito de concretizar ideias desenvolvimentistas para o Brasil. Se o primeiro grande problema da indústria nacional era o carvão, combustível básico para o desenvolvimento industrial, o segundo grande problema era o combustível para fazer o transporte funcionar. Em 1935, pelo *Diário de São Paulo*, Lobato retoma o que considerava uma promissora operação comercial abortada: fechar negócio para implantar o hábito de se tomar café na Rússia tendo, em troca, acesso aos recursos do subsolo russo. A recusa do governo brasileiro em participar do negócio se deu pelo silêncio.

Tomando, então, sobre si a responsabilidade de dar ferro aos brasileiros, mediante uma atuação empresarial – ainda mais para alguém que já tivera experiências como empresário – resolve fundar uma empresa metalúrgica. Havia chegado o momento de vir a público por meio dos jornais. Porém, o debate não aconteceria.

A luta que se trava pelo ferro e pelo petróleo deveria ter na imprensa o veículo apropriado para a almejada sensibilização nacional. *O escândalo do petróleo e ferro*, de 1936, traz um conjunto de textos, incluindo artigos, que relatam o embate entre a visão empresarial

lobatiana e os entraves postos pela cúpula política brasileira. No capítulo "Retrospecto", a seção "Outros países" apresenta dados sobre outras nações em que se encontrara petróleo. Embora amordaçada pelo Estado Novo, a imprensa preocupa os dirigentes políticos que, ao perceberem a evidência de petróleo propiciada pelo empreendimento da sociedade formada sob a direção de Lobato, vêm aos jornais para se justificar perante a opinião pública: "no dia seguinte à chegada ao Rio do telegrama comunicando o feliz resultado das provas em Riacho Doce, o chefe supremo surge na primeira página d' O GLOBO. Nega a pés juntos. Jura que é mentira" (*OEPF*, 1957, p.43). A imprensa é, efetivamente, a arena em que a luta haveria de se travar. Não havia outro espaço para isso.

Últimas notícias de um escritor de *O Estado*

Em "O caso de Alagoas", Lobato enaltece o esforço de Edson de Carvalho que, associando-se a ele, tem de enfrentar o Departamento Nacional de Produção Mineral que "procura desmoralizar os pioneiros" (*OEPF*, 1957, p.49). A vitória do companheiro, Edson, que insistira na perfuração, vira notícia: "A notícia corre. Aflui gente de Maceió. Estabelece-se para Riacho Doce uma romaria permanente. Todos querem ver, cheirar aquele maravilhoso fluido que brota das entranhas da terra. Vai Osman Loureiro. Vão Costa Rego, deputados, jornalistas, estudantes"; as provas estão às mãos de todos: "Todos contemplam a formidável chama que se levanta quando Edson risca um fósforo. O exame mostrou tratar-se de gás de petróleo" (ibidem, p.50).

E o grupo de *O Estado*? Onde estaria a convergência de alma dos sapos? O silêncio ou a vigarice, conforme o problema se apresentava a Lobato mostrava-se inserido num processo de concessões ao regime, num esforço de adequação que iria desembocar no Estado Novo:

> a concepção liberal de sociedade está ligada ao chamado "novo liberalismo", que propõe a condução das massas por uma elite política e que é caracterizado ainda pela perda progressiva dos aspectos mais "democrá-

ticos" do liberalismo clássico e até pela aceitação no limite de um "Estado forte". (Cardoso, 1982, p.50)

As divergências entre os posicionamentos possivelmente nisso tivessem uma justificativa. Articulista e jornal embatem-se, embora não publicamente, para manterem os respectivos projetos de nação. Isso pode ser visto em carta de 11 de setembro de 1936, ao deputado estadual Nelson de Resende, em que Lobato demonstra os problemas que enfrenta para o progresso do empreendimento petrolífero (*CE*, 1970, p.201): "Venho agradecer as suas generosas expressões para comigo e, em nome do Brasil, a enérgica manifestação pró-petróleo de sexta-feira. Graças a ela, a solução desse problema deu mais um passo á frente", qual fosse, o rompimento do silêncio, "o inexplicável silêncio de 'O Estado de São Paulo'. O seu discurso cheio de firmeza e desassombro desentupiu o grande órgão...".

Os discursos de Lobato pela prosperidade nacional realmente alcançam o público. A carta[16] de Roberto Liscio, de São Paulo, em 30 de outubro de 1936, aponta para a repercussão das denúncias lobatianas:

> Em data de 18 do corrente lendo o jornal "O Correio", uma reportagem sob o título "Eu quero ajudar o Brasil" prendeu-me a atenção. Aquela figura extraordinária do homem de pele preta e alma nívea calou fundo em minha alma. Precisaria eu ler quanto antes o extraordinário artigo de Monteiro Lobato, o denodado bandeirante moderno, como classificou o deputado Machado Florence [...] na sessão de 10 do mês passado na Assembléia Legislativa. E no dia seguinte, segunda-feira, lá ia eu correndo à redação do "Correio Paulistano", a procura do jornal do dia 17 de setembro, o qual trazia o artigo "Eu quero ajudar o Brasil".

Dessa imprensa indecisa viria, em 1941, o comunicado de denúncia envolvendo Monteiro Lobato por crime de injúria: ao tomar o ônibus da tarde para casa, compra uma *Folha da Noite*. Ao abrir o jornal, vê seu retrato na primeira página, ilustrando uma notícia de sensação, a avaliar

16 Cedae – Doc. 3.2.00390.

pelos grandes títulos e subtítulos, como conta o procurado detento do Estado Novo. Ali constava um telegrama da sucursal do Rio noticiando a denúncia feita por Gilberto Goulart de Andrade, procurador do Tribunal de Segurança. Como resultado, três meses de detenção.

A luta travada pelo desenvolvimento nacional deixa algumas marcas perceptíveis, ao menos pelos textos publicados nas "obras completas", sobre a relação de Lobato com o jornal. A década de 1940, principalmente o pós-1941, não significaria o desaparecimento da crítica lobatiana, antes, a intensificação de sua ironia e desalento com a política nacional.

Em 1946, às vésperas de sua mudança para a Argentina, concede entrevista ao *Diário de São Paulo*. A imprensa, para ele, só é bem usada pelos políticos (*PE*, 1961, p.136): "– Que coisa difícil e inútil, meu caro! Que adianta ao mundo saber como um certo sujeito pensa em dado momento histórico? Os políticos andam aí a tomar o espaço dos jornais e eles sabem agir. Consultados, dizem o que convém dizer, não o que pensam". Seria muito mais interessante a experiência de comparar "o que os homens políticos realmente pensam com o que declaram nos jornais. E eu compreendo isso. Nada mais perigoso e inútil do que um homem dizer o que pensa...".

O afrouxamento das amarras da imprensa a partir de 1945 determinam o desaparecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1946, responsável pela coerção dos jornais e demais órgãos do jornalismo brasileiro. Um pouco mais animado sobre o assunto, Lobato comenta com Lino, "ex-Cenáculo", em carta de 2 de novembro de 1945 (*CE*, 1970, p.280), certo clima de menos tensão no país: "Que sossego está! Que atmosfera de confiança, de certeza de que o Governo não nos está traindo com as patifarias a que se habituara em 15 anos de irresponsabilidade! O 'Estado' e o 'Correio Paulistano' talvez prestes a voltarem aos seus verdadeiros donos". Dói, ainda, o que ocorrera com *O Estado*: "Que infâmia, que bofetada em S. Paulo foi a infâmia que a Ditadura praticou com 'O Estado!' Nunca houve outra igual". Assíduo leitor dos periódicos, acompanha os lances políticos: "Acabo de ler os jornais da manhã, e vi a lista dos prováveis interventores" e também está por dentro dos negócios "Lino: vou aproveitar o ensejo para te

pedir uma coisa. Não é emprego. É mandares saber se o Sr. Cecilio Karan, funcionário de 'A Noite', ainda o é e encontra-se aí no Rio".

O regime ditatorial de Vargas havia deixado uma experiência indelével de cerceamento intelectual. Em 1937, Lobato recebera tratamento hostil por conta da publicação de *Geografia de Dona Benta*. Como demonstra carta[17] de Rubem Braga, de 16 de março, a campanha do *Diário da Noite* contra o escritor começara em 1936: "Agora aconteceu que o Diário da Noite aqui do Rio tem feito uma campanha danada contra você por causa de seu livro 'Geografia de Tia Benta' (sic). Acusa o seu livro de anti-brasileiro, de separatista". De acordo com "Insultos ao Brasil", (*PE*, 1961, p.227), entrevista concedida para o periódico *Radical*, "em alarmadíssimo artigo no 'Diário da Noite' de 13 do corrente alguém denunciara a 'Geografia de Dona Benta', publicada o ano passado, como livro deletério, separatista" – diz o repórter. Lobato:

> – Trata-se de um trecho em que Dona Benta mostra aos meninos as coisas de S. Paulo vistas ao longe, panoramicamente. Os dois trens apontados são da Central. O articulista do "Diário da Noite" acha tremendamente insultante para o Brasil que a velhinha conte aos netos o que essa estrada de ferro realmente é.

A imprensa com a qual colaborara ao longo de sua vida, nem sempre seria, assim, tão libertária ou progressista como a roda das tardes e noites na redação de *O Estado*. Sua conversa com o entrevistador da *Radical* traz à tona as marcas da América no escritor desiludido com as coisas nacionais (*PE*, 1961, p.234): "a idéia da possibilidade do Brasil unido pelo nexo do ferro e do petróleo dá muita força à fraqueza desse escritor de livros para crianças, que tudo arrosta para criar uma união de fato, à moda americana, pelo desenvolvimento do país, e não pela violência das armas".

História do mundo para crianças, de 1933, também sofrera ataques do *Diário da Manhã*, como comenta a reportagem do *Diário da Noite* (ibidem, p.247):

---

17 Cedae – Doc. 3.2.00383.

> Jornais de domingo publicaram um telegrama de Lisboa em que se dizia que o "Diário da Manhã", órgão oficioso, pedia, em editorial, a proibição da venda em Portugal do livro de Monteiro Lobato: "História do Mundo para as Crianças". O assunto era interessante e mesmo sério. Dirigimo-nos á residência do escritor e ali o interpelamos.

A matéria, com o título nas obras completas de "As orelhas de Vasco da Gama", tratava-se, pois, de mais um cerceamento à obra do escritor, que assim respondia às investidas de opositores brasileiros com o intuito de impedir que o livro fosse publicado em Portugal: "– Ofensas à metrópole? Impossível. Inda agora acabei de rever um exemplar para a quarta edição dessa obra e nada percebi ofensivo a Portugal. Sobre tal livro o almirante Gago Coutinho já gaguejou num longo artigo no 'Jornal do Comércio'" – artigo que ainda Lobato não lera por achar o texto "um tanto comprido. Mas sei que lá se afirma que o livro comete erros gravíssimos na parte que trata dos descobrimentos lusos".

Em carta a Coelho Neto, provavelmente de 1938 (*CE*, 1970, p.211), Lobato demonstra as consequências financeiras causadas pela repressão do Estado Novo: "Desconfio que não te chegou a minha, pois na de 15 de junho hoje recebida fazes perguntas já respondidas. Nela eu te dizia que foste com muita sede ao pote; que a linha da UJB não comporta senão águas panadas e em dosezinhas breves"; mesmo com o apoio da União Jornalística Brasileira, órgão que ajudara a criar, "a imprensa, os mil jornais da UJB, uma quitandinha – e em bancarrota, porque com a supressão da liberdade de vender doces que o freguês quer, as quitandeiras tiveram de diminuir a produção – e estão na embira".

Agora, Lobato é tema para a imprensa, seja como escritor, editor, pioneiro do ferro e do petróleo, seja como o articulista polêmico. A carta de 20 de setembro de 1943, enviada a Mário Donato, traz a seguinte observação (*CE*, 1970, p.252): "Você lavrou um tento com o artigo n'O Estado'. Esperei um tró-ló-ló de camaradagem, como há tantos, e saiu uma coisa substancial... e denunciativa! Você foi ao fundo com o escafandro da análise e até me revelou a mim mesmo", texto, segundo nota de rodapé, publicado em *O Estado* a 18 do mesmo mês.

Indicado para a Academia Brasileira de Letras em 1944, recusa. Numa carta de 11 de outubro deste ano, a Jaime Adour da Câmara (ibidem, p.271), escreve: "Sim, talvez tenhas razão no caso do 'conto' da Academia. Mas como estou muito velho para cair em contos, resolvi o caso com um bom coice, como verás nos jornais de hoje – se a censura não me tapar a boca". A mágoa da primeira recusa parece não ter passado: "Recusei e esculhambei. Quando eu quis a Academia ela não me quis; agora invertem-se os papéis". O caso fora notícia em outros periódicos: "Naquela entrevista da 'Revista da Semana' eu disse com sinceridade o que pensava da Academia e do imortalismo. Lata e lata vazia. Se depois daquilo me indicaram, foram burros e merecedores do coice. Cansei-me de declarar o meu desprezo pela ABL, em entrevista, artigos, cartas".

Fora, porém, imortalizado na Academia Paulista de Letras, e é sobre isso a entrevista intitulada "Entrevista ao 'Correio Paulistano' sobre a Beca na Academia Paulista". O tom descontraído e irônico através do texto assume certa metalinguagem sobre o tema "entrevista" desde o início (ibidem, p.241): "A palavra do pai do Jeca Tatu é agora, mais do que nunca, lida e ouvida com grande interesse. Não podíamos, portanto, deixar de procurá-lo para esta enquête. Atendeu-nos, e como de costume escreveu a entrevista". Escrever uma entrevista, era sintoma de alguém que conhecera o jornalismo a fundo e, em dias de sombra varguista, seria melhor não arriscar: "Diz que não tem confiança na fidelidade dos jornalistas no apanhar seu pensamento. E além disso faz a seguinte recomendação: 'Aí vai a entrevista como me saiu ao correr da máquina. Faça o obséquio de dizer ao revisor que dispenso a colaboração dos tipógrafos'".

Também pedia que a entrevista fosse publicada na íntegra ou que não fosse publicada. Brinca o entrevistador: "Nesse particular, não faremos nem uma coisa nem outra. Precisamos cortar quatro linhas. Não por partidarismo político, ou por puritanismo, mas porque estragariam o apetite de algum leitor. Ele fala nesse trecho em fisiologia e cita um verso de Terêncio". Brincadeira que, possivelmente, viesse a amenizar a acidez do entrevistado: "Quanto ao mais, sua entrevista está interessante. Ele sempre foi agradável agora é muito mais. Suas piadas são de um terrível ceticismo. Mas mesmo assim, ou por isso

mesmo, agradam o público". Para fechar a reflexão do repórter, a lembrança de "Urupês": "Suas perfídias se vulgarizam, ganham curso. Será que o seu humorismo que no fundo traduz o desencanto ou a melancolia de 'Urupês', tem alguma identidade com o estado de alma do público leitor?".

"O pai de Jeca Tatu não confia no jornalista para as suas entrevistas, mas nós não podemos confiar nele para as nossas perguntas..." (ibidem, p.242): o tom de "blague", porém, torna-se mais sério quando, em "Monteiro Lobato na Torre de Marfim", entrevista concedida ao *Diário da Noite,* alfineta (ibidem, p.259): "– Quando vocês, repórteres, me telefonam e pedem entrevista, eu esfrio, porque sei que, depois de me obrigar a piscar com uma explosão de magnésio, me fazem dizer em letra de forma vinte coisas que eu não disse – e dizem de forma muito diversa tudo aquilo que eu realmente disse". Lobato não poupa o entrevistador de suas críticas mais severas: "– Tanto os jornalistas me traíram que eu tomei a deliberação de andar com a entrevista no bolso, como medida de segurança. – Mas como sabe o que vamos perguntar? Indagará você, eu serenamente respondo", ao modo científico: "– Meu caro, há duas coisas no mundo que contrariam a lei da evolução definida por Spencer: uma, os nossos circos de cavalinhos; outra, as perguntas dos repórteres. Não mudam. Não evoluem. Eterna e invariavelmente as mesmas". Nessa entrevista, o escritor mais uma vez faz do próprio jornalismo o assunto da conversa. O repórter entende que o escritor driblava as perguntas, impedindo a evolução da entrevista. Ao encerrar, queria que se registrasse como epitáfio: "Aqui jaz um sujeito que nunca ouviu a hora nacional nem leu a 'Brasiliana'..." (ibidem, p.263).

Certamente, ao longo de sua vida como homem público, Lobato tivera que retificar "erros" dos jornalistas, textos publicados como se fossem declarações dele mesmo, como aparece na carta a seguir, enviada à *Folha da Manhã*:

> "Por acaso me chegou às mãos um recorte da "Folha da Manhã", de 15 do corrente, com um tal telegrama do Rio no qual se transmite uma "entrevista" minha. Li e corei. Desnaturações do pensamento, vulgaridades, chatices. E esta coisa que me assombrou: "Finalizando, disse

> Monteiro Lobato: vai melhorar tudo no Brasil. Antigamente só elegiam esses sujeitos ossudos, soturnos, ou bojudos, indivíduos horríveis, mal-encarados, convencidos, etc." Por mais que eu lesse e relesse o recorte inteiro fiquei na dúvida sobre a substância que enche a cabeça desse repórter. Venho, pois, declarar que a tolice não é minha; e a tal entrevista se acha desnaturada, é tão chata e vulgar, que a idéia que me vem é a seguinte: o que acima de tudo precisa melhorar no Brasil é a qualidade dos repórteres de seus jornais. Peço ao Sr. Diretor a inserção desta nota a fim de que meus amigos não fiquem a supor que já estou completamente gagá". (Cavalheiro, 1955, p.733)

Retificar também é o que faz em carta[18] datada de 6 de fevereiro de 1948, ao *Diário de S. Paulo*, na qual rebate a crítica do jornal em relação a um livro que o escritor dera de presente a Luis Carlos Prestes. Afinal, aos 66 anos, Lobato tornara-se personalidade inconfundível no Brasil:

> Meu caro DIÁRIO DE S. PAULO
>
> Uma reportagem sua de ontem me acusou, ou insinuou coisas. Recebe lá a minha justificação. As boas contas fazem os bons amigos.
>
> A grande acusação foi de que ofereci um livro a um amigo. Minha resposta é que a Constituição deste país não proíbe a oferta de livros, nem condena as dedicatórias. Tenho completa liberdade de o fazer e tenho usado desse direito. Creio que em minha vida de escritor e editor já ofereci livros aos milhares, e jamais me passasse pela cabeça que isso pudesse ser censurável e anti-constitucional.
>
> – A questão não é oferecer um livro sobre a história do comunismo russo.
>
> – Meu caro jornal: a mesma Constituição que não me veda oferecer livros também me dá plena e absoluta liberdade de escolha. E como tenho liberdade de escolha tanto posso oferecer um livro sobre numismática, como sobre a história contemporânea. E continuando minha liberdade de escolha, entre os assuntos históricos do momento posso escolher o comunismo russo, que tanto para mim, como para Truman ou Marshall é o

18 Cedae – Doc. 3.1.00202 (folha datilografada, alinhamento à esquerda).

dos mais empolgantes (sic). Note como eles se preocupam com o assunto: Realmente, não há assunto de maior atualidade, e seu eu pudesse oferecia uma história do comunismo a todas as pessoas deste país, para que todas pudessem pensar sobre o assunto com perfeito conhecimento e causa, e não como manda o bispo.

De modo que, meu caro jornal, o "terrível documento" que a Polícia apreendeu não passa de um livro oferecido a um amigo, com dedicatória minha, sobre o assunto da maior atualidade, para que ele o lesse enquanto não aparecia uma obra similar sobre o comunismo no Brasil, o que é ainda prematuro, pois que o comunismo brasileiro até apenas começando, e não dá nem um capítulo de história. Tudo isso, meu caro jornal, coisas absolutamente legais e constitucionalíssimas.

Devo ainda notar uma coisa. Do todo da reportagem de ontem se depreende que sou "comunista". Muito bem – mas que tem isso? Se tenho tal ou tal idéia, isso é coisa que só me diz respeito a mim, e a mais ninguém. Tenho as idéias que quero, e não me consta que a Constituição o proíba. O belo nas constituições democráticas é justamente isso: - assegurar aos cidadãos a mais completa liberdade de idéias. Tenho o direito de ser comunista, como você tem o direito de não ser comunista. Não cometemos com isso nenhum crime, nem você nem eu. Não infringimos nenhum princípio básico da Constituição; ao contrário, apenas no utilizamos de uma faculdade que ele nos confere. Mas sereis comunista? (sic)

Infelizmente não, meu caro jornal. Apesar das minhas imensas simpatias pelo comunismo russo, pelo qual torço, um obstáculo de consciência me vem impedindo que transforme essa imensa simpatia em adesão.

– Que obstáculo é esse?

– O georgismo. Sou georgista, meu caro. Convenci-me de tal forma das verdades das teorias econômicas de Henry George, que por mais que me esforce não consigo substituí-las pela de Marx, e talvez Marx esteja certo, mas na minha intuição a verdadeira verdade está com Henry George. E justamente, e apenas, por causa do meu georgismo não tive a honra de alistar-me no Partido Comunista Brasileiro, nem entrar na chapa dos candidatos à deputação federal, em 1946. Não entrei para o Partindo nem para a Câmara Federal porque seria trair minhas idéias georgistas. De comunista, se lá no fundo do meu coração eu ponho George acima de Marx? Sou muito leal, meu caro. Minha divisa é a que prego para as crianças: aquele verso de Shakespeare "E isto acima de tudo: sê fiel a ti mesmo!"

Certamente a carta de Lobato seria lida pelo redator. Afinal, não era qualquer um. As falências, os empreendimentos sabotados, a viagem ao exterior, de tudo, prevalecia a imagem do escritor "pai do Jeca" e da literatura para crianças. A vitrine, como se deduz, dera certo. Realmente, por meio do jornal Lobato ficara conhecido – e fizera que o público também reconhecesse o veículo no qual tratava dos mais diversos assuntos, divulgava literatura, vendia livros.

Os jornalistas pagavam, então, o preço da espera e da disputa para entrevistar Monteiro Lobato; este, por sua vez, já pagara o preço da imprensa livre e moderna, na qual as informações deveriam fluir mais rapidamente e as várias faixas de público esperavam encontrar, cada uma, seu "Monteiro Lobato". O escritor está mais exigente com o que publicam, como se nota em carta de 26 de fevereiro de 1948, (ibidem, p.355), a Davi Pimentel, pela qual inicia agradecendo pela carta de 18. Conta que não se achava envolvido com comunistas, a não ser "na opinião de alguns jornais desafetos que não perdem ensejo para 'perfídias', como na intimidade eles dizem com grande prazer. Continuo alheio aos 'ismos', mas sempre mostrei grande simpatia pelo comunismo e pelo Prestes – coisa que a Constituição não me proíbe de fazer". Imprensa e poder são colocados no mesmo patamar: "Se esses jornais, ou o governo, ou a Polícia, se implicam com isso, é um direito que lhes assiste e com o qual nada tenho que ver. [...]. Não tomo *moto-próprio* um cabresto político, como também não aceito nenhum cabresto que um governo policial me queira impor"; a fusão entre as duas coisas se intensifica nas palavras do escritor: "governo ou imprensa policial, essa que temos aí a nos sujar as mãos sempre que lhes lemos as folhas. Por higiene, só leio 'O Estado'. Vem daí que não sei o que os percevejos andam publicando a meu respeito. Não leio, não quero saber, não me interessam".

Em seus últimos dias, entrevistar Lobato era uma aventura. Ainda mais sendo ele alguém conhecedor dos esquemas e caminhos do texto jornalístico. Silva Brito, por sua vez, relata a dificuldade não prevista pelos editores de se entrevistar tamanha personalidade (*PE*, 1961, p.280): "Decididamente: tenho 'peso' com Monteiro Lobato. Jamais consigo dele uma entrevista em ordem. Encontro-o sempre 'do con-

tra', em oposição a tudo e a todos. Nossa conversa vira debate, não raro discussão – felizmente sem briga de fazer inimizade". Mas para o jornal e seus leitores nada do que o repórter poderia recolher tinha valor. Não eram palavras objetivas, opiniões prontas. Lobato não se vê mais na obrigação nem com a empresa jornalística, nem com o público. Admite o repórter: "Também, com liberdade de ação só procurei Monteiro Lobato uma vez". Nas outras, a imagem do entrevistado é que contava, ou o nome Lobato no anúncio de algum editorial: "As outras têm sido em função de certos interesses publicitários, e aqueles que me encomendam o serviço nunca pensam na irreverência do mestre de Urupês e na sua inflexível disposição para falar a verdade, somente a verdade, doa a quem doer".

O último encontro entre jornalismo e Lobato teria ocorrido em 2 de julho de 1948, quando Murilo Antunes Alves, repórter da Rádio Record "procura-o, para uma entrevista radiofônica" (Cavalheiro, 1955, p.692). Depois de muita insistência, conta o biógrafo, o escritor cede: "Pela última vez opina sobre o petróleo, debate uma porção de assuntos, principalmente em torno da política nacional e internacional. Conta dos seus ceticismos e entusiasmos, diz do grande amor que tem pelas crianças", confessando até mesmo "o arrependimento por haver perdido tanto tempo escrevendo para gente grande. Desiludido, desenganado, acha que o mundo não tem mais remédio, que tudo está mesmo perdido". É a última entrevista do jornalista Monteiro Lobato: "A voz vem cansada, a respiração é difícil, mas é com desembaraço que mantém a entrevista até o fim".

A despeito das desilusões pessoais com os adultos, o legado de Lobato na literatura já estava estabelecido. No jornalismo, não havia sido diferente. Ainda que seu projeto de Brasil não tivesse vingado como desejara, seus textos já haviam entrado para a história do jornalismo paulista e brasileiro. Textos que de uma forma ou de outra ainda conseguem dialogar com o leitor de hoje possivelmente por estarem inoculados de um projeto de país que ainda não se efetivou.

4
Os artigos de Lobato (1913-1923)

"É a humanidade rolando
De queda em queda a gemer,
E o pensamento voando,
E o coração a bater;
Do gênio augusto aos ouvidos
Mal chegam vagos ruídos,
Que soam: Deus aí vem...
Eu digo a Virgilio terno:
Foste com Dante ao inferno,
Leva-me a ele também."
(poema de Tobias Barreto, OESP, 23.12.1914)

Artigo de Mário Pinto Serva, texto publicado em 29 de fevereiro de 1916, à página 3, aponta como problema nacional o abuso das tarifas aduaneiras. A vida econômica, para o brasileiro, seria um "labirinto de Delfos", tal a complicação e a falta de perspectiva. A culpa da situação estaria na administração pública: "Todos os poderes públicos no Brasil conspiraram e conspiram permanentemente para tornar impossível a vida no Brasil". Com um custo de vida asfixiante, o brasileiro não consegue poupar ou investir – "o preço das mercadorias, entre nós, diz o dr. Assis Brasil, é sem igual no mundo".

Qualquer investigação mais apurada, afirma Serva, revelaria atos legislativos responsáveis por tornar o Brasil a terra mais inóspita para a indústria. Lavoura nova ou indústria lucrativa seria sufocada pela máquina estatal com seus impostos absurdos. "O regime tributário, a tarifa aduaneira, a politiquice, a ignorância legislativa fizeram do Brasil um gigante totalmente paralisado em todos os seus movimentos". A seguir, enumera comparativamente os índices de aumento no Brasil e em outros países, comparando gêneros alimentícios de primeira necessidade. Sobre isso, manifesta-se o analista indignado – "é simplesmente pavoroso" – e afirma que, desde 1869, com a tarifa Itaboraí, as taxas aduaneiras decuplicaram. Alimentação, vestuário e saúde, os índices brasileiros eram maiores mesmo quando comparados com nações cujas taxas aduaneiras fossem as mais altas, e "em todos os outros países as taxas são inferioríssimas e quase insignificantes". É por isso, conforme notara um cônsul francês, que um trabalhador brasileiro não conseguiria viver com 500 francos, no Brasil, como um trabalhador francês que ganhasse 300 francos na França. Em qualquer outro lugar do mundo, assim, a tarifa alfandegária nesse patamar teria gerado revolta unânime a fim de se revogá-la. No Brasil, não.

"Entretanto, tudo isso entre nós se decide no segredo das comissões do Congresso Federal, ao sabor das conveniências particulares de sindicatos, companhias ou indivíduos que sabem como influir nos deputados que compõem as referidas comissões". A apatia do povo, o fatalismo do espírito nacional perante o quadro social, incomoda Serva. Cita, para exemplificar a situação, a crise da borracha no Pará. Ali, porém, o único congresso que se reunia era o Histórico, obviamente, sem pretensão de apontar caminhos para a região empobrecida. "Em última análise, a causa de todos os males que nos afligem no Brasil é a resignação passiva, com que o povo brasileiro se submete, sem discutir nem reagir, a todos os absurdos que se lhe impõem, é o feitio contemplativo, sonhador, místico da inteligência nacional", acrescenta ainda Serva: "é a falta de senso das realidades positivas, é a ausência da energia combativa e do espírito de organização prática", conclui.

Como é fácil perceber, o tema discutido por Serva era comum a Lobato. Não só o tema, mas posições ideológicas compartilhadas

podem ser detectadas no periódico. Ao usar a expressão "místico da inteligência nacional", o analista dialoga com o antibacharelismo de Lobato, indicando ainda a valorização da riqueza econômica, a importância do trabalho e a praticidade característica daqueles que viam, se não nos Estados Unidos, no mundo desenvolvido em geral a fórmula aos improdutivos mecanismos estatais do Brasil.

Que um jornal cujo título fosse o nome do próprio Estado defendesse sua unidade da federação, era o previsível. Porém, a consciência de ser a unidade motriz do país e a crença no desenvolvimento econômico como propulsor de todos os outros aparecem em *O Estado* por meio de um engajamento político visível em diversas matérias dos redatores do periódico. Em 6 de janeiro de 1917, Serva vem a público com o artigo "O papel de S. Paulo". Compreende-se que trata da situação de insatisfação nacional com o governo federal da época, a respeito da questão do elevado número de impostos como um dos pontos fortes das reivindicações dos Estados. As previsões eram as piores possíveis: "No horizonte já se desenham nitidamente as nuvens que em vendaval borrascoso podem se desencadear sobre o país", o qual desarticularia as instituições, o crédito, o trabalho, aquilo que se concebia como vida civilizada.

Caberia a São Paulo, o Estado mais desenvolvido, "esta enorme colméia de trabalho", "foco intenso de atividade, de luta, de coragem, de energia", tomar a frente e conduzir o país a caminhos idôneos de prosperidade. "Entretanto, S. Paulo politicamente está acéfalo, está entregue ao acciolysmo.[1] S. Paulo é vítima, como os outros Estados,

---

1 "Em Alagoas, o Coronel Clodoaldo da Fonseca, envolvido mais tarde, em 1922, nas rebeliões tenentistas, substituiu o candidato da família dos Malta. No Ceará, a sucessão presidencial foi o pretexto para um confronto de grandes proporções. A oposição local – adversária da família dominante (os Acioli) – apresentou como candidato o Coronel Franco Rabelo, ligado aos militares renovadores. Os partidários dos Acioli – Pinheiro Machado – lançaram outro militar e ambas as partes se declararam vencedoras na eleição. Enquanto o Coronel Rabelo era apontado governador em Fortaleza, a maioria da Assembléia Legislativa local se transferia para o interior e aí declarava deposto o governador, entregando a chefia do Estado ao presidente da Assembléia, o médico e político do sertão Floro Bartolomeu. Este, era porta-voz de um líder carismático do interior – o famoso Padre Cícero – que mobilizou tropas sertanejas contra o candidato dos

dos mesmos vícios que gangrenam o regime". A unidade que poderia impor a palavra de ordem, mostrar o caminho da tranquilidade, acenar com a paz e o trabalho, em suma, dominar o anarquismo e demais "extremismos" que ameaçariam a federação, não consegue aparecer como exemplo de dignidade, nobreza, elevação, civismo, compreensão do dever nacional. Ao contrário, São Paulo estaria conspirando com os "mazorqueiros" de Mato Grosso; pretenderia afogar o movimento de reação liberal no Pará; estaria se aliando, enfim, "com os piores elementos da política nacional". Em momentos do passado histórico nacional, tão tenso quanto esse, São Paulo mostrara seu valor. Feijó restaurou a autoridade civil: "Grande pelo caráter, soberbo pela consciência do dever patriótico, imperturbável na integridade dos seus intuitos, em poucos meses a anarquia dobrava-se jugulada e vencida a seus pés, dominada pelo superior descortino do lendário paulista". Não era essa a situação em 1917.

São Paulo não deveria servir de escada para ambiciosos políticos, mas de poder centralizador e organizador da federação. Abafar as conturbações liberais no Pará, segundo a matéria de Serva (6.1.1917), "mas não São Paulo a trair como Caim os seus irmãos para satisfazer as suas ambições, mas não São Paulo a comprar adesões mercenárias para satisfazer pretensões decrépitas, mas não São Paulo a pretender guindar este ou aquele ambicioso a esta ou aquela posição" – para fechar a indignação do articulista – "mas não São Paulo reduzido a domínido de acciolys".

Como recurso retórico, a comparação anatômica e fisiológica se faz presente para demonstrar o quanto São Paulo não representava mais dignidade e força: "é um foco de putrefação, de miasmas corruptores, de ambições famintas, de fermentações mefíticas". Reitera os elementos necessários à salvação do Brasil, quais sejam, a integridade, a nobreza dos ideais, o estoicismo da conduta e a elevação das intenções. Qualidades que os representantes federais de São Paulo não teriam.

"salvacionistas", avançando sobre Fortaleza. Afinal, o governo federal pôs fim à luta, com a nomeação do Coronel Setembrino de Carvalho para interventor do Ceará" (Fausto, 1977, p.406).

Concluindo: "São Paulo inteiro condena em absoluto a política tortuosa que estão fazendo os dirigentes paulistas na vida nacional".

Diagnósticos e sugestões, como se vê, não eram marcas somente dos artigos de Lobato. É importante observar que a coesão tantas vezes anunciada pelo jornal é perceptível na articulação dos próprios escritores. Em 7 de abril de 1917, por exemplo, à página 2, aparece o texto "O problema do trigo no Brasil", com a assinatura de Monteiro Lobato. Nele, o escritor discute o problema da falta de trigo no Brasil por ocasião de suspensão das importações correntes da Argentina. Comentam-se aspectos da alimentação humana e da cultura do trigo. O leitor é informado sobre a importância de se estabelecer uma política agrícola para o trigo, a fim de garantir o abastecimento nacional. Logo à terceira página, na coluna sobre assuntos econômicos, "P.P.", como o articulista assina, dá continuidade ao assunto.

Corroborando a ideia lobatiana em todos os termos, o texto começa por apontar a questão da carestia do trigo no Brasil ocasionada pela contenção de exportações da Argentina. Após demonstrar por meio de dados estatísticos a produção de trigo nacional, mostra-se ao leitor a história do grão em terras brasílicas, cultura que, em vez de avançar, teve significativo recuo. Qual seria realmente o problema da produtividade brasileira quanto ao trigo? Não seria tão somente a ferrugem, como muitos poderiam imaginar, pois era possível vencê-la com a seleção das sementes, a escolha das variedades mais apropriadas e outros recursos científicos de eficácia conhecida. "Sem dúvida, a morte da nossa bem sucedida cultura do trigo foi, primeiramente, determinada por um acontecimento sociológico de magna importância." Abrindo a terceira página da folha, o artigo procura ser esclarecedor: a questão é racial. Explica-se historicamente a modificação do hábito dos antigos portugueses de consumirem pão com o argumento da mestiçagem. Ao se misturar com os nativos ou com os africanos, o homem europeu substituiu sua alimentação, adotando cereais mais acessíveis nos trópicos. "Daí o terem-se convertido, de comedores de trigo, em comedores de milho, feijão, mandioca, etc., a datar da independência, que marca justamente em nossa história o crescente predomínio do elemento nacional".

O segundo motivo estaria no avanço tecnológico que permitira, a partir de 1822, países europeus e também aos Estados Unidos adentrarem o território brasileiro com o trigo a preço competitivo. O texto condena a escravidão como atraso: "Vigorando entre nós a escravidão, com seus processos estúpidos e atrasados, claro está que não podíamos sustentar a concorrência com os trabalhadores livres da Europa, cuja produção barateara muito desde o começo do século décimo-nono, com o auxílio da ciência e da mecânica". Com a entrada da Argentina no mercado do trigo, a situação se agravou para o Brasil. O vizinho que um dia importara agora vendia aos brasileiros. A matéria elogia, em seu terceiro bloco, a atitude de Candido Rodrigues, que em 1909, como secretário da agricultura, criara a Comissão de Ensaios da Cultura de Trigo, em Itapetininga, sob a direção do Sr. W. Bradford. Porém, após experiência prejudicada pela pobreza orgânica do terreno doado para os testes, o andamento dos trabalhos foi negligenciado e o investimento suspenso. Assim, enquanto São Paulo desdenhava a cientificidade do processo, o Rio Grande do Sul alcançava produções mais substanciais para índices brasileiros.

Era inconcebível a leniência do Estado de São Paulo: "Não podíamos nós, os paulistas, conseguir outro tanto? Sustentam que sim agrônomos competentes, como Gomes Carmo". O aval da ciência é base da convicção do crítico, comprovando sua assertiva com experiência ocorrida na região da Estrada Sorocabana, "mais fria e menos chuvosa, é perfeitamente adaptável a essa cultura, de acordo com o que revelam as velhas crônicas do passado". Se países africanos, a Mesopotâmia e a Índia eram importantes celeiros de trigo, por que não as terras paulistas? "Portanto, com melhores recursos, S. Paulo poderia restaurar em suas férteis campinas os dourados trigais de outrora, cuja messe teria assegurado um consumo anual de 200.000 toneladas". Resolvido o problema pela experimentação, os demais acertos seriam econômicos, como a implantação de taxas aduaneiras maiores para o trigo vindo do exterior.

Como se nota, embora não cite a questão da descoberta dos processos de nitrogenação das lavouras, tal como Lobato, o autor é ciente dos aspectos geográficos e biológicos que envolvem a cultura. Enfim,

completando o raciocínio lobatiano, o artigo da página três compactua com a ideia de papel propulsor que o Estado de São Paulo deve manter, especialmente quando o assunto é de importância nacional. Para isso, também utiliza a ciência como parâmetro para propor soluções e o Estado como o beneficiador máximo da produção nacional.

Coesas também são as matérias de 1918, por ocasião da campanha pelo saneamento. Embora Lobato seja lembrado como um dos próceres do movimento ao lado dos cientistas higienistas, não se deve esquecer que a campanha era de *O Estado*. Por isso, os textos estão integrados, quando não retomando em edições subsequentes o mesmo tema já tratado por outro articulista.

Ocupando mais da metade da quarta página da edição de 4 de março de 1918, "Patologia tropical" é o título da matéria na qual se transcreve conferência realizada na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, pelo Dr. Henrique Aragão, assistente do Instituto Oswaldo Cruz. Embora sejam as palavras do próprio Aragão, é importante observar alguns aspectos do texto pela importância a ele atribuída no espaço do jornal.

Antes de iniciar a exposição sobre "endabemas parasitas do intestino humano", o conferencista justifica sua presença por convite "desvanecedor" feito pelo professor Celestino Burroul, representante do Instituto Paulista, o qual também vinha dando contribuição para as pesquisas no Rio de Janeiro com material de análise: "a maior parte do material que tive ocasião de examinar, me foi enviada do Instituto Bacteriológico desta cidade e não me furto ao prazer de assinalar a valiosa ajuda que tive dos meus colegas e amigos Drs. Theodoro Bayma, seu atual diretor, e Bruno Rangel Pestana, assistente". Agradece ainda a alguns professores que haviam se colocado à disposição para "estudo e comparações extremamente úteis".

Começa efetivamente a conferência publicada em 4 de março de 1918, com apresentação de dados sobre o número de doentes nos últimos anos na região paulista, frisando que os números "não exprimem a verdade completa, pois é certo, que uma porcentagem, não pequena, de casos de disenteria amébica e suas complicações escapam forçosamente ao conhecimento oficial". Dos relatos mais antigos sobre a doença, passa-se finalmente às considerações acerca da moléstia.

Como se nota desde o princípio, o conferencista segue um plano de desenvolvimento para sua exposição muito semelhante àquele empregado por Lobato. Explica ao leitor do que se trata a moléstia, recorre a dados históricos, aponta soluções para o país. O próprio título da matéria é comum aos redatores, lembrando que Lobato publicaria em 3 de junho de 1918 o artigo "As novas possibilidades das zonas cálidas", no qual a questão das doenças endêmicas dos países tropicais seriam o principal assunto abordado.

"Brasil desconhecido... Brasil abandonado!" é artigo de Adalgiso Pereira, de 11 de março de 1918, à página 3. Comenta-se, no texto, relatório elaborado por Arthur Neiva e Belisário Penna como resultado da comissão enviada ao norte do país em 1912, abarcando uma região que se estendia pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul de Piauí e de norte a sul de Goiás. Segundo Pereira, o trabalho revelara um Brasil inédito, informações que retificavam obras anteriores, consideradas a versão da nacionalidade brasileira, "de que um falso conceito de patriotismo nos viera imbuindo, no correr dos tempos, a partir dos 'Diálogos das Grandezas do Brasil' e a desfechar no 'Porque me ufano do meu país'".

Abre-se a discussão polêmica sobre denegrir ou enaltecer o Brasil com as informações científicas dos pesquisadores. De acordo com Pereira, "o que há por parte deles, e, já agora, também de minha parte, ao reeditar-lhes, em rápido escorço, as observações colhidas na penosíssima excursão a que se abalançaram, é apenas desejo de focalizar a realidade", com o intuito de se executar ações competentes.

Derrubando as mentiras nacionais, as mesmas que Lobato apontaria em "A ação de Oswaldo Cruz" (18.3.1918), o artigo destaca a miséria das populações atacadas por incontáveis moléstias. A doença encontra na ignorância popular o apoio de que precisa para permanecer em sua desastrosa evolução: "E como se defendem eles de tantos e tamanhos infortúnios? Muito simplesmente – com raspas de árvores, com mezinhas caseiras, com drogas nem sempre oportunas, e, sobretudo, com rezas e bezenduras", ou seja, nenhum socorro da ciência para imensa parcela da população brasileira. O que falta para se modificar a situação é vontade política, pois, "desgraçadamente, porém, os poderes

públicos apenas se apercebem da existência daquele mísero rebanho humano quando se trata de cardeá-lo, de recolher os impostos com o que dessangram, e a que não deveriam ter jus".

O relatório, contudo, não denigre os nortistas, objeto de análise dos estudos para saneamento: "tendo sempre o cuidado de sugerir o bálsamo conveniente a cada chaga que põe a descoberta". O oásis em meio ao deserto de aflições é a obra dos dominicanos, que há vinte anos vinham "exercitando num ponto daquelas remotíssimas estâncias um ministério verdadeiramente apostólico", relato que Lobato também registraria em "Um fato" (12.4.1918). Para se erguer uma nação, no entanto, seria preciso muito mais que ações restritas a esta ou aquela comunidade:

> Que se lhes rasguem estradas, que se lhes abram escolas, que se lhes saneie o meio onde vegetam, que para esse meio se canalizem correntes imigratórias, sem dúvida tão adaptáveis a ele como a qualquer outro "habitat" – desde que definitivamente se remova a fama de infesto que malsina o clima do Norte.

Insiste o artigo, o que falta é compreensão dos governantes dos deveres que lhes caberia de socorrer ao povo, instância de sustentação do país. Com o relatório, "nem sequer poderão eles invocar, em defesa do seu 'não-me-importismo' em relação às zonas assoladas, a ignorância – fresca defesa! – do que nelas ocorre". Pôr as coisas às claras seria o primeiro passo para o doente sarar – tal como apontaria Lobato em "Primeiro passo" (5.4.1918) – denunciando a existência de um Brasil enfermo, "de um Brasil analfabeto, de um Brasil sem estradas, de um Brasil desarvorado para a conquista do futuro, de um Brasil abandonado, em suma, aos seus próprios destinos, que muito longe estão de vir a confirmar as nossas esperanças", a não ser que o governo se voltasse seriamente ao problema, "no sincero, e patriótico, e redentor intento de reerguê-lo do marasmo que o consome...". Estar abandonado era o mesmo que estar nas mãos dos coronéis locais, do "aciolismo", sinônimo de uma administração tacanha, preocupada apenas com a manutenção dos poderes regionais.

As correlações, porém, não se fazem somente em artigos. Resenhas de obras também podem destacar opiniões complementares, como no caso de livros científicos. Sob o título "Dois livros de ciência", Oliveira Lima apresenta as resenhas de *Rondônia*, de Roquette Pinto, e *Saneamento do Brasil*, de Belisário Penna, com apreciação crítica das respectivas obras na terceira página da edição de *O Estado* de 7 de abril de 1918. Inicia-se o texto pelo esclarecimento do que seja "Rondônia". Tal como outros exploradores que atribuíram importantes nomes aos locais descobertos, o pesquisador da antropologia e da etnografia do Museu Nacional desejava fazer o nome do Marechal Rondon lembrado como localização de uma região brasileira. Lima afirma que o proponente justificava o título da nova região por esta ter elementos geológicos, etnológicos, zoológicos e botânicos característicos de uma área antropogeográfica.

O autor do livro não seria somente um homem de ciência, mas também um moralista. Ao confrontar os homens do presente com os antepassados, Roquette Pinto demonstra a relatividade da superioridade daquele que se diz civilizado. "Isto, no entender do sr. Roquette Pinto, porque o homem, tendo aperfeiçoado tudo, se esqueceu de aperfeiçoar-se a si mesmo." Porém, ao contrário disso, Rondon, homenageado pelas pesquisas do etnógrafo, era um homem superior, "o coronel Rondon por uma questão de temperamento e de religiosidade mais do que de raça, quer que a civilização se faça pela brandura".

Moralista também seria a obra de Belisário Penna, dado seu apelo aos poderes públicos e à iniciativa particular em todo o país para o saneamento do Brasil como condição fundamental para a prosperidade da nação. "Expondo a situação atual de doença e miséria do povo brasileiro, a grande massa que se não é nervo é o sangue da nação, ele explica as causas das endemias reinantes para fazer valer o recurso da higiene e a tal propósito entra nas considerações mais interessantes", pelas quais apresenta questões das condições políticas e sociais brasileiras. É assim que, para exemplificar, é citado o capítulo V, o qual aborda os problemas históricos de constituição social a partir de uma análise de moldes fisiológicos, pela qual o leitor é informado do motivo do raquitismo nacional.

"É um livro de ciência este ao alcance de todos pela clareza e lucidez da exposição e ao mesmo tempo um livro de doutrina, no qual se ensina a higiene social, além da higiene física." Expor, pois, o estado real da população, apesar daqueles que se colocavam contra o estudo, acusando-o de antipatriótico, é o verdadeiro patriotismo, o qual "não consiste em esconder as faltas e as misérias, os aleijões da natureza ou os aleijões morais: consiste, sim, em expor uns e condenar outros". A preocupação com o que pensaria o estrangeiro não deveria mover os cidadãos à apologia do silêncio. Uma vez que visse por si mesmo, o estrangeiro também saberia distinguir "entre a gente de bem e a gente sem vergonha. Basta falar com algum que se queira manifestar com menos reticências". O livro de Penna deveria circular pelas mãos de todos os que desejassem alterar um quadro em que o povo produz um terço do que poderia, ou seja, "ficando os valores perdidos representados pela cifra formidável de quatro milhões de braços", a população ativa do Brasil. Segundo o autor, o último capítulo da primeira parte da obra, "Ferro em brasa", indica a função que o texto haveria de ter: "Se não queimar é porque se foi de todo a sensibilidade do pudor cívico". O desenvolvimento apresenta-se, portanto, como um imperativo moral para a nação, ainda que essa moralidade fosse a visão de mundo estabelecida conforme as diretrizes traçadas nas redações de *O Estado* para todo o Brasil.

De modo geral, nesse texto estão expostas ideias desenvolvidas por Lobato ao longo da série iniciada em 18 de março e finalizada em 3 de junho de 1918. Sobre Rondônia, o enaltecimento da figura do pesquisador, bem como da importância da ciência, dialoga com as ideias de Lobato que viriam a público com os artigos "Rondônia – visão do futuro e do passado (I)" e "Rondônia (II)", respectivamente de 19 e 23 de abril de 1918. Embora sem a narrativa empolgante da expedição como faria Lobato, o texto de Oliveira Lima quer informar ao leitor a importância das obras, as quais, longe da literatura, poderiam trazer a realidade do interior aos litorâneos acostumados com o discurso cor-de-rosa oficial. Nota-se, mais uma vez, mesmo quando não se referenciavam explicitamente, que as matérias jornalísticas elegiam focos, como em todo veículo midiático, condizentes com as posturas defendidas pelo jornal em termos de saneamento e higiene.

Matéria de 18 de março do mesmo ano, à página 4, precedida por timbre da "Fundação Rockefeller", intitulada "A luta contra a ancilostomose", compõe-se das seguintes partes: uma introdução, na qual se anuncia que no dia anterior, 17 de março, realizara-se a inauguração do primeiro posto profilático no Estado de São Paulo, em Guarulhos, comentando-se também a importância da comissão americana no Brasil; "Partida para Guarulhos", enumerando as personalidades que acompanharam a comissão; "A chegada", contando a recepção em Guarulhos; "O posto e a sua organização", localização, instalações e organização dos serviços; "A cerimônia inaugural", com transcrição do discurso do Sr. Ovídio Pires de Campos, presidente da Sociedade de Medicina; "O Sr. Vigário de Guarulhos", "O Sr. Arnaldo Vieira de Carvalho", "Sr. Dr. Arthur Neiva" e "O Sr. Dr. Vital Brasil", com suas respectivas homenagens e exposições sobre a questão da saúde pública paulista.

Percebem-se, nas várias vozes, os elogios sem reserva aos Estados Unidos, bem como à Fundação Rockefeller. Sucintamente, Arthur Neiva enaltece a missão contra doença tão alastrada no mundo, sem, no entanto, entrar por questões de caráter político, como fizera Arnaldo de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. De modo geral, é uma matéria extensa, demonstrando a importância dada pelo jornal ao tipo de ação social registrada, no caso, a luta contra a primeira moléstia denunciada na série de artigos produzida por Lobato, a ancilostomose. Mais uma vez, parte de São Paulo a liderança numa campanha que justamente buscava formar líderes na área da saúde para o combate às epidemias e endemias ao redor do mundo.[2]

---

2 No site oficial da Fundação Rockefeller, o registro da história institucional apresenta 1918 com referência à preocupação da instituição de formar líderes de saúde (health leaders) nos Estados Unidos. A premissa aplica-se à forma de expansão do projeto, aliando-se a agências promotoras de políticas sociais, com sustentação de importantes representantes da ciência de países receptores, como ocorre no Brasil: "Because the Foundation's successful hookworm campaign reveals the urgency for trained public health leaders, RF identifies public health education as one of its principal areas of interest, and builds and endows the first school of public health at Johns Hopkins University. Foundation President George E. Vincent calls it 'the West Point of public health'." Na página também registra-se, sobre o ano 1919,

Outro texto de Serva, em 30 de abril de 1918, à página 2, intitula-se "Nova literatura". Afirma o articulista que havia "uma sede intensa de uma outra literatura, em que o pensamento forte, construtor, criador" representasse o início de uma nova era. Na verdade, pedia-se não literatura, mas o engajamento dos intelectuais em obras que estudassem o Brasil.

Para pedir isso, porém, Serva acaba por enveredar pela discussão literária concebendo "tudo" como literatura: "O homem de ciência não é otimista nem pessimista: é realista. Ele deve colocar-se diante do organismo social na mesma atitude mental em que o químico se coloca para observação dos fenômenos dos corpos simples ou da ação molecular duns sobre os outros". A assertiva que poderia ser compreendida como manifestação tardia de estéticas do século XIX é ressalvada pela expressão inicial: "o homem de ciência". Evidentemente, apesar de não distinguir o que é literário ou não, o texto tem como objetivo despertar os cientistas e pretensos candidatos à carreira de pesquisa nas diversas ciências para a realidade brasileira, uma vez que uma nação "é um corpo coletivo consciente, tendo uma vontade própria, uma ação orientada, movimentos orgânicos em que cooperam todas as partes do todo". A falta de dados sobre o país é gritante.

Nenhum administrador público tinha sequer a noção de quantos habitavam o território nacional, a capital, os Estados: "é essa literatura realista, fundada no estudo dos nossos fatos, impregnada de verdade e de sinceridade, colimando construir o nosso ambiente social, objetivando um alto ideal humano, – que nos cumpre ora realizar no Brasil". O grande serviço que se esperava da literatura brasileira era "trabalhar para melhorar as condições de vida dos brasileiros, homens, mulheres

---

o estabelecimento das Divisões de Educação Médica pelas diversas regiões sob o espectro da influência americana, como o Brasil: "RF establishes a Division of Medical Education to help "strategically placed medical schools in various parts of the world to increase their resources and to improve their teaching and research." Grants to medical schools follow in England, France, Belgium, Brazil, Southeast Asia, Canada, the South Pacific and other areas". The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation Timeline. Disponível em: http://www.rockfound.org/about_us/history/1913_1919.shtml. Acesso em: 8 jun. 2009.

ou crianças que vivem miserrimamente sob as acintilações do Cruzeiro do Sul, e que nós como nacionalidade, abandonamos, aos milhões, no fundo dos ínvios sertões, sem instrução, sem higiene". Um homem sem o amparo do saber científico, "sem nada do que a civilização e a ciência pródiga aos outros povos".

Não se trata, pois, de literatura, mas de empenho patriótico: "o bem estar, a saúde, o vigor e a cultura do homem brasileiro – eis o que deve constituir o objetivo da nossa literatura, da nossa ciência, do nosso patriotismo". Na sequência, Serva faz um exercício imaginativo com o leitor: como seria o tipo representativo, a síntese geral do brasileiro? A descrição em nada foge ao jeca lobatiano: "É certamente um caboclo analfabeto, rude, ignorante, inculto, vivendo indigentemente num rancho de palha, paupérrimo em meio à natureza mais rica e cujas aspirações se resumem no feijão, na viola e na cachaça". O Jeca é reeditado com todos os matizes que lhe dera Lobato, em 1914.

É de Adalgiso Pereira o artigo "O grande opilado", de 24 de junho de 1918, texto em que compara o desenvolvimento de Minas Gerais com o Rio Grande do Sul, na verdade, mais um estudo de Belisário Penna, o qual "lança mão de um expediente que não dá margem a sofisticações: o de confrontar a situação geral do Rio Grande do Sul, onde impera a saúde, com a de Minas, onde reina a doença". Com esse contraste, o autor apresenta estatísticas demonstrando como a arrecadação dos dois Estados se diferenciavam, mediante a baixa produtiva da unidade do Sudeste. Eram municípios de pilhéria, os mineiros, segundo Pereira, "mas de pilhéria trágica!", porque os valores de um povo iriam água abaixo pelo dessangramento da sua economia, "em benefício de algumas dezenas de coronelões analfabetos, cuja preocupação exclusiva consiste na conservação a todo o transe do ridículo penacho".

Num quadro tenebroso de pobreza, os salários também eram os mais baixos. Por quê? Pergunta retórica que o texto responde em relação ao Sul: "porque ali é muito mais produtivo o trabalho", e assim seria, porque o sulista tinha excelente alimentação e saúde, aspectos ausentes do mineiro. Acusa-se, ainda, o governo de Minas de ter fugido aos compromissos do Convênio de Taubaté, o que sobrecarregaria ainda mais o produtor de café daquela região. Como que o povo poderia

reagir? De um lado as doenças, de outro os políticos: "Como reagir, se, de um lado, lhe sugam a vitalidade o impaludismo, a ancilostomose, a moléstia de Chagas; do outro, tão nocivos como esses flagelos, os insaciáveis hematófagos da politicalha triunfante?".

As referências ao universo biológico não restringem *O Estado* quanto às manifestações culturais não balizadas pelas ciências naturais. Ao contrário, divulgavam e valorizavam as realizações culturais urbanas, até mesmo abrindo espaço para instituições envolvidas com a educação e cultura. Sob a epígrafe da Sociedade de Cultura Artística, por exemplo, lê-se texto intitulado "Tobias Barreto", ocupando a maior parte da terceira página da edição de 23 de dezembro de 1914. É uma transcrição de conferência realizada no dia anterior, 22 de dezembro: "A Sociedade de Cultura Artística é uma evocadora do passado literário. Obedecendo ao seu chamado venho dizer sobre a mensagem de Tobias Barreto". Quem fora Tobias Barreto?[3] Responde o artigo: "Trata-se de uma personalidade complexa de poeta, escritor e polemista; crítico, jurista e filósofo, e a quem, sem embargo de seus dons variados, ou talvez por isso, as honras e o pão escassearam". Explica-se a penúria do poeta: "Talvez por isso. As sociedades incipientes, as civilizações embrionárias não comportam culminâncias. São vozes no deserto; sons que passam sem ouvido onde ressoem; luzes que as trevas não compreendem. Seres mal adaptados que levantaram o vôo num ambiente de reptantes". As palavras do texto aproximam-se da literatura, estilizadas de modo a comprovar a intelectualidade brilhante

3 A página do site educativo do UOL registra o verbete "Tobias Barreto" segundo a Enciclopédia Mirador: "Eclético e espiritualista de 1861 a 1868, como comprovam alguns ensaios seus desse último ano, rompe Tobias Barreto com essas doutrinas no ano seguinte, sob a influência do positivismo de Comte e Littré. Mas não se demora no positivismo comtista, deixando-se empolgar pelas teorias de Darwin e Haeckel. Monista, evolucionista, de certa forma agnóstico, não chega contudo a perder a fé em Deus, embora negue à teologia e à teodiceia a categoria de ciências, o que lhe valeu sérias polêmicas com padres e outros representantes do pensamento católico. Tobias Barreto prega uma nova metafísica, baseada na experiência e na necessidade da religião para o homem". UOL Educação. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: http://educacao.uol.com.br/biografias/tobias-barreto.jhtm. Acesso em: 8 jun. 2009.

de Barreto – "Porque lhe foi escasso o pão, a caridade o socorreu em seus últimos dias. Isso dizendo, tenho dito o episódio saliente de sua vida e já lhe ponho à margem a biografia, quase incolor nesse esforço inútil de levantar o nível intelectual de seu tempo". Para comprovar o quanto o poeta era profícuo, registram-se no corpo da matéria alguns poemas, seguidos de análises interpretativas.

Enveredando pelo terreno da arte, a exposição de José Wasth Rodrigues, evento ao qual Lobato dedicara o artigo "A propósito de Wasth Rodrigues" (9.1.1916), publica-se em 16 de janeiro de 1916 matéria na seção "Artes e Artistas", na página 4 daquele dia. O texto afirma dar continuidade à visita da exposição do pintor. Cita os quadros "A paisagem" e "Cozinha antiga", analisando seus elementos constitutivos. Enaltece o pintor, afirmando que "ainda aqui se mostra Wasth Rodrigues exímio na perspectiva aérea; mas esse trabalho demonstra também a opulência da palheta do pintor paulista, principalmente na parte do fundo em que o artista reproduz uma velha chaminé", sobre a qual se destacam vasos e artefatos de diversas formas e materiais – "toda essa parte é um pedaço de boa pintura pastosa e gorda, sentida e magistralmente posta na tela". Levando o olhar do leitor para a "parede fronteira", aborda as paisagens europeias do artista.

Embora o intuito seja dar apenas ligeira impressão, afirma-se no texto, o crítico detém-se sobre o quadro "Estudo da feira". A respeito dessa obra, a frase é elogiosa: "o pintor paulista atinge aqui o máximo da sua técnica, conseguindo apanhar, em flagrante, com uma segurança notável, uma movimentada cena da vida parisiense, em que numerosas figuras se movem rapidamente numa agitação festiva". É uma feliz composição do primeiro plano, o que bastaria para indicar o valor do artista. Mas, "todo o quadro está igualmente executado, com franqueza".

Na sequência, o artigo remete o leitor a texto anterior, ou textos anteriormente publicados na folha por ocasião da partida do pintor para a Europa, com subvenção do Estado. Retoma, então, o que Lobato havia defendido no artigo sobre Wasth, isto é, a ideia de que, antes da Europa, o artista tivesse estada na Escola Nacional de Belas Artes do Rio, "como educação preparatória para os centros artísticos do Velho Mundo e como

meio de evitar a completa desnacionalização do artista, atirado subitamente da sua pequena cidade natal num grande meio europeu".

Apesar de Wasth Rodrigues não se ter deixado "desnacionalizar", o comentário continuaria válido. No ponto em que estava o artista, necessário era continuar com o subsídio, apesar dos recursos mais restritos. "O Estado que protegeu Wasth Rodrigues está na obrigação de ampará-lo agora, momento decisivo de sua carreira artística. Abandoná-lo será uma injustiça; injustiça cruel que atinge às raias da ininteligência". Investir no pintor era a certeza de formação de um bom artista. A saída seria alterar o formato de distribuição e manutenção do pensionato; ou dividir igualmente entre todos os contemplados recursos que permitissem a continuidade dos estudos, ou realizar concurso para os candidatos à pensão, "com normas severas e julgamento insuspeito". Concurso público, sem indicação de partidários dentro do governo.

Enfim, "seja qual for a solução governista, não acreditamos que ele sacrifique o belo talento de Wasth Rodrigues a uma economia ridícula de algumas centenas de francos ou a pequeninos interesses pessoais em jogo na utilização da verba do pensionato". O texto, sem assinatura, não é editorial, porém, não se resguarda para evitar ser uma opinião de *O Estado*; caso fosse essa a preocupação, não deixaria marcas tão evidentes de "nossa" opinião: "Folgamos em registrá-lo agora, tanto mais que por ocasião da sua partida para a Europa, como pensionista, reconhecendo embora o seu valor fora do comum, sustentamos a conveniência de fazê-lo passar antes pela escola do Rio".

Da mesma forma, o jornal comenta a exposição do casal Lucílio e Georgina Albuquerque em matéria de 29 de fevereiro de 1916, à quarta página, na coluna "Artes e Artistas". "É cada vez mais vivo o interesse do nosso público pela exposição do reputado pintor Lucílio de Albuquerque, professor da Escola Nacional de Belas Artes, e de sua exma. esposa a distinta paulista d. Georgina de Albuquerque". De acordo com o jornal, o pintor trouxera para a exposição, além de várias paisagens, dois grandes quadros: "Mãe preta" e "Sóis-mares". Descrevem-se, então, os quadros, realizando-se análise crítica de seus elementos. Sobre o primeiro, o veredicto é o seguinte: "A figura está

admiravelmente desenhada e numa 'pose' magistralmente conseguida, fazendo vergar ao peso do corpo a rede esticada nos ganchos".

Mais: "Se acrescentarmos que a fatura é de mestre, a cor justa, a figura perfeitamente ambientada e que no rosto se concentra a expressão de pensamentos distantes que os olhos parecem acompanhar, concluiremos que a obra honra o conceituado artista" e, para enaltecimento geral, "a arte brasileira". Quanto ao segundo, que não é inferior, afirma-se que é "um quadro simbólico, tal é o espírito de síntese que presidiu a sua composição e a simplicidade intencional com que foi executado. É digno de um museu".

A cara-metade do pintor, D. Georgina de Albuquerque, não seria inferior ao marido. Ressalta-se o quadro "Bolhas de sabão" como uma fatura "muito espontânea e larga". Mas é com uma bela paisagem – o crítico aqui se declara sem condições de citar o número da tela ou nome da obra – em que aparecem grupos de árvores, rios, colinas distantes, que a pintora demonstra seu melhor talento. "Tudo denota neste quadro uma observação acurada, uma sensibilidade nada vulgar e uma técnica primorosa". Além disso, a pintora também é caracterizada como excelente aquarelista. Encerrando a matéria, no último parágrafo, o texto indica personalidades que estiveram na galeria. Nomes e sobrenomes da alta sociedade paulistana das primeiras décadas do século XX. A obra do casal seria objeto de análise por Lobato três anos depois, em 25 de fevereiro de 1919, por ocasião de exposição realizada em São Paulo. Nesse artigo, o escritor desenvolveria muitas das ideias anunciadas brevemente na matéria de 1916: desenho, cor, natureza brasileira, arte nacional.

Diante dessas matérias, é possível afirmar que as escolhas temáticas do jornal, a pauta, manifestava-se como ênfase na ciência e em seus benefícios para a vida humana em geral; credibilidade ao desenvolvimento de recursos científicos para progresso da economia brasileira; educação em massa por meio da informação; ensino voltado para a mão de obra técnica; literatura e artes sem ranços bacharelescos. Quanto à linguagem, embora cada autor fizesse uso de seu "estilo pessoal", como defendia Lobato, a ironia foi uma das armas mais colocadas em campo pela folha.

Um artigo de 29 de novembro de 1916, por exemplo, publicado à página 3, assinado por "S.", "Mal sem remédio" – seção "O que há

de novo" – resume-se assim: "Em torno da situação do Amazonas – O parecer do Sr. Mello Franco e a providência do arquivamento – O voto em separado do Sr. Prudente de Morais – A conclusão do Sr. Moacyr – Decisão que nada decide". Como se nota pela última frase, o articulista anuncia desde o início sua visão mais criteriosa sobre o debate político em questão.

Segundo o autor, o problema da situação constitucional do Amazonas como unidade da federação "produziu, em debates parlamentares, muito mais do que prometia", ainda "proporcionou, além disso, pelo valor dos oradores que levou à tribuna, duas sessões muito interessantes e animadas". Podem-se entender os dois últimos termos não como elogios, antes como depreciação: "O Sr. Barbosa Lima, como o Sr. Pedro Moacyr, fizeram uma crítica muito oportuna do estranho parecer com que aquela ilustre comissão entende pôr um remate à questão". Narrando alguns fatos do caso e ironizando as atitudes dos parlamentares, "S." não poupa nem situação nem oposição do ridículo e da incompetência.

Uma atuação jornalística comum a Lobato, típico de escritores que se mostravam ao público como legítimos portadores de um projeto viável e desejável para o país, ainda que isso significasse citar nominalmente este ou aquele político, artista ou intelectual, sem reservas. Ou melhor, com reservas: os ataques também mostravam-se, obviamente, coesos com as diretrizes ideológicas do jornal. Os comentários pessoais de Lobato sobre a sisudez de *O Estado* possivelmente estivessem mais no âmbito da polidez da linguagem que em relação a ataques e defesas mais acaloradas sobre temas considerados relevantes.

Afinal, como se explicariam respostas tão diretas a questões públicas como aquelas produzidas por Lobato serem divulgadas em páginas tão sérias, como as de *O Estado*, se esse não permitisse nenhum tipo de posicionamento mais exaltado?

A fisiologia dos artigos lobatianos

"Entre duas crises" (30.10.1913), primeiro artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, traz ao leitor as crises econômicas enfrentadas pelo

país. Para explicar o processo, Lobato traduz as questões financeiras por imagens do corpo humano: "'Enriqueceu-se à larga' – da riqueza balofa dos encilhamentos, a qual está para a verdadeira riqueza como, no indivíduo, a gordura natural para a inchação doentia".

O funcionamento do corpo humano, sua fisiologia, oferece ao escritor uma forma de se fazer compreendido pela massa de leitores, possivelmente também confusos com os termos técnicos de uma economia em efervescente crise: "Os bancos, aparelhos reguladores da circulação, multiplicadores da moeda, emissores da moeda-crédito, fogem à sua missão repentinamente, trancam os postigos, escorraçam o freguês que só ali poderia encontrar a salvação". Soando a hora terrível do liquidar, "a fauna da prosperidade – empresa, companhia, casa, firmas individuais – nascida e crescida nos dias de pletora como produtos lógicos e espontâneos da inflação do crédito e por ele vitalizados ficticiamente", adoece, "suprimindo-se-lhe o elemento vital, cessando portanto a hematose do sangue operada pelas correntes do oxigênio-crédito".

As referências ao mundo natural, ao funcionamento do corpo humano, bem como a valorização do saber científico são características perceptíveis nos artigos produzidos entre 1913 e 1923.

Se não o mais conhecido, ao menos um dos mais citados, o artigo "Uma velha praga" (12.11.1914) marca-se pela metáfora do caboclo como uma praga na roça. Embora se possa entender como velha praga a prática das queimadas, o parasita nomeado explicitamente não é o fogo, mas seu causador. A metáfora de Lobato serve oportunamente ao rebaixamento do caboclo, do Jeca improdutivo, comparando-o a um piolho da terra, mais especificamente ao *sarcoptes mutans*, conhecida doença das pernas das aves; mas para o caso, seria mais conveniente classificá-lo como *porrigo decalvans*, parasita causador da calvície. Isso porque onde quer que o caboclo aparecesse iria a terra "despojando de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada".

No texto, frisa-se bem quem é a praga: "este funesto parasita é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela, na sua penumbra".

Em "Urupês" (23.12.1914), reedita-se a figura do caboclo inepto para qualquer trabalho na versão de indígena brasileiro: "contrapôs-

lhe a cruel etnologia do sertanista um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e covarde, traiçoeiro e ruim, tão incapaz muscularmente de arrancar uma palmeira, como incapaz moralmente de amar Ceci".

O pior da raça, ou da espécie, porém, está na involução do homem representado pelo cruzamento, "metida de permeio entre o europeu transplantado, criador de artes e indústrias, e o selvagem de taboinhas no beiço, uma existe a vegetar de cócoras, insensível ao evoluir circunvolvente". Nada o poria de pé, declara o artigo. Nem mesmo os lances mais importantes da história nacional, a independência ou a proclamação de uma república não representavam coisa alguma ao caboclo.

A metáfora do parasita dá o mote do texto, pois, "quando Jeca Tatu piraquara do Paraíba e maravilhoso epítome de carne onde se resumem todos os caracteres típicos da raça", fala com o fazendeiro, tem necessariamente de se acocorar. Explicação para isso? Possivelmente o meio ambiente, não haveria outro elemento que explicasse tamanha diferenciação entre os homens.

Aliás, é importante notar que entre o artigo de 1914 e a série de textos publicados posteriormente como *Problema vital* (1918) existe uma estreita correspondência entre o que Lobato aponta como causa do fracasso da espécie humana no Jeca – a mandioca, o milho e a cana –, produtos para os quais o mínimo esforço permitia que deles se sustentasse, e seu esclarecimento a respeito da pobreza dos trópicos, como se lê em "Saneamento e higiene – as novas possibilidades das zonas cálidas" (3.6.1918). "O problema põe-se nestes termos: é nas zonas tropicais que a vida, já animal, já vegetal, evolve para as formas mais altas. Esta regra, entretanto, falha com relação ao homem."

A justificativa estaria não no proveito tirado dos alimentos citados em 1914, mas na falta de resistência desse homem, nem índio, nem branco, nem negro, aos parasitas do novo continente. Apesar do vocabulário científico, é visível que os textos se distanciam justamente quanto à cientificidade do que dizem. No primeiro, o Jeca é julgado e condenado sem maiores reservas por sua preguiça e indolência. Em "Uma velha praga", Lobato não poupa a família do sertanejo, parasitas igualmente: "Chegam silenciosamente, ele e a 'sarcopta' esposa, com um filhote ao peito, outro à aurela da saia, já de pito na boca e faca à

cinta". O caboclo é, efetivamente, rebaixado a um estado de sub-raça, "o caboclo é uma quantidade negativa". Era coerente, portanto, que em "Urupês" a ideia fosse reforçada via comparação: "O vigor das raças humanas está na razão inversa da hostilidade ambiente. Se o holandês extraiu a Holanda, essa jóia do esforço, de um brejo salgado, à força de estacas e diques, é que nada ali o favorecia".

Para corroborar seu ponto de vista, Lobato busca acertar o cerne de uma das bases de organização da vida cotidiana da população mais pobre, o "saber popular". Aquilo que não vinha chancelado pelo laboratório, não serviria para ninguém. A descrição de como os caboclos tratam seus doentes evidencia isso:

> Doenças haja que remédios não faltam.
>
> Para bronquites é um porrete cuspir o doente na boca de um peixe vivo e soltá-lo: o mal vai-se com ele água abaixo. Para "quebranto dos ossos" já não é tão simples a medicação. Tomam-se três contas de rosário de capiá, três brotos de alecrim, três de lima de bico, três folhas de palma benta, três galhinhos de arruda, três ovos de pata preta "com a casca" (sem ela desanda) e um saquinho de picumam; meta-se tudo numa gamela d'água e banhe-se o doente fazendo-o tragar preliminarmente três goles de zurrapa. É infalível. O específico da brotoeja consiste em cozimento de beiço de pote, para lavagens, (razão de só se encontrarem na roça potes esbeiçados). Ainda há aí um pormenor de monta: é mister que antes de usar o banho a mãe do doente molhe nele a ponta da sua trança. As brotoejas saram como de encanto.

Os costumes ou as tradições são colocados em descrédito por meio do ridículo: "todos os volumes do Larousse não bastariam para catalogar suas crendices, e como não há linhas divisórias entre esta epilepsia imaginativa e a religião confundem-se ambas em terrível anastomose". Para convencer o leitor, era preciso romper com as ideias mais comuns sobre a legitimidade do "ser brasileiro". Uma identidade que, pensada de determinado modo até ali – o modo idealizado, acusava Lobato – deveria ceder espaço à verdade do que era o homem brasileiro.

Assim, em "Urupês", antes de usar a metáfora do fungo como imagem do sub-homem de cócoras a modorrar, Lobato ataca as repre-

sentações mais pertinentes ao leitor comum: a comida, o vestuário, a modinha brasileira. "Dirão: e a modinha brasileira? A modinha como as demais manifestações de arte popular é obra exclusiva do mulato, no qual borbulha o sangue europeu, rico de atavismos estéticos, sobre a imprimadura selvagem, alegre e sã do negro". O caboclo não teria alegria, ser soturno que não cantaria senão rezas lúgubres; não dançaria senão o batuque monótono; não esculpiria o cabo das facas como o Rabila, não comporia suas canções como o felá no Nilo: "triste como o curiango, nem sequer assobia".

No evoluir da espécie, Jeca também era uma quantidade negativa. Não trazia em si, como se vê, nem traços remotos de energia selvagem, nem habilidades mais simples do homem das cavernas. Lobato, porém, tentaria recuperar o caboclo por dentro. Primeiro, não com remédios, mas com a descoberta do que seria legitimamente brasileiro, em contraposição às influências exteriores, especialmente francesas.

Para tratar do ideário característico do Brasil, "Como se formam lendas" (16.2.1915) tenta explicar ao leitor o surgimento das lendas. Para executar seu intento, a figura da semente brotando aparece para socorrer o escritor: as primeiras manifestações da civilização no planalto asiático haviam saído de uma "seiva eterna", um "cotilédone" de onde, infelizmente, explodia no momento "suprema floração de sangue". Bebendo no lendário heleno, o "velho tronco" nunca cessou de "rebentar vergônteas, viçosas nas Renascenças, bichadas nas Decadências". A poesia em terras americanas, onde a natureza virginal induziria o fazer poético "de uma arte autóctone sem placentas no acervo clássico não se forra de tecer florituras e farfalhar variações sobre os velhos temas lendários gisados na pátria do Ritmo".

Somente terreno fértil poderia produzir cultura como a grega: "Lá no ubertoso alfobre se geraram na ação lenta do polipeiro entorno dum ponto de pega inicial". O texto continua com outra metáfora, o pólipo: "Como no polipeiro, pelo vagaroso acamar dos exudados calcários emergem do oceano grandes liames de coral, os exudados poéticos da imaginação coletiva se vão consolidando nas grandes lendas da humanidade, catedrais de vidro, sonho que se chamam Olimpo, Niebelungen, ou Vedas". O povo, ao se apropriar dessas imagens

lendárias, faz o papel de uma "árvore de coral" que dissemina pela terra pedacinhos de si mesmo.

O artigo posterior, contudo, deixa aflorar uma voz muito mais crítica em relação à humanidade, entendendo-se essa justamente como a humanidade mais evoluída. Um ataque, em boa medida, à própria racionalidade e civilidade, conceitos que se traíam diante da realidade vivenciada pelo escritor. Para alcançar a ironia do artigo, a fisiologia daria contribuição importante para o texto publicado na primeira quinzena de abril, "A hostefagia" (11.4.1915). Com o intuito certo de surpreender o leitor com uma tese original, pelo menos ao senso comum dos cidadãos bombardeados dia a dia com as atrocidades do conflito na Europa, o artigo inicia-se com uma versão da história da guerra, a que colocaria Caim como o primeiro homicida. A partir daí, o texto leva o leitor por uma argumentação na qual encontra a defesa de que o herói guerreiro é o verdadeiro herói. Tão importante que, diante dele, o homem de ciência desapareceria. "Onde a estátua, ou lápide sequer comemorativa do inventor do tear? Desse, a cujas noites de insônia alternadas a dias de labor paciente deve a frágil nudez do corpo humano os tecidos que a resguardam da hostilidade ambiente, quem lhe venera o nome?"

O herói bélico, porém, por todos é conhecido, até mesmo pelas crianças da escola, que não esquecem seu nome. E se não pode vencê-la em importância, a ciência contribuiria com a guerra de modo eficiente: a guerra atual mostrava como era "compatível com a civilização" e dela sofria "influxos unicamente no sentido de modificar-se por influição das maravilhas saídas do laboratório, nunca, porém, de extinguir-se". Seria a evolução, consequência natural do desenvolvimento da espécie. Para brasileiros desacostumados com o trabalho guerreiro, o domínio seria consequência inevitável: "A nós brasileiros nada escasseia mais que o sentimento belicoso. O pacifismo edulcorado da alma nacional é pura covardia num planeta destes. Talvez ali na Lua conviesse tal meiguice de ovelhas". Não só ovelhas, "boi de corte" em direção ao abate.

Programa salutar ao Brasil seria despertar sua belacidade. "Espicaçá-lo, espertá-lo, alimentá-lo, criar a ebriedade coletiva dos fortes, arrastá-lo à luta seria um programa de gênio ao ditador-estatutário que

se apossasse desta inerme massa cósmica social, tão plástica" e a levasse ao auge como raça guerreira. Certamente o leitor mais atento poderia, ao meio do texto, desconfiar das assertivas lobatianas. Para quem se mostrara indignado com o conflito em artigos anteriores, como poderia Monteiro Lobato defender a prática bélica? O escritor permite que seu artigo deixe colocações, no mínimo, incômodas aos defensores da paz: as futuras gerações teriam ao seu lado todo o aparato tecnológico providenciado pela ciência. No que tenha acertado o texto quanto ao futuro, a fisiologia surge como a justificativa do título inusitado: "A parte relativa ao suprimento de víveres é suscetível de imensa transformação, e vencerá o melhor serviço de intendência".

Citando Wells, lembra-se dos Morlocks, consumidores das carnes tenras dos doces Eloés, criados com toda sorte de luxo para manterem a perfeita saúde de seus corpos. O raciocínio se completa: por que não a antropofagia como saída ao problema de alimentação dos exércitos? Cientificamente, seria prática justificada – "Progredir: é conhecer, alcançar, 'ter consciência', de quanto a alma humana já nos tempos mais remotos sabia 'de instinto', isto é, inconscientemente. Ora, uma antropofagia consciente não destoa deste conceito". O problema estaria somente na palavra, pois a ciência já comprovara que os músculos humanos eram compostos de "fibrina, caseína, graxas, albumina, fosfatos, etc., e seria assim tanto no boi como no homem". Sob o ponto de vista da química, não se justificaria o velho preconceito. Bastaria organizar o serviço escolar para formar mentes habituadas com a nova ideia, bem como organizar adequadamente o serviço de açougue para os novos confrontos bélicos. A ironia do texto se faz, assim, pela oposição entre a lógica científica e os valores morais ante a realidade de uma guerra em grande escala: "Já o homem se afez, por um longo 'training', a outras idéias fecundas: o saque, o incêndio, a carnagem do não combatente, a violação das mulheres; está preparado, pois, para a hostefagia que tem a seu favor, além do mais, a química e a lógica".

"Cidades mortas" (28.2.2916), por sua vez, tem no próprio título a referência ao mundo biológico. "Uberdade nativa do solo", "reiterada sucção de uma seiva não recomposta", "ossaturas de megatério" – os elementos de uma cidade viva, ativa pelo plantio do café, perdem o

vigor pela decadência econômica, acabando em vilas destituídas de qualquer vigor social. Explica o artigo: "A nossa gente não vinga prosperar senão onde uma vitalidade prodigiosa poreja do húmus negro da terra virgem como o fumegar quente de uma rês carneada de fresco". Caso contrário, o abandono do local: "Em sendo mister lutar contra a avareza crescente do solo, refazer-lhe a fertilidade anemiada, criar fontes novas de riqueza, diversas das costumeiras, o homem fraqueja, coça a cabeça, e, se forte, emigra, se fraco, tomba em modorra para logo atolar na miséria". As casas abandonadas são ossaturas de megatério, "de onde as carnes, o sangue, a vida se hão desertado". A ligação com o mundo era feita pelo "cordão umbilical" do correio.

Consequência do descaso com a manutenção do solo – o que lembra os artigos de 1914 –, o café passou pelos campos como um Átila, sugando toda a seiva, "e sob forma de grão ensacada, e expedida para fora; mas do ouro recebido em troca nem uma oitava permaneceu ali empregada em restaurar o torrão". Embora não sejam o foco do texto, os caboclos retornam ao palco, metaforizados em vida vegetal: "Os agregados, dispersos. Subsiste, como lagartixa na pedra, um pugilo de caboclos amarelos, bebéricos, de escletórica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne, que não florescem, nem frutificam", enfim: "fauna cadavérica de última fase, roem os derradeiros capões de café escondidos nas grotas".

A corrente sanguínea seria imagem adequada para comentar a questão do transporte no Brasil, como se vê em "Estradas" (2.4.1921). "Tomem um doente de opilação, malárico, analfabeto e enriqueçam-no: ele cura-se e instrui-se". As estradas de rodagem seriam, pois, o aparelho circulatório do país: "O aparelho circulatório de um país, entretanto, pede ao lado da via-férrea uma rede auxiliar de estradas de rodagem, arteriólas inumeráveis que alimentam de sangue as artérias mestras. Sem este complemento não se consolida a riqueza pública e as vias férreas acabam por morrer de inanição". Quantas estariam a apodrecer por falta de "seiva"? Elemento que só poderia chegar por meio dos capilares da nação, as rodovias. Se as estradas foram tema recorrente em textos de Lobato – assunto que permeia correspondências,

artigos, prefácios –, é importante notar também que o desenvolvimento científico poderia contribuir, na visão do autor, para resolver dilemas mais substanciais da economia brasileira.

Mesmo antes da série de 1918, a respeito das endemias que atacavam a população brasileira, o escritor abordara o problema da alimentação no Brasil, relacionando, mais uma vez, o subdesenvolvimento nacional com as mazelas da nutrição, bem como a ciência à possibilidade de vitória racial. Analisando a obra de Alberto Torres, *Problema nacional*, Lobato escreve artigo cujo título é quase homônimo: "O 'Problema nacional'" (26.5.1915), no qual se opõe às ideias centrais da obra: "quanto mais sensato e inteligente um povo tanto menos capaz de progresso – conceito desnorteador e colidante com os mais vulgares truísmos correntes, mas único a ressaltar ao cabo da leitura do 'Problema Nacional'". Para se contrapor à obra comentada na imprensa, Lobato faz uso da legitimidade da ciência, até mesmo como contestação à crítica de que o modo de enriquecimento do Estado de São Paulo iria trazer sérios prejuízos sociais e econômicos ao Brasil: "a estes compridos períodos cumpre objetar que a noção mais lata de progresso, a uma luz rigorosamente científica, é a que o define como adaptação ao meio. Nas sociedades esta adaptação se opera por meio da riqueza". Logicamente, para o autor, "quanto mais enriquece um povo, mais progride, porque melhor se adapta ao meio pela vitória sobre as hostilidades naturais".

Mantendo a linha de raciocínio, a riqueza não existiria por si mesma. "Os sais componentes da fertilidade de um torrão entram a constituir riqueza no momento em que, transformados em produtos comerciais, tornam-se objetos de troca". Para comprovar o que afirma, enumera substâncias e expõe, segundo seu ponto de vista, a incoerência de Alberto Torres: "Há transformação unicamente. O café transformou uma colossal quantidade de azoto, potassa, fosfatos, carbono, etc., armazenados na terra e no ar, em prédios, estradas de ferro, capital amoedado, indústrias, melhoramentos materiais de toda ordem".

Alimento do alimento: a denúncia do descaso com o solo já estava feita desde 1914. Porém, em "A conquista do nitrogênio" (15.1.1916), nota-se um crítico entusiasmado com a oportunidade de o mundo

ocidental vencer suas carestias pelo evoluir das pesquisas sobre a nitrogenação do solo. A mesma ciência, assim, que podia contribuir com a luta armada, era vista por Lobato como a portadora da verdade, trazendo, por isso, soluções efetivas para a civilização.

O artigo, tal como o título indica, aborda exclusivamente a questão do nitrogênio e sua presença como elemento primordial para o bom desenvolvimento das lavouras. "Terra dosada com rigor de todos os elementos químicos que a análise demonstra entrar na composição de uma planta, não a nutria a contento. Algo de imponderável escapava à balança." Mas, o laboratório desvendou o caso – "E o estudo da nutrição vegetal envereda por diretrizes novas, já prenunciadas como fecundíssimas em conseqüências de bom auspício". Narrando a descoberta de um cientista americano, o texto, antes, faz menção ao papel dos cientistas na humanidade; papel que, ao contrário de "A hostefagia", de 1915, era o do verdadeiro e real herói: "As maiores revoluções da humanidade não são obra das chacinas tremendas que romanceiam de páginas vermelhas a História, mas duma aparentemente ingênua descoberta científica, operada as mais das vezes pelo acaso, no remanso de um gabinete humilde de humilde sábio". O entusiasmo de Lobato com a revelação de uma bactéria captadora de nitrogênio mostra-se na perspectiva apresentada de solução para baixos rendimentos de lavouras dos países pobres como o Brasil. Conclama a "Praia Vermelha", isto é, a secretaria responsável pelo setor da agricultura, a olhar o método como alternativa viável à produtividade de grãos; denuncia a burocracia emperrante e os altos impostos pagos pelos agricultores; demonstra como a produção brasileira é miserável, desamparada de qualquer benefício por parte do governo.

Outra solução para a produtividade nacional aparece em "Os subprodutos do café" (29.11.1916), texto em que a ciência mais uma vez acena com possibilidades de ressurreição econômica do Brasil. De acordo com o texto, estariam perdidas, em média, 40 milhões de arrobas de palha do café por safra. Após elogiar o químico Pedro Baptista de Andrade por seu trabalho e valor moral, afirma que o pesquisador conseguira extrair álcool, manita e cafeína da palha do café: "eis, na sucinta desnudez dos dados positivos, os resultados que o

laborioso sábio alcançou. É, como se vê, um rasgar perspectivas novas, amplíssimas, à riqueza cafeeira". A modernidade seria marcada pela química, afinal, tudo se faria por meio dela. "Penetrando no âmago da matéria desfá-la nos seus íntimos componentes, e, senhora destes em liberdade atômica, pela síntese a recompõe em formas novas, ao sabor das proteiformes exigências da civilização. Valem os povos pelo valor da sua química". O argumento de Lobato fundamenta-se nos próprios fatos divulgados nos jornais, pois a ciência é que permitia o arranque germânico contra Inglaterra e França. Dos laboratórios é que viriam as vitórias militares, as conquistas mais importantes.

Além do café, o químico também estudara o caso da laranja. "O aproveitamento integral da laranja" (13.12.1916), registra exemplo de uma série de estudos químico-industriais de Andrade. Para explicar a importância da fruta, Lobato inicialmente expõe a abundância da espécie em território nacional, bem como sua resistência: "Quatro inimigos mortais – dão-se mãos para esmagá-la – a formiga, a erva de passarinho, a broca e a incúria do homem".

Para comprovar a resistência da planta, afirma que "nas taperas antigas onde é já tudo morto de quanto o homem plantou ou construiu, só as velhas laranjeiras sobrevivem, ocultas na maranha retrançada da 'erva'. E à sombra do dossel maldito da parasita tentacular, que lhe rouba a seiva e intercepta o sol, ela ocultamente frutifica". Embora trate da força da laranjeira mesmo quando atacada por trepadeiras parasitas, no começo do parágrafo, o "homem" citado, isto é, o homem do campo, lembra ao leitor, ainda que com imagem bem mais tênue, o exemplar humano que "vegeta" de cócoras em "Uma velha praga". No artigo de 1914, o autor aponta a precariedade das instalações do caboclo, sendo a ausência de uma fruta tão comum e tão resistente como a laranja índice dessa falta de qualquer iniciativa: "A terra reabsorve as frágeis matérias da choça e como nem sequer uma laranjeira foi plantada, nada mais lembra a passagem do Manuel Peroba, Chico Marimbondo, Jeca Tatu e outros sons ignaros de dolorosa memória, à natureza convizinha".

Com tal resistência, bastaria ao homem apenas libertá-la das plantas parasitas, nada mais: "Se neste estado de miséria vital o homem inter-

vém e a liberta do bloqueio, com que esplendor reviça a mais sovada laranjeira! Em virtude de tão preciosas qualidades a laranja é a nossa grande fruta nacional" – menos para o Jeca, pode-se deduzir, que não era capaz sequer de cortar o cipoal em torno de árvore cuja produção poderia lhe garantir o sustento. Mais uma vez, portanto, Lobato vislumbra, em meio ao caos econômico e às restrições inerentes a um país pobre em relação ao desenvolvimento comercial, uma solução viável baseando-se no que aqui já se produzia, no que o homem comum tinha à mão, no que o caboclo, miserável, improdutivo, podia retirar do solo se quisesse. Mas os efeitos não seriam somente financeiros.

Questões de saúde pública acodem ao texto. Dar vinho de laranja à massa é evitar o consumo da cachaça, mal que intoxica e abate o vigor do homem brasileiro. O vinho, "dá-no-lo a laranja como também a jabuticaba. Estas duas frutas estão para nós, em matéria vinícola, como a uva está para o Velho Mundo". No dia em que isso fosse compreendido, o povo estaria liberto da "repugnante cachaça". "O vinho entrará por muito nessa restauração racial. E o vinho só poderá vir duma fruta selvagem como a laranja".

Para resgatar racialmente o homem nacional, seria preciso a ciência, o conhecimento do laboratório, a escola. Em três artigos de 1917, Lobato trata do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Embora os textos abordem questões estéticas ou artísticas, destacam-se considerações sobre o processo educativo da escola. No primeiro da série, de 1º de janeiro de 1917, o sucesso da escola é apontado como consequência da seriedade do empreendimento, nascido em 1873 de um grupo de "homens de boa vontade", com o nome de Escola Propagadora de Instrução. Como se percebe no título da gênese do Liceu, a função era contribuir para a instrução da população cujo analfabetismo ainda era preponderante, e para a qual o conhecimento científico era pouco comum.

A comparação com uma árvore é inevitável, pois as maiores instituições de ensino, os maiores negócios deveriam seguir a marcha evolutiva – "os processos eternos que conduzem a humildade da semente à vitória da árvore madura". Percebia-se alma da grande oficina em seus laboratórios: "é vendo os laboratórios de onde tudo aquilo sai, o formigueiro de operários e aprendizes, a elevação mental e moral que lhes dá a boa

direção, o apuramento das suas qualidades pessoais pelo estímulo da individualidade, cultivo da vocação e inteligente disciplinamento dela". Os operários dali saídos seriam sementes de boa árvore, "todas ricas de vida latente, capazes de germinação e desenvolvimento".

Ao apresentar a metodologia de estudo, percebe-se o entusiasmo do escritor: "o ensino obedece a um critério eminentemente prático e racional. Não há ali a pompa inútil dos programas que abrangem a esfera inteira dos conhecimentos humanos e que por isso mesmo só conseguem inocular nos alunos esse estado mental sintomático da instrução republicana", qual seja, uma "ignorância enciclopédica". No curso preliminar, os alunos aprenderiam a ler, escrever e contar, ampliando-se a grade curricular até a geometria, geografia, história do Brasil e contabilidade. O curso geral de artes e ofícios proporcionava uma preparação com desenho geométrico e ornamental. Havia, na sequência, um curso profissional no qual os alunos eram iniciados nas artes plásticas e gráficas, "na estucagem, modelagem, cerâmica, gravura, marcenaria, marchetaria, ebonistaria, escultura e entalhe de madeira, ourivesaria, joalheria, eletrotécnica e engenharia sanitária".

O autor mostra-se consciente sobre sua comparação da árvore: "sempre o processo da árvore – insisto nesta comparação porque é justa – que ao sair dos cotilédones não predetermina de antemão o número de galhos que terá, nem marca dos ângulos de inserção, nem a espessura do tronco, nem o número de folhas, nem prefixa o minuto exato da florescência". Porém ela vai se "dispondo ao sabor do meio envolvente, em função da terra, da topografia, do regime dos ventos, das variações atmosféricas, da luz que recebe dos inimigos noturnos", até, enfim, "adquirir na maturidade o esplendor de um individualismo inconfundível dentro do mais absoluto respeito às leis fundamentais da espécie".

As coisas criadas pelo governo, porém, ao contrário, eram árvores de presépio, "pintadas sempre do mesmo verde e incapazes de frutificação". O sucesso do Liceu, reitera Lobato, estaria justamente na conformidade de evoluir segundo processos naturais. No outro extremo, como se lê no segundo artigo da série, sobre a exposição anual do Liceu (5.1.1917), o governo é naturalmente o parasita: "na vegetação seivosa com que o alienígena cria em nossa casa em estado

'sui generis' de civilização, nós, donos dela, com pouco mais contribuímos além do doutor – a orquídea, o funcionário público – o cipó, e o governo – o mata-pau". É assim que nos artigos a respeito do estilo nacional o escritor iria ter como parâmetro organizador de suas ideias a evolução artística como decorrência da obediência aos elementos naturais do meio.

As questões estéticas, entretanto, não absorvem completamente o articulista atento aos problemas nacionais mais prementes. Mais uma vez volta ao campo da alimentação com "O problema do trigo no Brasil", no mesmo ano (7.4.1917). Ao tratar do problema da falta de produção do grão em terras nacionais, Lobato relaciona a escassez do alimento com a precária robustez do homem brasileiro. "Sem o pão como base cat-energética do animal 'homo' nunca surgiu raça vivedoura, capaz de sobrevivência vitoriosa". O brasileiro, pois, valeria menos que o português – "somos o português desmedrado por insuficiência de pão". "Além desse baixo consumo de trigo no Brasil releva notar um fenômeno alimentar inverso à normalidade perceptível nos demais povos. Aqui é o rico e é o homem das cidades quem consome o trigo importado." O homem da roça alimentava-se de milho, feijão e mandioca, "produtos incapazes de beneficiar o organismo humano com a riqueza com que o faz o abençoado cereal". A comparação entre Sul e Norte do Brasil é marcante segundo o escritor – os homens vigorosos, de boa cor, encorpados estariam no Sul, "em contraste flagrante com o tipo cada vez mais exíguo do nortista todo cabeça".

Experiências com outros animais demonstraram a variação rápida de uma mesma espécie sob condições alimentares diversas. Isso se aplicaria ao homem, "se ao nortista de hoje dermos um regime novo, baseado no trigo, na carne, no vinho, em poucas gerações ele ganhará a medida normal que esse regime tem proporcionado ao animal humano em todas as partes do mundo". Longe de se questionar sobre as características próprias do homem adaptado aos desafios do Nordeste, Lobato enxerga o brasileiro dessa região como alguém necessitado de alimentos para evoluir. "Comprar trigo em escala ascendente é comprar bons músculos, é adquirir rija vitalidade." Só poderia fazer isso o Estado que tivesse melhores condições financeiras, como São Paulo.

Após explicar ao leitor o problema da produção de trigo no Brasil, já finalizando o artigo, escreve: "para tais coisas é que ela, a ciência, existe, para vencer os óbices que a natureza antepõe ao homem na sua obra de adaptação ao meio". E a ciência, respeitando as leis naturais, vinha fazendo isso: "não é pois pedir-lhe muito, pedir-lhe que nos resolva este problema vital". Solver o problema, somente no laboratório – "só ela [a ciência] nos dará o remédio adequado; – do contrário o que nos resta é continuar a adquirir vida adquirindo trigo de fora".

Apesar de, em 1918, iniciar sua presença na edição da manhã de *O Estado* com a série sobre as endemias brasileiras, há um texto do conjunto que também focaliza a questão alimentícia do brasileiro. É "A fraude bromatológica" (14.4.1918). Lobato nele aponta o problema da saúde como também decorrente da falsificação de alimentos no Estado de São Paulo, "a grande indústria do momento é o veneno". Veneno que podia ser comprovado pelo laboratório – "Quem interrogar os nossos laboratórios de análises químicas sairá deles descrente de tudo, e convencido de que só há uma solução: emigrar para a Lua". Acusando as adulterações dos produtos, Lobato apela ao público para que se mobilize, afinal, é a saúde pública que sofre com os lucros aferidos por meio das misturas nocivas. Isso atinge também os remédios: "iodofórmio adulterado com flor de enxofre. Emetina fabricada com sais de quina. Quinino e aspirinas feitos com lactose. Óleos minerais e medicinais clarificados com ácido sulfúrico impuríssimo, contendo arsênico". Tal como as pragas dos sertões, são necessárias outras comparações para definir o crime: "se nos sertões há barbeiros, e anófelos, e ancilóstomos, na cidade há a peste do macrozoário da fraude, o envenenador de profissão, contra o qual a nossa lei tem força – mas não tem força o aplicador da lei".

A falta de saúde da população seria, ainda, a causa de tamanha passividade diante dos desmandos e abusos dos "tosquiadores". Mais uma vez, tal como em "A hostefagia" de 1915, os brasileiros, paulistas especialmente, são comparados a "resignados carneirinhos que somos, prostramo-nos diante do lobo gordo apostado em nos tosquiar a lã e derrancar a saúde. É doença. Não pode deixar de ser doença". Entre a ironia e a constatação biológica, a conclusão é fisiológica: a moral

reflete a caquexia geral do corpo, atacado pelos barbeiros do campo e pelos "barbeirões da cidade".

Também de 1918 são os textos "Rondônia – visão do futuro e visão do passado (I)" e "Rondônia II" (19 e 23.4), em que se narram as descobertas realizadas pelo pesquisador etnógrafo Roquette Pinto e por ele publicados em livro cujo título também era *Rondônia*. Embora se destaque a narrativa com fatos históricos, ao final do segundo texto percebe-se a valorização do saber científico da obra em questão. Para concluir sua exposição entusiasmada sobre as conquistas da ciência, Lobato afirma que "o livro de Roquette Pinto é o mais interessante estudo publicado por um patrício sobre um tema que até aqui interessou muito mais aos estrangeiros do que a nós". E não é somente pelo conteúdo que valeria a pena ler o livro de etnografia, mas também pela forma de sua escrita: "pela forma fragmentária de notas, pela amenidade da forma, pelo entressachamento[4] de observações pitorescas relativas à paisagem, e aos incidentes da viagem, esse livro consagra um sábio e jeitoso processo de fazer ciência para Eloés", isto é, "a ciência bem dosada nas 'pink-pillls' é ingerida sem que o percebamos". Enfim, o pesquisador sabia "fazer livros como os precisamos, livros que nos incutam ciência", e uma ciência "malgénous".

A fé na ciência parece contagiar as mais diversas esferas do saber aos olhos de Lobato. Em "O cinema científico" (26.5.1921), o escritor, entusiasta de Walt Disney, não vê nas fitas apenas entretenimento. Apresentação realizada em São Paulo por um médico argentino, Bellarmino Barbará, na qual exibia o filme *A mosca e seus malefícios*, faz o escritor brasileiro prever um futuro em que as escolas teriam uma revolução no modo de aprender e ensinar: "o que por intermédio do livro e da lição oral penosamente o mestre inocularia no cérebro dos alunos a fita o faz agradavelmente e de maneira perfeita no cérebro de milhares de pessoas". Tecnologia como meio de alcançar a população, vulgarizar a ciência: "aqui o alcance formidável da cinematografia aplicada à ciência. Permite dar a milhões de criaturas a noção científica que hoje,

4 "entressachamento s.m. [...] ato ou efeito de entressachar(-se); entrelaçamento, mescla, mistura" (Houaiss & Villar, 2001, p.1168).

pelos processos atuais, constitui privilégio de reduzidíssimo núcleo de estudiosos". A previsão lobatiana quer ser contagiante ao leitor de seu tempo: "abre-se o campo do microscópio ao mundo inteiro. Fogem do laboratório os segredos da natureza e vulgarizam-se ao infinito", ou seja, ciência para todos: "não mais ciência para iniciados, apenas, mas ciência pura e agradável para todos – ciência universalizada. É pois a morte de mais um feudalismo: o científico".

Modernidade para o Brasil

Desde "Urupês" (23.12.1914) os signos do progresso aparecem como laboriosidade e conquista do conforto. Quando vai ao comércio, afirma o autor, o caboclo "só exibe coisas que a natureza descuidosa derramou pelas matas", isto é, o que exige apenas a atividade da coleta: "cocos de tuncum e jissara, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataí, pinhão, orquídeas, cestinhas ou utensílios de madeiras macias de talhe: gamelas, pilõezinhos, colherões de mexer marmelada. Nada mais". Portador da lei do menor esforço, sua casa denuncia a miséria de sua existência inculta: "denuncia-o, frisando as filigranas sutilíssimas de deduções engenhosas, a sua moradia, prodigioso libelo de sapé e barro que não pede meças à biboca dum bosquímano". Segue a descrição:

> Mobília nenhuma. A cama, uma esteira de peri sobre o chão de terra batida. Às vezes um banquinho de três pernas, para os hóspedes. Três pernas dão equilíbrio; inútil, portanto, o trabalho de embutir uma quarta e nivelar o pavimento. Para que assentos se os votou a natureza de grossos, rachados calcanhares. Nenhum talher. Não é a munheca um talher completo, colher, garfo e faca a um tempo?
>
> No mais umas cuias, gamelinhas, um pote esbeiçado, a pichorra, a panela do feijão. Nada de armários ou baús. A roupa guarda-se no corpo ou na barrela, e o mantimento nos cantinhos da casa.
>
> Para a banha, inventou um cipó preso à cumeeira tendo na extremidade um gancho sotoposto a uma rodela de lata; aí pendura o toicinho a seguro de ratos e gatos.

> Da parede pende a espingarda pica-pau, o polvarinho de chifre, o S. Benedito defumado, o rabo de tatu e as palmas bentas de queimar pelas grandes trovoadas. É só. Os seus remotíssimos avós não gozaram de maiores comodidades: os seus bisnetos não meterão quarta perna ao banco. Para quê? Vive-se tão bem sem ela.

Da mesma forma, o empenho de Jeca para melhorar a qualidade de sua existência é inexistente: "se pelotas de barro caem, abrindo seteiras nas paredes, lá ficam elas para o resto da vida a entremostrar pedaços do céu. Se a palha do teto apodrecida abre-se em fístulas, por onde escorre a água das chuvas, Jeca empurra a gamelinha para baixo da goteira". Filosofia fatalista do caboclo: "para que remendos se uma casa dura cinco anos e só faltam dois para a sua completa inabitabilidade? Aí, então, construirá uma nova, ao pé, cálculo este economizador de grande soma de reparos".

Desenvolvimento material seria condição imprescindível para a formação da ética e da moral no indivíduo. "A simplificação da sua vida levada a extremos inconcebíveis reflete no moral, criando especialíssima mentalidade", qual seja, "a mobília cerebral, à parte o suculento recheio de superstições, rivaliza em apuro com a do casebre", seriam as noções práticas da vida hauridas do pai e que, intactas, seriam transmitidas ao filho. O caboclo é, pois, um semisselvagem: "no vazio de sua vida semi-selvagem, em que os incidentes são um jacu abatido, uma paca fisgada n'água, o filho novimensal, a queimada é o grande espetáculo do ano, o supremo regalo dos olhos e dos ouvidos".

A caracterização moral do Jeca não é melhor que seu físico. Como já se transcreveu, no início de "Urupês" Lobato lhe atribui feiura, brutalidade, covardia, maldade. Mesmo exercendo um "corrupio de barganhas" sua astúcia nativa não lhe dá mais recursos que os miseráveis apetrechos conseguidos com pouco ou nenhum esforço: "a esperteza última foi a barganha de um cavalo cego com uma égua de passo picado; verdade é que a égua mancava das mãos, mas inda assim valia seus dez mil réis que o rocinante zanaga". Tal como o jornal coloca seus oponentes em situação de rebaixamento, isto é, subestima (Fantinati, 1990) os opositores, o artigo de Lobato tem forte ressonância desse

procedimento por meio do descritivismo que alcança o pitoresco. O ser subestimado é colocado no palco, para espanto da plateia acostumada às maquiagens afrancesadas, segundo o articulista.

Com efeito, o desenvolvimento moral do homem brasileiro, apontado como doença na série de artigos sobre as doenças endêmicas, em 1918, mostrava-se problemática fosse na subjugação do caboclo, fosse no domínio do coronel. "O ato mais importante da sua vida é indubitavelmente votar no governo". Votava, mas sem saber em quem. Era fiel ao chefe, que retinha o título de eleitor do empregado orgulhoso por cumprir uma função para a qual concorria sem saber por quê: "a simplificação da sua vida levada a extremos inconcebíveis reflete no moral, criando especialíssima mentalidade". Patriotismo, pois, era coisa desconhecida para o Jeca:

> Patriotismo é sentimento desconhecido, ignorante como é de tudo quanto concerne ao país. Na escuridão moral não bruxoleia sequer a idéia de pátria. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terra para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde chegam baianos pernósticos e cocos.
>
> Perguntem a Jeca quem é o presidente da República.
>
> – O homem que manda em nós todos?
>
> – Sim.
>
> – Pois decerto que há de ser o imperador.
>
> Em matéria de civismo não sobe ponto, antes desce.
>
> – Havendo uma guerra vai você defender o país?
>
> – Guerra? Tesconjuro! meu pai viveu afundado no mato para mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu para escapar de "reculutamento" sou capaz de cortar o dedo como o meu tio Pedro.
>
> Guerra, defesa nacional, noção administrativa, tudo quanto transpira a governo para o caboclo se resume nessa palavra apavorante, o "reculutamento'. Quando, em começos da Presidência Inefável, andou na baila um recenseamento esquecido a Offenbach, o caboclo tremeu e entrou a casar em chusma. Aquilo devia ser "reculutamento", pela certa e os casados, era voz pública, escapavam à redada.

O problema dos valores nacionais Lobato também apontara em "A hostefagia" (11.4.1915), contrapondo ao mundo dito civilizado

a reação de "bois de corte" dos brasileiros. Para o progresso moral, humano, necessita-se do econômico, material. A defesa dos valores morais – entenda-se como valorização do trabalho, integridade, seriedade, inclusive com a coisa pública – aparece em "Pensionamento de artistas" (16.1.1916), como ataque ao sistema paulista de pensionar novatos nas artes plásticas em estágio na Europa. "Ao invés de criar um artista, cria o governo, na generalidade, com o dispêndio de 20 contos, por cabeça, uma galeria de inválidos morais." Ou, como quer o autor, "boêmios de rua, malbaratados de tempo e saúde durante o pensionamento, e, após, náufragos roídos de mazelas a bracejar pelo resto da vida no vortilhão europeu. Ou artistas medíocres, porque brasileiros de carne, ficaram europeus de espírito". E acrescenta: "ou sorumbáticos incompreendidos de torna-viagem, prenhes de boas intenções, mas desossados pelo desânimo, a lamuriar eternamente, como as mais adiantadas concepções sociológicas, as idéias e a linguagem dos personagens elegantes de Eça de Queirós, nos *Maias*".

Lobato registra o senso comum das ruas: "O país é uma choldra, falam em se naturalizar cafres, pedem invasão estrangeira que arrase, que derranque, porque está tudo podre, a esfarelar de velhice precoce". Admite, com pesar, que poucas exceções boiavam à flor da regra geral. O pintor Wasth Rodrigues seria um deles, "sopesando copiosa ruma de estudos, denunciadores de uma operosidade assombrosa a serviço de um talento da melhor água". Compreende-se, pois, o raciocínio subjacente à apresentação do pintor, isto é, as personalidades enaltecidas por Lobato mereciam o elogio tanto pela qualidade dos trabalhos, quanto pelo valor moral viabilizador de tais trabalhos.

Embora muitas vezes relacione o desenvolvimento científico com os sofrimentos da guerra, é perceptível nos artigos a proximidade com a qual se vê o domínio do conhecimento e o progresso moral, humano, ético dos povos. Em "Cidades mortas" (29.2.1916), ao citar a gradual e inevitável decadência dos serviços nas cidades abaladas pelo esgotamento do solo, aponta a "mob" também como decadente interiormente: "o resto é a 'mob'; velhos negros de miserável descendência roída de preguiça e álcool; famílias decaídas, a viver misteriosamente umas, outras à custa de parco auxílio enviado de fora por um filho mais

audacioso que emigrou; mestiços 'ataráxicos' , 'boa gente' que vivem de aparas''. A pergunta que o artigo quer responder é: Como se percebe que uma cidade está morta? A resposta que o mesmo artigo dá ao leitor baseia-se na observação direta dos fatos: pela movimentação cada vez mais escassa, pela falta de elementos da vida economicamente saudável: ''Até o ar é próprio; não vibram nele sereias de auto, nem cornetas de bicicletas, nem campainhas de carroça, nem pregões de italianos, nem tem-tens de sorveteiros, nem plá-plás de bufarinheiro turco'', permaneceriam somente sons coloniais, ''o sino, o chilreio das andorinhas que moram na igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam e recruzam a cidade, bem alto''. A ''fauna cadavérica'' que resta na cidade não tem força nem intelectual nem corporal para coisa alguma.

Há, porém, outra fauna constantemente atacada pelo escritor, o governo. Entenda-se governo como as Câmaras, o Estado, a República. Cumpre atacar todo tipo de parasita – Lobato expõe os problemas, aponta soluções, acusa os responsáveis. Em ''Os subprodutos do café'' (29.11.1916), em meio às exposições químicas sobre a viabilidade financeira do produto, registra o que considera um pesar: ''Pesa-nos dizer que os estudos de Pedro Baptista, valiosos como obra de ciência pura, e valiosíssimos pelas conseqüências econômicas deles resultantes, jazem ao léu, desconhecidos fora d'um círculo restrito de amigos''. Os raros visitantes que teriam o privilégio de tomar conhecimento das pesquisas simplesmente não conseguem compreender a dimensão do assunto. Ignoram a importância da descoberta, são um obstáculo ao avanço científico do país. Ainda mais descobertas de processos que podiam contribuir para o enriquecimento dos pequenos produtores, como afirma:

> Sobe de ponto o valor dos seus estudos se atentarmos que o processo de Pedro Baptista é sobretudo industrial, prático em extremo e a todos acessível. Tão maneiro é que está ao alcance de qualquer sitiante acrescer a sua máquina de café de um apêndice onde com pouco trabalho e escasso dispêndio avultar de um terço, se não dobrar, a renda líquida dos seus cafeeiros. Além deste aproveitamento da palha acresce o das escolhas

> más, resíduos ínfimos das catadeiras e ventiladores. Tais escórias ao invés de penetrarem no mercado como elemento falsificador do café, surgirão transformadas com lucro maior para o produtor, e como solução ao problema dos cafés baixos.

Os questionamentos do escritor se endereçam aos portadores da riqueza e aos governantes, sem dúvida: "Será sempre assim? Continuará assim? Estará S. Paulo tão rico que menospreze um redobro de riquezas? Continuaremos a importar álcool caríssimo, e manita,[5] e cafeína quando temos em casa para abarrotar o mundo?". Ciência e imprensa mostraram pelo laboratório "a obra esplêndida executada na penumbra sem reclamos, sem gabolice, sem escândalo e sem orgulho por um sábio que o é integral, na acepção mais larga do termo. Não se oculta por toda a vida a luz sob o meio alqueire".

A preocupação com o estrangeiro não é sobre o que "acham do Brasil", mas sobre o que podem "achar no Brasil", como se vê na defesa que faz da pesquisa de Andrade sobre a laranja: "não procediam de outro modo, com o ouro, os índios do Eldorado. Veio um dia o aventureiro espanhol e colheu os tesouros desprezados. Ficaremos toda a vida à espera do aventureiro espanhol?". Mais que o aventureiro espanhol, o investidor americano – "Já o americano audaz roubou-nos o pomo das Hespérides que viça na Bahia e criou com ele, na Califórnia, minas mais ricas que as de ouro nativo". "O aproveitamento integral da laranja" (13.12.1916) insiste na diversificação do mercado brasileiro: "Resumindo: bastaria a possibilidade de extrair da laranja um só produto como o vinho para a termos erigida à categoria de riqueza; entretanto ela nos dá além do vinho, e simultaneamente, mais sete produtos de valor mercantil".

Progresso não combina com pequena produção para Lobato. Sua crítica ao governo é justamente por conceber tudo em chave de subsistência aos produtores, não em termos de produtividade em pé de con-

5 Manita/manitol: "poliálcool (C6H14O6) usado como base de alimentos dietéticos, na produção de resinas plastificantes, como diurético, adoçante, estabilizante etc." (Houaiss & Villar, 2001, p.1838).

corrência com demais países. O Brasil é um Estado ignorante, dirigido por ignorantes, responsáveis pela vicejante ignorância nacional.

Lobato, porém, não defende somente o investimento nas pesquisas químicas, antes trata da agricultura como área precária no Brasil. As queimadas deram o mote para os textos de 1914, a baixa produtividade e a descapitalização dos agricultores viriam à tona em textos como "A conquista do nitrogênio" (15.1.1916). Depois de apresentar, como já se mostrou, questões relativas ao papel do nitrogênio na germinação das plantas, o escritor volta-se com ímpeto para a Praia Vermelha:

> Há umas tantas coisas sobre que a Praia Vermelha nunca lançou o seu olho onividente de Ceres burocrática. Há o cepo inimigo da relha do arado, há o morro inimigo do trator do arado, há o pessoal agrícola inimigo da rabiça do arado. Há ainda a especulação comercial inimiga do preço baixo do arado. O labrador, apesar do berreiro do Kalisyndicat e dos momos de escárnio dos poetas agrícolas unânimes em lhe escorchar o toitiço com a pecha de ignorantes, sobre a história do adubo, sabe-lhe o preço fantástico, sabe-lhe a desnaturação a que o sujeita o industrial sem escrúpulos.

É o agricultor esmerado em conhecimentos sobre o crédito agrícola: "banquinhos com dinheirinhos a 12 por cento e uma quebra fraudulenta a meio do ano". Sabe da "parola governamental das mensagens, plataformas, programas, a farragem dos chavões gramofonados pelas bocas de H., de U., ou de A. no fundo dos quais se alapa quase sempre uma taxa nova, uma sobretaxa, uma subtaxa, um adicional, um sobre-adicional". E ao lavrador ficaria a imagem dos governos federal e estadual como animais predadores. Sem falar na municipalidade: "Chega a ser cômico! O resto de sangue deixado nas veias pelas sangue-sugas de alto bordo atiça o apetite das camarazinhas e lá vem elas com os seus impostozinhos de percevejo, taxinhas sobre o cafeeiro, aferiçõezinhas de carros, e mais mordidelas de pulga magra".

Como progredir com tantos sócios forçados? Morro, toco, formiga, ratazanas, governo? Por essas razões, explica-se no texto, "os três cereais que o país produz em grande, feijão, milho e arroz, são extraídos da terra pelos velhos processos herdados dos avós. Em pequena escala, nas

várzeas desembaraçadas, o arado entrou". Falta de tecnologia não por vontade, mas por cautela: "não por virtude do sermonário ministerial, mas porque um certo número de circunstâncias favoráveis (o imposto protecionista e as vantagens naturais do terreno) o indicaram como redutos de despesas".

Enquanto a agricultura mundial entrava em novo estágio, o da adubação química, a lavoura brasileira permanecia com métodos ultrapassados, grosseiros, improdutivos, ficando no atraso característico do "não saber" nacional. Como levar o conhecimento científico ao homem do campo se a administração pública não o permitia por meio de seus bloqueios burocráticos? É compreensível, portanto, o entusiasmo do autor com uma escola como o Liceu. Em uma sociedade maquiada para parecer bem ao estrangeiro, como dizia Lobato, investir no que era realmente lucrativo equivalia a investir no caráter da população brasileira. Em "A grande oficina escola" (1º.1.1917) seus elogios não vão somente ao encontro das obras produzidas pela escola, mas ao caráter dos dirigentes e professores da instituição: "galvanizado pela força do grande ideal, o corpo de professores, de Zadig ao mais modesto mestre de oficinas, prestam-lhe mão forte e operam maravilhas. E tudo – ó maravilha da fé na era de ouro do ceticismo! – sem o menor fito de lucro".

A abnegação dos envolvidos com a escola é total: "o que ganham aqueles incansáveis professores é um diploma heróico de civismo. Oscilam entre cem e cento e cinqüenta mil réis os seus ordenados mensais... Será esta miséria que os prende ali? Não. É a força coesiva de uma fé comum, mantida sempre pura e viva pela fascinante força moral do diretor". Ricardo Severo, diretor, compartilharia com a equipe "a grande tarefa, prestando o apoio da sua notável lucidez de espírito à direção artística dos cursos e oficinas. Louvar alguém hoje em dia acanha". Em tom mais exaltado, escreve: "Os adjetivos encomiásticos rolam por aí, ao sabor da paga, inflados na superlativice nojenta dos 'íssimos' deslavados... Quem louva é suspeito. Louvar dá medo". Contudo, Severo merecia o desafio: "o louvor brota incoercível do fundo d'alma ao mais ríspido dos homens diante dum estabelecimento que é uma exceção, dum diretor que é uma exceção, dum conjunto de mestres que são uma exceção"; se o Liceu era "uma aberta de luz,

amor e fé no carrascal maldito da coisa suja que é a nossa atualidade", colocava-se para o escritor como modelo oposto à atuação governista: "o Estado, tão pródigo em dotações, não lhe dá um pataco; antes tira dele alguma coisa, obstruindo-lhe parte do edifício com o Ginásio e a Pinacoteca. Subvencionou-o até 1915, e daí para cá achou aplicação melhor àquele dinheiro tão bem empregado".

Mas, "nada importa isso. Só dá relevo ao Liceu esta sua nobre vida própria. Dá-lhe também afora relevo, confiança em si, independência e orgulho". O Liceu, pois, se afigura como parâmetro do tipo de formação humana sonhada pelo escritor em terras nacionais, o conhecimento a serviço da construção da sociedade. Uma sociedade moralmente direita, porque valorizadora do saber científico, técnico, conforme concepção do grupo ao qual pertencia. Consequência: um governo sério, adequado à grandeza de uma República ainda por ser. Com efeito, Ricardo Severo[6] não era qualquer um. Engenheiro civil português envolvido com agitações republicanas, no Brasil é convidado por Ramos de Azevedo (1851-1928) para trabalhar no escritório paulistano. A partir de 1928, com a morte do amigo, assume a direção do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Dentre as diversas atuações no cenário nacional, é importante lembrar que Severo participou da cria-

6 O verbete registrado pela Enciclopédia Itaú Cultural exemplifica ao leitor de hoje o círculo social no qual Ricardo Severo estava inserido: "Ricardo Severo da Fonseca e Costa (Lisboa, Portugal 1869 - São Paulo SP 1940). Engenheiro, arqueólogo, arquiteto. Forma-se engenheiro civil de obras públicas em 1890 e engenheiro civil de minas em 1891 na Academia Politécnica do Porto, em Portugal. Participa da fundação da Sociedade Carlos Ribeiro, em atividade de 1887 a 1898, e da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, de 1890 a 1898. [...]. Em 1891, participa da revolta republicana do Porto e é obrigado a emigrar para o Brasil. Escreve artigo sobre o Museu Sertório, 1892, por meio do qual conhece Ramos de Azevedo (1851 - 1928), que o convida a trabalhar em seu escritório. [...]. Filia-se ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP em 1911 e participa da criação da *Revista do Brasil*. Nessas e outras instituições e periódicos publica séries de artigos e conferências dedicadas a arqueologia, republicanismo, colônia portuguesa e arquitetura. UOL EDUCAÇÃO. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5385&cd_idioma=28555. Acesso em: 8 jun. 2009.

ção da *Revista do Brasil* (1911). Casado com Francisca Santos Dumont, irmã do inventor Santos Dumont, portanto filha de um "rei do café", e inserido no círculo intelectual paulista pela sociedade com Ramos de Azevedo, o diretor do Liceu pode representar a ligação estreita entre uma sociedade oligárquica dominadora e uma classe social republicana também detentora do poder. Sobretudo, legitimando seu exercício do poder pela competência intelectual. Enfim, um tipo humano e social altamente valorizado na roda de *O Estado*.

Assim, em tudo Ricardo Severo mostrava-se figura honrosa aos olhos do articulista, tanto pela trajetória de vida quanto pelo papel desempenhado na escola. O Brasil somente iria "ser" se fosse curado, em ampla dimensão, tanto em relação à saúde física, quanto moral.

A assertiva, lembrando a ênfase dada por Lobato ao saneamento, remete ao conjunto de textos de 1918. Por abordarem especificamente a questão endêmica, é importante observar que a estratégia de convencimento escolhida pelo escritor foi atingir o "bolso" do leitor. Isto é: se era fato que a economia refletia o estado geral de doença do povo, convencer o leitor – e este ou pertencente às classes abastadas ou àquelas formadores de opinião pública – não bastaria apenas tocar o sentimentalismo mediante a miséria em que jaziam milhares de irmãos brasileiros. Era preciso ferir o brio nacional, apontar nas mazelas individuais e coletivas o efeito sobre a economia. A economia acabaria justificando o investimento na saúde de uma massa longe de ser o que se queria mostrar ao francês como "Brasil". Era preciso um lastro "racional" para justificar o investimento nas camadas inferiores.

Primeiro artigo da série "Saneamento do Brasil", "A ação de Oswaldo Cruz (18.3.1918) deixa registrada sua incondicional admiração não só pelo trabalho científico realizado em Manguinhos, mas também em relação a Pasteur, pai da ciência biológica moderna: "Inaugurou-se para a humanidade uma era nova; a era dum novo sentido, a ultra-visão. A higiene nasceu". O segredo para resolver os problemas: a abordagem científica. Escreve ele:

> É mister abordar os problemas com absoluta isenção de ânimo, limpo o observador de idéias preconcebidas, de espírito partidário, de facciosi-

> dade de escola, de sentimentalismo pueril; é força começar do princípio, não interpor entre o caso em foco e o sólido preparo técnico do cientista nenhum apriorismo perversor.

O verdadeiro sábio não emitiria opinião, consultaria o laboratório, o qual diria tudo "sem enfeite nem torção". O povo que estava cretinizado "pela miséria orgânica de mãos dadas à mistificação republicana olha em torno e só vê luz no farol erguido por Oswaldo num recanto sereno do Rio. Só de lá tem vindo, e só de lá há de vir a verdade que salva".

Nem os planos econômicos, nem as propostas agrícolas, nem a organização política do governo salvariam o país. A higiene, como braço executor da ciência, poderia alavancar a nação. Em "20 milhões de opilados" (19.3.1918), Lobato revela ao leitor números no mínimo incômodos sobre a saúde do país: os estudos médicos mostrariam que 70% era a proporção de brasileiros vítimas da ancilostomose. Depois de apresentar o ciclo do verme, o apelo ao absurdo da situação: "É fantástico isto! Milhões de criaturas humanas com a função social adstrita à veiculação das posturas do ancilóstomo!", e mais – "um país com dois terços de seu povo ocupados em pôr ovos alheios!"

Apontam-se novamente as Câmaras municipais como instâncias possíveis de executar políticas saneadoras. Mas, como fazer com os políticos locais? Como fazer para convencer os mandatários locais, cujas mentes muitas vezes não se mostravam submissas às diretrizes republicanas mais progressistas, símbolos do atraso político brasileiro, de que era necessário curar os homens do campo? "Mas de que modo convencer a um coronel prefeito de câmara, ou tenente inspetor, da existência, vida, costumes e ação de um verme que ele não vê?" Se o mesmo coronel ou tenente era alfabetizado e leitor de jornais, como geralmente era, ainda mais de um periódico nascido nos braços da oligarquia cafeeira, já estava frente a frente com argumentos para o convencer – "Três milhões de papudos e idiotas" (20.3.1918), terceiro texto da série, apela mais explicitamente ao bolso dos mandatários: "Três milhões de quantidades negativas, incapazes de produzir, roendo famintas as sobras da produção alheia, e, o que é pior, condenadas ao mau fado de viveiros do parasito letal para que bem assegurada fique

a futura e inevitável contaminação dos sadios...". Tirar o leitor da comodidade do bem viver em detrimento aos milhões adoentados, para isso o escritor oferece outro argumento de peso – a contaminação poderia atingir todos. Nos parágrafos seguintes, dirige-se à relação dos administradores públicos com o problema, afirmando que "um olhar, uma medida, uma campanha contra o grande mal, nisso ninguém cuida – não há tempo, não há verba...".

Lobato, enfim, chega ao ponto de maior incômodo ao leitor prefeito ou presidente de câmara: "deste deperecimento progressivo da população resulta o nosso 'crac' econômico". Para que ninguém duvide, esclarece: "as lavouras organizadas, como a do café, entanguem-se no desespero da falta de braços, mal se interrompe a corrente da imigração européia. Braços! braços! Há fome de braços. Uma país de 30 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café". Os braços estavam aleijados, fora da possibilidade de aproveitamento para o trabalho, "músculos roídos pela infecção parasitária". Isso tudo iria pesar no bolso do proprietário, o qual, vendo-se em carestia de mão de obra, arcaria com o ônus do imigrante, fosse qual fosse a origem dele. Para que tanto prejuízo se a solução estava às portas? Mais barata e mais eficaz? "A solução definitiva do problema eterno da lavoura quem a dará é a higiene", afinal, "suprimindo a ancilosotomose, ela restituirá à faina fecunda dos campos vinte milhões de aleijados; destruindo o barbeiro, ela evitará que os três milhões de idiotas e papudos de hoje não sejam seis milhões amanhã".

A relação entre desenvolvimento moral e progresso material até então pontuada pelos artigos é tema central em "Reflexos morais" (23.3.1918). Como frase inicial, a síntese do texto: "No corpo são a mente é sã". De início, cita enunciados característicos do fatalismo nacional: "não há salvação – estamos condenados ao deperecimento – apodrecemos antes de amadurecer – o caráter está em crise – governar é roubar, e fazem eles muito bem – tolo é quem não aproveita – honestidade é sinônima de ingenuidade – se vamos à garra mais um dia menos dia, viva o presente!". Os ditos populares poderiam assim ser enfeixados, segundo Lobato: "falimos como povo, como país, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente".

"Esta convicção inoculada na maioria dos espíritos, proclamada pela imprensa, e confirmada pela preamar crescente das nossas lazeiras política, cria como atitude filosófica, o ceticismo completo; como norma prática de conduta, o oportunismo deslavado." Como explicar tamanha decadência de uma nação? Seria doença, não outra coisa, dado que valores positivos seriam resultantes lógicas da "boa circulação do sangue, das glândulas em normalidade de funcionamento, dos pulmões sadios bem oxigenados pelo ar puro". O arrivismo, eleito como atitude nacional, estaria se mostrando nas atitudes dos pais, perdidos a respeito da educação de seus filhos. Educar com valores morais para sofrerem as privações de uma sociedade sem nenhum respeito por elas ou educar para se darem bem mesmo condenando a própria dignidade? "Como é assim a maioria dos pais, imprensados nas pontas do dilema, desistem de educar moralmente a prole: lá se avenham com a vida, aprendam à custa própria, reajam ou adaptem-se, conforme os espicace o temperamento. É o lavar de mãos de Pilatos."

O resultado social era a não resistência a toda espécie de abuso de poder pela força política. "Os seus detentores, incoactos por injunções morais internas, não se vêem coagidos externamente por nenhuma sombra de resistência, e ousam tudo", o Brasil seria a terra onde "um parafuso qualquer da máquina governativa, prefeito de Câmara ou ministro de Estado, tem o direito de 'ousar tudo' escudado pela mais completa irresponsabilidade". Se na Alemanha qualquer cidadão obteria sentença contra o governo, na realidade nacional não haveria tribunal que ousasse julgar contra um porteiro de repartição que tivesse pelas costas o apoio de um ministro: "a política virou um privilégio restrito com feroz exclusivismo à custa dos audaciosos, amorais".

A comparação com a vida parasita é inevitável. Sem forças de reagir, porque doente, o povo é sugado pelo "mata-pau" governista. Infelizmente, "não é imoral o mata-pau quando se encosta por uma árvore acima, constringe-lhe o tronco nos cíngulos, atrofia-a e mata-a. Imoral é a árvore assaltada que não defende o seu direito à vida". Para se defender, haveria de ter forças; fecha-se pois o ciclo da doença no âmbito biológico e social. O país doente pelas moléstias endêmicas também assim era pelas moléstias políticas. Lobato ataca de frente

os parasitas visíveis: "a maioria dos nossos paredros não seriam coisa nenhuma se lhes não emprestasse força a aliança com o ancilóstomo e o barbeiro. A ação das anofelinas é o pedestal de muito sumo pontífice republicano; sem elas ai deles e da sua Republica!". É por isso que havia políticos se opondo à ideia do saneamento, concluía o autor.

Tal como um animal doente em que toda sorte de parasitas aproveita a oportunidade para se alimentar com fartura, assim seria a população brasileira. Porém, uma vez curada, iria se despojar desses parasitas, erguendo-se para não ser mais subjugada. O apelo final liga as pontas da argumentação, saúde e economia:

> Quereis remendar um país assim? Restaurar-lhe as finanças? Dar-lhe independência econômica? Implantar a justiça? Intensificar a produção? Criar o civismo? Restabelecer a vida moral? Restaurai a saúde do povo. Curai-o, e todos os bens virão ao seu tempo pela natural reação do organismo vitalizado.

O parasita político, pois, é justamente o representante do poder local, entidade a ser eliminada mediante a constituição do estado nacional forte, gerenciador do desenvolvimento geral do país. O coronel era figura emblemática da ignorância e do atraso, encarnação simbólica de um regime político ainda não derrotado integralmente.

Em "Doze milhões de impaludados" (21.3.1918) clama-se mais uma vez por verba para o saneamento, "dote-se o laboratório com metade das verbas gastas em subvenção de jornais, e Butantã salvará o país inteiro da infecção palustre". "Diagnóstico" (22.3.1918), próximo artigo da série, afirma que em todos os povos as populações rurais são exemplos de saúde das nacionalidades. "São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho eles mantêm elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, eles mantêm em alta o índice biológico da raça." Para o Brasil, o camponês comum não representaria nem uma coisa nem outra – "entre nós é possível pedir à roça o sangue revitalizador? Não o elemento rural é pior que o urbano. As nossas cidades se vêem forçadas a importar sangue de fora, se querem escapar ao marasmo duma senectude extemporânea".

A analogia com a planta parasitada é estendida à relação entre países em "Primeiro passo" (5.4.1918). Os estrangeiros desprezariam o Brasil, enquanto o governo brasileiro faria as mais diversas benesses para investimentos pífios vindos de fora, mas que resultavam em grandes somas retiradas do povo. "Vá que seja assim. A lei da vida é a vitória do mais apto, do mais esperto, do mais bem apetrechado pelo deus de asas nos pés e nas unhas – mas que seja assim com resistência da nossa parte, de má cara. Exigir que o vencido sorria, é demais." Apela-se para a dignidade do leitor. Lobato insiste na questão da soberania nacional ao final do artigo: "não há problema nacional que se não embrinque nesse. Só um aumento crescente no índice da saúde coletiva trará a solução do problema econômico, do problema imigratório, do problema financeiro, do problema militar e do problema político".

Negar-se a sanear o país seria condená-lo ao "papel de adubo inerme onde a flora alienígena afunda as raízes ávidas, para viçar e florir em coroas de nobreza rastacuera. Não fazer isto é morrer na lenta asfixia da absorção estrangeira".

O que vinha se anunciando até então com argumentos oscilando entre profundas indagações humanitárias e críticas às desprezíveis posturas políticas anuncia-se cabalmente em artigo encimado pela epígrafe: "O saneamento". "Déficit econômico, função do déficit da saúde" (7.4.1918) recupera ideias dos textos anteriores, porém, sem se ater a qualquer moléstia especificamente ou a sugestões de profilaxia, antes tem como objetivo deixar a olhos vistos a relação entre pobreza e doença. Segundo o autor, em 30 de dezembro do ano anterior, Cincinato Braga apresentara ao governo um projeto sobre fomento de produção precedido de estudo da situação econômica. No documento, via-se a pobreza imensa do país oficialmente enaltecido: "como país produtor, descaídos para o raquitismo; como país devedor, de cabeça baixa, assentados nos degraus humildes onde os perdulários em 'pane' pedincham 'fundings'". Apresenta dados comparativos com outros países da América Latina, demonstrando o quanto a produção nacional era pequena, insignificante no comércio internacional. Encerrando a apresentação resumida do trabalho de Braga, Lobato lança ao leitor pergunta cuja resposta já havia dado em todos os artigos anteriores:

"Onde reside a verdadeira causa desta caquexia?". Resposta: "Na doença do povo".

As afirmações se sucedem de modo a não dar margem a qualquer oposição: "O 'déficit' financeiro é reflexo do 'déficit' econômico. O 'déficit' econômico é reflexo do 'déficit' da saúde. Sem restaurar a saúde do povo não há solução para os seus efeitos mediatos e imediatos". A população rural, orgulho de outros países como afirmara anteriormente, estava doente e improdutiva. "A população rural, esteio que é da riqueza pública, força primária da indústria extrativa, fonte de onde tudo promana, quanto mais doentia se tornar menos eficiente na produção de riqueza será". Reconhece, pois, a precária situação do Jeca 'sarcopte': "opilada, impaludada, tracomatosa, embarbeirada, roída de inteligentíssimos vermes por dentro e sugada no exterior por ineptos coronéis prepostos como manoplas estranguladoras no gasnete da vítima pelo bacharel político, tristonha por tabela, que folga e ri nas capitais".

Reforça o problema da produtividade, afirmando que o brasileiro produzia seis vezes menos que o argentino. A mensuração também abarca a Bolívia e o Paraguai. O Brasil só ganharia desse por pequena margem. Repete: "O problema da riqueza pública só terá solução favorável quando solvido o da saúde do povo". O próximo artigo da série, "Um fato" (12.4.1918), traz exemplo do que se afirmara até ali. Às margens do Paraíba, um grupo de frades dominicanos agricultores fizera em proporções pequenas o que o governo deveria fazer pelo país todo: como precisavam de mão de obra, alimentaram e trataram da população local, de forma que "das carcaças opiladas onde morrinhava a 'indolência' do pobre Jeca Tatu, saiu, pelo equilíbrio alimentar, um homem resistente, pela cura das mazelas, um homem ativo, pela noção de relativo conforto, um homem constante que 'parava' na fazenda e criava amor à faina agrícola". Para o bom observador de dados financeiros, o parágrafo seguinte traz demonstração importante como justificativa para se cuidar da população doente:

> Breve, graças à inteligência da solução dada ao problema, pode a Trappa movimentar toda a sua enorme exploração arrozeira, a mais aperfeiçoada que existe no Estado, fazendo funcionar as mais modernas

> máquinas de lavrar plantas, ceifar, etc. Como resultado econômico surgiu logo uma produção de 15 a 20 mil sacas de arroz, extraídos de uma terra que vivia a monte, por meio de músculos definitivamente condenados pela opinião geral como equivalentes de zero.

"Este exemplo é frisante". Realmente, como exemplo, o fato narrado apelava para a rotina mais ordinária da civilização brasileira, ou seja, o emprego de mão de obra eficiente para a lavoura improdutiva nas terras tropicais. "Curá-lo é criar riqueza. É estabelecer os verdadeiros alicerces da nossa restauração econômica e da financeira." Sem reverter para a saúde os milhões de criaturas aposentadas precocemente, sempre faltariam braços para as atividades produtivas. "Sem aumentar a eficiência dos que, apesar de ativos, dão de apenas uma fração do esforço normal das criaturas sadias, sem transfazer em quantidades positivas o que vai por aí de quantidades negativas – peso morto improdutivo, e além disso oneroso para os demais", nunca o Brasil se arrancaria do atoleiro das dívidas impagáveis. "A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência, e de adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol." Mas era um homem em estado latente, compartilhando junto com sua riqueza de forças, as endemias que não o deixavam ser um trabalhador importante para a nação – "O caipira não "é" assim. 'Está' assim". O apelo econômico vai até o fim do artigo:

> Ora, num momento destes, em que a chacina européia destrói aquele excedente de população donde nos vinha uma caudal de braços, é condição de vida para o país atender ao apelo da lavoura fornecendo-lhe em vez dos chins propostos trabalhadores nacionais restaurados nas suas energias pela cura e pela higiene. Um chim fica-nos, segundo o cálculo do Ministro da Agricultura, em dois contos de réis, um chim que lá na China vale 20 piastras a peso. E além disso um chim é um chim.
>
> Com dois contos reduzidos à assistência profilática ou a medicamentos quantos caboclos assolados pela ancilostomíase ou pela maleita não reverterão à atividade? Talvez que da guerra resulte mais este benefício – o aproveitamento do músculo da casa, até agora ao léu, pela facilidade que havia em importá-lo exótico. Aconteceu isso com o carvão nacional. Se

> se der o mesmo com o músculo nacional teremos extraído da guerra um benefício de conseqüências incalculáveis. Talvez o maior de todos.

Elegia-se, pois, a eficiência produtiva como índice de "humanidade" para demonstrar ao leitor a urgência de se investir em saneamento. A questão, portanto, não era de altruísmo ou de qualquer outro matiz filosófico mais "humanitário". Lobato procurava atingir a parte mais sensível da elite econômica, o bolso.

"Início da ação" (12.5.1918) afirma que os governantes brasileiros ainda não haviam compreendido o alcance econômico do saneamento. "Alegam aperturas financeiras e restringem ao mínimo as verbas destinadas à higiene". Isso retomava a ideia exaustivamente exposta de que as elites locais ignoravam o caminho da prosperidade, ou seja, os benefícios de se investir no saneamento – ou mesmo os benefícios de se aderir às ideias de *O Estado*. Porém, quando reconhecessem o investimento em saúde como dinheiro adiantado que voltaria ao tesouro acrescido de valor – "porque esse dinheiro foi restabelecer a eficiência econômica de milhares de criaturas transformadas pela doença em quantidades negativas", nenhum serviço receberia mais generosa dotação e nenhum sobre ele teria primazia. Além da questão financeira, apela-se para a política eleitoral: "O povo clama ao ver o seu dinheiro escoar-se em aplicações desonestamente improdutivas, mas baterá palmas vendo-o empregado na obra sobre todas urgente da sua melhoria sanitária e do preparo aos filhos dum ambiente mais limpo de germens consuntores ou letais".

Mesmo, porém, demonstrando-se por elementos econômicos e políticos a viabilidade do saneamento, é preciso garantir ao povo esse benefício por meio de dispositivos legais. Isso deveria ser garantido pelo Estado, tirando-se todas as decisões do âmbito dos coronéis. "Não pode de maneira nenhuma ficar isso à mercê da veneta dum prefeito coronelóide, 'cético' que 'não crê' na transmissibilidade de morbus pelo mosquito, que acha uma 'bobage' isso de fossas, drenos, aterros, etc."; desprestigia, ainda, a liderança típica do interior que "alapado nas covas escuras duma chocarreira noite cerebral" reeditaria velhas pilhérias da campanha carioca contra Oswaldo Cruz. O Estado deve-

ria premunir-se de leis que restringissem o direito de se lesar a saúde pública, especialmente quando o coronel tentasse fazer uso das "suas opiniões pessoais". Pessoalidade, compadrio, corrupção, características próprias da figura do coronel interiorano.

Como exemplo da importância de se efetivar a ação, "Iguape" (15.5.1918), título homônimo da localidade em que já se haviam realizado trabalhos de higienização, logo no início utiliza o panorama econômico como índice da mazela: "O comércio ronceiro e mesquinho; a indústria tateante e ingênua; a lavoura incapaz de criar riqueza, eternamente adstrita à enxada e ao nomadismo da foice e do fogo". A explicação para tamanho atraso? "Nada de pedir à retórica, ou à política, ou à etnografia explicações que nada explicam. Mudemos de rumo. Peçamos a opinião da ciência experimental. E a parasitologia no-la dará sinceríssima. Conduzindo-nos ao Posto de Profilaxia de Iguape ela nos fará tremendas revelações." A ação deveria partir do Estado líder da economia nacional, ainda que também doente: "se as ações consecutivas se não dispartirem do rigor desta, e forem conduzidas com o mesmo espírito de sistematização prática, o saneamento de S. Paulo virá a ser uma realidade. E daqui irradiar-se-á pelo resto do país".

Em lances rápidos, frases curtas, Lobato tenta convencer mais uma vez o leitor de que a economia será levantada se a população for salva das endemias: "fato mais eloqüente não há. Por ele se evidencia a elevação do tônus vital, com o seu cortejo de reflexos no moral, revigorizante da vontade e desmodorrante das faculdades adormecidas". A consequência lógica é o retorno ao trabalho produtivo, "curado, de negativo, passará a fator ativo de produção. O país ganhará nele a energia correspondente a de um imigrante entrado". A pergunta final já respondida em todos os outros textos: "Este cálculo está por fazer: a cura dos três mil verminados de Iguape quanto representará de energia humana restituída ao país?".

A população curada é país desenvolvido. O progresso material permitira ao povo deixar o lugar de bois de corte ou cordeirinhos de presépio e colocar-se como verdadeira força política. Os abusos dos governantes diminuiriam. O progresso moral seria condição própria de um povo saudável. Um povo moralmente saudável enaltece o tra-

balho, valoriza a ciência, alimenta o patriotismo. Seus filhos, criados sob a proteção do conhecimento científico, continuariam a obra de elevação nacional.

A República dos bacharéis

A ironia é um dos recursos mais comentados pela crítica lobatiana. No conjunto de artigos publicados em *O Estado*, é importante observar que ela se apresenta muitas vezes sobre um mote do qual Lobato não se cansaria tão logo. O bacharelismo brasileiro.

Em "Entre duas crises" (30.10.1913), a tensão do assunto absorve a escrita do texto, não deixando margem para tiradas mais cáusticas ou críticas mais severas. Porém, nos artigos de 1914, Lobato coloca o bacharel no lugar em que sempre o veria, pelo menos desde as datas de suas primeiras cartas a Rangel, ou seja, no lugar da inutilidade de diplomados alheios à realidade brasileira. "Uma velha praga" (12.11.1914) traz uma das contraposições mais marcantes entre a visão de um autor "realista" com os idealistas correntes – para isso, aproxima-o do literato, figura no mesmo nível do bacharel para Lobato. Após toda a descrição de como o caboclo "sarcopte" chega à propriedade e do modo como incendeia as matas, o texto afirma que, mediante as proibições municipais sobre a queimada, aquele se coloca a pensar – "urde traças para a iludir, coçando dest'arte a velha preguiça e a velhaca malignidade". A malignidade, porém, não é reconhecida pelo poeta da cidade: "Foi neste momento que o viu o poeta". E o exemplo vem em seguida: "'Cisma o caboclo à porta da cabana'. Cisma, de fato, não devaneios líricos, mas jeitos de transgredir a lei com a responsabilidade a salvo. E o consegue".

"Urupês" (12.11.1914) inicia-se justamente com a questão poética, trazendo nada menos que as visões de dois respeitáveis representantes do ideário nacional, José de Alencar e Marechal Rondon: "o balsâmico, elegante indianismo de Alencar esboroou-se pelo advento iconoclasta dos Rondons que, ao invés de fantasiarem índios dentro dum gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, meteram-se a palmilhar sertões", e

o método de se fazer isso também não compartilhava do romantismo de Alencar: "de winchester engatilhada, para lhes devassar a ocara e a vida". A ironia se faz via literatura e filosofia: "por felicidade nossa e de D. Antonio Mariz" Alencar não teria visto os índios verdadeiros, antes sonhado com eles, qual Rousseau: "do contrário lá teríamos o filho de Araré a moquear a linda menina n'um bom braseiro de pau-brasil, em vez de acompanhar em perpétua adoração como o Ariel benfazejo das matas do Paquequer".

Como consequência da obra alencariana, os demais poetas teriam passado a produzir seus índios nos moldes civilizatórios. "Em sonetos, cantos e novelas, hoje esquecidos, se consumiram tabas inteiras de Aimorés sanhudos com penas de tucanos por fora e virtudes romanas por dentro". Mas o público se cansou da visão do homem brasileiro adâmico, o que determinou mudança no mercado literário – expressão, aliás, que procura ferir a idealização romântica: "vindo o público a bocejar de farto, já cético pelo desmantelo crescente do ideal, cessou no mercado literário a procura de bugres homéricos, inúbias, tacapes, borés, piagas e Iracemas". Porém, o ideal do homem nativo voltou à cena com outra roupagem: o caboclo. "O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocara virou rancho de sapé; o tacape atilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje a espingarda troxada; o rausíssono boré descaiu sordidamente para pio de inambu." A roupa não escapou à evolução: "a tanga ascendeu à dignidade da camisa aberta ao peito, mas o substrato psíquico permaneceu o mesmo: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica, todo o recheio, em suma, dos Peris e Ubirajaras".

Os responsáveis por destroçar a ilusão indianista viriam armados pela ciência, derrubando as caipirinhas cor de jambo e os "peris de calça, camisa e faca à cinta!". O caboclo, "o menino Jesus nacional", era preservado por quem não conhecia o país a não ser pelas páginas dos jornais. Para alcançar esse consumidor da imagem idealizada das terras nacionais, a ironia poderia vir travestida com cara mais afável, por meio da caricatura. Dois artigos de janeiro de 1915 tratam do tema.

"A caricatura no Brasil – I" (27.1.1915) inicia-se com referência ao conflito europeu. Como abrir um jornal equivaleria a "estripar um

cevado, tal o bafio de sangue escapo dos telegramas, das crônicas, das gravuras e até desse tanque de lavar roupa que é a seção livre", o autor "convida a passeios por veredas mais afastadas do saladeiro; onde os pés não atolam em poças de sangue nem os olhos repastem na rês humana destroçada a estilhaços de obus". Começa, então, a contar a história da caricatura, retomando sua gênese entre os gregos. Cita exemplos de representações caricaturais da Antiguidade, recorrendo a expoentes de diferentes lugares, como Alemanha, Flandres, Inglaterra. A partir da invenção da imprensa, dão-se as asas que faltavam à caricatura. "Deu-lh'as um dia, em Strasburgo, certo sujeito emigrado de Mayença, homem esquisitão, muito metido consigo e sempre ocupado em escarvar pauzinhos. Pelas artes de tal mago se viu a caricatura sagrada como a quarta arma de guerra do pensamento humano." Cita o caso de Gavarni, que havia caricaturado o rei francês Luiz Philippe, sendo por esse levado ao tribunal. Embora repreendido, voltou à prática, pois o povo gostara dos desenhos de pera, formato atribuído ao rosto do monarca.

Lobato continua sua viagem pela história e pela geografia da caricatura. Chega à América do Norte, não poupando da ironia seu país eleito como ideal desenvolvimentista: "Tio Sam, de cartola felpuda bandeada de estrelas, grandes bicos no colarinho, calça apresilhada aos pés, disputa de mãos no bolso com o atarracado John Bull, ou arenga e puxa orelhas a mexicanos de chapeirão". A ignorância geográfica do poderoso personagem é gritante: "para tio Sam é mexicano tudo quanto vegeta do Panamá à terra do Fogo" – ou tudo seria "México" no modo de tratar toda a América Latina? Isso não importa, pois o assunto do texto não é de coisa séria.

Enfim, Portugal – um pulinho para o Brasil. Acácio, o conselheiro de Eça de Queirós, surge como representação não anunciada do bacharel prolixo. A caricatura, porém, não respeita nem personalidades nem personagens: "O conselheiro era meio Portugal. Arrear-lhe as calças em público foi terremoto de maiores conseqüências que o de Lisboa. Depois da morte de D. João ninguém morreu com maior solenidade". Na sequência, afirma o artigo: "Mas deixou muitos filhos naturais".

"A caricatura no Brasil – II" é artigo complementar publicado na edição consecutiva (28.1.1915). A história do Brasil, lamenta-se

o autor, infelizmente não contara com nenhum caricaturista em seu princípio. Narra-se, pois, a descoberta e a vinda do rei português para as terras tropicais. O texto todo é uma caricatura da história nacional. Para retratar a implantação dos poderes administrativos, por exemplo, atribui a figura de caixões de carregamento, enchendo de futilidade e certo tom bonachão a forma de organização do Império em terras coloniais: "A soberania nacional geme numa padiola; vem muito pálida com ares de ética em usos de fígados de bacalhau, açafatas consoladoras ladeiam-na dando-lhe a bebericar água de melissa, para o nervoso. Que a poria assim? Enjôo do mar, talvez...". E é de modo caricatural que se explica o mau funcionamento de muita coisa no Brasil: "na lufa-lufa do embarque, em Lisboa, muito peça se quebrou ou caiu ao mar ou se esqueceu pelos cantos do palácio. Porcas e parafusos sobretudo donde ao armar o Estado de novo ficar-se ele bambo, frouxo de mancais e perro". Dentre as coisas abaladas, "vinha a urna eleitoral; remenderam-n'a como puderam mas nunca houve funcionar a contento; a peça perdida devia ser alguma mola real. Dois frasquinhos de homeopatia ninguém descobriu onde paravam; continham noção do dever e responsabilidade, em grânulos".

A crítica se torna mais ácida quando se constata que, com tantos motivos para se rir, o brasileiro não conseguia achar motivo para isso. Principalmente, afirma Lobato, depois que a pátria se tornara francesa. "Nós é porque somos o povo mais sorno do continente e o que menos ri, e o que quando por necessidade higiênica de arejar o fígado prescreve-nos o médico umas sacudidelas intestinais por meio da gargalhada, vamos buscar em França 'Pericholes' quando em casa temô-las rabelaisianas". O artigo não se preocupa com a caricatura apenas dos nobres, volta-se ao povo, também merecedor de bom desenhista: "os rapazes recém-saídos do alfaiate só tem olhos para o vinco das calças; em vez de elegantes saem-no bezerros bem enfarpelados, mas com visíveis sintomas de tênia". As moças, por sua vez, "entreexaminam-se de esguelha; lembram terneiras de raça recobertas de gaze e sedas, mal aclimadas e corroídas do mesmo mal dos rapazes. Circulam, bocejam, e se vão, nos antes reluzentes, como sonâmbulas". Sentencia o texto em termos científicos: "O mal do país é

esse, a bezerrice. Se algum químico decompuser o ar que se respira nos salões talvez encontre metido entre o oxigênio e o azoto algumas moléculas desse novo gás ambiente". Sem piedade para com seus colegas de escrita, Lobato afirma serem os poetas nacionais cegos pela busca de temas completamente distantes da terra em que vivem, na qual os assuntos dignos de comédia seriam abundantes: "Os nossos poetas são um chorar lágrimas como punhos sobre tais e tais ilusões perdidas – no fundo dos quais todo o mundo percebeu um amanuensado que falhou, quando não, a tábua da menina enfermiça dos fígados em cujos olhos de vitelinha clorótica se afogou o coração do tolo".

Não mais em tom caricatural, mas mostrando ao leitor a necessidade de se valorizar os mitos nacionais, em "Como se formam lendas" (16.2.1915) Lobato volta aos poetas chorões sem estilo: "Não há palerma por mais canhestro em exalar as comichões do seu coração arranhado num cinema pelas olhadelas escorridas duns dezessete anos de saia que lhe não chimpe em carta rosa três metáforas, em duas das quais pelo menos, fulgura a estilha, dessorada pelo uso, de um helenismo". Afastados da pujança grega, e sem característica nacional, os poetas pátrios levavam anedota condizente com o tipo de escrita que produziam – tais como erros de transcrição alteraram o sentido de histórias antigas, a utilização vulgarizada do lendário grego iria criando novas imagens sem vigor artístico.

Bacharelismo e arte deparam em "A propósito de Wasth Rodrigues" (8.1.1916), no qual, antes de abordar questões estéticas do pintor, Lobato demonstra a seus leitores meandros da máquina administrativa que, em vez de contribuir efetivamente para a cultura nacional, dedica-se às práticas politiqueiras. Fomentar a nacionalidade por meio da formação de artistas é obrigação do Estado, no entanto, esse operaria às avessas: "não obstante esta intuição de bom senso o Estado opera às avessas. É que atrás da impessoalidade do Estado está sempre escondido um homenzinho". Esse "homenzinho" é a representação dos interesses políticos acima dos legítimos interesses da nação. "Entre nós os homenzinhos que dentro do touro de bronze oco do Estado entendem das coisas d'arte, fogem à concepção mundial do artista prefigurada acima." Apesar da óbvia constatação de que o modelo de pensionato brasileiro

no exterior era fracassado, o "homenzinho" não aceitava sugestões – "vá a gente dizer estas coisas aos homenzinhos alapados no bojo do Estado e detentores das manivelas da subvenção!". Mostram seu desprezo pelos não entendidos no assunto: "sorriem de puro dó, os alhos".

A classe abastada vira alvo do escritor. Nas casas em que entram quadros comprados nas exposições, são hegemônicas as reproduções francesas. Quando muito, imagens estigmatizadas do homem nacional, qual seja, o caboclo:

> Para desencargo de consciência uma ou outra telazinha nacional, as mais das vezes um caipira picando fumo. Porque a pintura indígena inda não transpôs o caipira picando fumo. Des'que Almeida Júnior, o precursor, o artista educado lá que melhor reagiu contra a corrente, rasgou picadas novas com o seu picador de fumo, não houve espreme-bisnagas que se não julgasse obrigado a pagar esse tributo de captação ao caipira. A modos que, lá pelo ano 3.000, a arqueologia restauradora da nossa época, por meio de telas coevas, chegará a uma única conclusão: naquela metade de século, no Brasil, o caipira picava fumo. Só, e nada mais.

A arte como remédio ao bacharelismo nacional. Popularizar o teatro, usar o cinema para divulgar ciência, não são somente saídas para dinamizar a economia. São também estratégias para a sobrevivência de uma arte saudável, liberta dos valores franceses e europeus em geral. Texto bem posterior, "O teatro brasileiro" (14.10.1922) elucida bem isso. É importante notar, aliás, que no segundo artigo de 1915 sobre a caricatura, Lobato expõe a ideia de que somente o povo é que legitima um estilo ou um gênero. Usando a imagem do mata-pau, afirma que a planta parasita é uma mentira enquanto seus filamentos não alcançam o solo. Quando ocorre o contato, porém, engrossa os cipós, ganha força, e estrangula a planta hospedeira. "Isto não é retórica, é verdade e serve de símile à neo-caricatura indígena que, abandonando a esfera restrita das camadas que entrajam casimiras, vai meter raízes no suculento esterco que é o povo, único alfobre capaz de vitalizar a arte."

Abordando a questão do problema de sustentação do teatro nacional, num artigo de 1922, ano das apresentações da "Semana de Arte

Moderna" no Teatro Municipal de São Paulo, Lobato demonstra novamente a concepção de que os moldes franceses, identificados com o das camadas sociais mais elevadas no Brasil, não frutificavam entre a população. "No teatro, o grande estímulo criador sempre foi o apoio público. Este apoio faltou às tentativas oficiais. Os espectadores nada viram no movimento que os interessasse."

Teatro por sessões: a ideia tinha dado certo no Brasil. Inspirada no cinema, era muito mais interessante ao grande público – "Era uma idéia. Divertia – e não massava. Além disso – argumento sério, barato!". O teatro moderno seria proveniente dessa demanda, não das concepções clássicas de uma arte para eleitos. "Forçou-o a ser breve, incisivo e barato. A ser moderno, a ser democrático. Não mais privilégio dos ricos, como o teatro de outrora – que subsiste hoje sustentado apenas pelos ricos – mas de todo o mundo. Quinze, vinte mil réis a cadeira? Não. Três apenas, e até dois." Economia de tempo também era vantagem, pois "o outro, o dos ricos, exige o emprego de toda a noite; o recém-criado pede menos, hora e meia se tanto, tal qual o cinema". Afinal, só os ricos poderiam esbanjar o seu tempo, "o remediado tem que ir cedo, no outro dia, para o serviço. É-lhe, pois, vedado, em absoluto, o teatro à antiga". Como aferir lucro de peças demoradas, agradáveis – se tanto – a um público raro, que não alimentaria muitas apresentações? O teatro conciso permitia isso, sem perder a qualidade. Comprovação da aceitação do público eram as bilheterias cheias. "Comédias finas, ricas de emoção, libertas de pimenta e do sal grosso, viram-se aplaudidas com entusiasmo."

Contribuindo para o sucesso estavam as cenas com prosódia brasileira: "Essa disparidade se agrava na classe média, que freqüenta os teatros e lhes dá vida, porque nelas é menor o hábito da leitura do lídimo português, menor que é a sua cultura literária". A Companhia Abigail Maia tivera sucesso com o novo formato, agradando à classe que pagava dignamente as apresentações, porque mais numerosa, porque menos afeita aos moldes franceses. Sob a direção elogiosa de Oduvaldo Viana, tinha-se, enfim, teatro brasileiro: "seus atores, todos nacionais, falando a nossa língua, prosodiando à nossa moda; o apuro das montagens, o capricho dos cenários, o amor inteligente com que

são tratados os papéis; a ausência de chulice, de 'charge' forçada". Encerrando o texto, uma tirada irônica: "Vai cessar, finalmente, esse horrível estado de coisas que durou até há bem pouco tempo: um país que ia ao teatro mas não entendia patavina das peças... a não ser que levasse consigo intérpretes juramentados".

O entusiasmo por um mercado mais democrático para a arte, porém, aparecera anos antes, em 1915, no segundo artigo sobre a caricatura no Brasil. Apesar do tom cômico do texto, Lobato insere comentários sérios a respeito do fazer arte – fosse ela qual fosse – no território nacional. É com muita simpatia que "A caricatura no Brasil – II" (28.1.1915) relata a estratégia de Calixto e Raul para se manterem em publicação nas folhas: "o meio porque conseguiram algumas delas obter públicos é curioso. Fugiram de procurar apoio nas classes cultas; desceram às plebéias, estudaram-lhe os gostos, as predileções, o alcance mental, a capacidade de percepção satírica", tal como "industriais alemães" ofertaram o produto a contento do freguês. "Os desenhos típicos se resumiam em grupos de políticos evidentes lardeados dum diálogo muito lisonjeiro ao paladar da patuléia". A invenção dera resultados, colocando de "supedâneo às revistas os níqueis disponíveis no bolsinho de todo o guarda-freio da Central, chefe de linha, escavador, carroceiro, motorista ou porteiro que se ligava a algum paredro pelo fio do voto, e todos andam ligados".

Expandem os negócios expandindo-se geograficamente – "outro recurso não menos hábil foi cultivarem as amizades de todas as bandas de música que zabumbam os ares do país, de Mato Grosso do Sul, de todas as irmandades do S. Sacramento, todas as corporações e demais grupos associados em torno dum ideal ou um peru". Conquistar o apoio de diferentes grupos era abrir diversas possibilidades de publicidade e venda, ainda que tivessem de usar a fotografia como meio de "eternizarem-se em efígie": "com se multiplicarem tais grupos em tais revistas, pela reprodução fotogravada, a meia imortalidade conferida pelo azotato de prata se integrava em imortalidade inteiriça, tão sólida como a da Brasileira de Letras – e a folha apanhava um bandão de assinantes". Num país de núcleos urbanos tão distantes, era engenhosa a estratégia de cultivar amigos até os confins do Acre,

"à custa de lhes publicar a tromba sublinhando-a dum elogio", tinha algo de gênio, admitia o autor:

> "Vinde a mim "garçons" de hotel de Pilão Arcado a Bebedouro, estafetas, caixeirinhos, irmãos de S. Benedito, guarda-chaves, motorneiros, todos que soletrais, do Icó a Òbidos, de Encruzilhada a Salesópolis, colhendo os primeiros frutos da escola pública republicana; ajudai-me a viver, que vos divertirei imensamente".

Reflete o escritor: "as camadas altas andam gafadas de francesismo; assinam a 'Illustração' e riem pelo 'Fantasio'. Nada há que esperar deles". Calixo e Raul apelaram ao grande público: "Protegei-me que te darei histórias do Chantecler, retratos de Antonio Silvino e 'clichês' (ó sórdida palavra!) de todos os grandes crimes que alegram este Rio de Janeiro". Mais uma vez surge a metáfora biológica para explicar o sucesso dos caricaturistas, afirmando que "todas as belas florações são, assim, oriundas de uma semente fincada num monte de esterco. O aproveitamento industrial de todas as vaidadezinhas ingênuas e provincianas do país inteiro criou – é prodigioso! – revista ilustrada de ampla divulgação". Para isso, haveria concessões inevitáveis, porém, "não se lhes condenem o uso sistemático do catão, insulsez, da ausência de arte e bom gosto; foram meios de criar indiretamente a atmosfera propícia ao desabrochar do desenho humorístico de boa liga". Afirma o texto que "a chalaça acachaçada" é mãe do chiste. Caricaturistas renomados só podiam surgir pelo ambiente criado pelo povo, "são flores definitivamente aclimadas que viçarão com esplendor neste solo".

Percebe-se, portanto, que ser contra o bacharelismo significa ser a favor da ciência e da vitalidade da cultura nacional. A consciência de mercado em Lobato juntava-se à preocupação de criar uma civilização digna moral e economicamente. Por acreditar na livre iniciativa e no mercado como fatores de desenvolvimento, olha para o povo como força propulsora do trabalho, seja como mão de obra, seja como criadora e consumidora de novos produtos. Aconselha diretamente o agricultor, em "A conquista do nitrogênio" (15.1.1916), que esse não se deixe enganar por qualquer orientação do setor agrícola do governo.

Para ilustrar a ineficácia da administração pública para a agricultura, faz paródia de publicação voltada para a produção da "cultura da abóbora" – "ara-se a terra com um arado de disco número tal, destorroa-se com o destorroador tal, gradeia-se com a grade tal; depois aduba-se com tantas toneladas de fosfato de cal, tantas de potassa e mais uns quilos de ouro em pó". Concluindo o cortejo de ironias, o resultado de seguir o governo: "entrega-se a fazenda aos credores e vai-se cavar um empreguinho de inspetor sanitário". Afirma ainda que "é uma beleza 'fazer agricultura' em papel almaço, na calma duma repartição pública", com ordenado garantido e transcrição de manuais franceses. "Felizmente o país é analfabeto e há o ganchinho..." Ganchinho do banheiro, onde os papéis do ministério seriam mais úteis. Ironia nada sutil. Encerrando o ano de 1916, no último parágrafo de "O aproveitamento integral da laranja" (13.12.1916), escreve:

> Além do que, isso de sendas novas é um perigo. Não já como manquejar pela estrada mestra, de todos batida: café para a lavoura, fábrica de fósforos para a indústria, empreguinho público para o resto. Não obstante as idéias tem o poder fecundante do pólen; como ele voam nas asas do vento, e num ou noutro raro estame rico de iniciativa hão de cair e hão de germinar. Esperemos na costumeira atitude budista, que algum colono italiano ou alemão seja esse estame precioso donde nos venha a realização industrial do que cientificamente Pedro Baptista de Andrade já realizou.

Sua descrença no homem público, bacharelesco, é total. Por isso, na série de artigos de 1918, iria voltar-se rispidamente contra os representantes das classes governistas, muitos deles sem "raízes" ligadas ao solo do "mata-pau". "A ação de Oswaldo Cruz" (18.3.1918), não só apresenta ao leitor a importância da ciência no combate às endemias presentes no Brasil, mas também busca atingir ideias ilusórias sobre a nação, o que considera prejudicial aos próprios brasileiros. Primeiro, a convicção de ser o povo mais inteligente e sensato do mundo; segundo, a certeza da riqueza como atributo quase "natural"; terceiro, a invencibilidade histórica, colocando-o ao lado do Japão nesse quesito. "Em

prosa, palestra, conferências, 'meetings', poliantéias, artigos de fundo, revistas de agricultura, livros escolares, hinos da Guarda Nacional e no Sr. Afonso Celso, estes dogmas, lardeados de comovidas ufanias pelas demais maravilhas da nossa terra, impam solenes", certos de que o mundo invejava a sorte de ser Brasil. "Cardumes de poetas menores – desses para os quais em sua República Platão (ó divino Platão!) legislava: 'Coroai-os de rosas, e expulsai-os em seguida' – por sua vez puseram, em verso, a grande ilusão, de modo a perpetuá-la pela mnemônica da rima e do metro na cabeça fraca do povo". O mesmo povo que deveria ser o solo fértil da arte, porém, adoentado, é ingênuo, decorando a sério "o agradável estribilho da riqueza sem par, da inteligência primacial e da invencibilidade parelha da nipônica; e, conseqüente com o ensinado, assumiu uma atitude lógica: papo ao ar em sorridente sonolência".

No segundo artigo, "20 milhões de opilados" (19.3.1918), retoma a imagem de "Urupês" (23.12.1914) com o romantismo forçado na ideologia nacional sobre o indígena e o caboclo – "esses heróicos sertanejos, fortes e generosos, evolução literária dos índios plutárquicos de Alencar; essa caipirinha arisca, faces cor de jambo, pés lépidos de veada, carne dura de pêssego: licenças poéticas do estro bucólico de poetas jamais saídos das cidades grandes". A verdade dos campos é outra: "O que nos campos se vê deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável náufrago da fisiologia a que chamamos homem por escassez de sinonímia. Feíssimo, torto, amarelo, cansado, exangue, faminto, fatalista, geófago, é um viveiro ambulante do verme destruidor". Mas, na capital, os representantes políticos eram hegemonicamente da estirpe dos poetas descritos, "os paredros do litoral, luminares da política, os sumos pontífices da intelectualidade, zaranzas em fisgar soluções puramente formalísticas". Com ironia, descreve as soluções das grandes cabeças do litoral: "Uns, para exterminar os males que decorrem desta lepra do duodeno... querem a revisão constitucional. Basta mudar uns pronomes, puxar para cá uma vírgula do artigo sexto, botar mais dois anos no período do presidente, e 'voe ancilóstomo!'". Outro reivindica o sufrágio com direito de voto estendido às opiladas; "este convence às massas de que, vestindo farda

obrigatória, o doente Brasil sara. Aquele proclama como panacéia, das boas, o parlamentarismo. E o país continua na faina sem fim de ciclar o todo-poderoso verme!...".

A indignação com as autoridades afundadas em literatura na capital aparece também em "Três milhões de papudos e idiotas" (20.3.1918) – "os literatos das capitais bizantinizam em 'estilo torturado' sobre a colocação dos pronomes e outras maravilhas; poetas a granel gastam boas doses de fósforo na metrificação de umas mágoas de mentira, e de uns amorezinhos de esquina". Artistas brasileiros, "de olho ferrado na França, auscultam o pulsar do coração latino para fisgar de primeira mão a corrente em via de substituir o parnasianismo; políticos armam e desarmam casos, requerem 'hábeas-corpus', eructando com riqueza de RR roçagantes a grande palavra República". Ao final do texto, quer a substituição integral do bacharel pelo cientista: "por instinto de conservação é força que o bacharel – 'triatoma bacaalaureatus' – entregue o cetro da governança ao higienista para que este, aliado ao engenheiro, consertem a máquina brasílica desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubi".

Ignorância enciclopédica: não apenas por ser uma grande ignorância, mas por se prender somente aos livros, obras desconectadas de qualquer relação com o interior das regiões brasileiras. No mesmo artigo, apela novamente ao leitor para que o bacharel fosse exterminado da administração pública, considerando que "a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital dirigido por bacharéis"; "e conclui-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos médicos higienistas". Afinal, "o bacharel no Brasil faliu". Para comprovar isso, sai do âmbito da saúde, passeando por outras secretarias igualmente falidas pelo rubi – "dominando sem peias na política e na administração, não conseguiram eles organizar sequer a justiça". Algo inconcebível, pois "vivem a lamuriar de juízes, tribunais e leis, da Justiça em suma, uma coisa criada por eles, que funciona por intermédio deles, para uso, gozo e proveito deles – e no entanto positivamente falida". No entanto, "Manguinhos, nos seus poucos anos de existência, mal dotado pelos bacharéis da governança com verbinhas choradas, resmungadas, ratinhadas às gordas maroteiras, com meia

dúzia de estudiosos lá dentro animados pelo espírito criador de Oswaldo Cruz", a oposição torna-se gritante, "Manguinhos já fez mais pelo Brasil do que um século inteiro de bacharelice onipotente".

No texto "Doze milhões de impaludados" (21.3.1918) volta-se à analogia histórica com Bizâncio. "É doloroso dizê-lo: as coisas estão assim, e ninguém, fora do círculo restrito dos discípulos de Oswaldo, põe tento na gravidade da situação." Governo e literatos mantêm uma postura comum quanto ao caso, "a parte culta da sociedade, folga e ri". Segundo o escritor, a situação recordava Bizâncio porque "lá também era assim. Maomé II desfraldava o pavilhão da meia-lua nos muros da cidade, enquanto os bizantinos disputavam gravemente sobre a consubstância do Verbo ou a Luz Incriada do Tabor". O Brasil estaria plagiando o Baixo Império na agonia. Reformas eleitorais, conselhos ufanistas, homenagens a personalidades, as respostas para as enfermidades assoladoras eram nenhuma. "A leishmaniose ulcera horripilante a cara de milheiros de irmãos miseráveis? Nós colocamos pronomes"; "a lepra campeia avassaladora, encaroçando as carnes e putrefazendo em vida centenares de indivíduos? Nós cantamos 'ragtimes' patrióticos". Seguindo com as perguntas e respostas, a ironia se torna mais pesada: "Legiões de criancinhas morrem como bichos, de fome e de verminoses? Nós abrimos subscrições para restaurar bibliotecas belgas"; "a mulher dos campos mumifica-se de miséria aos vinte anos? As damas da cidade five-ó-clocktizam em francês nos Trianons e nas Cavés, mostrando uma às outras fotos de pelados que elas amadrinham". Fotos dos pelados que amadrinham, indício do assistencialismo improdutivo que não tirava o Jeca da precariedade geral, ironia que ainda conta com um neologismo ao gosto dos modernistas: "five-ó-cloktizam".

"Fauna mentirosa de apologistas", a metáfora sequer permite a ironia no sinônimo atribuído aos bacharéis em "Diagnóstico" (22.3.1918). No "Primeiro passo" (5.4.1918) a ironia lobatiana atinge a escola, local onde a "mentira pia" começaria. Não era a escola nos moldes do Liceu administrado por Severo, era uma instituição inferior, despreparada para ensinar a pensar. A ingenuidade do público iria assim sendo alimentada desde criança, acreditando o povo que estaria no melhor

dos países. Por isso, o primeiro passo era ver-se doente, para tomar providências, "examinar os problemas vitais com olho médico e não com a ponta da língua bacharelesca". Fotografar-se é o que fazem os luminares do litoral, segundo "Déficit econômico, função do déficit da saúde" (7.4.1918): "Os higienistas clamam com desespero. Surge um livro como o de Belisário Pena. Correm arrepios de horror em todas as consciências. Os nossos estadistas enfarpelam-se, sacodem o pigarro fora e.... fotografam-se de novo". A conclusão do artigo não despreza a ironia como recurso para a fotografia da alta sociedade da nação brasílica – "Nessa toada em menos de duzentos anos estará o Brasil libertado de uma das suas endemias, podendo, então, cuidar das outras com igual largueza de vistas. Entrementes, fotografemo-nos". O texto encerra sua argumentação insistindo nas lentes da publicidade característica da época, apontando como vantagem que "nossos netos e bisnetos, aos quais legamos tantos ônus, possuam bons documentos do aspecto somático do 'homo sapiens' em florescência e frutificação na atualidade". Sem tal registro, "como poderiam eles mais tarde deduzir dos atos praticados que seus avós pertencessem ao gênero culminante na escala dos vertebrados?"; "o 'animus photographandi' é uma precaução sugerida pelo instinto do pudor".

No artigo "Início da ação" (12.5.1918), Lobato dá o diagnóstico dos bacharéis, os quais, em vez de argumentarem nos jornais, faziam ataques de cunho pessoal. "Incidem no quadro clínico da beladona. Entram em sua composição três partes de Acácio em alcoolatura do Mr. Homais, de Flaubert. Poção evidentemente inócua. Não obstante, quem inventasse o pó da Pérsia que eles reclamam prestaria um bom serviço à gente séria". Como bacharel formado que era, quer combater a doença intelectual de sua própria classe social. Busca catequizar seus leitores com a ciência, levando ao surgimento de homens cujos valores morais seriam concomitantes ao desenvolvimento social, material e cultural. Seria, pois, a cultura – entendendo-se a ciência como face privilegiada – um remédio contra o bacharelismo. Uma metodologia adequada para incutir nos brasileiros a consciência de sua brasilidade. O bacharel equivaleria ao afrancesamento do povo, à mentira oficial dos cartões postais do litoral. Por isso, conhecer a si mesmo, fosse por

meio de um inquérito sobre o saci, fosse por meio da regeneração das artes plásticas, contaminadas pelas influências do exterior, era ponto fundamental de um projeto de Brasil.

"A revolução do ensino" (18.11.1920) traz ao leitor uma explicação necessária para que ele compreenda a urgência de uma reforma no sistema educacional brasileiro. Causa primordial do problema, a importação do modelo europeu fracassara. "A máquina emperrou de vez, burocratizou-se, teve sempre pela cúspide, a governá-la espíritos vacilantes mas atentos às fórmulas que à essência das coisas. O papel gatafunhou-se às resmas, o verbalismo imperou". O escritor não despreza dados financeiros para comprovar suas teses: "para manter esta máquina ineficiente e grotesca, S. Paulo despendia vinte e tantos mil contos anuais, chegando, ao cabo de trinta anos, ao mirífico resultado que a estatística denunciou: analfabetos de 7 anos, 91%; de 8 anos, 82%; de 9 anos, 71%; de 10 anos, 72%...". Conclusão: "Não há de boa fé, dois juízos possíveis a cerca do aparelho de instrução paulista: não presta, não rende, não funciona, não resolve o problema. Não é simplesmente mau, é péssimo. Mais que péssimo: indecente".

O entusiasmo do articulista não poderia ser maior com a proposta de uma reforma "pé no chão" para a educação paulista: "examinou-se o terreno, levantou-se o mapa do território inimigo, sabe-se onde estão os núcleos de ignorância a atacar, vai-se derramar por todos eles o 'quantum' de instrução o permitem as condições de um tesouro recém-saqueado por um cardume de piranhas". Elogia os dirigentes da reforma, "inimigos da politicagem e atentos unicamente ao bem público". Enfim, "o acaso desta vez foi generoso para com São Paulo. Varreu a camarilha dos fátuos embandeirados em arco e pôs no lugar a coisa rara por excelência entre nós: honestidade, seriedade, competência e valor pessoal. O valor reflectivo, luz de lua, faliu de vez". Se havia um projeto de Brasil, ele se fundamentava no conhecimento, na ciência, na valorização do fato em detrimento à divagação bacharelesca. Uma reforma tão importante era executada por figura política conhecida no círculo de *O Estado*, Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo (1920-1924). Ainda que representante político de partidos oficiais, não se pode desprezar a afinidade com o grupo do

periódico. A reforma procedia-se, pois, ao gosto dos intelectuais que vislumbravam em Washington Luís a possibilidade efetiva de São Paulo tomar o facho de luz requisitado para iluminar a nação. O que se daria ao final de 1926.

A revolução do ensino, porém, deveria ser concomitante a outras conquistas. Em termos de arte, não poderia ser diferente.

A crítica ao estilo francês se faz, por exemplo, em "A questão do estilo" (25.1.1917), artigo em que a evolução explicaria a natureza da verdadeira obra da identidade nacional. Essa seria aquela que trouxesse as marcas da brasilidade, retomando padrões estéticos e atualizando-os, sem perder, assim, o vínculo com a própria história. A analogia lobatiana é de cunho biológico e, também, eugênica: "Não contraria a evolução um preto que é moleque aos 10 anos e aos 70 é um negro velho"; porém, "contraria-a, e faz a caveira de Spencer estremecer na cova, um bugre que bugre nasceu, que cresceu bugre, que é bugre aos 20, aos 30, aos 70 anos, que é bugre sob Pedro I e sob Pedro II, que é cada vez mais bugre na República", pensar que é um legítimo cidadão europeu: "e principiar a moer francês de Madagascar, a fumar 'cigarettes', a ler o 'Figaro', a tresandar 'Houbigant', e a exclamar, quando lhe passa ao pé um bugre autêntico, sincero, com tanga nos rins e cocar na sinagoga: – Sale, tête, vá!". A ironia do autor corresponde ao ridículo que, segundo ele, seria a situação da arte brasileira, sem cara própria. "Assim deve ser a nossa arquitetura: moderníssima, elegantíssima, como é moderna e elegante a língua do poeta; mas como ela pura do plágio, da cópia servil, do 'pastiche' deletério e filha legítima dos seus pais".

O segundo texto de mesmo título, "A questão do estilo" (11.2.1917), dá continuidade à discussão sobre a caracterização nacional da arquitetura. "Somente nos povos 'in fieri' como os sul-americanos é que um exame superficial delata semelhante desvio biológico. Exame superficial, digo, porque se o aprofundamos surge clara a chave do caso". Todos os povos atravessariam períodos correspondentes na vida humana ao da infância, épocas em que os traços fisionômicos, indefinidos, vagos, denunciam mal a feição futura do adulto, explica Lobato. O simples fato de, pela imprensa, debater-se a questão do estilo já seria indício de intenção de reconhecer a si mesmo. Como se nota nos dois

artigos, os argumentos do escritor giram em torno da tese central de que é possível ter um estilo "brasileiro". E esse estilo haveria de recuperar traços da arquitetura colonial, dando-lhe roupagem moderna, evolução natural do fazer artístico arquitetônico na América.

É, no entanto, em texto anterior, o último de uma série de três textos sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, intitulado "A criação do estilo", que se expõe com mais evidência a relação que Lobato enxerga entre a arte, o conhecimento técnico e o enriquecimento cultural do povo. "Não promana dos grandes mestres das artes plásticas a feição estética duma cidade", antes, os humildes artistas sem nome dariam cara às construções. Do humilde marceneiro ou construtor "sai-lhe inteirinha das mãos a casa popular como ainda a burguesa, e, em grande parte, o palacete rico". Se assim é, deve-se pensar na educação dos trabalhadores. O Liceu, em sua missão de formar mão de obra, era exemplo profícuo de procedimento eficiente no ensino das mais diversas atividades. "Incultura nos incultos, meia-cultura nos cultos, esnobismo infrene nos 'entendidos' e cubice paranóica nos paredros supremos: eis o quadrado dentro do qual a feição estética da cidade evolui".

Questões estéticas à parte, a visão de Lobato sobre a criação do estilo dialoga diretamente com aspectos econômicos, trabalhistas, educativos. Pela arquitetura, pois, haveria de se educar os olhos da população, pois "estilo não se cria. Nasce por exigência do meio". Os elogios para a escola dirigida por Severo são registrados ao longo dos vários artigos sobre a instituição e sobre a arte de modo geral – "Está pois nas mãos dum estabelecimento como o Liceu, já perfeitamente radicado, criar o estilo da cidade, criando o artista capaz de estilo". A meia cultura dos artistas feitos para as grandes casas não dariam face a São Paulo, mas o trabalho da legião de operários-artistas legaria traços genuínos à metrópole. Lobato chama a atenção do leitor para o eldorado de temas virgens que haveria entre os brasileiros. Bem aproveitados, poderiam penetrar "em todas as casas burguesas como portadoras da infinidade de temas nacionais menosprezados". Tarefa tão grande em termos de formação de mentalidades, somente a cargo de homens capazes de ver nas massas a força modificadora do estado lamentável das coisas brasileiras. "Esta orientação só pode partir do Liceu. Ramos

de Azevedo e Ricardo Severo, são mais que dois nomes, duas forças poderosas no campo da estética. Podem exercer na massa anárquica do nosso meio a influência de Affonso Arinos nas letras".

A postura permanece em "Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque" (26.2.1919) e em "Um grande artista" (16.11.1921), artigos nos quais o crítico enaltece justamente a habilidade de captar as paisagens, as cenas cotidianas, as ações mais representativas do povo brasileiro cujas telas, analisadas quanto à cor, ao desenho, ao foco, à luminosidade, são exemplos do empenho em fugir ao "francesismo". Para alguém tão envolvido com tal projeto de nacionalidade, ficaria a impossibilidade de compreender movimentos estéticos afastados de preocupações locais, geradas no seio das polêmicas de interesse exclusivamente brasileiro. Compreende-se, enfim, a ironia de Lobato em "Oswaldo Teixeira" (18.5.1923), último artigo sobre arte publicado em *O Estado* antes de sua viagem como adido comercial aos Estados Unidos:

> Mas... detenhamo-nos. Ninguém quer saber disto, e, com honrosíssimas exceções, a pintura por aqui só tem uma função: produzir retângulos coloridos e bem assinados, que encham os claros das paredes. Quantos amadores adquirirão uma tela movidos por injunções do senso estético? Quantos procurarão na tela uma fonte de sugestões mentais e sentimentais, música de formas e cores, com que devanear em certos instantes da vida?
>
> Há-os assim, ninguém o nega. A maioria, porém, só vê na pintura um meio elegante e caro – "chic"! – de tapar os grandes e pequeninos claros das paredes.
>
> Nada de queixas. Podia ser pior...

Embora usando como argumento de seus artigos fatos referenciados pela imprensa e os discursos científicos correntes, Lobato tinha na historicidade do tema tratado uma forma de convencer o leitor da legitimidade de seu ponto de vista. Ainda que em um texto como "Entre duas crises" (30.10.1913) a história fique no âmbito dos meses anteriores, nos quais as crises afloravam e repercutiam na vida nacional e paulista, nos demais textos os fatos, sejam de um passado distante, sejam de um passado recente, contribuem para compor um quadro de evolução natural da questão em voga.

Quando trata da caricatura, Lobato enumera obras, cita autores e exemplifica situações. É fácil deduzir o escritor como leitor profícuo, bom sintetizador do que lê, uma vez que as informações são de caráter enciclopédico, característica de estudos monográficos. É possível ver um enciclopedismo em Lobato inerente ao desejo de informar o leitor mostrando-lhe como o que defende tem fundamentos na história e, também, como essa se faz com outras ideias de outros pensadores. No primeiro artigo sobre a caricatura no Brasil, traz dos gregos até a modernidade cenas do fazer caricatural: "depois de Pégaso, Júpiter. Um discípulo de Apeles o encafuou em tela humorística de grossa voga: 'Jove desentranhando-se de Baco'. De mitra na cabeça o deus esquece a serenidade olímpica e berra como relíssima ilota da Lacônia".

Lobato, porém, não parece estar preocupado em dar apenas verniz cultural ao texto ou oferecer assunto pitoresco ao leitor. Entre a literatura e o jornalismo, aparece a narrativa como traço caracterizador de seu estilo. Contar uma história, tenha ela veracidade ou não, é uma forma cativante de se aproximar de quem abriu as páginas do jornal e poderia rapidamente cansar-se de textos mais "secos". Sem dúvida, a narrativa dá outro ritmo ao artigo, aumenta o trágico, intensifica o cômico, trabalha produtivamente com a ironia. "A caricatura no Brasil – I" (27.1.1915) apresenta o episódio já comentado sobre o rei francês Luiz Philippe. O caso é narrado de forma que o cômico do relato seja ressaltado. A absolvição do caricaturista, levado ao tribunal por abusar da silhueta do rei, é assim descrita por Lobato: "Se ria Temis, salvo estava Phillipon e condenado 'Philip-poire'. Não obstante, para consolo do rei, arrumaram com uma penazinha pelas costas do caricaturista. Foi pior".

A história se estende pelo artigo, as ações narrativas têm ritmo e a trama empolga o leitor – "O público babou em risos". Mesmo quando não está narrando uma história, o anedótico não abandona o artigo lobatiano. Para construir sua irônica apresentação, o escritor atribui qualidades aos povos, dando cor às descrições: "não há outro riso possível num povo que cultiva o orgulho como os velhos holandeses tulipas, possui a Índia, morre de fome sob as pontes, e sabe extrair da Bíblia um supedâneo moral a cada apetite", um resumo do inglês nato.

Aproxima-se da crônica também "A caricatura no Brasil – II" (28.1.1915). A narração toma a história oficial como mote, e a paródia vai ganhando espaço para as reflexões finais sobre o benefício fisiológico do riso. O escritor não conseguiu apenas descrever a montagem do Estado português em terras tropicais, acabou remontando a história da vinda da corte portuguesa para o Brasil. O literato vindo socorrer o jornalista aparece nos diálogos intercalados em meio às considerações e exemplificações da matéria. No artigo, a voz do rei bonachão, fugido de Portugal por imposição da situação conflituosa com Bonaparte, aparece três vezes:

> Um fidalgo cruza por ele de cigarro à boca; a majestade ofendida argue acrimoniosa.
> – Sr. barão , onde pára a etiqueta? O de avoengos toma o lembrete muito ao pé da letra.
> – Saberá V. M. que ainda está a bordo, engradada, e segue saltitante.
>
> O rei enxuga o suor e suspira.
> Ao quebrar certa esquina recebe o primeiro presente, das mãos de Elias Lopes: uma quinta. Desanuvia-se-lhe o rosto.
> – Já tenho onde dormir, ora graças!
>
> – E o trono? onde se meterá a tipóia?
> Há vacilações, mas o rei acode logo mastigando um naco de vitela.
> – Aqui mesmo, ali ao pé do guarda-comida.

Mas nem só de diálogos cômicos se fazem os artigos de Lobato. Em "Urupês" (23.12.1914), o escritor dá voz ao Jeca, sem alterar a gramática do caboclo. Quer o "sarcopte" *in natura* para o leitor da cidade: "Perguntem a Jeca quem é o presidente da República", ao que responde o interlocutor de cócoras – "– O homem que manda em nós todos?", "– Pois de certo que há de ser o imperador". O outro insiste: "– Havendo uma guerra vai você defender o país?", e Jeca é sincero na resposta: "– Guerra? Tesconjuro! Meu pai viveu afundado no mato para mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu para escapar de 'reculutamento' sou capaz de cortar o dedo como o meu tio

Pedro". A tragédia social da população enferma é tragicamente exposta no diálogo registrado em "Diagnóstico" (22.3.1918):

> – Quantos filhos tem, nhá?
> – Duas famílias.
> – E quantos perdeu?
> – Só quinze.

Uma questão literária toma boa parte do texto "Como se formam lendas" (16.2.1915), pois, ao discutir o tema anunciado no título, o escritor obriga-se a tratar do ideário brasileiro com seus mitos. Para melhor compreensão do tema, não bastaria citar conferências de Affonso Arinos. Lobato dá vida para a demonstração etnológica, trazendo para o jornal a luz da civilização grega, de onde saíram as belezas do Olimpo, bem como as trevas do povo nórdico, origem de Odin. Para finalizar, é em tom anedótico que conta o erro de tradução da história de Santa Teresa – "vertia um mau latinista a lenda de S. Agueda martirizada conjuntamente com sua serva Undecimilla; fraco em bom senso quanto em latim o copista traduziu em algarismo o nome da serva", consequentemente, "em vez do martírio de Agueda e a virgem Undecimilla resultou para alta multiplicação da barbaridade romana o martírio de onze mil e uma virgens, dum bloco, valendo a serva por onze mil e Agueda por si só".

Para chocar o leitor com a proposta antropofágica de "A hostefagia" (11.4.1915), o recurso da narrativa é fundamental. Recorre, primeiro, à versão bíblica. Na sequência, faz um exercício imaginativo e interpretativo. Caim fora marcado por Deus ao pecar contra seu irmão; porém, a consciência que persegue Caim é acompanhada da "Glória em derriço d'olhadelas langues ao primeiro vitorioso". A história dos povos mais uma vez é tomada como argumento com destino à tese, por si só, irônica. Tanto para os homens que conversavam com Deus quanto para aqueles que desconheciam os regulamentos teológicos judaico-cristãos, a conquista e a luta surgiram como fonte de poder. Mas não se trata apenas da pré-história da humanidade – Lobato mostra ao leitor do jornal que os grandes impérios não eram menos

violentos, isso por meio de casos: "A meio caminho de Roma as legiões revoltadas de Galba de 'bandidos' já eram 'beligerantes' e ao pisar na via Appia, 'salvadores da pátria'". Os exemplos são muitos, fazendo da narrativa o principal modo de visualizar o conceito que se deseja mais palpável ao leitor do século XX.

Mesmo num texto de contestação como "O 'Problema nacional'" (26.5.1915), o tom anedótico, muitas vezes usando a alegoria, não se perde. Ao expor a ideia de Alberto Torres segundo a qual os caminhos econômicos paulistas não seriam os mais apropriados ao país, Lobato insere um sucinto diálogo entre o "Estado" e o escritor de *Problema nacional*: "– Mas se ela enriqueceu-me e continua a fazê-lo! objeta S. Paulo", "– Não importa, é um crime, secunda o sociólogo fluminense". Na sequência, faz do diálogo recurso de veracidade para a matéria, afirmando que, "duvidosos do nosso critério pessoal", expuseram a opinião de Torres "a um fazendeiro vizinho, que nos respondeu":

> – Pode ser que o livro tenha razão; mas eu vou derrubar aquela mata e plantar 30.000 pés de café.
>
> – Não obstante, o sr. reconhece, como ele aqui diz, que o seu ato vem perturbar as condições climatéricas do país; cada árvore destruída é uma pouca de umidade a menos roubada à coletividade. Escassearão os mananciais que as geadas não suprem...
>
> – As geadas? não sabia disso.
>
> – De modo que bem ponderado o sr. comete um crime contra o país.
>
> – Perdão, eu não vou fazer terreiro lá! Não vou destruir, vou substituir as árvores inúteis do capoeirão por árvores produtoras de café, que já enriqueceram meu avô, meu pai e me enriquecerão a mim.
>
> Aquele capoeirão já foi cafezal n'outros tempos. Esteve em descanso durante trinta anos e hoje é só cabetê do legítimo, unha de vaca, jangada e caquera, vestimenta de primeira. Planto ali e largo os 30.000 pés velhos do Varjão. Nestes 40 anos encontrarão lá meus filhos ou netos a terra recomposta como eu hoje encontro esta.
>
> – Mas...
>
> – E além disso eu cuido da minha vida; o governo que cuide do clima. Tinha graça ficar eu adorando o capoeirão porque esse Dr. do livro acha não sei que, não sei que!

Como elemento de crítica, o sarcasmo abala o senso comum. Como elemento de convencimento, as narrativas podem humanizar personagens, dando-lhes ares de herói. Isso ocorre com o químico Bottomley, citado no artigo "A conquista do nitrogênio" (15.1.1916). O texto aproxima o leitor de um pesquisador merecedor de reconhecimento: "para felicidade do mundo, enquanto metade dos sábios escavaca a mioleira no encalço de picratos terribilíssimos, no apuro da arte de bem matar, outra metade devassa os arcanos da natureza no afã de aprimorar a arte de bem viver". No Brasil, personalidade similar era Pedro Baptista de Andrade, citado nos artigos "Os subprodutos do café" (29.11.1916) e "O aproveitamento integral da laranja" (13.12.1916). A respeito do cientista, o primeiro artigo afirma que se tratava de um químico "notabilíssimo, homem de outras eras e de incompreensível feição moral nesta idade áurea do auto-reclamo". Acrescenta ainda: "Este homem teima em velar com os espessos véus da modéstia o alto valor que lhe dá um labor ininterrompido de 40 anos de laboratório posto a serviço duma inteligência de finíssimos quilates". Lobato quer envolver o leitor com seu entusiasmo. Para isso, o texto busca captar a atenção de forma que o relato mais insosso, como no caso de pesquisas com café e laranjeiras, tomem proporções hercúleas.

Em "A ação de Oswaldo Cruz" (18.3.1918) Pasteur torna-se personagem de curiosa e breve narração. Para demonstrar a seriedade do biólogo, o autor ilustra o texto com diálogo revelador da integridade pasteuriana: enviada a uma região da França para ajudar no desvendamento de um problema que atacava casulos do bicho-da-seda, Pasteur não se faz de sábio, mas, metodicamente, busca conhecer seu objeto de estudo.

> – Que diabo é isto? Perguntou.
>
> – Pois é o casulo que v. vem estudar, retrucou Fabre espantado de tamanha ingenuidade. Pasteur examinou-o por uns instantes e depois disse:
>
> – É interessante! – e chocalhando o casulo ao ouvido num movimento de criança: "Ça sonne!"

Na série sobre o Liceu de Artes e Ofícios, "A criação do estilo – III" (6.1.1917) registra o diálogo de grande personalidade como exemplo da

falta de estilo de São Paulo, com a palavra, Anatole France: "Quando Anatole France andou por cá, mostraram-lhe os nossos monumentos, na certeza de que o homem pelo menos entreabriria a boca. Mas o requintado artista só torceu o nariz"; "– Já vi isso mil vezes"; "– Onde?", "Em toda a parte, Europa, Tenkim, Port-Said...". Quando aborda um assunto mais propício à literatura, como em "O saci" (5.2.1917), um causo não poderia ser melhor forma de exemplificar o tema:

> O Saci tem horror à água. A propósito narra um depoente no inquérito do "Estadinho" este caso típico. Havia um caboclo morador numa ilha fluvial onde nunca entrara o Saci. As águas circunvolventes defendiam a feliz mansão. Certa vez, porém, o caboclo foi ao "continente" de canoa, como de hábito, e lá se demorou até a noite. De volta notou que a canoa vinha pesadíssima e foi com enormes dificuldades que conseguiu alcançar o abicadouro na margem oposta. Estava a imaginar no estranho caso – um travessio que era canja de dia e virara osso de noite – quando, ao firmar o varejão em terra firma, viu saltar da embarcação um Saci às gargalhadas.
>
> O malvado aproveitara o incidente do travessio a desoras para localizar-se na ilha imune, e desde então nunca mais houve ali sossego para os animais nem paz entre os homens.

Já em "Reflexos morais" (23.3.1918) a conversa do mata-pau com a peroba produz a ironia por meio do trágico. A cena, analogia da relação do povo com o poder político brasileiro, é o encerramento do texto:

> – "Mata-pau, não me mates, dizia a peroba ao gameleiro constritor.
>
> – E porque, perobinha amiga, te não hei de matar? Respondeu o facínora vegetal.
>
> – Porque também eu tenho direito à vida, gemeu a suplicante.
>
> O mata-pau, sujeito lido em Spencer, retrucou sentenciosamente:
>
> – Só tem direito à vida quem não mente às leis naturais, quem se defende, quem luta. Se és inerme, e não esboças gesto de defesa contra mim, porque hei de privar-me de crescer e prosperar à tua custa? Impede-me de estrangular-te, se podes; do contrário resigna-te."

Mas Lobato também não confia somente no efeito das analogias – é preciso explicitar ao leitor a relação entre uma e outra coisa: "nesta

réplica está a norma de reação do país, contra o ancilóstomo, contra o tripanossomo, contra o protozoário de Laveran, contra o treponema pálido, contra o bacilo de Hansen, contra a leishmania trópica, e contra, sobretudo, o ácaro político".

Como se vê, as narrativas dão corpo aos argumentos, deixam as teses mais bem demonstradas ao grande público. No artigo de 18.11.1920, "A revolução do ensino", aponta-se o falseamento das estatísticas escolares como um dos sintomas do fracasso educacional no Estado de São Paulo e no Brasil de modo geral. O caso é narrado dando-se, mais uma vez, vozes aos personagens:

> Um dia entrou em casa uma cozinheira nova, mãe de uma rapariguinha de 7 anos que não freqüentava escola, mas que, de vez em quando, saía para a rua de cartilha debaixo do braço.
>
> – Para onde vai ela? Indagamos uma vez.
>
> – Não vê que o inspetor está aí e a Beatriz, quando ele chega, costuma ir "encher" a escola. Ela e uma porção de outras. E ganha seus quinhentos réis de ficar ali sentadinha. Serve. Dá para o cinema...

Conclusão moral: "criava-se dest'arte entre as crianças uma industriazinha nova: fingir de menino de escola, a 500 réis por cabeça, nos dias de inspeção!... E como este fato, quantos!". Para espanto do leitor, infelizmente, demonstra o escritor, havia um "desacordo entre os algarismos oficiais dos velhos relatórios pirotécnicos e os algarismos honestos do último recenseamento escolar". Outras vezes, a voz da coletividade aparece como expressão definidora, como no caso de "Oswaldo Teixeira" (18.5.1923), do qual os quadros mereceriam o louvor do público, provocando "no expectador a exclamação que para os ouvidos do artista já soa qual estribilho: – É um quadro de mestre!".

Tratando-se de obras de arte, em artigo anterior, "A questão do estilo" (11.2.1917), o articulista conduzira o leitor por paisagens diversas ao redor do mundo. Egito, China, Rússia, Holanda, são lugares citados e apontados como portadores de identidade própria em suas respectivas arquiteturas. Conhecer a história, por mais falsificada que se mostrasse ao leitor, é valor caro para quem escreve, uma vez que

demonstrava os fatos por meio da cronologia oficial. O primeiro artigo sobre Rondônia, de título homônimo – "Rondônia – visão do futuro e visão do passado – I" (19.4.1918), relembra a aventura do autor inglês H. G. Wells com seu romance sobre a máquina do tempo. Todo o artigo, do primeiro ao último parágrafo, é uma grande introdução à aventura em que Lobato deseja adentrar o leitor.

Para isso, sintetiza sem nenhum pudor o romance de Wells, dando ao texto recursos narrativos, de forma que, mesmo nunca tendo lido a obra original, o leitor pudesse saber do que tratava o livro referenciado. Leitor que saberia tratar-se de uma grande introdução ao final do texto, momento de revelação: "Mas se era única já não o é. Roquette Pinto revela-nos um feito semelhante. Sem uso da máquina de Wells, cavalgando simples animais de sela, por picadões varados a foice, ele operou igual milagre. À diferença foi ter caminhado às avessas". A aventura do pesquisador brasileiro viria também em forma de narrativa no segundo texto dedicado ao assunto, "Rondônia – II" (23.4.1918).

Após descrever aspectos geográficos do Mato Grosso, o artigo passa à narrativa do sucesso da expedição de Rondon ao "Reino dos Parecizes". De um fato histórico, o leitor entra na viagem do marechal acompanhando a dura caminhada e as conquistas passo a passo. Para isso, o escritor emprega períodos curtos, parágrafos pequenos em que cada fato adquire relevância:

> Em 1897 partiu Rondon de Diamantino.
>
> À frente um batedor assinalava o rumo, picando as árvores, e comunicando-se com a expedição por meio de toques de corneta.
>
> Atrás, na picada recém-aberta, o comboio de abastecimento fechava a marcha.
>
> No dia 7 de Setembro alcançam o "Reino dos Parecizes", onde logo se acamaradaram com os índios.
>
> A 19, na Aldeia Queimada, o cacique Uazakuriri-gaçu presta-se a guiá-los através dos seus domínios.
>
> A 10 de Outubro alcançam os extremos dos território pareci.

"Esta cena, que Roquette pinta ao vivo, é de um relevo maravilhoso", também no texto estampado no jornal ela não perde as cores.

O encontro da expedição com o homem primitivo, em plena floresta amazônica, torna-se emocionante: "pela sua grandiosa significação comove à distância. O que há de passado dentro de nós modernos estremece. Sentimos uma saudade lítica". Então, depois de muitas dificuldades, finalmente Rondon avista o nativo sem contaminação alguma pela civilização:

> Aproxima-se cauteloso, e espia.
> É um homem nu.
> Traz arco e flecha nas mãos, machado de pedra, e cesta às costas.
> Está farejando mel.
> Descobre uma colméia no oco dum pau.
> Rondon, imóvel, espreita.

O olhar do narrador volta-se todo para o coletor de mel: "o homem nu aproxima-se, examina-a, descobre-lhe a entrada e prepara-se para a extração. Larga em terra as armas e com o machado de cabo curto corta a madeira até que pela abertura possa entrar a sua munheca". A cena é interrompida pelos barulhos dos foiceiros, espantando o índio silenciosamente observado até ali. Na sequência, para descrever a realização do etnógrafo, em expedição pelo Museu Nacional, usam-se parágrafos maiores, um discurso com a finalidade de apresentar mais rapidamente a conquista contemporânea do estudioso: "dialeto especial, ignorância da rede, objeto caseiro comum nas vizinhanças, cerâmica das mais rudimentares, nenhum conhecimento dos animais domésticos e da navegação, doenças próprias desconhecidas em outras paragens, arte ornamental plumária apenas em início". Finalmente, o escritor faz considerações etnológicas a respeito dos ramos de ascendência e descendência indígena, encerrando com breve comentário sobre o estilo da obra *Rondônia*.

A comparação do homem do presente com o do passado também ocorre em "Iguape" (15.5.1918). Porém, o questionamento é deprimente para o homem moderno, inferior aos antepassados – a verminose, pois, explicaria "como e o porquê dos Fernão Dias Paes Leme de outrora, terríveis varões enfibrados de aço, ressurtiu uma

geração avelhantada, anemiada, feia e incapaz", sendo a mesma raça, "a raça dos bandeirantes é a mesma de Jeca Tatu". Os fatos, contudo, podem ser otimistas. Uma história de sucesso também poderia elevar o ânimo dos leitores a respeito dos benefícios do saneamento, como se lê em "Um fato" (12.4.1918), artigo em que se relata a transformação ocorrida à beira do Paraíba, no Tremembé. Primeiro, conta-se a vida difícil e miserável dos habitantes da trapa, depois, como a região ficou com a vinda dos frades: "mas vieram os frades. Instalados ali procuraram logo solver a premente questão do braço. Sem ter campo de escolha, resolveram pegar no homem que havia, a título de experiência". "Antes" e "depois" colocados à frente do leitor para que este possa compreender do que se tratava a transformação propiciada pela cura das doenças locais.

Enfim, o escritor usa a versão oficial da história para compor uma versão bem mais ao gosto do leitor médio, o mesmo que é constantemente chamado a ter lições de biologia e economia sobre seu país. Os recursos empregados na linguagem visam, portanto, alcançar aqueles que poderiam formar a opinião pública. A narração não é apenas resquício do literato no jornal, é recurso valioso de aproximação e persuasão, bem como outros expedientes como o uso de expressões mais populares, coloquiais, e analogias, algumas das quais escatológicas.

"Entre duas crises" (30.10.1913), os elementos da derrocada financeira são apresentados de modo alegórico, enfatizando a atmosfera lúgubre para a economia nacional: "Um vulto esquálido de megera assoma. Cresce rapidamente para os condenados, aureolada de uma nuvem de corvos famélicos em revôo crocitante". O barulho é o sinal da decadência, "é a Falência. Entram em cena o advogado, o juiz, o perito, o meirinho, o escrivão, o síndico, o liquidador – toda uma fauna cadavérica, em suma". Ao se referir ao caboclo em "Uma velha praga" (12.11.1914), usa-se também sinônimo para "sarcopte": "E enquanto a mata arde, o parasita regala-se".

No primeiro artigo sobre a caricatura no Brasil (27.1.1915), o texto é objetivo quando se trata de nomear as coisas como elas são: "Ocupava o trono ainda quente de Napoleão, apesar das nádegas do Carlos que o esfrolou, um rei eclético sobre cuja coroa o parlamento enterrara

uma cartola de feltro". A violência dos termos poderia exprimir o que a caricatura significava para os portugueses, despojados da sisudez e colocados em ridículo: "o que houve de ídolos esmoncados, tradições deslombadas, velhas idéias estouradas a formicida, escalpelamentos, sarjaduras no vivo, cãs verabilíssimas tosquiadas a escovinha!". Para o Conselheiro Acácio, o artigo não economiza "más digestões de vitela", nem "chorumes da Carta Constitucional", um rebaixamento adequado para denegrir a seriedade do colonizador europeu.

Na descrição do Estado português transplantado ao Brasil, "A caricatura no Brasil – II" (28.1.1915), compara o Instituto Histórico a nobres cadáveres seculares, "a traquitana de Elias Lopes conduz a passo uma múmia velha e relha, semi-morta ou a dormir: Instituto Histórico pela certa, aquele sono...". Os problemas fisiológicos do rei não poderiam ficar ausentes do relato: "vem abatido, a suar em bicas, com as mãos gordanchudas procurando compor as amolgaduras da coroa; traz na testa o vinco azedo das más digestões". Suor, azias e podridão vão compondo a caracterização da máquina pública durante a instalação das peças da Coroa. "O desembarque do Estado prosseguiu até noite alta; suas entranhas se entremostraram muito cruas pelo cais, seus cenários de papelão, os sarrafos dos bastidores, as bacias e vassouras, as caçarolas e caldeirões onde se cosem os angus políticos, o fisco" – este, metamorfoseado em animal – "canzarrão de dentuça arreganhada e de muito maus fígados, conduzido no açaimo dos meirinhos". O rei com sua fome constante e a rainha com assombros: "o rei trava relações com o tutu de feijão preto com torresmo, e gosta; já a rainha saparanta-se, assustada, diante da travessa de bananas de S. Thomé assadas ao forno". O brasileiro, pois, seria o fruto de um francesismo de fachada para um interior lusitano faminto – "pelos cassinos, diante de cançonelistas francesas de 'tutu' na cintura e duas rodelas de zarcão na cara, semelhantes a caquis, o brasileiro come-lhes as pernas com os olhos e careteia nas frascarices mais acentuadas sem entendê-las".

Mesmo nos domínios da literatura, em "Como se formam lendas" (16.2.1915), a força da expressão sanguinária indica a terrível atmosfera de surgimento do lendário germânico. "Os homens louros, senhores da terra eram espadaúdos gigantes melados. As mães criavam-nos ao

relento, nus, para enrijá-los desde tenros pela ação das ásperas invernias congeladoras dos rios". Odin era a representação do transcendental para esse homem – "em vez de néctar bebia sangue humano; não desceria à terra disfarçado em touro para raptar Europa, mas para comê-la crua com maxilas de tigre". Se para a arte reservava imagens desse tipo, com o intuito de sensibilizar o público para problemas nacionais, não pouparia as cenas mais tétricas.

"A ação de Oswaldo Cruz" (18.3.1918) traz o mundo suprasensível "onde a micro-sociedade de invisíveis anõezinhos belicosos em guerra permanente faz do nosso corpo um eterno campo de batalha", os anõezinhos nada afáveis: "transformam a pobre criatura humana, de homens sãos, em loucos, luáticos, tuberculosos, lázaros, leishmânicos, tísicos, papudos, paralíticos, afásicos, tracomatosos, cretinos, coléricos, etc.;" uma coleção de doenças que "as mata nas agonias horrendas do tétano ou lhes faz da vida um calvário longo de misérias, conforme vence esta ou aquela facção, o espiroqueta ou o bacilo de Hansen, uma leishmania ou gonococus, o tripanossoma cruzi ou a vírgula do cólera".

Em tom coloquial, o autor expõe o ciclo da ancilostomose em "20 milhões de opilados" (19.3.1918), buscando fazer com que o leitor se revoltasse com a folga do bicho que destrói as populações rurais e urbanas: "em viagem de Júlio Verne pelo corpo humano, caminham guiados por maravilhoso instinto, até localizarem-se no duodeno em cuja mucosa se aposentam comodamente, ferrando nela a ventosa armada de grifos", por fim, "ali passam a regalada vida, sorvendo o sangue do paciente"; em troca, "uma toxina de terríveis efeitos". No mesmo texto, o ser humano é chamado de "estúpida criatura" e o verme de "horrendo" e "destruidor"; a população sul-americana é caracterizada como um povo de "cretinóides encachaçados, a lamuriar dor na boca do estômago e cansaço".

Em "Três milhões de papudos e idiotas" (20.3.1918), no primeiro parágrafo o escritor transcreve cena registrada por Belisário Penna no sertão brasileiro: "certa vez apanhou em flagrante delito de sucção, sobre o corpo de uma pobre criança de quatro anos, 16 ninfas taludas como baratas descascadas, e oito barbeiros adultos, além de cinco que,

fartos, já se aprestavam pesadamente para voltar ao esconderijo". Os insetos são chamados de "vampiros" que atacavam em conjunto com o "asqueroso bicho", o tripanossoma cruzi. A descrição das pesquisas de Arthur Neiva não poderia ser mais chocante a um público leitor urbano, cujo ideário afrancesado, julgava Lobato, estaria longe da realidade sertaneja: "em regiões de bom clima, terra fértil e boas águas, a expedição Neiva acampou em cidadezinhas onde não foi possível obter uma informação segura, relativa ao itinerário, porque não existia um só indivíduo que fosse mais ou menos idiota!". A cena é dantesca: "nessas pocilgas humanas, faltas de tudo, desde os elementos básicos da alimentação até as mais comezinhas noções de higiene, a vida é puramente vegetativa, sem beleza, sem dignidade, sem risos – um soturno e eterno gemido de dor escondido pelo rictus apavorante dos idiotas". "Primeiro passo" (5.4.1918) ataca o bacharelismo via escatologia: "a mioleira ressentida dos males intestinais fraqueja e exuda idéias ridículas como esta", qual seja, pensar apenas em abrir oportunidades para o estrangeiro instalar fábricas cujos dividendos eram irrisórios ao país.

É importante observar, enfim, que os expedientes narrativos usados pelo escritor combinam-se com imagens apelativas, as quais se não chamam a atenção pelo que dizem, certamente incomodam pela forma como dizem. A valorização da ciência, o registro sempre negativo dos bacharéis, o ataque è ineficiência e incompetência do Estado são elementos constitutivos de uma forma de ensinar pelas folhas dos diários. Para compreender esse aspecto, nem é preciso analisar artigos em que a intenção didática aparece de forma explícita, como na série sobre as endemias nacionais. Textos de crítica sobre pintura podem exemplificar isso.

Artigos, artigos à mão cheia

A "Exposição Georgina-Lucílio de Albuquerque" (25.2.1919) inicia-se com comentário a respeito do fato incomum de se tratar de um casal de artistas, pintores. Apresentados ao público, o elogio é mútuo:

"as duas maneiras, os dois estilos, apesar de parentes próximos, não se confundem. Mais emoção em Georgina, mais intenção em Lucílio – em ambos a mesma segurança e mestria". A partir daí, mesmo o leitor que não tivesse ido à exposição tem a oportunidade de saber quais eram os quadros e por que eram valorizados.

A primeira tela abordada é "Catequese", um tema da predileção de Lucílio, segundo o escritor. Um jesuíta de mãos postas está rodeado de coroinhas indígenas e vai em direção aos selvagens que espiam ao fundo. A interpretação dos olhares, a combinação das cores e as significações de modo geral são elementos analisados no artigo. Por meio do mesmo procedimento pode-se conhecer "Jardim florido", de Georgina, ou "A pose", também da pintora. Ao final, fica na folha a mensagem objetiva de um crítico de arte em defesa da cultura nacional: "nenhum laivo de cubismo ou cabotinismo impressionista. Vêem sãmente, sentem e pintam honestamente".

Em "Um grande artista" (16.11.1921), antes de apresentar Cesáreo Bernaldo Quirós, argentino em visita ao Brasil, o escritor educa os olhos do leitor pela história da pintura. "A pintura espanhola após o apogeu atingido com os Velásquez, os Murillos, os Zurbaran, os Goya, declinou. Surgiu na 'via-láctea' a 'saco de carvão' e ela perdeu a força, a grandiosa potência de execução, a agudíssima percepção emotiva da natureza", como consequência, "caindo no gênero histórico que 'arma' cenas frias de museu, e no academicismo que obtém todas as honras oficiais mas não logra sobrevivência". Comenta-se, então, a reação contra o academicismo por parte de Zuloaga – a referência ao artista serve para introduzir conceitualmente pontos sobre a arte da pintura: "a arte evolui numa intermitência de fases criadoras e fases de repouso acadêmico em que a imitação, a coação de livre vôo, a emasculação da personalidade criam o merecismo", para fechar o raciocínio, uma analogia ao sabor dos fisiologistas: "imita nisto o estômago dos dromedários, ruminando, remoendo, remascando o bolo alimentício dos antigos".

O ressurgimento da grande arte estaria sempre a cargo de "gênios rebeldes que abandonam as 'receitas de bem pintar' e fazem nova consulta à natureza". Se no caso de Lucílio e Georgina a análise percorreu várias telas, isso também se dá com Quirós. Porém, para tratar

do pintor que estaria recuperando a tradição espanhola, Lobato vai pontuando conceitos aos leitores leigos no assunto: "caracteriza-se como pintor a intuição agudíssima do que é a luz. Um criador audacioso de neologismo poderia dizer dele que é um luzista como se diz colorista". É necessário definir "cor". "A cor é como a resultante, a materialização, a fixação, a parada da luz – e está ao alcance em todas as suas finuras de quem possui bons olhos. Mas a luz antes de ser cor, a luz no momento do 'Fiat' da cor, a luz a criar a cor". Depois de saber o que é cor e como ela pode ser usada na pintura, pode-se compreender a importância da obra de Quirós. Uma valorização para a qual o autor do artigo prepara seu leitor, ensinando, antes de expor o artista, aspectos do objeto da abordagem.

Desconsideradas as predileções pessoais, os elogios do crítico a Oswaldo Teixeira (18.5.1923) valorizam justamente os elementos que apontara como qualidade nos artistas anteriormente analisados, ou seja, a fidelidade à natureza, a representação de cenas brasileiras, o emprego das cores matizadas pelo ambiente. Ainda que, aqui, não se entre no terreno da crítica das artes plásticas, o conceito de arte do escritor é explicitado constantemente. É o mesmo conceito que defendera nos artigos sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – a arte como representação da realidade, sendo essa filtrada pelo estilo pessoal. Não é, pois, gratuito seu envolvimento com a caricatura em dois artigos extensos publicados num jornal de prestígio como *O Estado*. Absorver o real, estilizá-lo e revelar as entranhas são ações intelectuais constantes pelo menos nos artigos publicados a partir de 1913 até sua viagem aos Estados Unidos.

O intuito de atingir o leitor de meia cultura, afrancesado e dessorado pela falta de conhecimento – cultura e ciência – marca seus textos com uma estrutura quase didática. Em dois textos não publicados, em vida, nas obras completas, "Os subprodutos do café" (29.11.1916) e "O aproveitamento integral da laranja" (13.12.1916), o entusiasmo do escritor pelas descobertas científicas só poderiam contaminar o público se viessem seguidas de explicações. E Lobato não economiza fatos e dados para isso.

Como subprodutos, os detritos do café iriam fazer a riqueza de São Paulo se multiplicar. Assim, o artigo é iniciado com quantifica-

ções – "uma safra de dez milhões de sacas representa o acúmulo nos despejadouros das máquinas de 40 milhões de arrobas de palha. Desta colossal massa de detritos parte volta aos cafezais como adubo, parte é queimada nas fornalhas e o resto se perde". A hipótese é levantada: "se um processo químico e ao mesmo tempo industrial permitisse retirar dela uns tantos subprodutos de valor mercantil, São Paulo enriquecer-se-ia em dobrado". A pergunta retórica, quebrando aparentemente o monólogo do autor, surge: "É isso possível? É".

Não bastaria elogiar o trabalho de Andrade para o enaltecimento da ciência. Era preciso mostrar ao leitor por números a importância da extração química realizada nas dependências do Laboratório Químico do Estado. Além dos valores, também é necessário explicações sobre o uso dos produtos: "a manita, além do emprego que lhe assegura a medicina, como purgativo adequado às crianças e pessoas débeis, é matéria preciosa para a nitratação, pela qual dá um explosivo, a nitromanita, superior em eficiência à dinamite e equiparável ao fulminato de mercúrio". Se do álcool não precisava escrever muito, por ser substância conhecida de todos, da cafeína era preciso esclarecimento sobre sua utilização comercial: "a cafeína, esta prolonga a vida e tem mercado vasto como o que suprime a vida (entenda-se esta humanidade!). Com o extrairmo-la da palha teríamos nas mãos o monopólio dela, em detrimento da Alemanha, que no-la vende, e ao mundo, depois de captá-la ao guano do Peru". Explicam-se os processos de obtenção dos produtos e emprega-se o superlativo comum dos textos de Lobato: "eis, na sucinta desnudez dos dados positivos, os resultados que o laborioso sábio alcançou. É, como se vê, um rasgar perspectivas novas, amplíssimas, à riqueza cafeeira".

No artigo sobre a laranja, surge ao leitor do século XXI a impressão de redundância. Para árvore frutífera tão comum como a laranjeira, seria necessário apresentações ao leitor? O articulista pensa que sim, pois estaria abrindo os olhos de seu leitor para a árvore frutífera como fonte de renda, faceta desconhecida da fruta ordinária dos campos brasileiros. "Nenhuma fruta vai melhor com o nosso irregularíssimo fácies metereológico. De sul a norte, na boa e na má terra, na quente e na fria, – variando, embora, em qualidade, consoante a riqueza do solo

– em todas as zonas ela prospera, e em nenhuma vegeta improdutiva". Tem ainda mais vantagens: "zomba das secas como zomba da geada. Quatro inimigos mortais – dão-se mãos para esmagá-la – a formiga, a erva de passarinho, a broca e a incúria do homem".

A enumeração ajuda a organizar a estrutura interna do texto. Assim também é com a pergunta retórica, sempre respondida, nunca deixada como questionamento para "divagação". Quando cuida da produção de vinho da laranja, o artigo referencia os estudos sobre viticultura de Luiz Barreto, perguntando-se: "por que motivo estando a videira aclimada no país há tanto tempo, e apesar dos estudos completos sobre a viticultura do dr. Luiz Barretto não conseguimos até agora produzir o bom vinho?". A resposta não tarda nem uma frase a mais: "porque a videira capaz de bom vinho é quase planta de estufa, e daí o resultar dela um vinho caro, de luxo, inacessível ao povo, e que em nada modifica o problema". Justifica-se ainda a questão econômica pela questão social: "porque o problema é produzir vinho popular, baratíssimo e bom, a fim de por seu influxo arrancarmos o povo das unhas letais da cachaça e fixar melhormente no país o colono oriundo dos países onde o vinho é tão necessário à vida como o pão". As perspectivas do autor se fazem por meio de frase taxativas, que não permitem questionamento. O presente é determinante certo e direto do futuro, o qual se pode prever pela razão, o que equivale à ciência. "São propriamente a 'nossa' uva. No dia em que disso nos compenetrarmos o povo estará liberto da repugnante cachaça e o vinho introduzido definitivamente em nossos hábitos".

Fosse o petróleo, fosse a laranja, as defesas empreendidas por Lobato traem a racionalidade do texto, porque se mostram apaixonadas. Ainda que as razões para, por exemplo, investir na laranja fossem muitas – quantidade prodigiosa de frutos, resistência da árvore, rusticidade, pouca exigência no cultivo, extensa gama de sabores e perfumes – a facilidade com que as soluções aparecem indicam o intento de entusiasmar o leitor, chamando-o para modificar o mundo de hoje, do agora de Lobato: "torna-se palpável a riqueza que pisamos aos pés sem enxergar".

O autor não escreve para reflexões complexas, quer que o leitor compreenda o problema e modifique alguma coisa. Como em outros

textos, refere-se diretamente a quem está lendo: "pouse, quem ler, a atenção por um minuto somente, neste asserto, e compreenderá a altíssima importância dos trabalhos do sábio modesto e generoso, que os torna público para o bem comum, ao invés de colher para si, egoisticamente, os proventos do seu labor". O clamor colocado em público apela para este interlocutor visto como ignorante ou alienado pelas declamações oficiais, pelas modas vindas do além-mar ou por outras vozes jornalísticas não preocupadas com a salvação do Brasil. "São trilhas abertas em todas as direções, são o sésamo de grandes riquezas latentes. Por mal nosso para o brasileiro vale mais escogitar quem será o futuro detentor do Catete do que refletir um minuto sobre estas questões de químicas e laranjas".

Se no artigo de outubro de 1913, "Entre duas crises", o autor já explicava ao público elementos do mundo financeiro internacional – "há um ouro cosmopolita e 'globe-trotter', moeda flutuante em perene movimento de fluxo e refluxo de um país para outro, conforme um certo coeficiente de segurança, estabilidade e rendimento é atingido ou sobre-excedido" –, nos textos de 1918, cujo caráter se anunciara nas epígrafes referentes ao saneamento, os dados viriam anunciados nos próprios títulos. Um recurso que poderia chamar a atenção do leitor fosse pela quantidade relevante de casos, fosse pelo estranhamento de tal tragédia em território oficialmente tão bem colocado entre as nações.

O discurso de Lobato revela, pois, um enunciador que ensina. A massa é chamada constantemente a suprir de braços o desenvolvimento nacional. Em moldes da economia moderna, o enunciador quer a mão de obra técnica, fruto da ciência e do ensino sistematizado. Não haveria como ser de outro modo; a verdade estava ali, à mão de quem quisesse ver o dito e comprovado nas páginas de *O Estado*. Dali saía um projeto de nação, cuja liderança não poderia advir nem de militares nem de populares. A salvação estava nos pensadores, na força do intelecto. Os papéis sociais, portanto, já estavam atribuídos pelo jornal aos membros da nação brasileira. Era forçoso colocar nos devidos lugares aqueles que estavam preparados para exercer a missão de levar o Brasil para seu lugar de honra diante das nações. Um povo instruído, liderado por governantes ilustrados, compunha a visão do enunciador lobatiano.

Enfim, como se percebeu, a preocupação de Monteiro Lobato com questões por ele consideradas de importância nacional dialogava diretamente com as preocupações de *O Estado de S. Paulo*, mais que figura comercial representativa das várias vozes enfeixadas no periódico matutino, um órgão coeso, um partido sem sigla. O sucesso como escritor, ainda que movido pelo interesse de ter vitrine em grande jornal, não pode se separar do apuro estético que dá aos textos publicados no periódico.

Considerações finais

> *"Erro. O de que precisamos é melhorar o público. Enquanto for o que é, o melhor jornal do mundo levará aqui a mesma vida precária que caracteriza os atuais. Basta frisar o seguinte: ou por pilhagem, ou por arranjo com as agências, temos em nossos periódicos a flor do jornalismo mundial, os Lausanne, os Brisbane, os Harden. E o público não o percebe."*
> *(Monteiro Lobato, Mundo da lua e Miscelânea)*

Se para Chartier (1991) é sempre impossível retomar o contexto de uma leitura – por mais que o leitor se esforce para isso –, não se pode admitir, porém, que reler Monteiro Lobato após tantas décadas não ofereça alguma coisa ao leitor de hoje.

Em que medida o aprendizado com o meio jornalístico, cujas práticas textuais caminhavam no sentido oposto ao literário, teria influenciado a escrita de Lobato é questão que pode ser retificada com a investigação sobre a própria formação do leitor Monteiro Lobato. As implicâncias manifestadas a Godofredo Rangel muitas vezes não se

davam por quesitos tão somente editoriais. As reclamações de Lobato a respeito dos cortes do editor, das intervenções dos colegas, do tom do periódico iriam se conformando em prática cotidiana de quem se tornaria editor.

Da mesma forma, o quadro não menos romântico do caipira que entra para o mundo do *show business* editorial em tudo não corresponde aos relatos menos pretensiosos de Lobato. Sequer aos dados de *O Estado*. Traduzir textos e receber por eles constituía porta de entrada rentável a um escritor que acertava com um único tiro no mínimo três alvos: preenchia o tempo ocioso nos tempos de promotoria, ganhava um dinheiro extra com algo prazeroso e se inseria numa empresa que prometia algo mais. Aliás, é importante observar que antes da estréia de 1913 Lobato já era personalidade reconhecida nos bastidores da imprensa paulista. Os jornalecos da juventude tinham em comum os amigos que foram galgando cargos e fazendo carreira tanto na política quanto na imprensa. E Lobato não havia perdido oportunidades.

Com efeito, o engajamento em causas do momento não é prática inaugurada por ele, ainda que tenha feito que essa prática ganhasse uma dimensão quase inédita em termos de jornalismo brasileiro (Bignotto, 2007, p.404):

> As conclusões a que podemos chegar nesse momento são parciais mas, como novas hipóteses que podem vir a ser, talvez permitam fazer avançar o conhecimento sobre as atividades de um dos principais editores brasileiros. Acreditamos que Monteiro Lobato foi revolucionário, mas não no sentido em que esse termo lhe é atribuído comumente. Ele não teria criado uma rede nacional apenas com a circular enviada a comerciantes, nem publicado apenas autores novos, nem pagado somente direitos autorais generosos, nem inovado sozinho a indústria gráfica. Mas ele realmente utilizou métodos que transformaram pequenas teias de relações em uma grande rede, publicou autores novos fundamentais para nossa literatura, como Hilário Tácito, Léo Vaz, Oswald de Andrade e Menotti del Picchia, e investiu na renovação gráfica dos livros, até então feita de modo tímido.

Do mesmo modo, a partir de 1913 Lobato encontra-se inserido na redação de *O Estado*. Como se nota nos textos de Mario Pinto Serva,

por exemplo, o posicionamento do jornal constituía um painel no mínimo favorável ao escritor de Taubaté. Tão favorável que Lobato sequer chega a comentar aspectos políticos do periódico, como o surgimento do jornal ou a ligação da empresa com o passado político decidido nas reuniões do Convênio de Taubaté, acontecimentos que o escritor não traz ao público. *O Estado* valia por si mesmo.

Lobato não estava sozinho em sua empreitada por um país melhor, mais rico, mais eficiente. O ideário do jornal em que começara a escrever em 1913, mas cujos textos realmente passaram à história da literatura com os artigos de 1914, era comum ao neto do visconde, bem como aos demais membros do grupo de *O Estado*. Longe de imaginar uma relação de subserviência, os "sapos" da redação eram, sem dúvida, a alma do periódico nas primeiras décadas do século XX. O que não significava abrir mão do objeto comercialmente viável.

Se Lobato, à época de sua publicação dos artigos "Uma velha praga" e "Urupês" já era veterano na escrita, é possível, porém, que muito tenha aprendido nas rodas de debate do "velho órgão". Ainda que não se possa aferir a dimensão desse "aprendizado", é certo que a compra da *Revista do Brasil*, bem como toda a carreira editorial do escritor mostram-se ligadas a esse processo.

A constituição de uma trajetória literária em boa medida orientada pelas próprias mãos para a posteridade – afinal, é o próprio Lobato quem organiza suas obras completas e deixa para Edgar Cavalheiro seus arquivos – pode levar o leitor a comprar a versão do caboclo moreninho que é descoberto por meio de carta enviada para *O Estado*, em 1914. O escritor já havia publicado "Entre duas crises", em 1913; era tradutor do jornal; articulista presente em diversos outros periódicos. Não se pode negar, porém, e isso possivelmente seja o marco de 1914, que a partir de "Uma velha praga" o escritor alcance um grau de destaque até então conquistado gradualmente de forma mais lenta. É inegável, portanto, que a projeção que desfrutaria de 1914 é empreendida por uma via de mão dupla em que o articulista "M.L." mostra-se mais integrado, compondo o "grupo". Pertinente é também pensar o grau de consciência do próprio escritor a respeito de seu papel no sistema literário e empresarial no qual estava atuando.

Que os anos lhe tenham dado, seja pela maturidade intelectual, seja pela experiência da vida cotidiana, mais instrumentos para perceber a si mesmo no circuito cultural brasileiro, é fato; não se pode aceitar, porém, a suposta espontaneidade do jovem de 1914 como elemento definidor de sua entrada para a folha. O publicista desponta desde "Entre duas crises" com a intenção de aparecer como desejava, ou seja, na grande vitrine da imprensa.

Ao se cotejar as datas dos artigos com pelo menos três variáveis temporais – a vida de Lobato, a história paulista e brasileira de modo geral e a história de *O Estado de S. Paulo* –, muitas leituras tornam-se possíveis. Contudo, algumas merecem destaque pelo peso que adquirem para a compreensão da produção de Lobato como articulista de *O Estado* entre 1913 e 1923.

A insatisfação de Júlio Mesquita, renunciando à cadeira do senado, está evidentemente correlacionada à presidência do militar Hermes da Fonseca, marechal. O artigo de Lobato, publicado em 30 de outubro, refere-se, como o título esclarece, a duas crises: uma interna e outra externa:

> Quando, entretanto, a situação clareia enxergam-se-lhe variados e múltiplos fatores dando-se "rendez-vous" em um mesmo momento. Sobrelevando a todos vemos a epilepsia européia num acesso de banditismo bélico sacudir a parte sul do velho "pinhal de Azambuja". A conseqüente repercussão desse fato na sensível mecânica do capitalismo cosmopolita fez-se sentir imediatamente entre nós. A esse fator externo junta-se a situação política interna, sobressaltando e fatigando o país, enublando horizontes, com a luta subterrânea, muito pessoal, muito perigosa das candidaturas presidenciais. Entrementes sobrevém imprevista, inesperada, absurda, zombando das leis econômicas fundamentais, uma baixa do café que não entrou nos cálculos de ninguém.

Mesmo que não tivesse acesso à informação sobre o profundo desgosto de Júlio Mesquita com os acontecimentos políticos, Lobato estava em sintonia com os fatos do dia. Tinha a percepção de quem está no "olho do furacão" e podia, portanto, sair a público para defender a questão econômica, entendendo-a como defender São Paulo.

Quanto a 1914, já se apontou a habilidade com que Lobato passa do fogo bélico europeu ao processo incendiário das terras paulistas, em "Uma velha praga". É interessante, entretanto, o comentário registrado pelo sítio de *O Estado*[1] sobre o escritor: "Neste mesmo ano, no dia 12 de novembro, 'O Estado' publica o artigo 'Velha Praga' do leitor José Bento Monteiro Lobato". Tal como Euclides da Cunha, o jornal faz menção a Lobato como um de seus grandes nomes; e acrescenta que "na verdade, tratava-se originalmente de uma carta para a seção Queixas e Reclamações, a qual foi publicada como artigo assinado tal a sua qualidade. A partir de então Monteiro Lobato passa a colaborar regularmente com o jornal, iniciando sua brilhante carreira literária". Na versão de *O Estado de S. Paulo*, Lobato inicia sua carreira, ou melhor, sua "brilhante carreira literária" com "Uma velha praga", em 1914. O texto não só corrobora a ideia de "novato" para o interiorano saído de Taubaté, mas também se apropria e instaura uma versão para o ponto de partida da carreira do escritor: se é com o texto de 12 de novembro de 1914 que Lobato inicia sua brilhante carreira, o que dizer de "Entre duas crises", de outubro de 1913? E das colaborações anteriores em outros jornais?

Uma apropriação se dá pela história divulgada pelo próprio jornal. Lobato é escritor de *O Estado*. Em que pesem os questionamentos, a segunda referência ao escritor demonstra o grau de imbricamento entre o escritor e o veículo que usava e pelo qual era "usado": em 1921, ao assumir a secretaria da empresa, Júlio de Mesquita Filho é homenageado com uma festa, "quando Monteiro Lobato faz uma saudação em nome de todos".

Em 1915, surge a edição vespertina do periódico, "quando Júlio de Mesquita Filho inicia sua carreira de jornalista como colaborador". Pela versão de *O Estado*, o *Estadinho* é justamente o jornal em que o sucessor direto do comando da empresa deveria debutar em sua carreira de dirigente. Em 1921, o *Estadinho* é extinto, passando Júlio de Mesquita Filho ao comando geral da empresa: "Em fevereiro deixa

1 Cf. O Estado de S. Paulo. Histórico Grupo Estado. Disponível em: http://www.estadao.com.br/historico/index.htm. Acesso em: jan. a set. 2009.

de circular *O Estadinho*. Três meses depois Júlio de Mesquita Filho assume a secretaria de *O Estado*", momento, como foi transcrito anteriormente, de homenagem pública de Monteiro Lobato e demais "sapos de redação" ao novo comandante.

Entre 1917 e 1918, a produção do escritor aponta para um grau de integração intensa com as situações políticas nas quais *O Estado* se envolvia. Sobre a produção de 1917, percebem-se ecos da largueza econômica propiciada pelo contexto no qual Altino Arantes exercia seu mandato de presidente do Estado de São Paulo. Propor escolas e arte nacionalizada era requisição cabível para um momento em que o dinheiro parecia brotar nos cofres públicos confiantes na duplicação do valor das sacas de café. É o momento em que *O Estado* defende a legitimação do trabalho operário, certamente nele encontrando fator de desenvolvimento em tudo oposto à tradição escravista e campestre, de modo geral, imputada como um dos entraves ao desenvolvimento brasileiro.

Os artigos de 1918 compõem a campanha sanitarista empreendida pelo jornal. De toda a produção entre 1913 e 1923, constitui o ápice da produtividade do escritor para *O Estado*, numa tal convergência de vozes que articulista, artigo e jornal surgem ao leitor como um só posicionamento diante dos problemas de saúde pública do país. Com efeito, 1918 salta aos olhos do leitor como o ano em que a escrita de Lobato está definitivamente a serviço de *O Estado*, numa campanha em que capitaneia os procedimentos, e na qual sua voz orienta as outras vozes do jornal para o problema. É o ano em que Lobato compra a *Revista do Brasil*, funda uma editora, lança com grande sucesso *Urupês* e *O problema vital*. Abusando da expressão, seria possível afirmar que é o ano em que Lobato dá o tom ao jornal.

A simbiose entre o escritor e o jornal alcança seu ápice em 1918, de forma que o envolvimento nos negócios a partir de 1919, até 1927, quando vai para os Estados Unidos como adido comercial, possivelmente tenha absorvido Lobato. Isso, porém, não significa que seu lugar de destaque tenha se dispersado a partir de 1919. Ao contrário, é o ano em que Rui Barbosa cita Jeca Tatu na campanha presidencial, enquanto *O Estado* apoia abertamente a campanha do civilista. Citar o personagem lobatiano demonstra, entre outras coisas, o quanto os

discursos estavam afinados, ou mesmo como o *ethos* (Fiorin, 2004) do enunciador Lobato e do enunciador *O Estado* haviam se transformado na voz autorizada do grupo de *O Estado*.

Essa voz autorizada não provinha, evidentemente, somente dos responsáveis diretos pelo jornal. A ascensão de Júlio de Mesquita Filho ao cargo de secretário geral da empresa em 1921 – lembrando que o pai faleceu em 1927 – não significava que o velho Mesquita estivesse fora do círculo do periódico. É ilustrativo o que registra a página da *web* de *O Estado*, a respeito de Júlio Mesquita em 1913: "Neste mesmo mês Júlio Mesquita retorna de sua longa permanência na Europa, dirigindo-se diretamente para sua fazenda em Louveira por recomendação médica. Mesmo assim dirige o jornal através de cartas aos seus principais auxiliares".

Dirigir o jornal por cartas é ação decisória de um representante político que não via em *O Estado* o jornal "neutro", epígrafe do periódico desde sua fundação. Observando a narração histórica do jornal, após 1924 mais alguns fatos merecem atenção:

> No dia 5 de julho ocorre a revolução comandada pelo general Isidoro Dias Lopes que ocupa a cidade de São Paulo por 23 dias. Apesar da neutralidade de "O Estado" – concordante com as críticas dos revolucionários ao governo federal mas discordante da sublevação militar – no dia 29 Júlio Mesquita é preso e o jornal proibido de circular até o dia 16 de agosto.

Ainda que debilitado, mas desfrutando do *status* político, Júlio Mesquita emplaca definitivamente sua dissidência:

> Fundação do Partido Democrático por membros da Dissidência e políticos independentes, em oposição frontal ao PRP-Partido Republicano Paulista, detentor do governo estadual e federal. Depois de 25 anos de oposição aos "carcomidos", Júlio Mesquita formaliza seu combate aos caciques do PRP através da via partidária. O Conselheiro Antonio Prado foi eleito seu primeiro presidente em reunião na qual se destacou o pronunciamento do então jovem Francisco Mesquita, nesta época já trabalhando no jornal com o gerente Ricardo Figueiredo. O novo partido defendia reformas no viciado sistema eleitoral, dentre elas o advento do voto secreto e do voto feminino.

Ora, os projetos discutidos para o Estado de São Paulo e para o Brasil saíam do âmbito de reflexões e estudos de um grupo de intelectuais e se concretizava em campanhas e atuações agressivas no meio social da época. Aceitando-se que em 1913 Lobato ainda não se encontrava no centro da mídia paulistana, compreende-se que os artigos de 1914 tenham servido de iniciação à constituição de um *ethos* desse enunciador, a voz do Lobato articulista de *O Estado*, que iria crescentemente alcançar visibilidade em toda sua amplitude nos acontecimentos de 1918.

Na impossibilidade de tratar de modo homogêneo uma produção aparentemente tão despropositada, oscilante entre a caricatura e a produção de grãos, prevalecem, contudo, características suficientemente justificadoras da posição de que Monteiro Lobato e *O Estado* mantiveram uma simbiose benéfica aos interesses de ambos entre os anos de 1913 e 1923. Assim, fosse em artigos sobre a produção artística nacional, como "O teatro brasileiro" (14.10.1922), fosse na série publicada em 1918 sobre saneamento, em todas as soluções econômicas apontadas, o mercado aparece sempre como o meio que permite espalharem-se as benesses das conquistas científicas pela pirâmide social. Os problemas nunca se resolveriam pela massa, pela "mob", antes, essa é que se aproveitaria do dirigente lúcido, imbuído de ideais desenvolvimentistas.

O governo é, pois, o parasita que suga as forças do povo, sem transformar aquilo que recolhe em riqueza para a nação. Ao tratar do ensino, por exemplo, seu entusiasmo é canalizado para os dirigentes, como se lê nos três artigos de 1917: "A grande oficina-escola (1.1), "A grande oficina-escola: a exposição anual" – II (5.1) e "A criação do estilo" – III (6.1). O governo requerido por Lobato é o mesmo requerido por Serva – é o mesmo requerido pelo jornal.

Um governo que socorresse a economia da nação, quando preciso; que beneficiasse o desenvolvimento, nos moldes paulistas; que atendesse ao saber científico, em vez das questões politiqueiras dos coronéis sertanejos. Não há como não correlacionar falta de progresso com ignorância, pelos argumentos do jornal; ignorância com coronelismo e este com o Nordeste. Em São Paulo, na elite esclarecida e detentora do saber, portanto, da verdade, estava a salvação paulista e brasileira.

Em suma: não era o direito estendido a todos que levaria a uma alteração no estado das coisas nacionais, mas a ação de homens lúcidos e determinados. Isso explica, em boa medida, a redundância dos artigos sobre saneamento publicados em 1918: a insistência com que Monteiro Lobato alertava o povo, ainda ressoa aos ouvidos do leitor de hoje como um apelo característico de "momentos decisivos" para uma nação. Não era somente sanear, era marcar um campo político com uma visão de mundo proveniente daqueles que compunham o pensar de *O Estado de S. Paulo*, homens que sabiam como funcionavam as coisas.

Os artigos manifestam, portanto, um projeto "utopismo-iluminista-desenvolvimentista", em que a crença na ciência, a importância da educação, o anticlericalismo e a crença no progresso não podem ser negligenciados (Cassal, 2002, p.221-31). A produção jornalística de Lobato, ao menos a publicada na edição matutina de *O Estado de S. Paulo*, formaliza um quadro em que os textos mostram-se, todos, coesos com uma proposta política de atuação no Brasil. Ainda que uma política utópica, traço que talvez tenha comprometido o próprio jornal, realizando concessões por meio de uma compreensão julgada e defendida como racionalista, possa ter afastado personalidades como Lobato ao não se render a defesas mais apaixonadas de suas próprias posições. Uma contradição inerente ao fazer jornalístico, o conflito entre a paixão política e a razão empresarial podem, em última instância, ter diluído o grupo que dera boa parte da alma de *O Estado* nas três primeiras décadas do século XX.

Aqui cabe outra observação. A dimensão das relações de Lobato com o governo de Washington Luís; os entremeios não explicitados entre os secretários do presidente e o adido comercial Monteiro Lobato; a relação do escritor, nos Estados Unidos, e *O Estado*, no Brasil – questões que também merecem atenção. Ainda mais que, com a queda de Washington Luís, também não se sabe a proporção do envolvimento de Lobato com o grupo; quais eram os relacionamentos entre o intelectual e funcionário público Monteiro Lobato e o político e presidente da República, Getulio Vargas – e esse fora ministro da Fazenda entre 1926 e 1928, no governo de Washington Luís. Não seriam os desdobramentos futuros, mesmo a prisão de Monteiro

Lobato, desdobramentos de tensões anteriores? Não teriam essas personalidades relacionamentos que os bastidores políticos sempre trouxeram velados? As indagações, enfim, são inúmeras. E Lobato, como sempre, passível de muitas abordagens.

Por fim, cabe ainda lembrar de um artigo: "A estátua do patriarca" (26.12.1916). Nele, Lobato utiliza recursos que lhe eram comuns, quais sejam: envolve-se na defesa de uma personalidade histórica em contraposição à homenagem pretendida ao "General Glicério"; usa a narrativa para empolgar o leitor; recorre a dados biográficos com localizações e ações pertinentes a uma boa argumentação. O que chama a atenção, porém, é o enaltecimento da personagem central do texto: José Bonifácio.

Na figura do cientista que acabou volvendo seus esforços para a política, Lobato identifica seu verdadeiro herói, "era muito nobre e puro para suportar aquele meio e tal época". Depois de salvar Portugal dos franceses e da derrocada política, viera ao Brasil realizar seu desejo de contribuir para a formação de uma grande nação: "José Bonifácio resume em si a pátria, incuba-a no coração e no cérebro, e, com a extraordinária lucidez da sua inteligência, apetrechada em decênios de cultura intensa, organiza o 7 de Setembro. Trabalha na sombra. A sua força é a fé. A sua arma, a sugestão. O seu fito, o grito do Ipiranga".

Como tutor de D. Pedro II, José Bonifácio e seu pupilo são "as duas figuras máximas da nossa história". A comparação de Lobato não pode ser mais elucidativa: José Bonifácio é o "Washington do Sul". Nessa figura histórica, Lobato demonstra encontrar todos os requisitos que via no ideal do homem brasileiro, no dirigente lúcido, imbuído das melhores ideias e estratégias para levar seu país a um outro lugar na história da civilização. Para isso, o escritor não escolheu um representante legítimo da República ou um estadista nos moldes mais tradicionais, antes elegeu um cientista cujo envolvimento com as causas políticas levou a resultados concretos. José Bonifácio, para Lobato, resume o herói que pode resgatar o Jeca e destronar o bacharel.

Volte-se, pois, ao escritor em sua relação com o texto jornalístico: negando-se como jornalista – isto é, a trabalhar amarrado a um cargo,

embora tivesse até mesmo carteirinha profissional para isso[2] – Lobato estabelece-se como editor. Negando-se como escritor de literatura em suas cartas a Rangel, mostra-se profícuo nos mais diversos assuntos, compartilhando com os companheiros de redação temas que em suas mãos ganhavam apelos frutíferos ao jornal. Não seria somente o gosto pela ironia, a marca do estilo lobatiano. O apelo pela imagem, a evocação narrativa, os exemplos retirados do mundo natural, por vezes chegando ao escatológico, fazem do texto um convite ao leitor de jornal, acostumado com os mesmos temas no mesmo jornal, porém, possivelmente percebendo em Lobato um estilo mais cativante.

Diante da observação de todo o conjunto de artigos, o conflito entre o literato e o homem do jornal não parece convencer. Se existiram, as reminiscências ficaram nas cartas da juventude trocadas com Godofredo Rangel. O fato mais perceptível é a participação de Monteiro Lobato como um livre pensador em um jornal republicano, liberal e cientificista. Um periódico que permitiu – a despeito de uma ousada idealização – a construção de um projeto de Brasil que faz o leitor de hoje imaginar Lobato num momento áureo da imprensa brasileira.

2 Carteira de jornalista: Revista do Brasil, de 1918. (p.173)

Referências bibliográficas

Obras sobre Monteiro Lobato

ALVAREZ, R. V. *Monteiro Lobato – escritor e pedagogo*. Rio de Janeiro: Antares; Brasília: INL, 1982.

ARAPIRACA, M. de A. *Prólogo de uma Paidéia lobatiana fundada no fazer especulativo*: *A chave do tamanho*. Salvador, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

ARRUDÃO, M. (Dacio Aranha de Arruda Campos). *Piolho de piolho*. São Paulo: Casa Minerva, 1945. 66p.

ATHANÁZIO, E. *Três dimensões de Lobato*. São Paulo: Editora do Escritor, [1975]. 81p. (Ensaio, 4).

________. *Meu amigo Hélio Bruma*: ensaios. São Paulo: Editora do Escritor/Luz e Silva, 1985. 54p. (Ensaio, 19).

AZEVEDO, C. L. de et al. *Monteiro Lobato – furacão na Botocúndia*. Edição compacta. São Paulo: Senac, 2000.

________. *Monteiro Lobato – furacão na Botocúndia*. São Paulo: Senac, 2006.

BARBALHO, N. *Athanázio, Lobato e Rangel*. Folheto. 1980.

BARBOSA, A. *O ficcionista Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BARROSO, H. J. *Monteiro Lobato*: *Trayectoria de una fidelidad*. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959. (Eurindia).

BELTRÃO, J. *Monteiro Lobato, um escritor que faz pensar...* In: XIII SEMANA MONTEIRO LOBATO. Conferência proferida no dia 22 de abril de 1965, em Taubaté. Pouso Alegre, 1968.

BERTOZZO, S. M. G. *Revendo Monteiro Lobato vida e obra de Edgar Cavalheiro*: uma leitura de Monteiro Lobato. Assis, 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

BIGNOTTO, C. C. *Personagens infantis da obra para crianças e da obra para adultos de Monteiro Lobato*: convergências e divergências. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

________. *Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)*. Campinas, 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

BRASIL, S. (pe.) *A literatura infantil de Monteiro Lobato ou Comunismo para crianças*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1959.

BRASIL. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Prêmio grandes educadores brasileiros – monografia premiada 1988. Brasília: MEC/INEP, 1989.

CAMENIETZKI, C. Z. *O saber impotente*. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getulio Vargas.

CAMPOS, A. L. V. de. *A República do Picapau Amarelo* – uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo: Martins Fontes, 1986. (Coleção leituras).

CARVALHO, L. E. de. *Monteiro Lobato e Manuel Antônio de Almeida:* um caso de co-autoria na história do livro e da literatura no Brasil. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

CASSAL, S. T. B. *Amigos escritos*: quarenta e cinco anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2002. (Memória brasileira; 35).

CASTELLO BRANCO, C. H. *Monteiro Lobato e a parapsicologia*. São Paulo: Quatro Artes Editora, 1972. 84p.

CAVALCANTE, R. C. *A vida de Monteiro Lobato*. Salvador: s. l., 1949. 8p.

CAVALHEIRO, E. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Serviço

de Documentação, 1955. n.76.

________. *Monteiro Lobato*: *vida e obra*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

CHIARELLI, T. *Um Jeca nos Vernissages* – Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil. São Paulo: Eusp, 1995. (Texto e Arte; 11).

CONTE, A. *Monteiro Lobato: o homem e a obra*. São Paulo: Brasiliense, 1948.

CRESPO, R. A. *Messianismos culturais*: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação. São Paulo, 1997. 293p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DANTAS, P. (Org.) *Vozes do tempo de Lobato*. São Paulo: Traço, 1982.

________. *Presença de Lobato*. São Paulo: Editora do Escritor, s. d.

EDREIRA, M. A. B. *À caça do sentido*: práticas de leitura de leitores de Monteiro Lobato – um estudo de cartas infanto-juvenis (1926-1946). São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

FRIAS FILHO, O.; CHAGA, M. A. *Monteiro Lobato*. Chapecó: Grifos, 1999. 72p. (Contadores de Histórias).

GOUVÊA, A. A. V. A desilusão de um herói. *DC Cultura*. Suplemento Literário, 30 ago. 2003a.

________. *O poço e a chave*: progresso e guerra na obra infanto-juvenil de Monteiro Lobato. Belo Horizonte, 2003b. 189p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minhas Gerais.

GUIMARÃES, W. *Monteiro Lobato na Bahia*. Bahia: Glória, 1948. 15p.

IKEDA, M. A. B. *Revista do Brasil, 2ª fase* – contribuição para o estudo do modernismo brasileiro. São Paulo, 1975. 155p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

KOSHIYAMA, A. M. *Monteiro Lobato – intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

KUPSTAS, M. *Monteiro Lobato*. São Paulo: Ática, 1988.

LAJOLO, M. Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, R. (Org.) *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.101-5.

________. *Monteiro Lobato – a modernidade do contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Encanto Radical).

________. *Monteiro Lobato – um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.

LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (Org.) *Monteiro Lobato, livro a livro*. São Paulo: Editora da Unesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira* – História & Histórias. 2.ed. São Paulo: Ática, 1985.

LANDERS, V. B. *De Jeca a Macunaíma* – Monteiro Lobato e o modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LIMA, A. A. O pai do Jeca. In: *Primeiros Estudos* – contribuição à história do modernismo literário. Rio de Janeiro: Agir, 1948. p.40-43.

LIMA, C. de A. *O processo do petróleo* – Monteiro Lobato no banco dos réus. Rio de Janeiro: s. n., 1977.

MARTINS, M. R. *Quem conta um conto... aumenta, diminui, modifica*: o processo de escrita conto lobatiano. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

MARTINS, N. S. *Língua portuguesa nas obras infantis de Monteiro Lobato*. São Paulo, 1972. 2v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de Sâo Paulo.

MARTINS, R. A. de L. *A desmistificação dos mitos gregos e a mitificação das personagens de Monteiro Lobato*. São José do Rio Preto, 1994. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

MELLONI, R. M. *O imaginário e o ideário de Monteiro Lobato*: um estudo antropológico. São Paulo, 1995. 2v. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MERZ, H. J. V. et al. *Lobateanas* – idéias, pensamentos e fotos de Monteiro Lobato. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1985.

________. *Histórico e resenhas da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo, Brasiliense, 1996.

MONTELLO, J. *Monteiro Lobato. Caminho da fonte*: estudos de literatura. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1959. p.353-62.

MONUMENTO a Monteiro Lobato – sumário das atividades da Comissão Pró-Monumento a Monteiro Lobato, apresentado pelo seu presidente Cândido Fontoura. São Paulo: 1949.

MOREIRA, J. C. B. *Monteiro Lobato – textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1962. (Nossos clássicos, n.65).

NETTO, J. A. *Jeca Tatu e o mundo que ele criou*: o problema da originalidade cultural em *Velha Praga* e *Urupês*. Assis, 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

NETTO, J. A. O discurso cientificista no livro *A chave do tamanho* de Monteiro Lobato. *Pós-História*, Assis, n.4, p.45-66, 1996.

NUNES, C. *O patriotismo difícil:* a correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva. São Paulo: Copidart, 1981.

________. *A correspondência de Monteiro Lobato*. São Paulo: Copidart, 1982.

________. *Cartas de Monteiro Lobato a uma senhora amiga*. São Paulo: Copidart, 1983a.

________. *O último sonho de Monteiro Lobato* – o georgismo. São Paulo: Copidart, 1983b.

________. Mark Twain e Monteiro Lobato; Monteiro Lobato: uma teoria do estilo; Monteiro Lobato hoje; A correspondência de Monteiro Lobato; O sonho brasileiro de Monteiro Lobato; O patriotismo difícil; As cartas de Monteiro Lobato a Flávio de Campos; Lobato Editor; Jeca Tatu. *A atualidade de Monteiro Lobato.* Brasília: Thesaurus, 1984. 122p.

________. *Monteiro Lobato admirador de Euclides da Cunha*: um estudo comparativo entre os dois escritores. Brasília: Roberval Editora, 1998.

OLIVEIRA, J. C. R. de. *A chave do tamanho*: um mundo às avessas. Juiz de Fora, 1996. 78p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora.

ORLOV, M. L. V. *A revista do Brasil e a formação de uma consciência nacional*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

PASSIANI, E. *Na trilha do Jeca*: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. São Paulo, 2001. 227p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PENTEADO, J. R. W. *Os filhos de Lobato*: o imaginário infantil na ideologia do adulto. Rio de Janeiro: Qualitymark, Dunya Ed., 1997.

PEREIRA, M. O. F. *Estilo e metalinguagem na Literatura de Monteiro Lobato*. Assis, 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

RIBAS, M. J. S. *Monteiro Lobato e o espiritismo* – as sessões espíritas de Monteiro Lobato. São Paulo: Lake, 1972.

RIBEIRO, J. A. P. *As diversas facetas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Roswitha Kempf/SMC, 1984. 186p.

RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional. *Monteiro Lobato 1882-1948* – catálogo. Rio de Janeiro, 1982. 91p.

RIZZINI, J. *Vida de Monteiro Lobato para infância e juventude*. 2.ed. Ilust. Messias de Melo. São Paulo: Editora Difusora Cultural, s. d.

ROCHA, R. et al. *Monteiro Lobato* – 1882-1948. São Paulo: Abril-Educação, 1981. (Literatura Comentada).

SANDRONI, L. *De Lobato a Bojunga*: as reinações renovadas. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

SANTA HELENA, R. *Monteiro Lobato*. Folheto de Cordel. Rio de Janeiro: Cordebrás, 1982.

SANTOS, N. M. Também sou filha de Lobato. *Correio das Artes*, João Pessoa, 1998. Disponível em: http://docedeletra.com.br/dl/foradoar/0600loba.shtml. Acesso em: 6 dez. 2003.

SILVA, J. C. *Conversando sobre Monteiro Lobato*. São Paulo: Obelisco, 1979. 28p.

________. *Monteiro Lobato: panorama da obra e análise semiológica dos contos*. Taubaté: Prefeitura Municipal/Editora Cronos, 1980. 153p.

SILVA, M. L. A. *Monografia sobre Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1950.

SILVA, V. M. T. Monteiro Lobato e as belas mentiras. In: MELLO, A. M. L. de. et al. *Literatura infanto-juvenil*: prosa & poesia. Goiânia: Ed. da UFG, 1995. p.71.

STAROBINAS, L. *O caleidoscópio da modernização*: discutindo a atuação de Monteiro Lobato. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TONDELLA, G. *Monteiro Lobato – o semeador de horizontes*. Palestra realizada no Colégio Estadual "Monteiro Lobato", de Taubaté, aos 18 de Abril de 1953, na Semana "Monteiro Lobato". Folheto. São Paulo, 1954.

VALENTE, T. A. *Uma chave para "A chave do tamanho", de Monteiro Lobato*. Assis, 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

VASCONCELOS, Z. M. C. de. *O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo: Traço, 1982.

VAZ, L. Escritores e Literatos/No Jubileu de Jeca Tatu/Lobato Editor/Reminiscências/Monteiro Lobato vai para a Argentina. In: *Páginas Vadias.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

VIEIRA, A. S. *A chave do tamanho* e as *Viagens de Gulliver*. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 2001, Porto Alegre. (no prelo).

YUNES, E. *Presença de Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: Divulgação e Pesquisa, 1982.

ZILBERMAN, R. Monteiro Lobato e a aventura do imaginário. *Letras de Hoje*, Caxias do Sul, n.49, set. 1982.

________. (Org.) *Atualidade de Monteiro Lobato*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Novas Perspectivas, 8).

Obras de Monteiro Lobato

Literatura geral

LOBATO, M. *A barca de Gleyre.* 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.11, t.1. (1ª série).

________. *A barca de Gleyre.* 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.12, t.2. (1ª série).

________. *A onda verde e o presidente negro.* 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.5. (1ªsérie)

________. *América*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.9. (1ª série).

________. *Críticas e outras notas*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. v.18. (1ª série).

________. *Cartas de amor.* 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

________. *Cartas escolhidas*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. v.16. (1ª série).

________. *Cidades mortas.* 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.2. (1ªsérie).

________. *Conferências, artigos e crônicas.* São Paulo: Brasiliense, 1959. v.15. (1ª série)

________. *Contos pesados* – Urupês, Negrinha e o Macaco que se fez homem. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940. (edição definitiva).

________. *Idéias de Jeca Tatu.* 8.ed Brasiliense, 1957. v.4. (1ª série).

________. *Mr. Slang e problema vital* 8.ed. São Paulo Brasiliense 1957. v.8. (1ª série).

________. *Mundo da lua e miscelânea.* 8.ed. São Paulo Brasiliense, 1957. v.10. (1ª série).

________. *Na antevéspera*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.6. (1ª série).

________. *Negrinha*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.3. (1ª série).

________. *O escândalo do petróleo e ferro*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.7. (1ª série).

________. *O macaco que se fez homem*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1923.

________. *O Sacy-Pererê*: resultados de um inquérito. São Paulo: Secção de Obras de "O Estado de São Paulo", 1918. (fac-símile).

________. *Prefácios e entrevistas*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.13. (1ª série).

________. *Urupês*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.1. (1ª série)

Literatura infantil

LOBATO, M. *A chave do tamanho*. Ilustr. J. U. Campos. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942. 161p. Série 1. v.33. (Biblioteca Pedagógica Brasileira).

________. *Aritmética da Emília*. 28.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.

________. *Aventuras de Hans Staden*. 32.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.

________. *Caçadas de Pedrinho, O Saci, Memórias da Emília*. 5.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1973.

________. *D. Quixote das crianças*. 27.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.

________. *Emília no país da gramática*. 39.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.

________. *Fábulas*. 50.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *Geografia de Dona Benta*. 8.ed. Ilustr. André Le Blanc. São Paulo: Brasiliense, 1954.
________. *História das invenções*. 28.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *Histórias de Tia Nastácia*. 31.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *Histórias do mundo para crianças*. 37.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *O Minotauro*. 25.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1993.
________. *O picapau amarelo*. 34.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *O poço do Visconde*. 5.ed. Ilustr. André Le Blanc. São Paulo: Brasiliense, 1956.
________. *Os doze trabalhos de Hércules*. 17.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1993. 2v.
________. *Peter Pan*. 36.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *Reforma da natureza*. 36.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *Reinações de Narizinho*. 48.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1993.
________. *Serões de Dona Benta*. 21.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *Viagem ao céu*. 43.ed. Ilustr. Manoel V. Filho. São Paulo: Brasiliense, 1994.
________. *Obra infantil completa*: edição centenário – 1882-1982, com prefácio de Wladir Dupont. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Obras sobre jornalismo

ABRAMO, P. *Um trabalhador da notícia*: textos de Perseu Abramo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
ALMEIDA, G T. de. *Imprensa no interior*: um estudo preliminar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 1983.

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1954. (Básica Universitária).

BENITES, S. A. L. *O discurso relatado no jornal e a ilusão da objetividade*. Assis, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".

BROCA, B. *A vida literária no Brasil* – 1900. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O bravo matutino*: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo". São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

COIMBRA, O. *O texto da reportagem impressa*: um curso sobre sua estrutura. São Paulo: Ática, 1993. (Série Fundamentos, 95).

CONTIER, A. D. *Imprensa e ideologia em São Paulo*: 1822-1842 – matizes do vocabulário político e social. Petrópolis: Vozes; Campinas: Unicamp, 1979. (Coleção História Brasileira, 4).

COSTA, C. *Pena de aluguel*: escritores jornalistas no Brasil (1904-2004). São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

CRUZ, H. de F. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estao de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000. 224p.

DIMENSTEIN, G. *As armadilhas do poder* – bastidores da imprensa. São Paulo: Summus, 1990.

DINES, A. *O papel do jornal*: uma releitura. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986.

DUTRA, E. de F. *Rebeldes literários da república*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 253p.

FERRARI, M. H.; MUNIZ, S. *Técnica de reportagem*: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986. (Novas buscas em comunicação: v.14).

LAGE, N. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2005.

LIMA, A. A. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Com-Arte; Edusp, 1990. (Col. Clássicos do Jornalismo Brasileiro, 4).

LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Paradidáticos. Cultura).

MADIO, T. C. de C. A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século XX: O Estado de S. Paulo. *História*, São Paulo, v.26, n.2, p.61-91, 2007.

MARTINS, A. L. *Imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
MARTINS, W. *A palavra escrita*: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1998.
MELO, J. M. de. *Sociologia da imprensa brasileira*: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.
NORBERTO, N. *Técnicas e princípios do jornalismo moderno*. S. l.: Ed. Itambé, s. d.
PAVANI, C. et al. *Jornal*: uma abertura para a educação. Campinas: Papirus, 2007.
PORTO, S. D. P. (Org.) *O jornal*: da forma ao sentido. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 2002. 588p. (Coleção Comunicação, 2).
RABELO, G. *O capital estrangeiro na imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
ROSSI, C. *O que é jornalismo*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção "Primeiros passos").
SILVA, C. E. L. da. *O adiantado da hora*: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.
SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de Letras*: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
ZANCHETTA, J. *Imprensa escrita e telejornal*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Outras obras consultadas

AGUIAR E SILVA, V. M. de. *Teoria da literatura*. 2.ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1968.
BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Col. Biblioteca universal).
CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
CARDOSO, I. R. *A universidade da Comunhão Paulista*: o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Autores Associados, 1982. (Col. Educação Contemporânea; Série "Memória da educação").

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

________. *A formação das almas*: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CASALECCHI, J. E. *O partido republicano paulista*: política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n.11, p.173-91, jan.-abr. 1991.

FANTINATI, C. E. Sobre o discurso político. *Alfa* – Revista de Lingüística, São Paulo, v.34, p.1-10, 1990.

FARIA FILHO, L. M. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. In: BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. de O. (Org.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos.* 2.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005. 168p. (Linguagem e educação).

FERREIRA JUNIOR, C. A. R. *Literatura e jornalismo, práticas políticas:* discursos e contradições, o novo jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem. São Paulo: Edusp, 2003. (Ensaios de cultura, 24).

FIORIN, J. L. O ethos do enunciador. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. (Org.) *Razões e sensibilidades*: a semiótica em foco. São Paulo: Editora Unesp, 2004. (Série "Trilhas Lingüísticas").

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 17.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

HOLANDA, S. B. de. (Org.) O Brasil monárquico: do império à república. In: ________. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. 5v.

HOLLOWAY, T. H. *Vida e morte do Convenio de Taubaté*: a primeira valorização do café. Trad. Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Col. Estudos brasileiros; v.31). 113p.

JANOTTI, M. de L. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. (Dir.) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil.* 2.ed. São Paulo: Ática, 1998.

LUCA, T. R. de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo, 1996. 332p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.
NUNES, E. D. Sobre a história da saúde pública: idéias e autores. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n.2, p.251-64, 2000.
O ESTADO DE S. PAULO. 1913-1930. Consulta: CEDAP e Arquivo do Estado de São Paulo.
QUEIROZ, S. R. R. de. *Os radicais da República*: *Jacobinismo*: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Brasiliense, 1986.
SPITZER, L. *Lingüística e história literária*. 2.ed. Madrid: Biblioteca Românica Hispânica, 1961. 306p. (II Studos y ensayos).
STRINATI, D. *Cultura popular*: uma introdução. Trad. Carlos Szlac. São Paulo: Hedra, 1999.
STOLCKE, V. *Cafeicultura*: homens, mulheres e capital (1850-1980). Trad. Denise Bottman e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
VAINFAS, R. (Org.) *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Sítios

BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=105. Acesso em: 28 maio 2009.
CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP. Arquivos históricos. Disponível em: http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_f_glicerio.htm. Acesso em: 25 abr. 2008.
ITAUCULTURAL. *Enciclopédia itaúcultural artes visuais*. Ricardo Severo. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5385&cd_idioma=28555. Acesso em: 26 set. 2009.
MUSEU PAULISTA. Ata da Convenção de Itu. Disponível em: http://www.mp.usp.br/mr/ata_1873.doc. Acesso em: 24 jan. 2005.
O ESTADO DE S. PAULO. Histórico Grupo Estado. Disponível em: http://www.estadao.com.br/historico/index.htm. Acesso em: jan. a set. 2009.

SENADO FEDERAL. Biografia dos senadores. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1698&li=22&lcab=1891-1893&lf=22. Acesso em: 25 abr. 2008.

THE NEW YORK TIMES. On this day. Sobre Florenz Zigfield. Disponível em: http://www.nytimes.com/learning/general/onthisday/bday/0321.html. Acesso em: 27 set. 2009.

THE ROCKEFELLER FOUNDATION. The Rockefeller Foundation Timeline. Disponível em: http://www.rockfound.org/about_us/history/1913_1919.shtml. Acesso em: 8 jun. 2009.

UOL EDUCAÇÃO. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: http://educacao.uol.com.br/biografias/tobias-barreto.jhtm. Acesso em: 8 jun. 2009.

UOL EDUCAÇÃO. Biografias. Tobias Barreto. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=5385&cd_idioma=28555. Acesso em: 8 jun. 2009.